



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

---

**U**NIRIO  
*história*

---

**JAMILE DA SILVA NETO**

**HISTORIOGRAFIA, PATRIMÔNIO E  
MUSEU: SILENCIANDO O PASSADO  
NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA  
IMPERIAL DA CIDADE DE  
PETRÓPOLIS**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JAMILE DA SILVA NETO

**HISTORIOGRAFIA, PATRIMÔNIO E MUSEU:**  
silenciando o passado na construção da memória imperial da cidade de Petrópolis

Rio de Janeiro

2023

JAMILE DA SILVA NETO

HISTORIOGRAFIA, PATRIMÔNIO E MUSEU:  
silenciando o passado na construção da memória imperial da cidade de Petrópolis

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Unirio como requisito necessário para obtenção do título de doutora em História.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Regina Romeiro Chuva

Rio de Janeiro

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

S469 Silva Neto, Jamile da  
Historiografia, patrimônio e museu: silenciando o  
passado na construção da memória imperial da cidade  
de Petrópolis / Jamile da Silva Neto. -- Rio de  
Janeiro, 2023.  
283 f.

Orientadora: Márcia Regina Romeiro Chuva.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em História, 2023.

1. historiografia. 2. patrimônio cultural . 3.  
Museu Imperial. 4. memória imperial. 5.  
silenciamento. I. Chuva, Márcia Regina Romeiro ,  
orient. II. Título.

JAMILE DA SILVA NETO

HISTORIOGRAFIA, PATRIMÔNIO E MUSEU:

silenciando o passado na construção da memória imperial da cidade de Petrópolis

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Unirio como requisito necessário para obtenção do título de doutora em História.

Aprovado em: 26 de maio de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Regina Romeiro Chuva – Orientadora,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aline Montenegro Magalhães,  
Museu Paulista da Universidade de São Paulo

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leila Bianchi Aguiar,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Keila Grinberg,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins,  
Museu Paulista da Universidade de São Paulo

---

## AGRADECIMENTOS

Só uma palavra me devora  
Aquela que o meu coração não diz  
Abel Silva

É chegada a hora de terminar. Aqui, as palavras me faltam – e sempre me faltarão – para expressar a imensa gratidão que tenho por tantos e tantas que tornaram possível a conclusão da minha tese de doutorado.

Agradeço imensamente à Márcia Chuva, minha querida orientadora, que, pacientemente, acolheu minhas dúvidas, incertezas, desejos e ideias. Por tentar entender minhas inseguranças para poder me ajudar a concluir essa tese. Desde a graduação, acreditando, incentivando e torcendo por mim. Foi um prazer, e um privilégio, ter sido sua orientanda.

Agradeço à Unirio, universidade pública de qualidade, na qual passei mais de uma década me formando e vendo que quem faz a Universidade acontecer são os(as) estudantes, os(as) professores(as) e os(as) funcionários(as) que, mesmo diante das adversidades, permanecem trabalhando para garantir sua continuidade e ampliar o seu acesso. Sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de doutorado e pelo financiamento da minha permanência em Portugal pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Agradeço, igualmente, à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) por ter me contemplado com a bolsa Doutorado Nota 10.

Sou grata pela troca – de afeto e de conhecimento – no Grupo de Estudos e Trabalhos sobre Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural. Agradeço, especialmente, ao Marcelo Leite, ao Gabriel, à Brenda, à Andréa, à Liane, à Walkiria, ao Hilário, à Luana, à Ana Paula pelo apoio e amizade ao longo desses anos. Discussões de textos, reflexões sobre a temática do campo da preservação – e seus desdobramentos –, risadas e confraternizações são sempre o nosso forte. Agradeço à Leila Bianchi Aguiar e à Márcia Chuva por manterem a união – e reunião – desse grupo tão importante na minha trajetória.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Unirio (PPGH-Unirio) pelo compromisso, organização e preocupação com que trata os(as) pós-graduandos(as). Sou grata aos(as) funcionários(as) que mantêm as atividades do PPGH-Unirio, em especial, à secretária Priscila, sempre solícita e disposta a esclarecer dúvidas. Aos(as) professores(as) do PPGH-Unirio, fundamentais para a minha formação enquanto pesquisadora.

Às professoras Angela de Castro Gomes e Martha Abreu pela disciplina sobre intelectuais negros, a qual foi muito importante para as minhas reflexões. À Keila Grinberg por ter me aceitado como ouvinte em disciplina do curso de mestrado. Os debates, as reflexões e as inquietações sobre o pós-colonialismo e o decolonial foram cruciais para a minha trajetória no doutorado.

Agradeço ao Centro de Estudos Sociais (CES) por ter me acolhido no período de doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra. Ao professor Miguel Bandeira Jerónimo por ter, prontamente, aceitado me orientar no doutorado sanduíche e me permitido acompanhar a disciplina “Colonialismo e Pós-colonialismo”. Agradeço, igualmente, ao professor António Sousa Ribeiro por ter, carinhosamente, permitido que eu assistisse às aulas do curso “Pós-Colonialismo, Identidades e Cidadania Cultural”.

Aos colegas Ju, Eddyn e Mateus por terem tornado os meus dias em Coimbra menos solitários e mais alegres. Levarei para sempre comigo as memórias das ladeiras, sorvetes no Rio Mondego e conversas divertidas.

Agradeço aos(às) funcionários(às) do Arquivo Central do Iphan por sempre atenderem prontamente pedidos de envio de documentação por *e-mail* e receberem com muita paciência e delicadeza os(as) pesquisadores(as). Igualmente, sou grata aos funcionários da Biblioteca do Museu Imperial – especialmente ao Marcio Miquelino – pelo cuidado, paciência e eficiência com que atenderam as minhas solicitações de consulta de documentação.

À Keila Grinberg e à Myrian Sepúlveda dos Santos por integrarem minha banca de qualificação. Os incentivos, os apontamentos dados e, principalmente, os caminhos sugeridos naquele maio de 2021 foram muito importantes nas minhas escolhas para a conclusão desta tese.

Às professoras Aline Montenegro Magalhães, Leila Bianchi Aguiar, Keila Grinberg e ao professor Paulo César Garcez Marins por aceitarem integrar a banca de defesa. É com muita alegria que agradeço a gentileza do aceite e de poder contar com a avaliação da minha pesquisa por cada um(a) de vocês.

Sou grata à Andrea, minha analista, por me conduzir nessa jornada tão constante que é buscar a si mesma. Descobri, nas sessões de análise, que vinte minutos podem durar uma eternidade e que falar pode mesmo te colocar no processo de cura.

À Marcinha, amiga querida, por me incentivar, acreditar em mim e ser sempre acolhimento. Só você poderia me emprestar seus brincos da criatividade e me aconselhar a ritualizar o meu processo de escrita desta tese.

À Gabi, minha amiga médica, que me ajudou tanto esclarecendo dúvidas sobre minhas dores e, mais importante, escutando minhas aflições. Ter com quem compartilhar as dores do meu corpo físico foi fundamental para aliviar minha mente.

À Karen, minha amiga desde os tempos de escola, por torcer por mim e ser sempre festa na minha vida. À Katlem (em memória), amiga da risada doce, por ter me feito perceber que a saúde pode vir acompanhada de um sentimento de imensa gratidão por ter tido a sua amizade.

Agradeço às queridas primas: Jéssyca – amiga que madrugava comigo desde a infância – por estar disposta a me escutar e me aconselhar, sempre trazendo um ponto de vista diferente do meu e me ajudando a encarar a vida com mais leveza; Tamires – amiga que compartilha comigo tantos interesses em comum, agora o gosto pela psicanálise – por me escutar e saber me aconselhar com delicadeza; e, Marina – amiga que compartilho boa parte das minhas angústias e das minhas alegrias por mais de 20 anos – por sua escuta atenta e atenciosa; por acreditar em mim e sempre me incentivar; por se entristecer com a minha tristeza e vibrar com a minha alegria.

Ao Ted, meu gato, por me ensinar tanto sobre cuidado, amor e desapego. Meu companheiro das melhores e das piores horas.

Ao Eduardo por ser o meu entardecer de um domingo preguiçoso de outono, onde eu descanso e encontro acolhimento, escuta, generosidade e carinho. É muito bom dividir a vida contigo.

Às minhas irmãs: Juliana, minha irmã mais velha, por me entender profundamente. Minha primeira amiga, pessoa que está sempre na torcida pelas minhas conquistas em tudo na vida. Geovana, minha irmã mais nova, por ter chegado para fazer festa na minha vida, colocando mais cores e sons nela. É muito bom poder ter vocês como irmãs.

Aos meus pais por eu ter chegado até onde eles jamais imaginariam, mas, ainda assim, serem fundamentais para isso acontecer. À minha mãe pela sua dedicação e preocupação constantes comigo. Ao meu pai por ser o meu maior exemplo de trabalho duro e dedicação.

Por fim, agradeço a uma força que continuamente me guia, me protege e me ajuda na escolha dos caminhos a serem trilhados.

A história é fruto do poder, mas o próprio poder nunca é transparente a ponto de sua análise ser supérflua. A marca infalível do poder pode bem ser sua invisibilidade; o desafio inescapável será expor suas raízes.

Michel-Rolph Trouillot

SILVA NETO, Jamile da. **Historiografia, patrimônio e museu: silenciando o passado na construção da memória imperial da cidade de Petrópolis**. 2023. 283 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

## RESUMO

O objetivo desta tese é entender a produção e a difusão da memória saudosa e positiva do Império para a cidade de Petrópolis, localizada no estado Rio de Janeiro, durante o período republicano por meio de agências e agentes ligados ao Estado. A pesquisa privilegiou períodos considerados momentos-chave para a construção e a reatualização dessa memória. O primeiro data do final dos anos 1930 e começo dos anos 1940 com a formação da Comissão do Centenário de Petrópolis, período em que houve intensas disputas sobre a data de fundação da cidade e a institucionalização de projeto de escrita da história para Petrópolis. Nesse momento, identifica-se a formação da rede dos saudosos do Império em Petrópolis, que busca multiplicar seus lugares de enunciação – como com a fundação do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), do Museu Histórico de Petrópolis e do Museu Imperial –, tendo importante atuação na difusão e perpetuação das narrativas saudosas sobre o passado imperial na cidade nas décadas seguintes. O segundo situa-se no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, momento da extensão do tombamento da cidade de Petrópolis empreendida pelo órgão federal de preservação, no qual houve processo de reatualização da memória positiva do passado imperial na cidade a partir das narrativas produzidas para as materialidades preservadas. A pesquisa se interessa em mostrar o Museu Imperial, criado em 1940, como produto e agente na construção da memória saudosa do Império para Petrópolis. Busca-se compreender, ao longo do trabalho, como a memória do Império construída para a cidade ocupa, a um só tempo, a dimensão local e nacional. A investigação visa traçar articulação entre historiografia, patrimônio e museu para a compreensão da construção e da reatualização da memória positiva e saudosa do Império para Petrópolis. Ao longo da tese, busca-se analisar como a produção de uma escrita da história hegemônica para a cidade, empreendida por agências e agentes do Estado, produz silenciamentos sobre a participação de libertos, escravizados e seus descendentes na história da cidade de Petrópolis.

**Palavras-chave:** historiografia; patrimônio cultural; Museu Imperial; memória imperial; silenciamento.

SILVA NETO, Jamile da. **Historiography, heritage and museum: silencing the past in the construction of the imperial memory of the city of Petrópolis.** 2023. 283 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

### **ABSTRACT**

The goal of this thesis is to understand the production and dissemination of the positive and nostalgic memory about the Empire regarding Petrópolis, located in the state of Rio de Janeiro, during the Republican period through State agencies and agents. The research favored periods considered essential to the building and updating of that memory. The first is centered around the late 1930s and early 1940s, with the creation of the Comissão do Centenário de Petrópolis, a period with intense fighting over the date of the foundation of the city and the formalization of the project to write the history of Petrópolis. It was identified, at that point, a group of people nostalgic for the Empire in Petrópolis, aiming to multiply their loci of utterance – as with the foundation of the Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), the Museu Histórico de Petrópolis and the Museu Imperial –, and having an important role in the dissemination and perpetuation of the nostalgic narratives about the imperial past of the city in the following decades. The second period is centered around the late 1970s and early 1980s, when more and more of the city was being declared heritage sites by the Federal agency in charge of preservation, and there was a process of updating the positive memory of the imperial past in Petrópolis because of the narratives that were created for the landmarks. The research shows the Museu Imperial, founded in 1940, as a product and agent in the construction of the nostalgic memory of the Empire for Petrópolis. The study aims to understand how the memory of Empire that was created for the city spans, simultaneously, the local and national levels. The investigation aims to link historiography, heritage, and museum to understand the building and updating of the positive and nostalgic memory of the Empire for Petrópolis. Throughout the thesis, we seek to analyse how the hegemonic writing of the city's history, by State agencies and agents, is responsible for silencing the role of freedmen, slaves, and their descendants in the history of the city of Petrópolis.

**Keywords:** historiography; cultural heritage; Museu Imperial; imperial memory; silencing.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Estátua de D. Pedro II	15
<b>Figura 2</b> – Busto de Getúlio Vargas	16
<b>Figura 3</b> – Busto de Alcindo Sodré	16
<b>Figura 4</b> – Monumento ao imigrante alemão	17
<b>Figura 5</b> – Retrato da família imperial (1889)	18
<b>Figura 6</b> – Fila para entrar no Museu Imperial	19
<b>Figura 7</b> – Cartografia de presenças	55
<b>Figura 8</b> – Presença Negra	59
<b>Figura 9</b> – Planta de Petrópolis desenhada pelo major Koeler (1846)	74
<b>Figura 10</b> – Planta da Imperial colônia de Petrópolis, por Otto Reimarus (1854)	76
<b>Figura 11</b> – Frontaria do Palácio Imperial	79
<b>Figura 12</b> – Início de Petrópolis em 1722	127
<b>Figura 13</b> – Maria Sofia	133
<b>Figura 14</b> – Museu Histórico de Petrópolis	136
<b>Figura 15</b> – Símbolo do 150º aniversário da Independência do Brasil	221
<b>Figura 16</b> – Planta de Petrópolis com as áreas tombadas em verde e lilás	228
<b>Figura 17</b> – Casa situada à rua Roberto da Silveira, nº 75, localizada entre dois prédios	230
<b>Figura 18</b> – Fachada do imóvel à rua Roberto da Silveira	231
<b>Figura – 19</b> “A Redenção de Cam”, de Modesto Brocos (1895)	249

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Arquivo Central do Iphan
Apea	Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura
APL	Academia Petropolitana de Letras
Appande	Associação Petropolitana de Proteção aos Animais e Defesa Ecológica
Arena	Aliança Renovadora Nacional
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DCR	Divisão de Conservação e Restauração
DET	Divisão de Estudos e Tombamento
Dphan	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DTC	Divisão de Tombamento e Conservação
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
Enba	Escola Nacional de Belas Artes
Faperj	Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Feema	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
Funarte	Fundação Nacional da Arte
Fundrem	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Icom	Conselho Internacional de Museus
Icomos	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHP	Instituto Histórico de Petrópolis
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
Inepac	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MHN	Museu Histórico Nacional
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PPGH-Unirio	Programa de Pós-Graduação em História da Unirio
PSL	Partido Social Liberal
Puc-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Seplan	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sphan	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sphan	Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCP	Universidade Católica de Petrópolis
UDN	União Democrática Nacional
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>Um inspirador passeio pelos jardins do Museu Imperial</b>	15
<b>Introdução</b>	21
<b>Capítulo 1 - Silenciamentos na história de ocupação e de fundação de Petrópolis e seus desdobramentos nas disputas de memória na cidade</b>	41
1.1 Como fugir da história única sobre o processo de formação de Petrópolis	44
1.2 O projeto e a fundação de Petrópolis: o início do sonho	69
1.3 Disputas pelos significados da história de Petrópolis (anos 1970 e 1980)	82
<b>Capítulo 2 - Os saudosos do Império em ação: a multiplicação de si e dos seus a partir da escrita da história para Petrópolis</b>	88
2.1 A reabilitação do passado imperial na República e suas relações com a cidade de Petrópolis	92
2.2 Como lembrar e como esquecer: as Comemorações do Centenário de Petrópolis e o projeto de escrita da história para a cidade	100
2.2.1 Algumas considerações sobre a escrita da história de Petrópolis no século XIX	100
2.2.2 A institucionalização da escrita da história: os <i>Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis</i>	107
2.2.3 Nas margens da memória: indígenas, escravizados e libertos nos <i>Trabalhos da Comissão</i>	124
2.3 Os saudosos do Império multiplicando seus lugares de enunciação: a fundação do Museu Histórico de Petrópolis e do Instituto Histórico de Petrópolis	135
<b>Capítulo 3 - Do local para o nacional, do nacional para o local: o Museu Imperial e o Sphan na construção da memória imperial para Petrópolis</b>	142
3.1 O Museu Imperial e a encenação da memória do Império	148
3.1.1 Local, nacional: a fundação do Museu Imperial e a sua dupla dimensão	148
3.1.2 Formas de visualização do passado no Museu Imperial	166
3.2 O Sphan e os tombamentos em Petrópolis (1930-1960): a reificação da história a partir da materialidade preservada	179

<b>Capítulo 4 - Entre permanências e mudanças: a Sphan e o Museu Imperial na reatualização da memória do Império em Petrópolis</b>	193
<b>4.1</b> O tombamento do conjunto urbano-paisagístico da cidade de Petrópolis: o processo de materialização da memória positiva do Império para Petrópolis	196
<b>4.1.1</b> A mobilização pela defesa de Petrópolis: os saudosos do Império dando o pontapé inicial	196
<b>4.2</b> A extensão de tombamento de Petrópolis na gestão de Aloísio Magalhães	205
<b>4.2.1</b> Os limites das práticas nos novos discursos	205
<b>4.2.2</b> Ditadura militar, Sphan e investimentos na memória imperial	218
<b>4.2.3</b> Preservação, desenvolvimento e participação: “Petrópolis, acima de tudo, será aquilo que a sua comunidade decidir”	223
<b>4.3</b> Os significados possíveis da materialidade preservada: memórias permitidas e articuladas	229
<b>4.4</b> As exposições no Museu Imperial no contexto da extensão de tombamento de Petrópolis	237
<b>Considerações finais</b>	257
<b>Referências</b>	266

## Um inspirador passeio pelos jardins do Museu Imperial

No centro dos jardins, em frente ao palácio da família imperial, hoje Museu Imperial, acha-se uma estátua em bronze de D. Pedro II. Altivo, sóbrio, imponente, o monarca que governou por 49 anos o Brasil encontra neste espaço lugar confortável para a sua memória. Em detrimento de narrativas outras possíveis, o Museu Imperial ainda hoje busca zelar pela memória da família imperial e de seus membros, em especial do Imperador D. Pedro II.

**Figura 1** – Estátua de D. Pedro II



Fonte: autoria própria, 2023.

Na placa descritiva, lemos: “D. Pedro II, fundador de Petrópolis”, datando 16 de março de 1843 como data de fundação da cidade. A estátua foi inaugurada no mesmo dia e mês no ano de 1941. A brisa fresca, os raios de sol que passam pelas frestas das folhas das árvores, o canto dos passarinhos, a diversidade de plantas, com a predominância dos tons de verde, deleita aqueles que caminham tranquilamente pelos jardins do antigo palácio imperial. Poucos sabem, e alguns ignoram, que a morada para a memória de D.

Pedro II e do Império na cidade de Petrópolis deu-se em meio a diversas disputas e silenciamentos ao longo do tempo.

Justamente no momento em que foi criado o Museu Imperial, em 1940, e inaugurada a estátua de D. Pedro II, em 1941, organizavam-se as comemorações pelo centenário de Petrópolis. Tais comemorações contariam com empenho do Estado – composto por representantes da municipalidade e do Governo Federal – e de intelectuais de dentro e fora da cidade de Petrópolis.

**Figuras 2 e 3** – Busto de Getúlio Vargas e busto de Alcindo Sodr 



Fonte: autoria própria, 2023.

Como podemos perceber – menos centrais e imponentes que D. Pedro II, mas ainda assim homenageados –, nos jardins do Museu Imperial, reservou-se espaço, igualmente, para o político e intelectual Alcindo Sodr  e o presidente da República Getúlio Vargas. O busto de Getúlio Vargas foi inaugurado na mesma data que a estátua de D. Pedro II – ou seja, em 16 de março de 1941 –, enquanto o de Alcindo Sodr  data de 16 de março de 1955, poucos anos após sua morte. Nas placas de descri o dos bustos, identificou-se Getúlio Vargas como criador e Alcindo Sodr  como organizador do Museu Imperial. Podemos perceber, assim, alusão aos representantes do poder público e da intelectualidade tão fundamentais para a constru o da memória imperial na cidade e balizadores das disputas e produ es de consensos e silêncios em torno dessas memórias.

A grande disputa que se desenhou no contexto das comemorações do centenário – e perduraria ao longo das décadas seguintes – foi sobre a data de fundação da cidade, dividindo opiniões entre os defensores do 16 de março de 1843 – data do Decreto Imperial – e do 29 de junho de 1845 – chegada dos primeiros colonos alemães em Petrópolis. Os vestígios do passado vão dando pistas de que tal querela foi solucionada na cidade de inúmeras formas, tendo sido autorizadas e incorporadas à narrativa de fundação da cidade a participação do imigrante alemão.

**Figura 4** – Monumento ao imigrante alemão



Fonte: autoria própria, 2023.

O monumento acima encontra-se nos jardins do Museu Imperial e faz alusão à data de chegada dos primeiros colonos alemães a Petrópolis. Ou seja, nos jardins do museu encontramos lugar para a memória dos imigrantes alemães. Tal espaço, a despeito das lutas, foi garantido pela intelectualidade que esteve à frente das celebrações do centenário de Petrópolis. Aqueles que defendiam o 29 de junho como momento de fundação para a cidade não seriam eleitos protagonistas nesse processo, no entanto, não foram alijados da narrativa para a cidade, até porque davam substância e reiteravam o

ideal de civilidade e de progresso ligado ao Segundo Reinado e consubstanciado na fundação de Petrópolis.

**Figura 5** – Retrato da família imperial (1889)



Fonte: autoria própria, 2023.

Em nosso passeio pelos jardins do Museu Imperial, deparamo-nos também com o retrato, feito pelas lentes de Otto Hees, da família imperial na varanda da então residência da Princesa Isabel em Petrópolis. Intitulada “O último retrato da Família Imperial em Petrópolis às vésperas do exílio”, a fotografia foi feita dias antes do banimento da família imperial em novembro de 1889, e retrata os membros da família imperial em trajés simples e na intimidade da vida cotidiana. Interessante notar que a fotografia foi ampliada e colocada, junto a um banco, com a finalidade dos visitantes descansarem na companhia da família imperial e/ou serem fotografados ao lado da descontraída fotografia da realeza.

A escolha desse retrato – que consta no primeiro catálogo de exposição do Museu Imperial datado de 1947 – relaciona-se com os interesses em reiterar a autoimagem construída por D. Pedro II ao longo do Segundo Reinado, a qual articula sua figura pública às ciências, às artes e às letras. Ou seja, um monarca ilustrado, encantado com o progresso e seus “frutos”, como a própria fotografia. Vale lembrar que tais “frutos” seriam realmente colhidos pela própria família imperial e pelas elites durante o Império, e não somente nele, porque os herdeiros do período monárquico adentraram a República

desfrutando de privilégios herdados da estrutura de poder do Brasil Império. Assim, nessa representação, o monarca ilustrado não se preocupava com luxos, era marcado pela simplicidade, tal como retratado na fotografia. A autoimagem de D. Pedro II estendia-se à família imperial e ao próprio palácio, o qual, desde o século XIX, foi descrito como sem “requite arquitetônico” nos relatos de viajantes. Como sabemos, tal simplicidade construída para a memória da família imperial não foi suficiente para os herdeiros do trono terem aberto mão de receberem o laudêmio na cidade.<sup>1</sup>

**Figura 6** – Fila para entrar no Museu Imperial



Fonte: autoria própria, 2023.

No nosso brevíssimo e inspirador passeio pelos jardins do Museu Imperial, podemos observar a fila de visitantes que se forma às portas do museu para adentrarem o antigo palácio de verão da família imperial. Apesar de o Museu Imperial não estar localizado em uma capital brasileira e distar cerca de uma hora da capital, conta, desde sua inauguração, com expressivo número de visitantes, sendo um dos museus mais

---

<sup>1</sup> As propriedades em Petrópolis, localizadas na antiga Fazenda do Córrego Seco (região central da cidade atualmente), são comercializadas a partir do pagamento do laudêmio aos descendentes da família imperial em Petrópolis. Ou seja, qualquer transação imobiliária feita nessa área é cobrada taxa de 2,5% do valor total do imóvel, chamada laudêmio. O Código Civil de 2002 proibiu a construção de novas enfiteuses, ou laudêmios, “[...] mas em cumprimento às já existentes, especialmente as do Código Civil de 1916, manteve-se a cobrança sobre a aquisição de terras e imóveis na cidade, ao menos em partes onde houve aquisição por parte da família real.” (ANGELO, p. 1, 2012)

visitados do Brasil. Ao transpor a fila, o visitante entra nas dependências do museu, podendo percorrê-lo, mas não sem antes calçar as célebres pantufas, as quais acabam por ficar na memória daqueles que já pisaram no Museu Imperial. Como a separar sagrado e profano, calçar as pantufas para vislumbrar-se com o passado imperial narrado na exposição do museu pode ser interpretado como um rito de encantamento da aura do Império emanada pelos cômodos da antiga residência de verão de D. Pedro II. O passado povoado por imperador, imperatriz, príncipes, princesas, duques, condes, viscondes e barões produz encanto e fascínio. Nessa narrativa saudosa do período imperial contada pelo museu são invisibilizados escravizados e libertos, sem os quais pouco se pode saber sobre a história do Império, uma vez que estruturavam a sociedade imperial.

Apesar do dia de sol e da brisa amena da serra que refrescava meu rosto, toda essa narrativa para o passado imperial era indigesta. Os silenciamentos sobre a história do período monárquico, sobretudo o Segundo Reinado, contada pelo Museu Imperial são inseparáveis da construção da memória imperial para a cidade de Petrópolis. Foi ruminando tal narrativa indigesta por um pouco mais de quatro anos que busquei entender como ocorreu tal construção na cidade, além de estar certa de que ela não serve apenas à cidade de Petrópolis, como à memória do Império elaborada no período republicano.

## INTRODUÇÃO

A dificuldade em situar o antes e o depois de uma trajetória relaciona-se justamente ao fato de se buscar cronologia e lógica coerente – consoante à ideia de tempo que avança irremediavelmente para frente –, onde não existe linearidade, mas sim múltiplas camadas temporais em que passado e presente muitas vezes coexistem. Todo o esforço biográfico intensifica-se quando coloco na equação o fato de ter cursado meu doutorado atravessado por uma pandemia e por um governo nefasto em que o tempo pareceu, em muitos momentos, ser densidade e repetição contínua. Muitas vezes me peguei perguntando: como equacionar as questões da vida com a produção da minha tese de doutorado? Ainda que consciente, refém da “ilusão biográfica”, como nos fala Pierre Bourdieu (2008), consegui, retrospectivamente, entender que o meu trabalho de doutorado não se separava das minhas questões e da vida em si.

Não saberia precisar quando meus interesses por historiografia, patrimônio e museu nasceram, possivelmente foram gestados em momentos imprecisos. Porém, tais formas de escrita da história somadas a minha curiosidade quanto à construção da memória saudosa do Império para a cidade de Petrópolis foram fundamentais para delinear os caminhos do processo de construção do meu trabalho de doutorado. A pesquisa procura entender como a narrativa nostálgica do passado imperial da cidade de Petrópolis, localizada no estado do Rio de Janeiro, foi amplamente difundida por diferentes agentes e agências no período republicano. Dado o tamanho do desafio e a necessidade de recortes, privilegiamos na análise períodos considerados momentos-chave para a construção e a reatualização da memória saudosa do Império na cidade de Petrópolis. Tais momentos foram o final dos anos 1930 e começo dos anos 1940, com a articulação e as ações da Comissão do Centenário de Petrópolis, e o fim da década de 1970 e início dos anos 1980, momento da extensão do tombamento da cidade de Petrópolis, que recebe o título de “Cidade Imperial” em 1981. O esforço da análise reside em articular historiografia, patrimônio e museu na construção e na reprodução da história positiva e saudosa do Império, partindo do pressuposto que são fundamentais para a criação de narrativas hegemônicas sobre o passado, perpassadas por disputas e silenciamentos. Nesse sentido, o esforço em compreender como se constrói a memória saudosa do Império em Petrópolis busca lançar luz no não dito, isto é, naquilo que foi silenciado nessa narrativa do passado, além de mapear as disputas na construção de consensos.

Minha dissertação de mestrado – intitulada *Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho Consultivo do Sphan e do IHGB construindo o patrimônio e narrando a história (1938-1966)* – buscou entender as relações entre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)<sup>2</sup> e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por meio das concepções de história defendidas pelos intelectuais que ocuparam, a um só tempo, ambas as instituições. Ao pesquisar as trajetórias de vida desses intelectuais – buscando refletir sobre os *espaços sociais* por eles ocupados – e as suas produções – levantando, principalmente, as publicações na *Revista do IHGB*, na *Revista do Patrimônio* e os trabalhos dos intelectuais enquanto membros do Conselho Consultivo<sup>3</sup> – acabei chegando ao processo de tombamento do palácio imperial, tombado no final dos anos 1930, localizado na cidade de Petrópolis. Na análise desse processo, deparei-me com uma rede de intelectuais se formando em Petrópolis, articulada em torno das comemorações do centenário da cidade. A formação de tal rede me chamou a atenção, em um primeiro momento, porque nela encontrava-se boa parte dos intelectuais por mim estudados.<sup>4</sup> A partir disso, notei desdobramentos do contexto das comemorações do centenário de Petrópolis, como a fundação do Museu Histórico de Petrópolis, a criação do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), o tombamento do palácio de verão e a posterior fundação do Museu Imperial no antigo palácio. Interpretei tais desdobramentos como o desejo dessa rede de intelectuais diversificar seus espaços de enunciação e atuação, multiplicando, assim, as possibilidades de defender e difundir suas visões de mundo. As perguntas que me fiz no mestrado sobre essa rede continuaram a ressoar e motivar ao longo da construção do meu percurso no doutorado. À época do mestrado, a mais

---

<sup>2</sup> O órgão de preservação brasileiro já contou com várias denominações. O seu primeiro nome foi Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 1946, a partir do Regimento Interno do órgão de preservação, passou a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) –Decreto-lei nº 8.534 de 02 de janeiro de 1946 até 1970. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 1970 a 1979. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) de 1979 a 1981. Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) de 1981 a 1985. Neste trabalho, vamos utilizar a denominação relativa a cada período. Para saber mais sobre as várias denominações do órgão ao longo do tempo, ver Sérgio Abrahão (2012).

<sup>3</sup> A Lei nº 378, que cria o Sphan, dispunha também sobre a criação do seu Conselho Consultivo, que seria constituído pelo “[...] diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República.” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 107)

<sup>4</sup> Os intelectuais pesquisados foram: Afonso Arinos de Melo Franco, Alcindo Sodré, Américo Jacobina Lacombe, Edgard Roquette-Pinto, Francisco Marques dos Santos, Gilberto Ferrez, Gustavo Barroso, Josué Montello, Paulo Santos, Pedro Calmon e, o seu presidente, Rodrigo Melo Franco de Andrade. De formas e diferente intensidade, os intelectuais identificados, direta ou indiretamente, na rede dos saudosos do Império, foram: Alcindo Sodré, Américo Jacobina, Francisco Marques dos Santos, Pedro Calmon, Gilberto Ferrez, Edgard Roquette-Pinto, Afonso Arinos e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Para saber mais, ver minha dissertação de mestrado (SILVA NETO, 2018).

importante delas era: qual foi a participação do órgão federal de preservação na construção dessa memória imperial para Petrópolis? No doutorado, mais que continuar respondendo a essa pergunta, interessei-me por tentar encontrar momentos de transformações nessa narrativa saudosa do passado imperial contada pelas materialidades preservadas. Assim, cheguei à extensão de tombamento de Petrópolis, a qual aconteceu no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Ao analisar o processo relativo à extensão de tombamento da cidade, buscando, ingenuamente, por aqueles silenciados pela narrativa hegemônica sobre Petrópolis – escravizados, libertos e seus descendentes<sup>5</sup> – deparei-me com a reatualização de narrativa saudosa do Império que havia identificado, durante o mestrado, no contexto das comemorações do centenário da cidade. Desse momento em diante, compreendi que não poderia falar dos silenciamentos nas materialidades da história de Petrópolis se não buscasse investigar justamente a construção de tais narrativas saudosas do Império para a cidade.

Em meados de 2019, no começo do doutorado, assisti às produções *Um Sarau Imperial* e *Espetáculo de Som e Luz*, as quais ocorriam nas dependências do Museu Imperial. Naquela época, essas programações faziam parte do calendário permanente de atividades realizadas no museu.<sup>6</sup> Ocorriam todas as quintas, sextas e sábados na parte da noite. Na bilheteria, o visitante podia adquirir o ingresso promocional que o permitia visitar o museu e assistir ao sarau e ao espetáculo. Nesse sentido, *Um Sarau Imperial* e *Espetáculo de Som e Luz* eram atividades que, em alguma medida, dariam continuidade às narrativas presentes no museu, porém, valendo-se de encenações artísticas e recursos tecnológicos como forma de ensinar entretendo o público. Notamos que estas produções eram também destinadas às escolas, tendo gratuidade mediante agendamento prévio. *Um Sarau Imperial* e *Espetáculo de Som e Luz* remontam ao início dos anos 2000 e contavam com expressivo público que tem o Museu Imperial como atrativo turístico da cidade de Petrópolis.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Ao longo da tese, enfatizamos o silenciamento de escravizados, libertos e seus descendentes, uma vez que entendemos que a construção da memória saudosa do Império esteve/está diretamente relacionada com narrativas para o passado imperial em que a escravidão foi amenizada e o escravizado e seus descendentes teriam sido amalgamados na sociedade brasileira de forma a encobrir e não discutir o legado da escravidão para a sociedade brasileira.

<sup>6</sup> *Um Sarau Imperial* e *Espetáculo de Som e Luz* estão suspensas da programação do Museu Imperial.

<sup>7</sup> “Para a presidente da Cooperativa de Profissionais de Turismo de Petrópolis (Coopetur), Gláucia Vieira Andrade, a não exibição do Som e Luz, que fala da história do segundo reinado no Brasil, representa uma perda para o turismo da cidade. “Esta é uma época importante para o setor e, apesar do espetáculo não ser o principal atrativo (que é a visita ao próprio museu), sua suspensão vai gerar frustração. O Som e Luz agrega valor ao turismo de Petrópolis”, pontua Gláucia.” Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2014/01/som-e-luz-do-museu-imperial-em-petropolis-rj-retorna-em-fevereiro.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

Meu principal interesse em assistir às produções *Um Sarau Imperial* e *Espetáculo de Som e Luz* era saber como elas tratavam a escravidão e a abolição da escravatura. Tais produções abordaram a abolição da escravidão relacionando-a diretamente à Lei Áurea, à Princesa Isabel – retratada em ambas com ares de santidade – e ao movimento abolicionista. Além disso, a permanência do regime escravagista teria sido relacionada aos proprietários de escravos, e não ao monarca D. Pedro II, que, conforme ambas as produções, seria um amante das artes e das ciências, em suma, um monarca esclarecido, defensor dos valores liberais. Assim, *Um Sarau Imperial* e *Espetáculo de Som e Luz* mostraram-se distantes dos debates historiográficos à época, que pensavam em novos significados para a escravidão e a abolição, identificando o escravizado como agente desse processo e ressaltando formas de resistência.<sup>8</sup> Apartando o Imperador e a família imperial da manutenção da escravidão, ambas as produções pareciam buscar construir uma imagem positivada e romantizada para o período imperial, o Imperador e os membros da família imperial. Portanto, mesmo que de formas diferentes, *Um Sarau Imperial* e *Espetáculo de Som e Luz* reiteravam em grande medida a narrativa saudosa do Império presente nas dependências do Museu Imperial.

Em meio a muitas dúvidas, minhas indagações a essas produções à época acabam por se mostrar como pistas do caminho que percorri ao longo do trabalho de doutorado. Para mim, se já percebia que a cidade de Petrópolis contava e recontava uma história positiva para o passado imperial, não estava claro como ocorreu a construção dessa narrativa. Além disso, se a memória do período imperial era o foco das representações do passado para a cidade, naquele momento, eu já notava que existiam memórias secundárias sendo celebradas na cidade, como a do imigrante alemão. Meu interesse era, igualmente, tentar compreender como ao celebrar o Império, sendo o Museu Imperial a principal atração e chamariz para turistas em Petrópolis, produzia-se, ao mesmo tempo, silenciamentos sobre a presença de escravizados e seus descendentes na cidade, e, em última análise, na narrativa sobre o Império contada nas dependências do museu e pelas outras materialidades preservadas na cidade pelo órgão federal de preservação.

---

<sup>8</sup> *Um Sarau Imperial* foi criado pela pedagoga Regina Helena de Castro Resende, funcionária do Setor Educativo do Museu Imperial. O roteiro do filme exibido em *Espetáculo de Som e Luz* foi produzido pelo historiador Pedro Corrêa Lago e pela historiadora Isabel Lustosa. Cabe notar que *Espetáculo de Som e Luz* pareceu estar mais afinado aos debates historiográficos com relação à escravidão e à abolição. Ao retratar a Guerra do Paraguai, lança imagens da participação negra no confronto e logo em seguida introduz a Lei Áurea, traçando, assim, paralelo entre a participação do Brasil no conflito e seus desdobramentos históricos, como a organização do movimento abolicionista, a formação do Partido Republicano Paulista, o fortalecimento do Exército. No entanto, penso que o grande público dificilmente consegue fazer tais relações, uma vez que elas estavam apenas subentendidas no filme.

Assim, as narrativas positivas sobre o período imperial na cidade de Petrópolis – nas quais se abrandam, omitem, silenciam a centralidade do sistema escravista para a manutenção e consolidação do projeto imperial – fizeram-me refletir se seria essa forma de tratar o passado imperial uma herança colonial. Perseguindo essa pergunta, escolhi o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra para cursar meu doutorado sanduíche. Sob a supervisão de Miguel Bandeira Jerónimo, buscava aprofundar meus conhecimentos das discussões sobre colonialismo e pós-colonialismo. Ao longo do doutorado sanduíche, cursei as disciplinas “Colonialismo e Pós-colonialismo”, ministrada por Bandeira Jerónimo, e “Pós-Colonialismo, Identidades e Cidadania Cultural”, oferecida por António Sousa Ribeiro, as quais me possibilitaram melhor compreender o debate pós-colonial. No entanto, os textos e as discussões centravam-se em autores que entendiam a questão colonial como produto do Imperialismo no século XIX, o que apenas marginalmente pode ajudar a compreender as questões de dependência colonial vivenciadas pelos países latino-americanos.<sup>9</sup> Desse modo, pude apreender desse contato que as análises sobre o pós-colonial, centradas na Europa, relacionam-se com a busca do entendimento do período colonial – isto é, a dominação colonial do século XIX e boa parte do XX – para resolver e enfrentar questões das sociedades europeias hoje. Pelo que pude perceber – dentro dos limites do contato com tais ideias no contexto europeu, uma vez que minhas observações partem das discussões presentes nos cursos citados –, não há preocupação dos efeitos do colonialismo nas Américas.

Os caminhos que me levaram ao tema de pesquisa proposto têm estreitas relações com as inquietações proporcionadas pelas reflexões apresentadas por Ricardo Salles, em seu livro *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, que chama a atenção para a necessidade de “[...] explicar como a sociedade imperial foi capaz de produzir uma imagem tão forte de si mesma, que ainda permanece presente ‘na consciência coletiva dos brasileiros.’” (SALLES, 2013, p. 30). O historiador Ricardo Salles questiona-se sobre a “[...] razão de uma certa nostalgia do tempo do Império que parecia perdurar no imaginário histórico brasileiro. [...]” (SALLES, 2013, p. 9). Ricardo Salles se indaga justamente sobre o momento que é celebrado de

---

<sup>9</sup> O Grupo Modernidade/Colonialidade, constituído no final dos anos 1990, foi idealizado por intelectuais latino-americanos situados em universidades localizadas nas Américas. Segundo Luciana Ballestrin, “[...] o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de ‘giro decolonial.’” (BALLESTRIN, 2013, p. 89). Dentre as muitas ideias defendidas pelo grupo, está que a modernidade surgiu junto à colonialidade, a qual se relaciona com a invasão dos europeus às Américas.

múltiplas maneiras, mas nem tantas abordagens, na cidade de Petrópolis: o Segundo Reinado (1840-1889). O historiador buscará demonstrar em sua obra o quanto os elementos para o sentimento nostálgico teriam sido arquitetados no Segundo Reinado. Apesar de considerar a importância da história produzida pelo IHGB, a nostalgia imperial, segundo ele, mostrava-se mais como causa da produção historiográfica do Instituto Histórico que como seu efeito. Isto porque

É preciso mais que uma interpretação do passado – mesmo que ela seja um elemento essencial do processo – para que este possa estender sua sombra sobre o presente de forma tão duradoura. É preciso explicar como a sociedade imperial foi capaz de produzir uma imagem tão forte de si mesma, que ainda permanece presente ‘na consciência coletiva dos brasileiros’. (SALLES, 2013, p. 30)

Desse modo, o historiador entende que a nostalgia imperial foi produto do próprio Império. Nessa formação, estariam os mitos relativos à nacionalidade que se relacionavam com os empenhos da fundação de um “projeto brasileiro”, protagonizado pela ideia de construção do Estado-nação. Ricardo Salles se questiona como tais produções nostálgicas chegam até nós. A resposta para essa pergunta, conforme o autor, encontra-se no fato do momento histórico de sua fundação, a sociedade escravista imperial, ainda não ter sido superado enquanto projeto nacional por nenhum governo subsequente. Assim, “[...] Se o bloco histórico formado a partir da construção da sociedade imperial foi quebrado em sua articulação política e sua base material escravista, o mesmo não se deu com sua obra: seu projeto de civilização.” (SALLES, 2013, p. 33).

Svetlana Boym define o conceito de nostalgia como o “[...] desejo por um lar que não existe mais ou nunca existiu.” (BOYM, 2017, p. 153). A autora insere o conceito de nostalgia como produto dos processos de transformação vivenciados na modernidade. Nesse sentido, o nostálgico é aquele que se revolta contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso. Ou seja, a nostalgia pode parecer ser a saudade de um lugar, mas é na verdade a saudade de um tempo diferente e perdido. Além disso, Svetlana Boym atenta para mais um aspecto interessante da nostalgia: nem sempre se mostra como retrospectiva, às vezes pode ser prospectiva. Segundo ela, “[...] As fantasias sobre o passado, determinadas pelas necessidades do presente, têm um impacto direto nas realidades do futuro. A consideração do futuro nos faz assumir a responsabilidade por nossas fábulas nostálgicas. [...]” (BOYM, 2017, p. 154). Desse modo, podemos entender que o sentimento nostálgico mostra-se como a saudade do ausente. O nostálgico sente

saudade do tempo que não pode mais ser vivido e por isso suas criações carregam certa dose de desejo de restauração do passado rumo a expectativas restauradoras de futuro.

O ponto de partida da minha pesquisa está no pressuposto de que a força da memória imperial esteve não apenas na produção de uma imagem positiva do Império contemporânea aos seus acontecimentos, mas na permanência dessa memória na República, contando com o destacado papel de agências e agentes que guardaram e reproduziram ao longo do período republicano a imagem moderna, desenvolvida e esclarecida do Império e do seu Imperador. Nesse sentido, acreditamos que a perpetuação dos mitos elaborados e propagados ao longo do Segundo Reinado foi capaz de alcançar ressonância após o fim da monarquia porque houve instituições e agentes – que ocupavam lugares político-sociais de prestígio – capazes de sustentar e multiplicar suas visões de mundo que se coadunavam com aquelas produzidas no Segundo Reinado, ideia que será analisada ao longo da tese. A partir disso, defendo que a cidade de Petrópolis foi, e ainda é, local privilegiado para difusão/materialização dessas representações positivas do passado imperial no período republicano. Nessa memória, incluem-se representações do passado imperial que negam, negligenciam ou excluem o passado escravista, e apresentam, muitas vezes, a família imperial – sobretudo a Princesa Isabel e D. Pedro II – como abolicionistas. Entendemos que a historiografia, o museu e o patrimônio foram espaços privilegiados dessas produções e reproduções nostálgicas sobre o passado imperial na cidade de Petrópolis.

A fundação do IHGB, em 1838, se deu em um momento de construção e centralização do Estado nacional. Conforme Manoel Salgado Guimarães (2011), a criação do IHGB foi norteada pelo ideal de progresso difundido no século XIX. Desse modo, o Instituto Histórico representaria o processo de formação do Brasil a partir de uma historiografia linear e continuada. Portanto, o IHGB, desde o momento de sua criação, esteve ligado à função de escrever uma história para a nação, tal relação mostrou-se mais evidente a partir de 1849-50, momento de estabilização do poder central e assentamento das bases do projeto de centralização do Estado. Foi a partir deste momento que o Imperador D. Pedro II passa a ser frequentador assíduo das reuniões realizadas no IHGB (GUIMARÃES, 1988). Assim, investido de legitimidade pelo Estado imperial, o IHGB tomou para si o papel de escrever a história do Brasil, a qual serviria sobremaneira aos interesses do próprio Estado. Ao longo do século XIX e parte do XX, tal escrita da história

teria forte vinculação com a história política,<sup>10</sup> interessada nas “personalidades ilustres” e nos “grandes acontecimentos”, o que não quer dizer que toda a produção feita no Instituto Histórico nesse período reduziu-se a essa abordagem historiográfica.

Nas primeiras décadas da República, o IHGB continuaria ocupando papel importante na escrita da história nacional (GUIMARÃES, 2011), mesmo depois da fundação dos cursos de ciências humanas e sociais nos anos 1930, membros do IHGB ocuparam cadeiras nos cursos universitários de humanidades (FERREIRA, 2013). Alda Heizer assinala que a produção historiográfica das décadas de 1920, 1930 e 1940 buscou produzir uma memória positiva para o Imperador D. Pedro II. Nesse momento, tentava-se construir a imagem exemplar do Imperador como homem sábio e pacificador (HEIZER, 2006). Isto é, a construção da memória positiva sobre o Império começa a ser elaborada durante o Segundo Reinado e encontra seus adeptos e difusores na República, tendo o IHGB como importante reduto de intelectuais monarquistas (JANOTTI, 1986; SALLES, 2013). Assim, a despeito das mudanças vivenciadas na historiografia ao longo das primeiras décadas do século XX, seria apenas com a criação dos cursos de pós-graduação nos anos 1970 que mudanças mais substanciais aconteceriam na escrita da história, momento em que houve significativa produção historiográfica sobre a temática do século XIX (SALLES, 2013).

Com o golpe que instaurou a República, em 1889, travou-se intenso embate entre monarquistas e republicanos em torno da “[...] dominação política [assim] como da representação simbólica do Império deposto e da República nascente.” (ALONSO, 2009, p. 132). Iniciativas para a reabilitação da memória do Império vinham acontecendo nas primeiras décadas da República, porém, somente no final dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, o passado imperial seria valorizado e incorporado à narrativa nacional. Nesse contexto, ocorreu a inauguração, na Catedral de Petrópolis, do mausoléu que guardaria os restos mortais de D. Pedro II e de Teresa Cristina, contando com a presença de Getúlio Vargas.

Nesse mesmo período, na cidade de Petrópolis, em 1937, seria organizada a Comissão do Centenário de Petrópolis. A Comissão tinha como finalidade organizar as comemorações pela celebração do centenário da cidade de Petrópolis, tendo sido integrada por representantes da elite política e intelectual da cidade serrana e membros

---

<sup>10</sup> A história política, a qual nos referimos neste trabalho, destina-se a “reforçar laços da identidade nacional brasileira através da ênfase na unidade nacional e no papel dos grandes heróis como construtores da nação” (FERREIRA, 2013, p. 50).

do IHGB. O principal tema debatido pela Comissão do Centenário foi sobre a data de fundação da cidade. As discussões giravam em torno da fundação ter ocorrido por meio do Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843 ou pela chegada dos primeiros imigrantes alemães à cidade no dia 29 de junho de 1845. Em 16 de março de 1943, comemorou-se o centenário de fundação de Petrópolis, evidenciando que o grupo vencedor foi aquele que relacionava a fundação da cidade diretamente ao Decreto Imperial, ao Imperador D. Pedro II e à família imperial. Entendemos que as comemorações do centenário de Petrópolis demarcam a formação da rede dos saudos do Império em Petrópolis, que buscava construir e institucionalizar um projeto de escrita da história para a cidade. Dentre os desdobramentos da efeméride, consideramos de extrema importância para o nosso estudo a criação do Museu Histórico de Petrópolis e do IHP – ambos no ano de 1938 –, além do tombamento do antigo palácio imperial pelo Sphan e de nele ter sido instalado o Museu Imperial, criado em 1940. Além dos intelectuais que estiveram à frente da formação dessa rede, deve ser destacada a participação de figuras políticas na esfera municipal e federal, como Alcindo Sodr e e Getúlio Vargas.

Os conceitos de Estado e hegemonia estão sendo utilizados segundo o pensador italiano Antonio Gramsci. A sociedade civil e a sociedade política fazem parte do Estado ampliado, conforme Gramsci. O Estado se forma pelas inter-rela es entre sociedade civil e sociedade política, esta remetendo   no o de coer o, enquanto aquela   ideia de legitimidade. Tais rela es entre essas esferas – as quais são elas mesmas constituidoras do Estado – visam formar um consenso em busca da hegemonia, que significa “[...] deter e fazer valer um dado corpo de representa es, valores, em suma, um código cultural aceito e partilhado ainda que inconscientemente, por todos, malgrado desavenças ou conflitos, sendo estes últimos significativos da tentativa de constru o do contra-hegemônico.” (MENDONÇA, 1996, p. 97). Os intelectuais, que integram as agências públicas, são grandes responsáveis na gera o de consenso, porque o Estado não age somente a partir da violência física, mas também conta com a violência simbólica, que tem como importantes representantes os intelectuais assentados no Estado, sendo essenciais na constru o e perpetua o da hegemonia. Antonio Gramsci (1987) identifica os intelectuais orgânicos como os “comissários” do grupo dominante assentados no Estado, eles nascem da necessidade da constru o da hegemonia social, aquela que está baseada no “consenso espontâneo” e no “aparato de coer o estatal” (GRAMSCI, 1987, p. 14). Desse modo, a constru o do Estado acontece paralelamente   “constru o de um

campo de poder” (MENDONÇA, 1996), sendo entendido como espaço em que grupos disputam pela produção da hegemonia.

Pierre Bourdieu nos fala que o Estado deve ser pensado como produtor de princípios de classificação. Ou seja: [...] estruturas estruturantes capazes de serem aplicadas a todas as coisas do mundo, e em especial às coisas sociais. [...] (BOURDIEU, 2014, p. 227) Tais classificações são “[...] formas socialmente construídas e arbitrárias ou convencionais, isto é, relativas às estruturas de um grupo considerado. [...]” (BOURDIEU, 2014, p. 227). Para Pierre Bourdieu, são os agentes, reconhecidos como legítimos e com postos no Estado, que constroem as representações hegemônicas sobre o mundo, uma vez que são dotados de poder simbólico, o qual é capaz de

[...] constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2012, p. 14, grifos do autor)

Assim, o Estado mostra-se como o “[...] principal produtor de instrumentos de construção da realidade social. [...]” (BOURDIEU, 2014, p. 230). Desse modo, podemos pensar, conforme Sônia Mendonça (1995), que não existe Estado sem hegemonia, assim como inexistem hegemonia sem a presença de disputas e sem a imposição de dada representação da sociedade. Tal luta pelo estabelecimento das representações do mundo mostra-se como essencialmente política. Portanto, o Estado, por meio de suas agências e agentes, busca construir consensos onde não existem, nesse processo, a cultura ocupa lugar privilegiado na construção da hegemonia (MENDONÇA, 1996).

Conforme Roger Chartier, as percepções do social não se dão de forma neutra, porque produzem “estratégias e práticas” que são determinadas e impõem-se pelos interesses de grupos que as formulam, no entanto, a imposição de tais formulações não acontece sem disputas. Sendo assim,

[...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social [...], muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Assim, as lutas de representação dão-se dentro do próprio Estado e a construção da hegemonia impescinde de tais disputas pelo poder de nomear, como nos fala Bourdieu, cuja força relaciona-se com a posição ocupada por cada grupo dentro do Estado.

Para pensar o conceito de representações, deve-se atentar para as [...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. [...] (CHARTIER, 2002, p. 17). Para o nosso trabalho, entendemos que as representações positivas e saudosas do período imperial tornaram-se narrativas hegemônicas sobre o passado da cidade de Petrópolis por meio de intelectuais – entendidos aqui como agentes desse processo de construção – ligados às instituições – que eram agências do Estado, em grande medida, e mesmo quando não estavam ligadas diretamente ao Estado, receberam benesses e patrocínios deste por meio dos intelectuais que as compunham. Portanto, defendemos que a construção hegemônica da memória saudosa do Império contou com as articulações, ações e formas de perpetuação pensadas e colocadas em prática por agentes e agências ligadas ao Estado.

Interessado nos textos e nas formas de leitura, Roger Chartier reflete sobre a importância do recurso escrito – primeiro manuscrito, depois impresso – para a formação do Estado moderno. Além dos textos, Roger Chartier assinala a importância dos signos nessa construção. Tais “signos de poder” estariam representados nas insígnias, nos monumentos ou em objetos como os emblemas, as medalhas, os projetos arquitetônicos (CHARTIER, 2002). As nações constroem-se na esteira do processo de formação do Estado moderno. Não por acaso, historiografia, patrimônio e museu, como os entendemos hoje, nascem junto às construções nacionais, sendo responsáveis, dentre outras formas, em tornarem imaginável a nação de modo externo/materializado, para, a partir disso, passar a existir na cabeça dos cidadãos. Para isso, mostram-se necessários o “reconhecimento”, a “crença”, conforme Bourdieu (1997), ou o “nexo”, as “conexões sentimentais”, segundo Gramsci (2011), entre aqueles autorizados a falar e aos grupos a que se destinam tais narrativas. Isto é, aqueles que produzem formas de entendimento sobre o mundo são autorizados e reconhecidos como legítimos a falar, assim como tais narrativas, para serem incorporadas, devem ter alguma conexão com as formas de ver o mundo partilhadas pela coletividade. Entendemos que, dado o contexto e, principalmente, as agências que participaram da construção hegemônica da memória saudosa do Império para Petrópolis, podemos pensar que tal processo estava interessado em instituir-se como

uma forma legítima e abrangente de se contar a história não somente de Petrópolis, como do período imperial brasileiro.

Conforme Nibert Elias, a formação dos Estados teria passado por um longo processo que teve as construções nacionais como uma de suas etapas (ELIAS, 2006). Tal processo implica, segundo ele, na criação de

[...] uma imagem do passado com a qual as gerações presentes podem se identificar e que lhes dá um sentimento de orgulho da sua própria identidade nacional, além de poder servir como catalisador em um processo que geralmente inclui a integração de segmentos regionais díspares e de diferentes estratos sociais em torno de certos grupos centrais dominantes. (ELIAS, 2006, p. 164)

Na construção dessa “imagem do passado” a história e aqueles que se dedicam a escrevê-la ocupam lugar central. Desse modo, a ideia de nação busca construir narrativa homogênea e linear, onde existe o fragmentado, o múltiplo. O empenho em se construir narrativas que dessem conta da totalidade nacional pode ser entendido como um ponto de encontro, e mesmo mistura, da história com a memória. Parto do entendimento de que a memória sempre é objeto de disputa do tempo presente, ou seja, o tempo de produção das memórias é sempre o presente, que muitas vezes silencia e/ou fantasia o passado, negando o presente e projetando perspectivas de futuro excludentes. Conforme Michel-Rolph Trouillot, “[...] não existe passado independente do presente. De fato, o passado só é passado porque existe um presente, assim como só posso apontar para algo *lá* porque estou *aqui*. Mas nada está inerentemente lá ou aqui.” (TROUILLOT, 2016, p. 41). Assim como a história, conforme Walter Benjamin, “[...] é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’. [...]” (BENJAMIN, 1987, p. 229). Apesar de aproximações entre memória e história, uma vez que ambas estão interessadas na construção dos sentidos para o tempo, enfatizamos a diferença nos procedimentos de construção da memória e da história. Enquanto a memória não pensa sobre si de modo sistemático, funcionando de forma abrangente ao traçar relação entre passado, presente e futuro; a história busca construir conhecimento de forma sistemática e orientada por métodos, sendo passível de crítica e autocrítica (RAMOS, 2011). Ou seja,

[...] a história não é escrita com o intuito de exibir as variações mnemônicas e sim no vínculo inegociável com problematizações sobre as relações que o presente estabelece com o passado, incluindo aí as

maneiras de lembrar socialmente compartilhadas, em jogos de acordo e disputas. (RAMOS, 2011, p. 67)

Em outras palavras, isto é dizer que a história não está a serviço da memória, e mesmo que tenham pontos em comum, a construção do conhecimento histórico deve se comprometer com “[...] determinadas exigências, sem as quais o saber deixa de ser historicamente definido.” (RAMOS, 2011, p. 73) Portanto, dentre muitas outras tarefas, cumpre ao historiador fazer uma história da memória.

A uniformização da memória tem, dentre outras funções, garantir a elaboração e a manutenção da identidade nacional (D’ALESSIO, 1998). O processo de construção da memória nacional parte justamente do reforço de sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades (POLLAK, 1989). Assim, memórias de grupos – com mais poder e capacidade de representação – acabam por se impor como narrativas representativas da coletividade. Michel Pollak entende a memória coletiva – que tem na memória nacional sua construção mais bem acabada – como de caráter “destruidor, uniformizador e opressor” (POLLAK, 1989, p. 4). A construção de memórias mostra-se sempre como fruto de disputas, assim, as memórias subterrâneas – ligadas aos excluídos, aos marginalizados, às minorias – “[...] prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. [...]” (POLLAK, 1989, p. 4). Tais memórias marginalizadas têm dificuldade em emergir justamente porque os grupos que as possuem não ocupam posições políticas privilegiadas para lançarem luz às suas narrativas de passado, muito menos fazê-las conhecidas e reconhecidas pela coletividade. Portanto, conforme nos fala Michel Pollak (1989), existem razões políticas para os silêncios. Elizabeth Jelin (2012) chama a atenção para o peso central que os agentes do Estado têm no estabelecimento e na elaboração da “história/memória oficial”. Dessa maneira, conforme a autora, mostra-se como fundamental compreender os conflitos e as disputas nas interpretações do passado, buscando entender por que algumas narrativas sobre o passado caem no esquecimento, enquanto outras convertem-se em hegemônicas (JELIN, 2012). Neste trabalho, interesse-me pelos silenciamentos na história de Petrópolis a partir da construção e reprodução de narrativa que liga a cidade, desde a sua fundação, com a versão positiva e saudosa do passado imperial. Desse modo, mais do que as narrativas que acabam por ser esquecidas, buscamos lançar luz nas possibilidades de histórias sobre o passado da cidade que nem foram escritas, uma vez que eram impensáveis por aqueles que se dedicaram a narrar a história de Petrópolis no final dos anos 1930 e começo dos

anos 1940, e continuou a ser impensável nas décadas seguintes demonstrando a força dessa narrativa nostálgica do Império, a qual produz e reitera os silenciamentos sobre escravidão a nível local e nacional. Sendo assim, inspirados nas reflexões feitas por Trouillot, entendemos que

[...] Quando a realidade não coincide com crenças profundamente enraizadas, os seres humanos tendem a compor interpretações que forcem a realidade a caber no escopo dessas crenças. Concebem fórmulas para reprimir o impensável e trazê-lo de volta ao âmbito do discurso aceitável. (TROUILLOT, 2016, p. 121)

Portanto, mais do que refletir sobre a construção saudosa da memória do Império para a cidade de Petrópolis, buscamos compreender os silenciamentos agenciados ao longo do percurso de produção e de reprodução dessas narrativas. Sendo assim, para entender o processo de construção de uma história da memória mostra-se necessário, ao mesmo tempo, trazer à tona sua irmã siamesa: a história do esquecimento (CATROGA, 2001). Tais esquecimentos são frutos, duplamente, de escolhas e do poder; a capacidade de escolher uma versão para o passado em detrimento de outras relaciona-se diretamente ao poder. O esforço em analisar a construção da memória saudosa do Império para a cidade de Petrópolis busca justamente compreender e dar forma a esse poder.

Na obra *A memória coletiva*, Maurice Halbwachs entende que construímos memória de forma coletiva, ou seja, precisamos do outro para lembrar. Além disso, a dimensão material e espacial da construção de memórias foi enfatizada por Halbwachs. Desse modo, o autor assinala que

[...] a condição necessária para voltarmos a pensar em algo aparentemente é a sequência de percepções pelas quais só poderemos passar de novo refazendo o mesmo caminho, de modo a estar outra vez diante das mesmas casas, do mesmo rochedo etc. [...] (HALBWACHS, 2006, p. 53)

Ou seja, além da memória ser historicamente datada, sua construção impescinde da dimensão espacial, que também pode ser entendida como a necessidade da materialidade tridimensional para trazer à tona as lembranças. Isto porque “Nas lembranças, o espaço localiza o tempo. Perdido o espaço, a identidade vacila à medida que tempo/espaço compõem o quadro no interior do qual o sujeito se re-conhece.” (D’ALESSIO, 1998, p. 273). A construção dos lugares de memória, como nos fala Pierre Nora (1993), relaciona-se ao reconhecimento da necessidade da materialidade para a

construção da memória, além de, primeiramente, estar ligado à ameaça oferecida ao que está se celebrando/guardando nesses lugares de memória. Sendo assim, identidades ameaçadas buscam se fiar nos espaços, já que “[...] lugares e objetos aparecem como imutáveis, portanto, como fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas garantindo-lhes identidade. [...]” (D’ALESSIO, 1998, p. 272). A ideia de origem e o momento de fundação foram questões centrais nas discussões pela memória de Petrópolis. Nessas discussões, os intelectuais que estiveram à frente da Comissão do Centenário buscaram traçar narrativa que ligasse a cidade ao passado tido como branco, europeu e civilizado.

Desse modo, queremos chamar a atenção para a dimensão material/espacial da construção de memórias. Tal noção mostrou-se muito relevante na construção da memória positiva do Império em Petrópolis. Isso porque, apesar da nostalgia imperial não se manifestar apenas em Petrópolis, encontramos na cidade particularidades que a torna potente para dar concretude à memória positiva do Império. Ou seja, Petrópolis deve ser interpretada como símbolo de uma narrativa mais ampla sobre o passado imperial, no entanto, a cidade se destaca por conta dos significados produzidos e reproduzidos para as suas materialidades. Assim, buscaremos analisar o Museu Imperial como produto – criado justamente no momento das comemorações pelo centenário da cidade – e como agente desse processo de construção da memória positiva do Império atrelada à cidade serrana, uma vez que houve centralidade do palácio, mais tarde museu, na história de origem e fundação da cidade. Ao longo da tese, buscaremos traçar conexão entre museu e cidade, porque se o Museu Imperial pode ser identificado como lugar onde se encena a memória positiva do período imperial, a cidade mostra-se como cenário para tal narrativa, contando com os tombamentos feitos pelo órgão federal de preservação que reiteraram em grande medida a relação da fundação da cidade com o Império, com a família imperial e com os imigrantes alemães, vinculando as materialidades aos valores como progresso e modernização – em suma, valores fundamentais para o ideal de civilização – tão caros à memória positiva do Império.

Benedict Anderson, discorrendo sobre o moderno processo de construções nacionais, destaca o papel dos romances, jornais, mapas, museus, censos como fundamentais para a materialização e a realização das nações (ANDERSON, 2008). Aníbal Quijano formula, no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, o conceito de colonialidade, o qual busca evidenciar as continuidades históricas das relações coloniais em sociedades consideradas pós-coloniais. O sociólogo peruano enfatiza o “[...] caráter

colonial da dominação social e política sob Estados formalmente independentes. [...]” (QUIJANO, 2005, p. 125). Isto é, consoante Aníbal Quijano (2005), pode-se pensar em Estados independentes, porém sociedades coloniais. Benedict Anderson reflete como as formas de imaginação nacional ocorreram de maneiras específicas nas sociedades coloniais.<sup>11</sup> Segundo ele, censo, mapa e museu

[...] moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio – a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado. [...] (ANDERSON, 2008, p. 227)

O autor enfatiza que as sociedades pós-coloniais mostraram nítidas continuidades com os antecessores coloniais. Ou seja, a forma de imaginar a nação e aqueles que dela faziam parte, mesmo após as independências, continuou a beber das formas de classificação do colonizador. Notamos a especificidade do caso brasileiro na América Latina: a continuidade da influência do domínio dinástico europeu, mesmo após a Proclamação da Independência. Tal especificidade não impossibilita entender a formação do Brasil a partir da situação de colonialidade, pelo contrário, intensifica e confere especificidades ao processo de construção nacional brasileiro. Assim, cabe notar que Aníbal Quijano (2005) enfatiza a centralidade da ideia de raça na dominação das sociedades coloniais. Nas sociedades coloniais americanas, a ideia de “primitivo” relacionava-se à construção do “outro”. No Brasil, as discussões sobre a formação da nação foram amplamente conectadas com a dimensão racial desde o século XIX (SCHWARCZ, 2014; SEYFERTH, 2002). A fundação de Petrópolis e a narrativa para a sua história de fundação mostram-se como diretamente relacionadas, primeiramente, ao empenho em tornar o Brasil branco, ao longo do século XIX; depois, na impossibilidade da quimera do branqueamento, a partir dos anos 1930, a construção da ideia da mestiçagem ganharia papel central na aproximação do Brasil às nações ditas civilizadas. Desse modo, a construção da memória saudosa do Império para Petrópolis esteve diretamente relacionada às discussões sobre mestiçagem que atravessaram a história do

---

<sup>11</sup> O capítulo “Censo, mapa, museu”, ao qual nos referimos aqui, foi incluído na 2ª edição do livro *Comunidades Imaginadas*. Benedict Anderson assinala que não havia percebido antes que “[...] o nacionalismo oficial nos mundos colonizados da Ásia e da África vinha diretamente modelado sobre o nacionalismo oficial dos estados dinásticos europeus do século XIX. Refletindo mais tarde, percebi que esse ponto de vista era precipitado e superficial, e que a genealogia próxima devia ser buscada na criação de imagens do Estado colonial. [...]” (ANDERSON, 2008, p. 226).

Brasil republicano, tendo o mito da democracia racial como seu fruto mais enraizado e destrutivo.

Décadas depois das comemorações pelo centenário de Petrópolis, durante a ditadura militar, a cidade serrana seria palco de intensas discussões em torno da preservação de seu conjunto urbano-paisagístico. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, foi encaminhado ao órgão de preservação pedido de extensão de tombamento da cidade de Petrópolis. Antes disso, um pequeno trecho, incluindo apenas o conjunto urbano da Avenida Koeler, havia sido tombado, em 1964, a pedido de Lourenço Luiz Lacombe, que, anos mais tarde, dirigiria o Museu Imperial e também o Conselho Municipal de Cultura de Petrópolis. Identifico Lourenço Lacombe como integrante da rede dos saudosos do Império, empenhada em defender, construir e difundir memória positiva do passado imperial.

Apesar de momento favorável vivido no contexto de redemocratização política no Brasil e de tentativas de incorporação de novos conceitos e práticas no órgão de preservação, o processo de extensão de tombamento de Petrópolis, empreendido pela Sphan, foi fundamental para somar vozes aos defensores da imagem positiva do período imperial, do Imperador e da família imperial na cidade. Será nesse contexto, em 1981, que João Batista Figueiredo, por meio do Decreto nº 85.849, atribuiu à cidade de Petrópolis o título de “Cidade Imperial”.

Partindo das reflexões de Walter Benjamin, compreendemos que os “monumentos de cultura” – entendidos aqui como aqueles que dão materialidade às narrativas da memória saudosa do período imperial para a cidade de Petrópolis – vinculam-se às disputas e aos silenciamentos – tão caros às construções de memória – e, por isso mesmo, podem ser lidos como ligados àqueles que tiveram poder para articular, formular e investir de legitimidade suas narrativas de passado. Assim,

[...] Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. [...] (BENJAMIN, 1987 p. 225)

Ao propor “escovar a história a contrapelo”, Benjamin certamente estava contando com o que a história pode fazer tão bem: dar vida ao morto. Em outras palavras, a partir dos vestígios da destruição – que são sempre o que nos resta –, encontrar brechas para outras formas de compreensão do passado que não estejam mais a serviço daqueles

que protagonizaram por tanto tempo o cortejo triunfal. Portanto, tentando “escovar a história a contrapelo”, buscamos entender como, por meio das agências e dos agentes, historiografia, patrimônio e museu relacionaram-se na construção da memória imperial para Petrópolis. Para isso, algumas perguntas serviram como inspiração: a quem serviu/serve a memória saudosa do império construída para Petrópolis? Quais foram as estratégias de produção e reprodução dessa memória? Quais representações do passado imperial queriam preservar? O que essa memória quis silenciar? Quem foi silenciado? Quais são as disputas em torno da construção dessa memória? Quais os desdobramentos da produção dessa memória saudosa do Império na cidade de Petrópolis? Mais do que responder a todas essas perguntas, acreditamos que a contribuição deste trabalho relaciona-se com o esforço de compreensão em costurar historiografia, patrimônio e museu na construção e reatualização da memória saudosa do período imperial para a cidade de Petrópolis, demonstrando sua força e sua abrangência tanto na esfera local, quanto nacional.

Esta tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, busco confrontar abordagem frequentemente reproduzida em trabalhos sobre cidade que iniciam seus estudos articulando breves contextualizações históricas sobre o lugar pesquisado. Tal posição desconsidera, muitas vezes, debates historiográficos de longa data – como podemos identificar no caso de Petrópolis – e reproduz a escrita da história hegemônica reiterando silenciamentos e desconsiderando disputas. As produções analisadas, com raras exceções, começam a narrar a história de Petrópolis privilegiando o momento da chegada do colonizador na região, desconsiderando a ocupação anterior do território. Desse modo, analiso algumas produções feitas dentro e fora da academia sobre o período de fundação de Petrópolis. A escolha por esse momento tem relação com a centralidade ocupada pela fundação da cidade na escrita da história empreendida pelos intelectuais da Comissão do Centenário de Petrópolis no final dos anos 1930 e começo dos anos 1940. Portanto, procuro analisar o quanto os trabalhos levantados reproduzem as narrativas de passado para a cidade defendidas e difundidas no momento das comemorações do centenário de Petrópolis, no qual entendo que foi formada a rede dos saudosos do Império e construído um projeto de escrita da história para a cidade de Petrópolis. Por outro lado, busco evidenciar como tais construções de longa data atravessaram o tempo na produção historiográfica, reproduzindo silenciamentos e negligenciando disputas pela memória na cidade. Analiso algumas menções dos silenciados na história, assim como algumas estratégias agenciadas para combater esses silenciamentos. Por fim, mapeio alguns

desdobramentos das disputas pela memória na cidade, levando em consideração o papel secundário legado aos imigrantes alemães e os silenciamentos quanto à presença de libertos, escravizados e seus descendentes na história de Petrópolis.

No segundo capítulo, analiso a Comissão do Centenário de Petrópolis, com destaque para os *Trabalhos da Comissão* – produzidos entre 1938 e 1943 –, e seus desdobramentos, como a criação do Museu Histórico de Petrópolis e o IHP. Busco evidenciar como foi neste momento que se formou a rede dos saudos do Império na cidade, interessada em produzir uma narrativa para Petrópolis vinculada às representações positivas do passado imperial e multiplicar seus lugares de enunciação. Para isso, trato da construção de um projeto de escrita da história para Petrópolis, que contou com patrocínio e empenho de agentes do Estado, assim como de intelectuais renomados de dentro e fora da cidade. Mapeio as disputas em torno da construção dessa memória para Petrópolis, a qual tinha como principal tema a contenda da data de fundação da cidade, que animava espíritos na defesa do Decreto Imperial de 16 de março de 1843 como ato fundador e outros na chegada dos colonos alemães em 29 de junho de 1845. Ao longo do capítulo, analiso também como a construção da memória saudosa do período imperial contou com o patrocínio do Governo Federal, na figura do presidente Getúlio Vargas. Assim como procuro evidenciar que, apesar das disputas em torno da data de fundação, a memória do imigrante alemão seria permitida e incluída na narrativa sobre o passado de Petrópolis, servindo ao ideal de civilização atrelado à fundação da cidade desde o século XIX e tão caro à memória saudosa do Império. Por outro lado, destaco como nesse momento de construção de projeto de escrita da história para Petrópolis foram institucionalizados silenciamentos sobre a participação de libertos, escravizados e seus descendentes no passado da cidade.

No terceiro capítulo, analiso como a memória saudosa do período imperial para a cidade de Petrópolis ultrapassa a dimensão local e ganha força nacional com a fundação do Museu Imperial, em 1940, e os tombamentos na cidade efetuados pelo órgão federal de preservação, a começar pelo antigo palácio imperial. Tais agências do Estado estavam conectadas, a um só tempo, por lei e pelos intelectuais que as integravam. Neste capítulo, parto do entendimento que a escrita da história acontece em vários espaços e de inúmeras maneiras, assim, os patrimônios e os museus seriam formas de se escrever a história a partir das narrativas representadas pelas materialidades. Desse modo, busco investigar as narrativas produzidas sobre o passado de Petrópolis exibidas no Museu Imperial e nas justificativas para os tombamentos dos bens preservados na cidade. Analiso o momento

de fundação do Museu Imperial relacionando-o à rede dos saudosos do Império, assim como enfatizo o papel do Sphan na preservação de legado material que ligava a cidade de Petrópolis às narrativas de progresso, modernidade e civilização tão caras às representações nostálgicas do passado imperial em Petrópolis. Em última análise, busco relacionar as materialidades expostas e preservadas com o projeto de escrita da história elaborado pela rede dos saudosos do Império.

No quarto capítulo, o último, analiso a reatualização da memória saudosa do Império produzida para Petrópolis por meio do processo de extensão de tombamento da cidade e das ações do Museu Imperial. Parto do entendimento de que o momento analisado, final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, foi marcado por diversas discussões e transformações no campo do patrimônio, do museu e da historiografia, sendo assim, levanto tais debates e busco compreender como impactaram nas ações do órgão federal de preservação e do museu. Mapeio, ao longo do capítulo, como o processo de extensão de tombamento envolveu múltiplas agências e agentes – ligados ao Estado e à sociedade civil – nos debates sobre quais bens melhor representariam a história do passado da cidade e, por isso, deveriam ser preservados. Atento para os significados dados às materialidades tombadas, buscando perceber em que medida reproduziam ou rompiam com a narrativa saudosa do passado imperial para Petrópolis e com o silenciamento de libertos, escravizados e seus descendentes na história da cidade. Busco, ainda, analisar as narrativas construídas para as materialidades expostas no Museu Imperial, levando em consideração o papel político ocupado por seu diretor à época – Lourenço Luiz Lacombe –, assim como quando analiso a extensão de tombamento, interesse-me em perceber as permanências e possíveis rupturas na narrativa nostálgica do passado imperial representadas no museu.

## CAPÍTULO 1

### **Silenciamentos na história de ocupação e de fundação de Petrópolis e seus desdobramentos nas disputas de memória na cidade**

O município de Petrópolis, situado na região Serrana do estado do Rio de Janeiro e localizado a aproximadamente 60 km da cidade do Rio de Janeiro, conta com população de 306.678 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>12</sup> Conforme pesquisas do último censo realizado pelo IBGE, em 2010, Petrópolis contava com 295.917 habitantes que, segundo a autodeclaração da classificação de “cor ou raça”, dividia-se da seguinte forma: 187.076 branca; 32.586 preta; 1.098 amarela; 74.949 parda; e, 208 indígena.<sup>13</sup> A população branca de Petrópolis chega a aproximadamente 63%, enquanto pardos e pretos, numericamente mais expressiva depois da população branca, somados contabilizam a aproximadamente 36% da população petropolitana.<sup>14</sup>

Apesar da relativa diversidade racial representada na classificação da população petropolitana, a história da cidade serrana continua sendo contada como de fundação e formação no período imperial com a participação, sobretudo, de imigrantes alemães. O percurso para a consolidação da memória imperial para a cidade de Petrópolis não seria sem percalços. As representações do passado apresentam-se sempre como espaços de lutas pela sobreposição de memórias hegemônicas em detrimento da possibilidade de conviver com várias perspectivas e vivências da história e construção de memórias diversas.

É interessante notar que a grande maioria das referências sobre o percurso de Petrópolis no tempo conta a história da cidade como de colonização e fundação branca e europeia, admitindo a data do Decreto Imperial nº 155 de 1843 como de fundação da cidade serrana. Algumas exceções podem ser encontradas, como nos trabalhos de Renata

---

<sup>12</sup> Busca pela cidade de Petrópolis. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/petropolis.html>. Acesso em: 27 dez. 2020.

<sup>13</sup> Busca por dados da cidade de Petrópolis relativos ao último censo realizado em 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>. Acesso em: 27 dez. 2020. Os dados do censo realizado em 2022 ainda não estavam disponíveis no momento de conclusão da tese.

<sup>14</sup> Dados não oficiais. Cálculo baseado no quantitativo populacional disponibilizado pelo IBGE.

Aquino da Silva<sup>15</sup> e de Paola Gonçalves Dias,<sup>16</sup> nos quais se busca, dentre outras questões, identificar e analisar a presença da população de escravizados e seus descendentes no processo de formação da região que viria a ser Petrópolis. Segundo Renata Aquino da Silva, “É preciso registrar que a área já contava com o desenvolvimento por meio de técnicas e intelectualidade africana há 166 anos.” (SILVA, 2018, p. 29). A escrita da história a partir do protagonismo do homem branco europeu na fundação de Petrópolis relaciona-se, dentre outros fatores, com a concepção eurocêntrica de conceber o conhecimento, incorporada pela intelectualidade que produz essas narrativas. Aníbal Quijano, em seus estudos sobre América Latina, assinala que as continuidades históricas da colonização são marcadas não apenas pelo “domínio político-econômico/jurídico-administrativo, como também pela dimensão epistêmica, cultural.” (QUIJANO, 2005, p. 19). Edward Said, em *Cultura e Imperialismo*, defende que a dominação colonial não foi apenas política e econômica, mas, sobretudo, cultural, e seu interesse era compreender as ressonâncias do passado imperial no presente das ex-colônias (SAID, 1995).

Entendemos que a produção de narrativas eurocêntricas tem ressonâncias e permanecem entre nossa escrita da história hoje. Olhar com estranhamento para tais formas de contar a história talvez comece a ser o primeiro passo para produzirmos formas de compreensão do passado para *além do pensamento abissal*,<sup>17</sup> levando em consideração as diversas epistemologias e formas de existir, e não somente aquelas legadas por nossos colonizadores que acabaram por conseguir se fazer presente da pior forma possível: em nossas mentes, nossas formas de pensar e conceber o conhecimento.

Nas palavras de Michel-Rolph Trouillot,

[...] a seleção daquilo que importa, a criação dual de menções e silêncios, é baseada na compreensão das regras do jogo, tanto pelo locutor quanto pela audiência. Em resumo, relatos passo a passo são estritos em termos daquilo que neles pode entrar em termos da ordem em que esses elementos podem entrar. (TROUILLOT, 2016, p. 90)

---

<sup>15</sup> Renata Aquino da Silva graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2006. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5771021848202162>. Acesso em: 02 maio 2023.

<sup>16</sup> Paola Gonçalves Dias graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1999. Obteve seu título de mestre, em 2016, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5656336420677408>. Acesso em: 02 maio 2023.

<sup>17</sup> Faço referência ao texto de Boaventura Sousa Santos, intitulado *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes* (2007).

Desse modo, conforme o autor, a produção de silêncios na história faz-se na dualidade, uma vez que escolhe as medidas e a ordem adequada para as menções daquilo que se quer silenciar. No caso da escrita da história sobre Petrópolis, as materialidades contextualizadas e historicizadas parecem beber incansavelmente das narrativas construídas para a história de fundação da cidade. Mesmo que haja discordâncias sobre a data de fundação de Petrópolis,<sup>18</sup> a história da cidade liga-se primeiramente à memória saudosa e positiva de D. Pedro II e da família imperial e aos corajosos alemães que vieram povoar a região que mais tarde seria nomeada como Petrópolis, justamente em homenagem ao Imperador Pedro II. Dentro da reprodução dessa narrativa canônica sobre a fundação de Petrópolis, encontram-se brechas nas quais são mencionadas a presença dos invisibilizados na história: indígenas – em menor medida –, libertos e escravizados.<sup>19</sup> Portanto, mais do que reproduzir a narrativa hegemônica sobre a ocupação do território e a fundação da cidade, analisaremos neste capítulo algumas menções dos silenciados e disputas da história, além de alguns modos ou estratégias utilizadas para seu silenciamento. Buscaremos também mapear alguns desdobramentos nas lutas pela memória na cidade que se relacionam ao papel de coadjuvante legado aos imigrantes alemães e as invisibilidades relacionadas aos libertos, escravizados e seus descendentes, produzidas pela escrita da história para Petrópolis.

Se a escrita da história produzida nas instituições públicas e privadas ou nas universidades não deve ser considerada como a única forma de produzir significados sobre o passado, ela deve ser levada em consideração pelas análises interessadas em compreender as interpretações sobre o tempo pretérito, uma vez que podem ser entendidas como espaços de poder. Em tais espaços se produzem interpretações tidas como legítimas pelos seus pares, mesmo que nem sempre essas interpretações tornem-se hegemônicas, porque para isso acontecer elas devem ter adesão de um público que extrapole esses espaços de produção de conhecimento. No caso da construção de narrativa sobre a história de Petrópolis, notamos que as produções feitas fora da academia alcançariam a produção acadêmica, demonstrando o intercâmbio entre produções dentro da academia e fora dela na construção de narrativas hegemônicas.

---

<sup>18</sup> Aqui me refiro às discussões que envolvem o momento de fundação da cidade de Petrópolis, relacionando-o à chegada dos alemães na região, em 29 de junho de 1845, ou ao Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843. Assunto que será tratado no capítulo 2.

<sup>19</sup> Nesta pesquisa, tratamos apenas marginalmente sobre o silenciamento dos indígenas na escrita da história de Petrópolis. Enfocamos o processo de silenciamento de libertos, escravizados e seus descendentes na história da cidade.

No contexto dos debates historiográficos ocorridos em Petrópolis, entendemos como momento seminal aquele que busca construir um projeto de escrita da história para Petrópolis no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, no qual ocorriam as comemorações do centenário da cidade. Por isso, decidimos, neste capítulo, focar a análise de produções empreendidas sobre o momento de ocupação e de fundação de Petrópolis, que foram temas centrais nos trabalhos produzidos pela Comissão do Centenário de Petrópolis, como veremos no próximo capítulo. Teremos como base uma produção narrativa diversificada, acadêmica e de outras naturezas, sobre a cidade. Nesse sentido, serão levantadas e analisadas narrativas produzidas por historiadores e outros cientistas sociais, assim como historiadores petropolitanos que não necessariamente contaram com formação acadêmica na área, mas dispuseram de legitimidade porque foram importantes historiadores locais, vinculados ao IHP. Ademais, o capítulo busca confrontar ideia comumente elaborada em trabalhos sobre cidade em que se faz uma breve contextualização da história do lugar, desconsiderando debates historiográficos – por vezes longos e espinhosos, como é o caso de Petrópolis – e reproduzindo, assim, silenciamentos na história. Buscamos, em última análise, chamar a atenção para o fato de que, por trás das “origens” históricas de um lugar, existe uma vasta produção historiográfica, muitas vezes desconhecida, o que colabora para produção de narrativas, mesmo acadêmicas, que reiteram visões hegemônicas, e cristalizadas, da história.

### 1.1 Como fugir da história única sobre o processo de formação de Petrópolis

Chimamanda Ngozi Adichie, em seu livro *O perigo de uma história única*,<sup>20</sup> atenta para as armadilhas da produção de narrativas estereotipadas sobre os países africanos, quando não se faz alusão à África como um grande país. Para a autora nigeriana, a produção de uma “história única” sobre um lugar ou um povo tem relação direta com o poder. De maneira didática, Chimamanda Adichie nos leva a refletir sobre como contar uma história relaciona-se com estruturas de poder hierárquicas delineadas entre aqueles que podem contar a história e aqueles que são os personagens – o *outro*, neste caso – da história contada. Segundo ela,

[...] Existe uma palavra em *igbo* na qual sempre penso quando considero estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que,

---

<sup>20</sup> Pego emprestado o termo utilizado por Chimamanda Ngozi Adichie em *O perigo de uma história única* (2019). Acho que pode só colocar a nota aqui

em tradução livre, quer dizer ‘ser maior do que outro’. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. (ADICHIE, 2019, p. 12)

A “história única”, nas palavras de Chimamanda Adichie, cria estereótipos, que não são mentiras em essência, mas são incompletos, porque tornam *uma* história como a *única* história (ADICHIE, 2019). A utilização do estereótipo para tratar de sociedades coloniais foi notada por Homi Bhabha. Para ele, a construção do discurso colonial passa por uma articulação entre as formas de diferença sexuais e raciais que embasam “[...] as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural” (BHABHA, 1998, p.107). Desse modo, o autor lança questão crucial para se pensar em construção de estereótipos, qual seja: pensar o *modo de representação da alteridade*. Isto porque o discurso colonial consegue produzir um “outro” que é, ao mesmo tempo, “apreensível e visível”. Assim,

[...] O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a *representação* do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais. (BHABHA, 1998, p. 117, grifos do autor)

É nessa sutileza na criação dos estereótipos que se encontra a dificuldade de combatê-los de forma contundente, porque partem de elementos da realidade para exagerá-la, criando narrativas opressoras e excludentes de povos, lugares, tempos históricos. Desse modo, tentaremos, neste capítulo, combater alguns estereótipos enraizados na escrita da história para Petrópolis, que negligencia e exclui grupos integrantes do processo de construção da cidade.

A história da formação de Petrópolis é amplamente narrada como intimamente ligada ao período da mineração durante o século XVIII. Seria justamente o interesse econômico nas Minas Gerais que descortinaria a região nomeada pelos portugueses como Serra da Estrela, atualmente Petrópolis, que era praticamente desconhecida pelos colonizadores nos primeiros dois séculos da colonização do Brasil (TAULOIS, [19--?]).<sup>21</sup> Em grande medida, tal forma de narrar a história de Petrópolis faz parte dos esforços em

---

<sup>21</sup> Artigo do professor Antônio Eugênio Taulois, membro do IHP, consultado no Portal do Instituto Municipal de Cultura e Esportes de Petrópolis. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/petropolis/historia>. Acesso em: 27 dez. 2020.

relacioná-la com a formação da cidade planejada, servindo como modelo civilizacional no século XIX e na posteridade. Nesse sentido, relacionar a história de Petrópolis ao “[...] desenvolvimento urbano-industrial de padrões europeus, assume como premissa a negação de seu passado rural escravocrata e de sua protourbanidade subordinada a uma economia de passagem.” (DIAS, 2016, p. 52). Ou seja, identifica-se uma noção de causalidade na narrativa largamente difundida sobre a formação do espaço territorial que viria a ser Petrópolis. Nessa forma de narrar a história, entendemos que o mais importante para aqueles que defenderam e difundiram tal versão era o tempo presente no qual os agentes da produção dessas narrativas se inseriam. A Comissão do Centenário de Petrópolis, criada em 1937, e a produção, entre 1938 e 1943, dos *Trabalhos da Comissão*, que serão tratados no próximo capítulo, relacionam-se com o momento de institucionalização da rede dos saudos do Império e de projeto de escrita para história de Petrópolis, na qual beberia a historiografia posterior sobre a cidade. A pergunta que fica é: por que, em trabalhos recentes sobre a cidade, essa narrativa continua a ser reproduzida acriticamente?

Exemplo para nossa pergunta está em Fania Fridman<sup>22</sup> (2001) quando afirma que a ocupação da região serrana teria sido “escassa” e articulada, desde o final do século XVII, com atividades mineradoras e abertura de caminhos com “ranchos, roças, estalagens e casas de comércio” (FRIDMAN, 2001, p. 2). Desse modo, podemos sugerir que as interpretações canônicas sobre os acontecimentos, largamente difundidas, vão sendo reproduzidas indiscriminadamente e muitas vezes o pesquisador pode partir de algum “lugar comum” sem mesmo notar o que está fazendo. Os consensos gerados por esses tipos de interpretação atrapalham, em grande medida, nosso entendimento sobre o passado e, principalmente, sobre o presente.

Antes da ocupação pelo colonizador, a região da antiga Serra da Estrela era habitada por indígenas que foram responsáveis pela abertura de muitos caminhos por conta de seus movimentos migratórios. Consoante o historiador petropolitano Jeronymo Ferreira Alves Netto,<sup>23</sup> a região onde hoje se localiza Petrópolis era conhecida como

---

<sup>22</sup> Fania Fridman formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ e doutora em Economia Política pela Université Paris 8. A autora é professora titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, tendo longa trajetória nos estudos sobre a formação dos territórios cariocas e fluminenses. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3720386635237171>. Acesso em: 27 abr. 2023.

<sup>23</sup> Jeronymo Ferreira Alves Netto formou-se, em 1964, bacharel e licenciado em Filosofia, Ciências e Letras pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Mestre em Educação pela Universidade Autónoma de Guadalajara, no México. Recebeu, em 2014, título de Doutor Honoris Causa pela UCP. Nela, foi professor titular de História Antiga e Sociedade Regional, tendo ingressado no corpo docente em 1964 e ocupado

“Sertão dos Índios Coroados” – designação atribuída pelos colonizadores –, os quais pertenciam ao grupo étnico goitacás (NETTO, 2006). Os vestígios materiais da presença indígena na região foram encontrados em rios de Petrópolis,

[...] a Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, datada de 1767, assinala uma vasta área da margem direita do rio Piabanha e da margem setentrional do rio Paraíba, até Minas Gerais, a qual denomina ‘Sertão dos índios bravos’.

Por esta região erravam os índios Puris, divididos em várias tribos, constantemente em guerra. Assim, os Pataxós, da mesma raça que os Puris ‘habitavam as florestas do sertão à beira do rio Piabanha’. (NETTO, 2006)<sup>24</sup>

A presença dos indígenas na região que viria a ser Petrópolis foi reproduzida da mesma maneira em diferentes estudos sobre a formação da cidade. Em meados da década de 1980, no livro *História de Petrópolis*, Henrique José Rabaço<sup>25</sup> afirma terem sido os indígenas os “donos originários da terra”, cita os topônimos indígenas relativos aos cursos de águas “[...] a cujas margens os nativos abriram suas picadas de caça e pesca, ou de elevações em cujos cimos estabeleceram suas aldeias.” (RABAÇO, 1985, p. 48). O historiador petropolitano continua afirmando que os “índios coroados” haviam recebido “amizade cordial” dos seus colonizadores, inexistindo nos primórdios da história local registros de “choques com os nativos.” Nas palavras de Rabaço (1985), no processo de colaboração do indígena com o colonizador, aquele atuou em diferentes serviços, como tropeiro, canoeiro e dedicando-se às lavouras de sítios e fazendas. Assim, o indígena foi “[...] depressa assimilado no processo de miscigenação dos primeiros colonos, segundo o espírito de brasilidade.” (RABAÇO, 1985, p. 49). Conforme a linha de raciocínio de Henrique José Rabaço, seria por conta dessa “contribuição” do indígena no processo de formação de Petrópolis que a nomenclatura ligada a eles foi conservada, isso porque simbolizava a “integração étnica e cultural”. Nessa integração, os vestígios do passado

---

vários cargos administrativos na instituição. Foi membro do IHP, da Academia Petropolitana de Letras (APL), do Instituto Histórico e Geográfico Militar Brasileiro e da Academia Petropolitana de Educação. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1022101463478340>. Acesso em: 27 abr. 2023. Faleceu em 2019, aos 82 anos. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/morre-em-petropolis-professor-jeronymo-ferreira-alves-netto/>. Acesso em 27 abr. 2023.

<sup>24</sup> “Curso de História de Petrópolis”. Portal IHP. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=4360>. Acesso em: 26 abr. 2021.

<sup>25</sup> Henrique José Rabaço nasceu em Petrópolis no ano de 1924. Bacharel e licenciado em História e Geografia pela UCP, a qual ajuda a fundar e lecionou História. Em 1969, exerceu o cargo de Diretor do Departamento de Educação e no ano de 1978 recebeu medalha do Mérito Universitário da UCP. Membro do IHP e da APL (CARVALHO, 1999). Além da obra *Patronos do IHP: informes biográficos* (1999), informações disponíveis em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/henrique-jose-rabaco/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

relacionados aos indígenas receberam poucas interpretações, uma vez que esses povos haviam sido assimilados e, portanto, transformados em outro: o mestiço.

Assim como a presença indígena, Henrique José Rabaço assinala a “contribuição do imigrante” africano na região. Cabe notar que enquanto os europeus eram tratados pelas suas nacionalidades de origem, como imigrantes alemães, portugueses, ingleses, franceses, holandeses etc., as pessoas que vieram de África eram denominadas apenas como “imigrantes africanos”. Segundo Rabaço, o primeiro recenseamento realizado na localidade onde viria a ser Petrópolis foi feito pelo Padre Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim em 1736. Nele, aparecia a presença do africano escravizado, tendo sido o primeiro batizado realizado na região de uma “mulatinha”, chamada Jacinta. Nas palavras do historiador, tal acontecimento representava o “[...] congraçamento étnico português que deu origem à democracia racial brasileira [e] produziu os frutos da mestiçagem. [...]” (RABAÇO, 1985, p. 128). Ou seja, assim como o indígena, o africano escravizado foi assimilado pelo processo de miscigenação, no qual foram deixando de existir enquanto negros e transformaram-se, assim como os indígenas, no mestiço. Quimera da democracia racial, o mestiço representava o ser essencialmente brasileiro, ele seria a amálgama das três raças – indígena, negra e branca – e simbolizaria a “contribuição” dessas três raças no processo de formação nacional. Essa “contribuição” foi contabilizada com medidas extremamente desproporcionais, uma vez que o caminho da mestiçagem era criar a civilização nos trópicos, tornando-se, a um só tempo, distinto e mais próximo da pigmentação da cor da pele e das ideias de civilização dos europeus. Importante notar que, concomitante ao momento de publicação do livro de Henrique José Rabaço, vinha acontecendo amplo debate, protagonizado sobretudo pelo movimento negro, sobre as marcas negativas que a crença no mito da democracia racial legou à sociedade brasileira; e, como, naquele momento, o regime militar (1964-1985) vinha reiterando os elementos desse mito no imaginário nacional (PEREIRA, 2012).

Destacamos que a fonte citada acima por Henrique José Rabaço sobre a primeira escrava batizada na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim foi retirada dos *Trabalhos da Comissão*, do artigo “Os primeiros sesmeiros estabelecidos no território petropolitano” de Frei Estanislau Schaette, do ano de 1942. Segundo Paola Gonçalves Dias,

Embora frequentemente citado pela historiografia para atestar a existência do negro em território petropolitano, o artigo do religioso fora pouco explorado no que tange à construção de uma teia de relações

sociais das quais o negro era parte integrante, expondo, por vezes, as formas de sociabilidade com a classe senhorial. (DIAS, 2016, p. 80)

Dessa maneira, Paola Gonçalves Dias chama a atenção para a reprodução dessa fonte de forma acrítica, uma vez que utilizada como prova ao invés de ponto de partida para análise aprofundada sobre a presença e participação dos africanos escravizados e seus descendentes na região. Renata Aquino da Silva destaca a importância da ocupação do território serrano no período colonial, que foi marcado pela navegação do Rio Piabanha e pela exploração de fazendas. A região da serra subordinava-se à administração da Vila de Inhomirim, fundada em 1677, dividida em fazendas garantidoras de lucros para a Coroa (SILVA, 2018). Nesse sentido, diferente do que faz boa parte da historiografia sobre Petrópolis, a autora busca lançar luz sobre a importância da região no período colonial, e sua íntima relação com o trabalho de africanos escravizados.

Interessante notar que *História de Petrópolis* foi impresso pela UCP e publicado em parceria com o IHP, do qual Henrique José Rabaço era sócio. Na apresentação do livro, Ruth Judice, presidente do instituto à época, identifica a obra como uma introdução à história petropolitana que seria útil à juventude da cidade. A publicação ligava-se à Maratona Escolar da Cidade de Petrópolis, evento realizado anualmente e contava com apoio da municipalidade, voltado à juventude estudantil da cidade. O livro dividia-se em duas partes: Antecedentes Históricos – a qual englobava o percurso dos caminhos que levavam até Minas Gerais; a divisão da região em sesmarias; e, a Fazenda do Padre Correia e as visitas de D. Pedro I a ela – e Povoação de Petrópolis – que contava com a discussão sobre a fundação de Petrópolis; as ações do major Júlio Frederico Koeler<sup>26</sup> na região; a colonização alemã; a criação da Paróquia e suas consequências cívicas e políticas; e, a contribuição estrangeira. Ao longo da tese, analisaremos o projeto de construção da escrita da história para a cidade de Petrópolis. Tal forma de narrar a história da cidade, instituída no momento de comemorações pelo centenário da cidade, foi repetida e reproduzida ao longo do tempo. O IHP foi um dos frutos desse momento de esforços para ampliar os espaços de enunciação de narrativa saudosa sobre o passado imperial, relacionando-a com a fundação de Petrópolis. O historiador Henrique José

---

<sup>26</sup> Júlio Frederico Koeler era alemão e luterano, nasceu em 1804, tendo chegado ao Brasil em 1828, contratado para servir o Exército Imperial. Foi admitido com 1º Tenente do Corpo de Engenharia do Exército Imperial. Afastado do Exército por ser estrangeiro, Koeler voltou ao Exército Imperial em 1833 após casar-se com uma brasileira e naturalizar-se brasileiro. Faleceu em Petrópolis no ano de 1847. Disponível em: <https://www.alemanhaeamusica.com.br/index.php/o-major-koeler>. Acesso em 14 abr. 2023.

Rabaço estudou durante anos os volumes editados pela Comissão do Centenário de Petrópolis, “[...] organizando, em 1976, um índice [sobre os *Trabalhos da Comissão*] que se tornou de consulta obrigatória a todos que se dedicam à historiografia petropolitana. [...]” (CARVALHO, 1999, p. 84). Cabe notar que em meados dos anos 1980 tal forma de narrar a história da cidade estava sendo reproduzida, com auxílio da municipalidade, e divulgada entre os jovens petropolitanos.

Para reduzir o tempo de viagem que partia de São Paulo em direção às regiões de produção aurífera, conhecido como Caminho Velho, foi aproveitada rota arquitetada e utilizada pelos indígenas da região (SILVA, 2018), batizado de Caminho Novo e datando o aproveitamento de seu traçado pelos colonizadores no ano de 1698, tendo a rota final sido concluída apenas entre 1722 e 1725 (DRACH; *et al*, 2020).<sup>27</sup> Cabe notar que

[...] Petrópolis foi caminho para os fluxos populacionais, que deram origem aos povoados da região, posteriormente aos quilombos e às migrações, formando os espaços regionais, as fazendas, as estradas, os pontos de parada, os portos de rios. (SILVA, 2018, p. 29)

A abertura da rota do Caminho Novo encurtou distâncias tanto do Rio de Janeiro até Minas Gerais, quanto da corte até a região onde seria erguida a cidade de Petrópolis. Henrique José Rabaço (1985) assinala que os africanos escravizados trabalharam nas obras de construção do Caminho Novo. Assim como os indígenas, os escravizados realizaram trabalhos quer como tropeiros e canoieiros da região, quer em fazendas e sítios, inclusive na propriedade que pertencia ao Padre Correia, a qual contava com “[...] ‘mais de 400 escravos de ambos os sexos e todas as idades’ trabalhando na agricultura ou artesanato em que se destacava a produção de ferraduras para animais de montaria e carga.” (RABAÇO, 1985, p. 126).

O Caminho Novo localizava-se justamente no eixo de integração do Rio de Janeiro às regiões produtoras de café. A região que futuramente viria a ser Petrópolis encontra-se geograficamente na conexão desse caminho, por isso,

[...] esteve exposta tanto ao fluxo de mercadorias, quanto ao de pessoas (viajantes estrangeiros; figuras do médio e alto escalão do Império; tropeiros; escravos traficados ou fugidos das fazendas de café; e

---

<sup>27</sup> A tese não tem como objetivo analisar o papel do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) na preservação de Petrópolis. No entanto, mostra-se digno de nota o processo de tombamento intitulado “Caminhos de Minas”, tendo o pedido partido da Associação Petropolitana de Proteção aos Animais e Defesa Ecológica (Appande) no ano de 1983. Da proposta de tombamento depreende-se que patrimonializar os Caminhos das Minas seria preservar os caminhos feitos pelos “índios no começo, negros depois”, e continuados pelos portugueses (processo nº E-03/31486/83).

colonos) que circulavam entre o Rio de Janeiro e as fazendas de café. (DIAS, 2016, p. 56)<sup>28</sup>

No ano de 1944, Lourenço Luiz Lacombe<sup>29</sup> redige artigo para *Revista do Patrimônio* em que disserta sobre a história da posse da sesmaria que viria a se tornar a Fazenda Santo Antônio, localizada em Itaipava, distrito de Petrópolis.<sup>30</sup> Segundo Lacombe, podemos tomá-la como exemplo de propriedade agrícola da região famosa por sua opulência. Vizinha à propriedade do Padre Correia – local que despertou, no começo dos anos 1820, grande admiração e interesse em D. Pedro I –, a Fazenda Santo Antônio foi herdada por Agostinho Correia da Silva Goulão, que nela se fixara por longos anos. A propriedade foi próspera durante a gestão de Agostinho Goulão, contando com produção de cereais, café, cana de açúcar, produtos voltados ao mercado externo que renderiam ao seu proprietário grandes recompensas. O prestígio de Agostinho Goulão não se reduziria aos seus lucros enquanto fazendeiro, tendo sido escolhido para participar da Assembleia Constituinte em 1823. Agostinho Goulão preocupava-se com o fim da vida e, anos antes de morrer, teria mandado produzir seu “próprio caixão funerário de madeira de ébano embutida”. Morreria na madrugada de 10 de novembro de 1847, conforme Lacombe, “Sua numerosa escravaria acompanhou-lhe o enterro, derramando sentidas lágrimas por quem, em vida, não fora apenas um senhor – mas um verdadeiro pai” (LACOMBE, 1944, p. 185).

Não tendo se casado nem deixado herdeiros, quase vinte anos antes de morrer, em 15 de abril de 1828, Agostinho Goulão escreveria seu testamento, mandando libertar todos os seus escravos independentemente de “[...] idade, sexo ou condição que forem e que

---

<sup>28</sup> Paola Gonçalves Dias (2016) faz referência à defesa do historiador Francisco de Vasconcellos (1988) que inclui o município de Petrópolis na região do Vale do Paraíba, uma vez que o rio Piabanha, um dos afluentes do rio Paraíba do Sul, atravessa parte da cidade e foi responsável, a partir do cultivo do café, pelo desenvolvimento econômico de alguns distritos de Petrópolis, como São José do Vale do Rio Preto.

<sup>29</sup> Lourenço Luiz Lacombe nasceu no Rio de Janeiro em 7 de abril de 1914. Formou-se em Biblioteconomia em 1939 e mudou-se para Petrópolis, juntando-se ao grupo que fundou o Museu Imperial. Considerado discípulo de Alcindo Sodrê, ocupou os cargos de pesquisador especializado (1940-1946), chefe da Divisão de Documentação (1946-1967) e diretor (1967-1990). Trabalhou no Museu Imperial da sua fundação até o seu falecimento, mesmo já estando aposentado da função de diretor (CUSATIS, 1999). Grande conhecedor do Segundo Reinado e da história de Petrópolis, foi professor de História da UCP e dos educandários: Instituto Carlos Alberto Werneck, Colégio Notre Dame de Sion, Liceu Municipal Prefeito Cordolino Ambrósio, Colégio São Vicente, Colégio São José e Colégio Estadual Washington Luís. Integrou a Comissão do Centenário de Petrópolis. Membro do IHP e da APL, presidiu o Conselho Municipal de Cultura de Petrópolis e foi conselheiro do Museu de Armas Ferreira da Cunha. Faleceu na sua cidade natal em 29 de agosto de 1994. Disponível em: <https://cbg.org.br/biografia/lourenco-luiz-lacombe>. Acesso em 28 fev. 2023.

<sup>30</sup> Atualmente Petrópolis conta com quatro distritos, são eles: Centro, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e Posse.

existirem ao tempo de meu falecimento, ou em minha companhia ou dispersos por fora [...]” (GOULÃO, 1828 *apud* LACOMBE, 1944, p. 187). Levando em consideração a baixa expectativa de vida dos escravizados, parte daqueles que estavam vivos no momento da redação do testamento já haviam falecido quando da morte do fazendeiro, o qual diferente de seus escravos teria passado dos 90 anos de idade. Nesse sentido, muito mais do que a importância da libertação dos escravizados, estamos diante da preocupação de Lourenço Lacombe em homenagear a imagem de Agostinho Goulão, identificando-o como homem bondoso e benevolente com os seus escravos.

No artigo, Lourenço Lacombe cita, em nota, que Antônio Machado,<sup>31</sup> o qual teve acesso ao testamento de Agostinho Goulão, afirma que o fazendeiro

[...] ‘legou terras da Tapera a uma escrava de nome Isabel e um sítio banhado pelo Córrego do Carvão a uma outra de nome Júlia; (cláusulas essas que em absoluto não figuram no testamento) e a propriedade da fazenda a um certo Gregório José Teixeira, *provavelmente seu filho natural.*’ (MACHADO, 1941 *apud* LACOMBE, 1944, 186, grifos do autor)

Segundo Paola Gonçalves Dias (2016), a despeito das notas historiográficas, o testamento de Agostinho Goulão havia se perdido levantando a hipótese de que as terras teriam sido doadas a Isabel e Júlia por meio de acordo verbal. Cabe notar que essas terras seriam aquelas que dariam origem ao Quilombo da Tapera, localizado na Estrada de Teresópolis, em Itaipava. Paola Gonçalves Dias afirma que não há artigos científicos ou jornalísticos sobre o Quilombo da Tapera, sendo marca do “[...] silenciamento da sociedade e de agentes do poder público municipal em relação à comunidade petropolitana [...].” (DIAS, 2016, p. 106). Conforme Dias (2016), apenas quatro quilombos foram reconhecidos em Petrópolis pela historiografia, são eles: o Quilombo da Vargem Grande, o Quilombo Manoel Congo, o Quilombo da Tapera e o Quilombo de Petrópolis. Cabe notar que Paola Dias cita, em seu trabalho, artigo de Eduardo Silva publicado em 1999, o qual não foi citado nas referências da sua dissertação. Acreditamos que a autora tenha retirado tal denominação “Quilombo de Petrópolis” de artigo publicado

---

<sup>31</sup> Antônio Machado nasceu no Rio de Janeiro em 28 de julho de 1884. Mudou-se para Petrópolis, em 1922, instalando-se na casa da antiga fazenda do Padre Correia, transformando-a no Hotel Pedro II. A partir disso, interessou-se pela história da cidade e, como autodidata, empenhou-se nas pesquisas sobre Petrópolis. Colaborou com os periódicos *Tribuna de Petrópolis* e do *Jornal de Petrópolis*. Integrou a Comissão do Centenário de Petrópolis, contribuindo com estudos publicados nos Trabalhos da Comissão. Foi sócio fundador do IHP e membro da APL. Faleceu em Petrópolis no ano de 1939 (ABREU, 1999).

no ano de 1999 e disponibilizado no portal *on-line* do IHP.<sup>32</sup> Conforme Paola Dias, neste artigo Eduardo Silva não menciona a localização do Quilombo de Petrópolis, porém, em seu livro *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura* – mesmo título do artigo –, o autor cita o Quilombo Isabel, localizado no Palácio Imperial de Petrópolis (SILVA, 2003). Acreditamos que o Quilombo de Petrópolis e o Quilombo Isabel se tratem do mesmo local, tendo o autor alterado o nome quando da publicação do livro.

Atualmente, o Quilombo da Tapera é a única comunidade remanescente de quilombo reconhecida legalmente na cidade de Petrópolis. Conforme Alexandra dos Santos, “[...] o evento das chuvas de 2011 [desastre que destruiu parte da região serrana, inclusive o Quilombo da Tapera] ocorre em concomitância com o reconhecimento do grupo dentro de uma categoria política e legal, além de configurar como estruturante na consolidação da identidade quilombola desse grupo de sujeitos que passaram da condição de moradores da Tapera a quilombolas de Petrópolis. [...]” (SANTOS, 2016, p. 87). Em 2011, a comunidade da Tapera foi reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares.

Paola Gonçalves Dias (2016) e Renata Aquino da Silva (2018) enfatizam em suas pesquisas a importância das fazendas de café na região que viria a ser Petrópolis, além de ter se tornado área de passagem em direção às Minas Gerais, o que foi crucial para o povoamento da região muito antes dos planos da construção de um palácio de verão pelo Imperador D. Pedro I. Conforme Henrique José Rabaço, o fluxo de escravizados para Petrópolis no período colonial pode ser identificado na Rua do Imperador, onde, entre casas comerciais, havia se estabelecido um mercado para compra e venda de pessoas escravizadas. Segundo ele,

Como nem todos os africanos aceitavam com docilidade a escravidão, formaram-se também em Petrópolis em decorrência de sua revolta e fuga, vários quilombos. Um dos mais célebres era o Quilombo da Vargem Grande, acima da Fazenda Inglesa, que tomava as duas margens do Rio da Cidade dividindo-se em Quilombo da Direita e Quilombo da Esquerda. No Sertão de São José do Rio Preto, acima de Calçado, formou-se um importante aldeamento de escravos fugidos, tendo a localidade hoje a denominação de Quilombo. Também no setor urbano de Petrópolis, na Praça da Confluência (Palácio de Cristal) foram encontrados vestígios de um grande quilombo. (RABAÇO, 1985, p. 130)

---

<sup>32</sup> “As camélias do Leblon e a abolição da escravatura”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=1803>. Acesso em: 08 abr. 2023.

O “grande quilombo” nas imediações do Palácio de Cristal mencionado por Rabaço não foi um dos identificados por Paola Dias (2016) como reconhecido pela historiografia, a despeito desse quilombo ter sido citado na historiografia petropolitana desde o século XIX, uma vez que Jean Baptista Binot<sup>33</sup> faria referência a ele em um artigo publicado em 1858 no jornal *Paraíba*.<sup>34</sup> O historiador Alcindo Sodré menciona este artigo no volume VI dos *Trabalhos da Comissão*, e, a partir disso, essa referência será citada várias vezes, uma vez que os *Trabalhos da Comissão* tornaram-se fonte fundamental para a escrita da história sobre Petrópolis.<sup>35</sup>

O Museu Memória Negra de Petrópolis identifica esse quilombo, referenciado por Binot desde o século XIX, como Quilombo Central. A fundação deste museu deu-se “simbolicamente” em 13 de maio de 2019 e no ano de 2020 iniciou-se seu processo de institucionalização. Filipe Graciano,<sup>36</sup> Karol Cerqueira,<sup>37</sup> Pedro Cipriano<sup>38</sup> e Lucas Ventura<sup>39</sup> integram a equipe do Museu Memória Negra de Petrópolis que construíram coletivamente sua exposição virtual, inaugurada em 20 de novembro de 2021. O projeto do Museu Virtual visa apresentar

---

<sup>33</sup> Jean Baptista Binot nasceu em Paris, em 1806. Veio para o Brasil, no ano de 1836, e estabelecendo-se na recém-fundada Petrópolis. Paisagista, trabalhou nos jardins do Palácio Imperial e criou orquidário em Retiro. Colaborou com a imprensa local, denunciando o desrespeito ao Plano Koeler e agressões ao meio ambiente. Faleceu em Petrópolis no dia 17 de setembro de 1894. “O profeta Binot”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=7396>. Acesso em 28 abr. 2023.

<sup>34</sup> No capítulo 2, cito o trecho do artigo de Jean Baptista Binot mencionado por Alcindo Sodré nos *Trabalhos da Comissão*.

<sup>35</sup> Diferente do quilombo que se encontrava próximo ao Palácio de Cristal, o quilombo em São José do Rio Preto, antigo distrito de Petrópolis, foi pouco mencionado na historiografia sobre a cidade. De 1892 a 1987, Petrópolis foi dividida em cinco distritos: 1º Distrito, a sede; 2º Distrito, Cascatinha; 3º Distrito, Itaipava; 4º Distrito, Pedro do Rio; e, 5º Distrito, São José do Rio Preto, o qual se emancipou em 1987 e passou a se chamar São José do Vale do Rio Preto.

<sup>36</sup> Filipe Graciano é arquiteto e urbanista formado pela UERJ. Ativista pelas causas de justiça social e pelo direito à moradia. Membro do Plano de Ação e Preservação do Palácio Amarelo, Câmara Municipal de Petrópolis (2020-2021). Atuou no Museu de Arte do Rio em 2020 na curadoria da Exposição “Casa Carioca”. Representante da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil na DIEPE – Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão – Regional Leste (2020). Disponível em: <https://museudamemorianegradepetropolis.com/equipe/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

<sup>37</sup> Karol Cerqueira é advogada, ativista e defensora na luta pelos direitos humanos em Petrópolis. Coordenadora do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://museudamemorianegradepetropolis.com/equipe/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

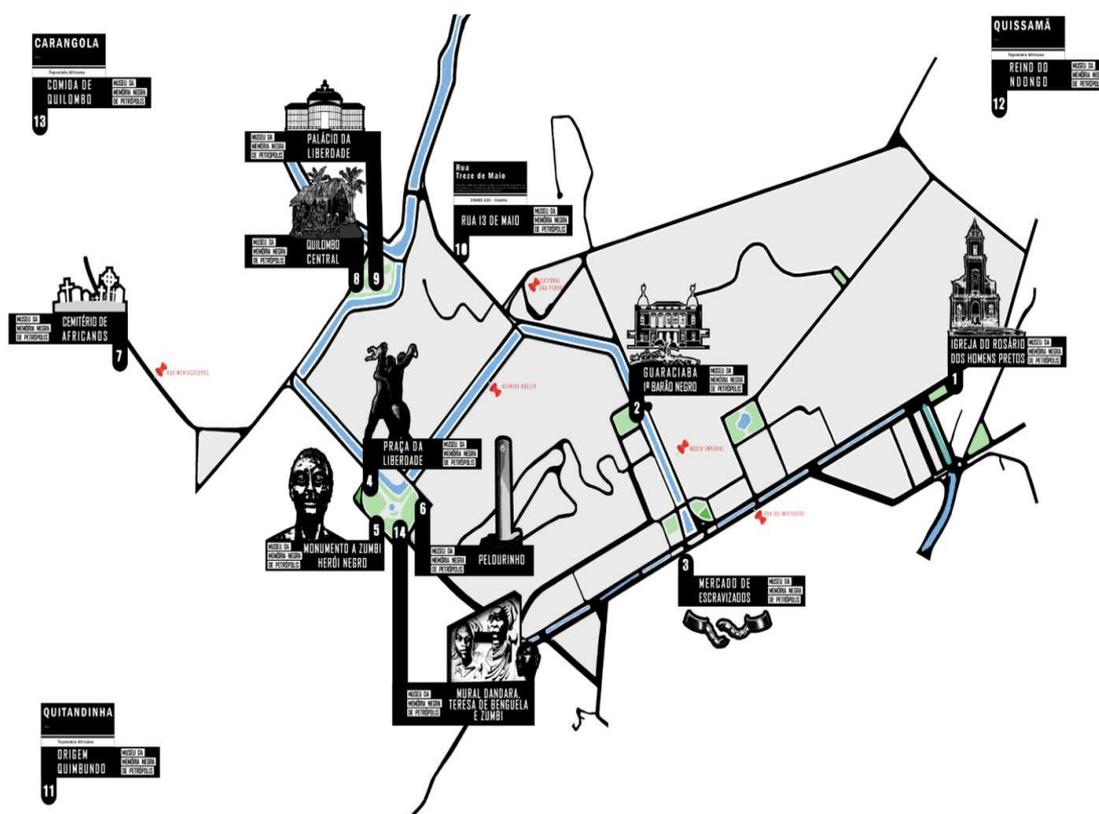
<sup>38</sup> Pedro Cipriano Artista plástico brasileiro contemporâneo. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pós-graduado em Metodologia do Ensino de Artes pelo Centro Universitário Internacional (Uninter), licenciado em Letras pela UCP. Disponível em: <https://museudamemorianegradepetropolis.com/equipe/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

<sup>39</sup> Lucas Ventura da Silva é doutorando e Mestre em História Política, na linha de Política e Sociedade, pela UERJ. Pós-graduando em História do Brasil pelo Centro Universitário INTA. No ano de 2020, licenciou-se em História pela UCP. Atualmente compõe a equipe do Museu da Memória Negra de Petrópolis. Atuou (2019-2020) no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), integrando a equipe do Arquivo Histórico do Museu Imperial. É pesquisador do Laboratório de análise de Fontes eclesiásticas e História Social (LAFEHS-UCP), na linha de História Social, Memória e Cultura. Sócio titular do IHP. Disponível em: <https://museudamemorianegradepetropolis.com/equipe/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

[...] caminhos possíveis de rompimento das narrativas impostas, nos deslocando do lugar de coadjuvante e nos colocando como protagonistas de nossas histórias, provocando identificações individuais e coletivas de modo a reafirmar identidades negras na plenitude de sua existência. (GRACIANO, 2021)<sup>40</sup>

No museu virtual, o ícone “Presenças Negras”, desdobra-se em duas abas intituladas “Quilombos” e “Cartografia de Presenças”. Os quilombos identificados em Petrópolis são aqueles elencados por Paola Gonçalves Dias (2016) e o Quilombo Central, localizado nas imediações do local atualmente conhecido como Palácio de Cristal. Em “Cartografia de Presenças”, busca-se localizar e apresentar alguns monumentos ligados à memória negra em Petrópolis, não reconhecidos pela escrita da história hegemônica como representativos das marcas da presença de libertos, africanos escravizados e seus descendentes na cidade.

Figura 7 – Cartografia de Presenças



Fonte: Museu Memória Negra de Petrópolis.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Disponível em: <https://exporvisoes.com/2021/12/10/museu-da-memoria-negra-de-petropolis-um-museu-possivel/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

<sup>41</sup> Disponível em: [https://museudamemorianegradepetropolis.com/cartografia\\_de\\_presencas/](https://museudamemorianegradepetropolis.com/cartografia_de_presencas/). Acesso em 28 abr. 2023. O Museu Virtual conta com uma pequena descrição histórica desses locais.

Tal proposta busca dar visibilidade para as invisibilidades da presença negra em Petrópolis. Segundo a descrição para a “Cartografia das Presenças”,

Através das ações de rememoração dos lugares e práticas, se propõe construir uma cartografia que conecta a história do território à memória negra, numa busca por promover uma outra dimensão espacial de nossas presenças. A narrativa percorre as escalas e camadas definidas anteriormente, possibilitando a leitura de estruturas coloniais preservadas pela morfologia urbana e espaços da cidade. Uma cartografia que marca no tempo e no espaço os antecedentes junto a atualidade. Um percurso de memória de afirmação de nossas presenças passadas, presentes e futuras.<sup>42</sup>

A dimensão afetiva e a continuidade entre presente, passado e futuro na forma de reparação foi demarcada nas ideias fundacionais do Museu Memória Negra de Petrópolis. Para Fernando Catroga, a leitura de um monumento como *re-suscitadora* de memórias dá-se quando mediada por “afetividades” e pela “partilha comunitária com outros”. Tal forma de conceber os monumentos mostra-se como capaz de travar um “diálogo entre o presente e o passado”, quase tornando nula a distância entre sujeito e objeto. Assim, “[...] se o monumento é símbolo que espera a recordação, o seu significado mais radical só será apreendido se as suas conotações forem confrontadas com o que elas também omitem e ocultam.” (CATROGRA, 2001 p. 25). Portanto, o Museu Memória Negra de Petrópolis assume postura radical quando propõe novas narrativas para as materialidades, assim como quando monumentaliza materialidades, ou seja, traz à tona lugares, personagens, histórias abandonadas nos porões da memória.

Um dos monumentos identificados na “Cartografia de Presenças” é o Palácio da Liberdade, conhecido hoje como Palácio de Cristal. Essa designação escolhida pelos idealizadores do museu tem relação com a solenidade do dia 1º de abril de 1888 quando foram entregues 103 cartas de liberdade aos “últimos” escravos da cidade (SILVA, 2020). Conforme Lucas Ventura da Silva (2020), o evento contou com a presença da Princesa Isabel, do Conde d’Eu e de seus filhos, de importantes nomes ligados ao movimento abolicionista como André Rebouças e José do Patrocínio e de outros representantes da elite política e social. Além dessa solenidade ser significativa para traçar relação entre a causa abolicionista e a família imperial – em especial a Princesa Isabel –, gostaríamos de atentar para o local onde foi realizada.

---

<sup>42</sup> Disponível em: [https://museudamemorianegradepetropolis.com/cartografia\\_de\\_presencas/](https://museudamemorianegradepetropolis.com/cartografia_de_presencas/). Acesso em: 28 abr. 2023.

Primeiramente, conforme mencionamos acima, nas imediações onde hoje localiza-se o Palácio de Cristal existiu o Quilombo Central. Com a chegada dos colonos alemães, o local passaria a ser chamado Praça da Confluência ou Coblentz,<sup>43</sup> onde foi realizada a primeira concentração pública religiosa ligada aos colonos alemães em 1845. Em 1875, a referida praça já era conhecida como Passeio Público, tendo sido escolhida para abrigar Exposição Hortícola, realizada com anuência de D. Pedro II, mas com a iniciativa da Princesa Isabel. O Palácio de Cristal, inaugurado em 1884, foi presente do Conde d’Eu para a Princesa Isabel. Em estrutura metálica encomendada aos franceses, o Palácio de Cristal mostrou-se como mais uma marca do progresso ligada à família imperial, imagem reivindicada sobretudo por D. Pedro II. Anos depois, em 1888, o local abrigaria a solenidade da entrega de títulos de liberdade aos “últimos escravizados existentes na cidade” (SILVA, 2020). A escolha e a perpetuação do nome para o local – Palácio de Cristal – nos faz refletir sobre as camadas de memória ali presentes, em que a mais visível, ao longo do tempo, foi aquela que liga o local aos feitos da família imperial.

Depois de muitos usos ao longo dos primeiros anos da República, o Palácio de Cristal abrigou, em 1938, o Museu Histórico de Petrópolis. Nos anos 1960, o prefeito Nelson de Sá Earp propôs demolir o Palácio de Cristal para, em seu lugar, construir o Centro de Cultura Física. Nesse momento, Guilherme Auler solicitaria ao órgão federal de preservação o tombamento da Praça da Confluência.<sup>44</sup> O solicitante do tombamento foi um dos fundadores do Clube 29 de Junho,<sup>45</sup> cuja solenidade de instalação ocorreu em 29 de junho de 1959 na Câmara Municipal de Petrópolis, contando com a presença de autoridades, descendentes de colonos alemães e grande público, sob a presidência de Guilherme Auler. Ao longo dos anos, o Clube 29 de Junho foi responsável por exposições de fotos e documentos relativos à imigração alemã; projeção de filmes alemães; palestras; concursos de trovas e poesias; solenidades do dia 29 de junho no Obelisco da cidade – em homenagem às famílias colonizadoras –, na Praça Princesa Isabel, no monumento ao

---

<sup>43</sup> “Praça da Confluência – assim chamada por ser o ponto geográfico de reunião entre os rios Quitandinha e Palatinado – faz alusão à outra famosa praça alemã onde também se encontram dois importantes rios, o Rhein e o Mosel: a Praça Koblenz (em português, “Confluência”).” Disponível em: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/bauernfest/a-festa/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

<sup>44</sup> O processo de tombamento da Praça da Confluência/Palácio de Cristal será tratado no capítulo 3. Cabe notar que Guilherme Auler chama o local de Praça da Confluência, evidenciando as lutas pela memória a partir da escolha da denominação.

<sup>45</sup> Além dele, participou da fundação do Clube 29 de Junho Manoel Walter Bechtluft, Pedro Hees, Dulce Carolina Becker, Guilherme Kreischer, Carlos Beck, Maria Carolina Pfeiffer, Adão Pelz Filho, Mansueto Weber e Ernesto Schön. Disponível em: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/bauernfest/clube-29-de-junho/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

major Koeler, além de se encarregarem pelo culto ecumênico na Praça da Confluência. Dentre essas e muitas outras ações do Clube 29 de Junho, esteve a organização, em 1983, da Bauernfest – festa do colono alemão –, buscando homenagear as tradições ligadas aos colonos alemães na cidade, a festa acontecia – e ainda acontece – nos arredores do Palácio de Cristal.<sup>46</sup>

Em 2013, a 1ª Festa Afro-Brasileira de Petrópolis<sup>47</sup> teve suas atividades divididas entre o Palácio de Cristal e a Praça da Liberdade (DIAS, 2016). A celebração relaciona-se ao calendário nacional, uma vez que celebra o 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, ligado a Zumbi dos Palmares. Conforme Dias,

Ao contrário da cultura germânica, consolidada entre os seus descendentes, formatada para ser mostrada à sociedade, os objetivos e a concepção da 1ª Festa afro-brasileira eram difusos e imprecisos. Por um lado, o Estado assumia o direcionamento da busca pelas memórias negras que considerava legítimas e as oferecia sob a forma de oficinas e palestras que introduziam sua audiência à discussão sobre racismo e a difusão da cultura negra no Brasil, por outro, a falta de divulgação entre os membros da comunidade negra, entre os comerciantes locais e entre a população em geral, esvaziou o evento, fazendo parecer que se tratava de uma ação que atendia a fins meramente formais. (DIAS, 2016, p. 126)

A despeito das considerações de Paola Gonçalves Dias, Ubuntu – A Festa Afro-Brasileira de Petrópolis incorporou-se ao calendário municipal da cidade. Na edição da festividade do ano de 2022, o coordenador de Igualdade Racial da Prefeitura, Filipe Graciano, assinala que “[...] O nosso objetivo é fazer o resgate, a preservação e a disseminação da cultura afro-brasileira. Não é apenas uma festa de música e gastronomia, mas sim a exaltação do povo preto e formação de uma consciência de políticas públicas. [...]”.<sup>48</sup> Desse modo, podemos notar a participação do mesmo agente empenhado no projeto do Museu Memória Negra de Petrópolis atuando na política institucional para dar visibilidade às invisibilidades da memória negra na cidade. Assim, é na articulação entre

---

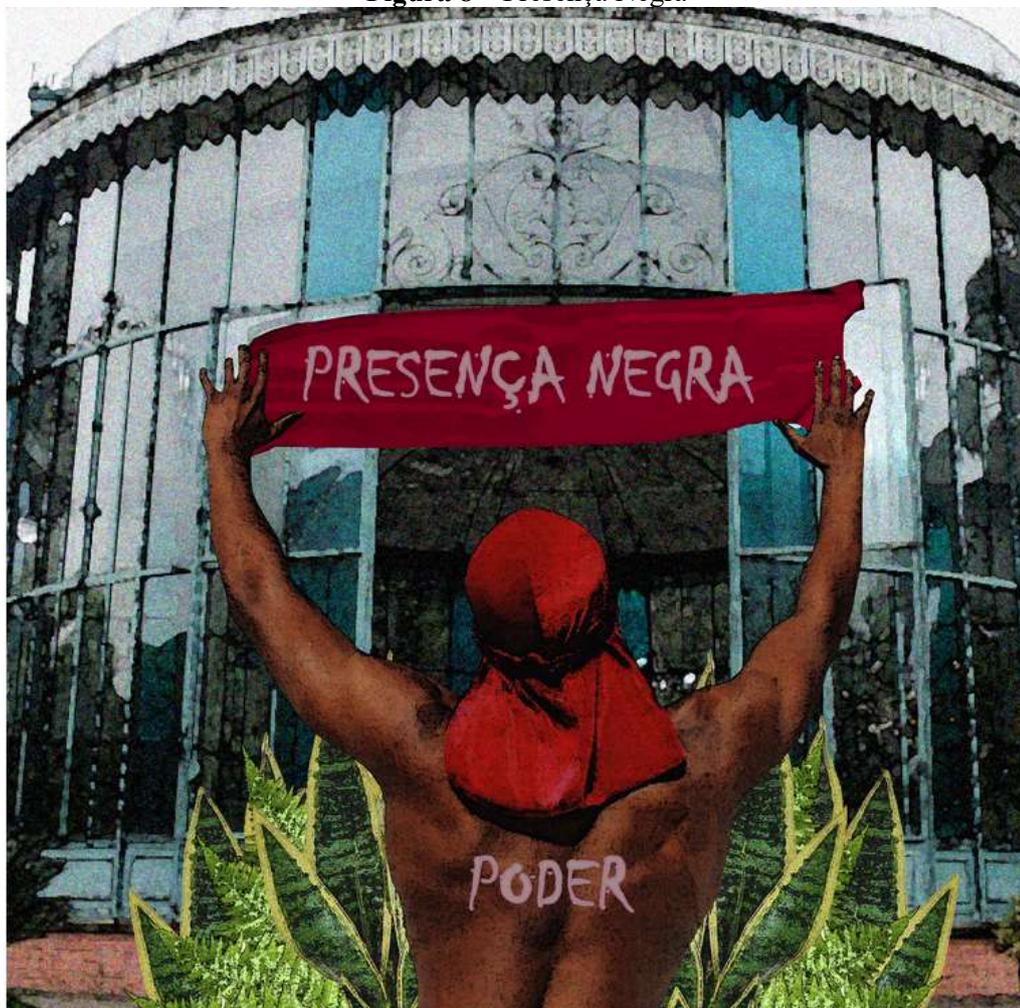
<sup>46</sup> Disponível em: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/bauernfest/a-festa/>. Acesso em: 28 abr. 2023. Paola Gonçalves Dias (2016) analisa em seu trabalho como a celebração da cultura colonial alemã acaba por eleger a cerveja como seu produto emblemático.

<sup>47</sup> No portal *on-line* da Prefeitura Municipal de Petrópolis encontramos a informação que em 2023 será comemorada a 11ª edição da festividade, portanto, em 2013 aconteceu a primeira edição da festa. Disponível em: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/festaubuntu/a-festa/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/11/17/peropolis-tem-festa-afro-ubuntu-e-disque-antirracista-como-parte-da-programacao-da-consciencia-negra.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2023.

a sociedade civil e a sociedade política, como nos fala Antonio Gramsci, que vão se construindo possibilidades nas fendas dos espaços hegemônicos de poder.

**Figura 8** – Presença Negra



Fonte: Museu Memória Negra de Petrópolis.<sup>49</sup>

A imagem acima pertence ao acervo do Museu Memória Negra de Petrópolis e mostra-se bastante significativa no que diz respeito às disputas pela memória ligadas ao local conhecido como Palácio de Cristal. Dentre as interpretações possíveis para a imagem, podemos pensar que se buscou evidenciar o protagonismo da população negra na releitura de monumento historicamente ligado à memória da família imperial e demarcar a presença de pessoas negras escravizadas, libertas, livres etc. em Petrópolis, uma vez que se ergue a faixa “Presença Negra” à frente de um dos símbolos da memória imperial na cidade.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://museudamemorianegradepetropolis.com/sobre/>. Acesso em: 02 maio 2023.

Dessa maneira, notamos que as lutas pelos significados para o local onde está abrigado o Palácio de Cristal perduraram ao longo do tempo. Conforme nos diz Paul Ricoeur, “[...] Ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro.” (RICOEUR, 2020, p. 459). O ato de narrar implica esquecimentos, os quais são frutos de escolhas, mais ou menos conscientes, daqueles que se dedicam a contar o passado. Onde atualmente localiza-se o Palácio de Cristal podemos notar camadas de memória mais visíveis e outras invisibilizadas ao longo de mais de um século, como a memória da população negra. O nome para o local – Palácio de Cristal – reflete as escolhas políticas ao longo do tempo para homenagear uma memória em detrimento de outras, uma vez que, mesmo que ocorram as festas relacionadas às memórias dos colonos alemães e da população negra, a continuidade do nome em homenagem aos acontecimentos ligados aos membros da família imperial demarca posições políticas, às quais estão intimamente conectadas com a solidez das políticas de memória para a cidade, que celebram de forma saudosa o passado imperial.

Renata Aquino da Silva (2018) assinala que o Quilombo da Vargem Grande acabaria por formar uma pequena cidade com muitos moradores, cerca de duzentos, que eram protegidos pela vegetação circundante. Conforme Paola Gonçalves Dias, o artigo de Hugo José Kling intitulado *História da Fazenda Inglesa*, publicado em capítulos no jornal *Tribuna de Petrópolis* no ano de 1932, vai na contramão da historiografia petropolitana à época e dedica seção inteira de seu trabalho ao Quilombo da Vargem Grande. Além da relevância que atribui ao tema, a metodologia utilizada por Hugo José Kling para construir narrativa sobre o Quilombo da Vargem Grande mostrava-se inovadora, uma vez que

[...] O autor buscará nos relatos orais e nos vestígios materiais, os registros que contassem a história silenciada deste quilombo, preenchendo as lacunas dos arquivos e fontes documentais oficiais. Além das visitas ao local, foram seus informantes: os objetos encontrados nas imediações do extinto quilombo; os caçadores que transitavam na região; e um casal de anciões. (DIAS, 2016, p. 99-100)

Paola Gonçalves Dias, ainda citando o trabalho de Hugo José Kling, assinala que o Quilombo da Vargem Grande foi fundado por volta de 1820 nas antigas fazendas de café de Vassouras, região do Vale do Paraíba (DIAS, 2016). Renata Aquino da Silva afirma que o Quilombo da Vargem Grande foi “[...] o maior quilombo que se tem registro na região, dizimado pela Polícia da Província do Rio de Janeiro.” (SILVA, 2018, p.

124).<sup>50</sup> Cabe notar que, desde o início do século XX, os descendentes de imigrantes alemães organizavam quermesses em casas e barracões, contando com música, danças e pratos típicos da culinária germânica. Tais eventos ocorriam no bairro Fazenda Inglesa, mesmo localidade onde se encontrava o Quilombo da Vargem Grande. Diferente deste quilombo, os eventos neste bairro são lembrados quando mencionadas as festividades ligadas à imigração alemã.<sup>51</sup>

O Quilombo Manoel Congo localizava-se nas imediações do Vale das Videiras, atualmente bairro de Araras em Petrópolis. A origem deste quilombo relaciona-se com uma revolta escrava ocorrida na Fazenda Freguesia, quando escravizados, liderados por Manoel Congo, assassinaram “[...] um lavrador branco, expulsaram os feitores e dirigiram-se armados para fazenda Maravilha, propriedade do mesmo senhor [Manuel Francisco Xavier], que foi invadida e depredada.” (MOURA, 2021, p. 28-9).<sup>52</sup> Logo em seguida, os escravizados fundariam um quilombo nas terras da Serra de Santa Catarina, aclamando Manoel Congo como rei. Após uma série de ataques às fazendas e engenhos, seria organizada a primeira expedição fracassada para combater os escravos insurretos. Conforme Clóvis Moura,

[...] Diante dos repetidos pedidos de auxílio dos fazendeiros, o governo enviou um destacamento de tropas regulares, que, no dia 11 de dezembro de 1838, dá combate aos escravos, fazendo verdadeira matança indiscriminada. Os quilombolas foram trucidados pelas tropas imperiais e os líderes caíram prisioneiros. Submetidos a julgamento sumário, sofreram penas que oscilaram entre o enforcamento e o açoite público. Manoel Congo foi condenado a morrer na forca, sendo a sentença executada no dia 6 de setembro de 1839. Outros líderes foram também punidos severamente. O Duque de Caxias foi o comandante da carnificina. (MOURA, 2021, p. 29)

Para Clóvis Moura (2021), o Quilombo Manoel Congo foi “o maior e mais conhecido” de todos no Rio de Janeiro. Apesar da importância que teve o Quilombo Manoel Congo, existe uma lacuna a ser preenchida traçando relação entre tal quilombo e a história de Petrópolis. Paola Gonçalves Dias (2016) menciona o reconhecimento do Quilombo Manoel Congo na historiografia sobre Petrópolis, mas traça poucos

---

<sup>50</sup> Conforme o trabalho de Renata Aquino da Silva (2018), atualmente existem os topônimos onde estão localizadas as Barragem Vargem Grande/Quilombo da Direita, Barragem Vargem Grande/Quilombo da Esquerda e Barragem da Cidade, que são fontes de captação de água para a cidade de Petrópolis.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/bauernfest/a-festa/>. Acesso em: 28 abr. 2023. Ver também Elis Regina Barbosa Angelo (2014).

<sup>52</sup> O livro de Clóvis Moura *Quilombos – resistência ao escravismo* foi publicado pela primeira vez em 1987, utilizando-se de base teórica marxista, a obra insere-se em um debate historiográfico sobre a escravidão dos anos 1970 e 1980.

comentários sobre ele em seu trabalho. Tal lacuna reflete a carência de pesquisas sobre a presença de escravizados e seus descendentes em Petrópolis.

Eduardo Silva (2003), em seu livro *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*, afirma que o Quilombo Isabel, estaria localizado no próprio Palácio Imperial de Petrópolis, e que, por isso, poderia ser considerado como quilombo abolicionista. O autor identifica, no final do regime escravista, o aparecimento dos quilombos abolicionistas, apresentados, naquele momento, como novo tipo de resistência,<sup>53</sup> na qual as lideranças eram conhecidas, cidadãos com documentação civil. Os quilombos abolicionistas estavam intimamente inseridos na sociedade, integrando a esfera política mais ampla (SILVA, 2003). O autor destaca o papel da Princesa Isabel e de importantes figuras do cenário político-social da época, como André Rebouças, José do Patrocínio, João Clapp, Angelo Agostini, dentre muitos outros. Segundo Eduardo Silva,

A princesa Isabel também protegia escravos fugidos em Petrópolis. Temos sobre isso o testemunho insuspeito do engenheiro André Rebouças, que tudo registrava em suas cadernetas implacáveis. Só assim podemos saber hoje, com números precisos, que no dia 4 de maio de 1888, ‘almoçaram no Palácio Imperial catorze africanos fugidos das fazendas circunvizinhas de Petrópolis.’ E mais: todo o esquema de promoção de fugas e alojamento de escravos parece ter sido montado pela própria princesa. André Rebouças sabia de tudo porque estava comprometido com o esquema. O proprietário do Hotel Bragança, onde André Rebouças se hospedava, também estava comprometido até o pescoço, chegando a esconder mais de trinta fugitivos em sua fazenda, nos arredores da cidade. O advogado Marcos Fioravanti era outro envolvido, sendo uma espécie de coordenador-geral das fugas. Não faltava ao esquema nem mesmo o apoio de importantes damas da corte, como madame Avelar, dona Amanda Paranaguá Dória e Cecília, condessa da Estrela, companheiras fiéis de Isabel e também abolicionista da gema. Às vésperas da abolição final, no dia 12 de maio, conforme anotou Rebouças, já subiam a mais de mil fugitivos ‘acolhidos’ e ‘hospedados pela Comissão Libertadora sob os auspícios de Isabel, a Redentora’. (SILVA, 2003, p. 28)

Podemos questionar a ideia de um quilombo abolicionista dentro do Palácio Imperial. Isto porque quilombo mostra-se como lugar de resistência à escravidão ligada aos escravizados; enquanto o Palácio Imperial estava diretamente ligado ao Império e às figuras que promoveram a manutenção da escravidão no Brasil. Desse modo, Eduardo Silva acaba, em alguma medida, reiterando a versão da história que relaciona a abolição da escravidão aos desejos da Princesa Isabel. Conforme o autor, diferente dos quilombos

---

<sup>53</sup> O modelo tradicional de resistência à escravidão, segundo Eduardo Silva (2003), envolvia o *quilombo-rompimento*, que utilizava como formas de mobilização o esconderijo e o segredo de guerra.

citados anteriormente, o Quilombo Isabel teria estado diretamente ligado à Coroa Imperial e ao movimento abolicionista. Nessa dinâmica, o Palácio Imperial de Petrópolis se tornaria, segundo Silva, “numa espécie de quilombo abolicionista”, inserido no jogo político da transição (SILVA, 2003). Sobre a duvidosa baixa expressividade negra em Petrópolis, cabe notar a quantidade superior a mil escravizados fugidos mencionada por André Rebouças. Mesmo que tal quantitativo pudesse ter afluído de outras regiões em busca de proteção, a importância que teve a cidade serrana no momento final da escravidão deve fazer questionar sobre a inexpressividade do regime escravista na cidade, amplamente divulgada pela historiografia sobre Petrópolis. Conforme Paola Dias, o Quilombo de Petrópolis – provavelmente trata-se do Quilombo Isabel, como já foi explicado –, diferente dos demais quilombos identificados pela historiografia, não se tratava de experiência distante no tempo e desarticulada, porém, ação liderada pela Casa Imperial e pela Princesa Isabel “[...] simultânea e contraditoriamente à construção da imagem de Petrópolis como uma cidade-modelo civilizacional, *locus* de segurança e refinamento, que adotara a política de banimento da ameaça negra das imediações serranas.” (DIAS, 2016, p. 98). Notamos que, a despeito das questões conjunturais que levaram a Princesa Isabel a apoiar a causa abolicionista, a tríade Petrópolis, abolição e Princesa seria posteriormente utilizada para a construção da memória positiva do Império, buscando consolidar a ideia da família imperial abolicionista, tendo sido a cidade de Petrópolis cenário privilegiado para tal representação do passado imperial.

Paola Gonçalves Dias apresenta elementos da memória e história negra em seu trabalho, levando em consideração que a ausência dessas narrativas evidencia-se em três “equivocos” comuns:

a) o de desconsiderar os registros históricos que indicam a existência de escravos, libertos, africanos livres, e quilombolas em Petrópolis, b) o de tomar o todo pela parte - i.e., o município pela sede; c) o de inferir que a baixa expressividade cultural do negro na vida pública é uma correlação direta da suposta baixa densidade demográfica. (DIAS, 2016, p. 75)

Renata Aquino da Silva, pesquisando sobre o povoamento e o desenvolvimento de Petrópolis feito por africanos e seus descendentes, afirma que a negligência quanto à presença da escravidão na região relaciona-se com:

[...] primeiro, desconhecimento dos limites territoriais da cidade e alterações sofridas ao longo do tempo; segundo, a crença na falsa

premissa de ter tido poucos escravizados nos limites do centro histórico significar baixo índice de população negra; terceiro, desconsiderar a existência de fazendas históricas tocadas a sangue e suor de escravizados desde 1722. (SILVA, 2018, p. 129)

Desse modo, percebemos que Paola Gonçalves Dias e Renata Aquino da Silva chegam a conclusões parecidas sobre a ausência de escravizados e seus descendentes nas narrativas sobre Petrópolis. Ambos os trabalhos são contribuições importantes para o mapeamento da presença negra ao longo do tempo na região onde hoje encontra-se a cidade de Petrópolis. Cabe notar, assim como salientado pelas autoras, que não se tratou de negar a existência da escravidão na região, mas de apresentá-la como em menor quantidade quando comparada a outras regiões. Portanto, a equação produzida pela escrita da história hegemônica para Petrópolis foi bastante sofisticada ao mencionar a presença dos escravizados e seus descendentes, mas retirando-lhes um papel de participação ativa, enquanto sujeitos. Isto porque negar a existência não seria factível, logo, coloca-se essa população à margem do processo de construção da cidade.

Francisco de Vasconcellos,<sup>54</sup> em seu trabalho *Sobrevivência da Escravidão*, dissertando sobre a escravidão no século XIX, assinala que negros de origem banto ligados à agricultura adaptaram-se com “[...] certa facilidade ao eito nos cafezais e canaviais, sem prejuízo da eventual aptidão para atividades artesanais e domésticas.” (VASCONCELLOS, 1988, p. 17). Em seu estudo, o historiador apresenta dados do censo, publicado pela Província do Rio de Janeiro em 30 de março de 1887, realizado em vários municípios fluminenses para levantar a quantidade de escravos, libertos e alforriados na região. Conforme o censo, era a seguinte a posição do Vale do Paraíba nos seus “principais redutos”: Campos contava com 18.056 escravizados – 9.686 homens e 8.370 mulheres, sendo 17.167 empregados na agricultura –, Valença tinha 17.607 escravizados – 10.401 homens e 7.206 mulheres, havendo 16.590 empregados na agricultura –, Cantagalo possuía 12.232 escravizados – 6.377 eram homens e 5.855 mulheres, sendo 11.801 empregados na agricultura –, Vassouras contava com 10.481 escravizados – 5.797 homens e 4.684 mulheres, sendo 8.066 trabalhando na agricultura –, Paraíba do Sul possuía 10.095 escravizados – 5.673 homens e 4.442 mulheres, com 9.898 empregados na agricultura –, Piraí contava com 6.038 escravizados – 3.247 homens e 2.791 mulheres,

---

<sup>54</sup> Francisco José Ribeiro de Vasconcellos nasceu em 1938 na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro. Advogado, membro do IHP e historiador de História Regional, incluindo a história de Petrópolis. O trabalho *Sobrevivência da Escravidão* foi apresentado no IX Simpósio de História do Vale do Paraíba, realizado no ano do centenário da abolição da escravidão. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FVasconcellos.html>. Acesso em: 27 abr. 2023.

com 5.934 empregados na agricultura –, Sapucaia tinha 5.061 escravizados – 2.750 homens e 2.311 mulheres, havendo 4.890 trabalhando na agricultura – e Petrópolis contava com 141 escravos – 82 homens e 59 mulheres, com 56 empregados na agricultura, 36 artistas e 49 jornaleiros (VASCONCELLOS, 1988). Após apresentar esses dados, Francisco de Vasconcellos destaca que Petrópolis era o local onde havia a menor quantidade de escravizados e desfrutava de um “certo equilíbrio de forças”, contando apenas com 56 escravizados trabalhando nas atividades agrícolas, o que demonstrava uma diferença crucial quando comparado aos demais municípios. Tal diferença, conforme Vasconcellos, era justificada pelo fato da região de Petrópolis praticamente não ter tido plantação de açúcar e café, além disso, a partir de 1845, a mão de obra livre “cresceu geometricamente”, isso justificaria Petrópolis não ter tido problemas com a “abolição abrupta” em maio de 1888. Desse modo, podemos notar com o historiador relacionou o fim da escravidão à Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, e não a um processo, iniciado desde os anos 1870, no qual se envolveram libertos e escravizados, além do movimento abolicionista. Essa abordagem mostrava-se possível no momento em que Francisco de Vasconcellos redigiu o seu trabalho, uma vez que a historiografia debatia, nesse período, o papel do escravizado não apenas no lugar de vítima, mas também como agente no processo da abolição (MAXIMIANO, 2012; ADOLFO, 2017).

Na historiografia sobre Petrópolis, destacar a inexpressiva presença de escravizados na região foi argumento utilizado para desvincular a cidade da presença negra em sua construção. Nesse sentido, entendemos que o argumento da baixa densidade de população escravizada em Petrópolis, quando comparada a municípios vizinhos, serviu para reiterar a ideia da cidade ligada ao trabalho livre imigrante, afastada dos escravizados e da escravidão. Desse modo, a construção do passado imperial vinculado a uma imagem sem escravos encontra lugar favorável em Petrópolis, justamente por conta da quantidade de pessoas escravizadas na cidade quando comparada aos municípios vizinhos. No entanto, interessa-nos analisar e problematizar a construção da memória imperial para a cidade de Petrópolis não apenas pelo caráter regional que ela assume, como também pela pretensão em se tornar, ao longo do tempo, versão para narrar a história do Império, uma vez que, como veremos nos próximos capítulos, a cidade contará com a fundação do Museu Imperial e o processo de patrimonialização, ambas as ações protagonizadas por agentes e agências do Estado brasileiro.

Oazinguito Ferreira da Silveira Filho<sup>55</sup> publicou o trabalho “Escravidismo e abolição em Petrópolis” no portal *on-line* do IHP.<sup>56</sup> Nele, o autor busca “[...] produzir o percurso histórico sobre a raça negra em nossa comunidade [...]”, o que, segundo ele, mostra-se como trabalho difícil por conta da documentação “dispersa” e às vezes em “locais inacessíveis” (SILVEIRA FILHO, 2011).

Apesar das dificuldades apresentadas, Oazinguito Silveira Filho redige trabalho concluindo que as situações de preconceito racial em Petrópolis deixavam a população negra marginalizada. Ao mesmo tempo, o autor reitera as teses de que em Petrópolis a população negra era ínfima. Segundo ele,

[...] Em nossa cidade vimos constatar que o número de negros em nossa sociedade proporcionalmente foi insignificante ao final do século XIX, devido ao contexto colonizatório migratório alemão, e devido a sua miscigenação com o passar das décadas junto aos nacionais. (SILVEIRA FILHO, 2011)

Oazinguito Ferreira da Silveira Filho continua sua construção argumentativa citando entrevista concedida por Guilherme Eppinghaus – engenheiro civil e público, ex-secretário municipal no governo do Sá Earp – à *Tribuna de Petrópolis* em 1983. Eppinghaus afirmou que na década de 1920

[...] só havia uma família negra habitando o ‘morro da Caixa D’Água’, atual 24 de Maio, assim mesmo, pois pertencera a empregado encarregado de cuidar da Caixa D’Água. E por outro lado questionado sobre a ‘Lapa Petropolitana’, o Bairro Floresta, onde moravam ‘malandros-de-navalha e prostitutas’, ele afirmou que na mesma década mencionada eles não passavam de aproximadamente umas 200 pessoas. (EPPINGHAUS, 1983 *apud* SILVEIRA FILHO, 2011)

Destacamos que para a produção de seu trabalho Oazinguito Ferreira da Silveira Filho utilizou periódicos do século XIX e os *Trabalhos da Comissão*. No estudo de Oazinguito Ferreira da Silveira Filho, apesar de citar registros de batizados e testamentos, quilombos, mercado de escravos na Rua do Imperador – informações presentes nos *Trabalhos da Comissão* –, concluiu-se que Petrópolis contava com baixa densidade populacional negra. Dessa maneira, notamos, implicitamente, a construção da relação

---

<sup>55</sup> Oazinguito Ferreira da Silveira Filho licenciou-se, no ano de 1982, em História pela UCP e, em 2012, recebe o título de mestre em Educação pela mesma instituição. Professor de História do Colégio de Aplicação da UCP. Membro do IHP. Interessa pelos seguintes temas: história local, história social, história da imprensa e ensino de história. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4969452239522693>. Acesso em: 29 abr. 2023.

<sup>56</sup> O texto foi digitalizado em 03/12/2011. Não consta, no portal do IHP, a data de publicação do trabalho. “Escravidismo e abolição em Petrópolis”. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=5399>. Acesso em: 7 jan. 2023.

entre baixa densidade de escravizados e participação insignificante da população negra em Petrópolis. Tais narrativas reiteraram e produziram versões sobre o passado histórico de Petrópolis que afastava a participação de libertos, escravizados e seus descendentes na construção física e simbólica da cidade.

Sobre a documentação que trata da presença de africanos livres e escravizados em Petrópolis, Lucas Ventura da Silva destaca que esses documentos estão espalhados por várias instituições na cidade, como o Arquivo Histórico do Museu Imperial, o Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis e o Arquivo Histórico de Petrópolis. O autor também chama a atenção que o Museu Imperial – lugar privilegiado para a relação da cidade com o passado imperial – conta com importante documentação sobre a temática, tendo publicado, em 1990, catálogo de documentos relativos à escravidão<sup>57</sup> depositados no Arquivo Histórico do museu.<sup>58</sup>

O mercado de escravizados na Rua do Imperador mostra-se como apenas um dos exemplos de espaços que contam a história dos libertos, escravizados e seus descendentes em Petrópolis. A história da construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada na atual Rua Floriano Peixoto e inaugurada no ano de 1883, está ligada à causa abolicionista e aos libertos. O conselheiro Joaquim Firmino Pereira Jorge, católico e ligado ao abolicionismo, libertou seus escravos e incluiu em seu testamento uma cláusula que aos escravos libertos seria garantido receberem apólices da dívida pública federal que, em caso de morte, deveriam se tornar propriedade da Capela do Rosário, além disso, Joaquim Firmino cedeu terreno para ser construída a referida capela (NETTO, 2000).<sup>59</sup> Jeronymo Netto assinala que a inauguração da Capela de Nossa Senhora do Rosário “obteve a melhor repercussão possível”, e destaca que “Esmolando para a pia obra, na maior parte antigos escravos, tão bem acolhidos foram pelos livres, que a Capela do

---

<sup>57</sup> A obra *Catálogo manuscritos relativos à escravidão* foi publicada em 1990 pela Fundação Nacional Pró-Memória. A apresentação do livro foi feita por Lourenço Luiz Lacombe, então diretor do Museu Imperial. Nele, Lourenço Lacombe explica que a documentação para a publicação teria sido reunida quando se projetava realizar as comemorações do centenário da abolição da escravidão em 1988. Gostariamos de destacar que encontramos um volume desta obra na Biblioteca Nacional de Portugal, quando realizamos pesquisa no acervo da instituição. As obras relativas a Petrópolis que encontrei no acervo desta instituição possuem exemplares no Brasil, no entanto, fiquei me perguntando sobre esse intercâmbio de publicações entre os dois países e a existência desse catálogo em especial, dentro de um inexpressivo número de documentos localizados no acervo sobre a cidade de Petrópolis.

<sup>58</sup> O artigo *A História calada: africanos e o silenciamento da memória negra em Petrópolis*, redigido por Lucas Ventura da Silva, foi publicado no portal *on-line* da Prefeitura de Petrópolis na descrição “A festa” em referência à Festa Afro Ubuntu. Disponível em: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/festaubuntu/a-historia-calada-africanos-e-o-silenciamento-da-memoria-negra-em-petropolis/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

<sup>59</sup> “Revitalização da Praça da Inconfidência evoca a lembrança da primitiva Capela de Nossa Senhora do Rosário”. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=1690>. Acesso em 13 abr. 2023.

Rosário afinal foi concluída.”” (*O Mercantil*, 1883 *apud* NETTO, 2000). Na data de aprovação de funcionamento pelas autoridades eclesiásticas, 2 de maio de 1883, a solenidade na Capela de Nossa Senhora do Rosário contou com o Conjunto Musical do Paço Imperial, cedido por D. Pedro II. A primeira missa celebrada na Capela do Rosário teve a presença da família imperial, conforme apontado em artigo de Jeronymo Netto. Destacamos que, apesar do templo religioso remeter aos libertos e ser preferencialmente frequentada por “pessoas de cor”, Jeronymo Netto enfatiza, em seu artigo, a doação do conselheiro, as autoridades religiosas e a participação coadjuvante da família imperial no acontecimento (NETTO, 2000). Renata Aquino da Silva (2018) chama a atenção de aspecto importante sobre a localização da Capela do Rosário: a construção situava-se na região do comércio de escravizados, próxima à Rua do Imperador. Na década de 1950, sob a justificativa de más condições do edifício, começariam obras na antiga capela, tendo sido concluídas somente em 1978.

As obras realizadas na Capela Nossa Senhora do Rosário, que viria a se tornar Igreja de Nossa Senhora do Rosário, estavam inseridas, consoante Renata Aquino da Silva (2018), nas obras de restauração da Praça da Inconfidência,<sup>60</sup> contígua à Igreja do Rosário. A autora entende que as obras buscaram operar o apagamento do passado histórico de Petrópolis ligado à memória negra, tendo restado apenas “placa discreta” conferindo-lhe o título primitivo (SILVA, 2018). A verdade é que as obras na antiga capela não foram de reparos, mas sim de reconstrução do templo. Contudo, assim como outros espaços ligados à presença de libertos, escravizados e seus descendentes em Petrópolis, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário mostra-se como mais uma peça do quebra-cabeça dessa história.

Outro exemplo de invisibilização da memória negra em Petrópolis encontra-se na Praça da Liberdade, localizada no centro histórico da cidade. Denominada primeiramente como Largo Dom Afonso, em homenagem ao primogênito de D. Pedro II, que faleceu prematuramente em acidente na Fazenda Santa Cruz. No ano de 1888, tal espaço começa a ser chamado de Praça da Liberdade, porque foi palco para reunião de libertos que compravam a liberdade daqueles que ainda eram mantidos no regime escravista. No ano de 1923, seu nome foi alterado para Praça Rui Barbosa, alcunha não aderida pela

---

<sup>60</sup> A Praça da Inconfidência foi inaugurada oficialmente no dia 22 de novembro de 1931. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=444985&view=detalhes>. Acesso em: 26 maio 2023.

população que continuou denominando-a Praça da Liberdade.<sup>61</sup> Alexandra dos Santos assinala que, no momento das celebrações do Dia da Consciência Negra em 2009, o busto de Zumbi dos Palmares foi colocado no centro da praça, simbolizando “um marco da celebração na cidade” (SANTOS, 2016).<sup>62</sup>

Conforme Michel-Rolph Trouillot, o silenciamento faz-se com engajamentos, uma vez que o esquecimento é produto de menções e silêncios, ativos, processo do qual a história mostra-se como síntese. Assim,

Que algumas pessoas estejam ausentes *da* história, como que perdidas para o mundo do conhecimento possível, é muito menos relevante para a prática histórica do que o fato de algumas pessoas e coisas estarem ausente *na* história e de ser essa mesma ausência constitutiva do processo de produção histórica (TROUILLOT, 2016, p. 86, grifos do autor)

A partir das reflexões de Trouillot, podemos pensar que os silenciamentos sobre a memória negra na cidade de Petrópolis foram fruto de ações engajadas tanto pela escrita da história da cidade quanto pelos agentes responsáveis por instituições públicas e privadas partícipes das políticas de memória promovidas pelo Estado. Vale lembrar que, na maioria das vezes no caso de Petrópolis, tais agentes, enquanto escreviam a história para a cidade, ocupavam essas instituições. Portanto, observamos a operação da ausência *na* história de Petrópolis de libertos, escravizados e seus descendentes, uma vez que as pequenas menções a esse grupo fazem parte da arquitetura do silenciamento, que não investe esses sujeitos como atores, às vezes sequer coadjuvantes *na* história.

## 1.2 O projeto e a fundação de Petrópolis: o início do sonho

---

<sup>61</sup> Informações disponíveis no portal *on-line* do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=444952>. Acesso em: 13 abr. 2023. Cabe notar que, apesar de contar com a placa “Praça da Liberdade”, ao pesquisarmos pela praça no *Google Maps* encontramos ambos os nomes: Praça Rui Barbosa e Praça da Liberdade, demonstrando, assim, a coexistência de ambas as memórias que homenageiam e disputam o lugar.

<sup>62</sup> Em seu trabalho, Renata Aquino da Silva cita a existência de um pelourinho na referida praça, quando ainda se chamava Praça Dom Henrique. Segundo ela, “A tese do pelourinho em Petrópolis é bastante refutada pelos historiadores que estudam a cidade. Eu entendo. A maioria deles está vinculada ao IHP, que tem D. Pedro II como patrono, [...]. As refutações se baseiam na premissa da cidade ter sido construída com mão de obra livre. Uma premissa deveras poética se toda a região não tivesse sido ocupada por fazendas, se as fazendas não tivessem sobrevivido do escravismo, se a população negra que se aquilombava não tivesse sido perseguida, se a construção da cidade não tivesse começado antes da chegada do cotista alemão, se as terras onde a cidade foi construída não tivessem sido a fazenda do Córrego Seco. [...]” (SILVA, 2018, p. 101)

Sobre a passagem do primeiro Imperador brasileiro na região que viria a ser Petrópolis, conta-se que em 1822 D. Pedro I seguia em direção às Minas Gerais pelo Caminho Novo, e pernoitou na Fazenda do Padre Correia, tendo se “encantado com a exuberância e amenidade do clima” da região (TAULOIS, [19--?]). A fazenda do Padre Correia era reconhecida pela sua produção de frutas e artefatos de ferro, utilizando-se do trabalho de africanos escravizados (AQUINO, 2018), como várias outras propriedades da região.

Anos mais tarde, em 1830, o Imperador tentaria adquirir a Fazenda do Padre Correia, porém, a herdeira da propriedade, Arcângela Joaquina da Silva – irmã do Padre Correia –, negou-se a vender por conta de promessa familiar. Por isso, o Imperador D. Pedro I decide adquirir a Fazenda do Córrego Seco, vizinha à Fazenda do Padre Correia. Além dela, ainda teriam sido adquiridas outras propriedades no entorno, viabilizando a possibilidade da concretização do desejo de construir um palácio de verão na região. No entanto, com a abdicação de D. Pedro I em 1831 e sua morte em Portugal no ano de 1834, a concretização do sonho do palácio de verão seria efetivada somente alguns anos mais tarde pelo seu herdeiro: D. Pedro II (TAULOIS, [19--?]).

A instalação no Brasil da família real, em 1808, representaria, conforme Júlio Ambrozio<sup>63</sup> (2008), a transferência para os trópicos da tradição do Antigo Regime. Assim,

O regime imperial no Brasil foi exemplo evidente dessa permanência viva da tradição; certeza manifesta que a produção espacial de Petrópolis ecoou, porquanto residência exclusiva da elite imperial, tal como Versalhes ou mesmo Karlsruhe outrora foram para reis e príncipes. (AMBROZIO, 2008, p. 212)

Júlio Ambrozio reproduz, em seu trabalho, comparação feita desde o século XIX entre o Palácio Imperial e as construções da realeza europeia. Fato é que a fundação de Petrópolis e a edificação do palácio relacionou-se com o desejo da família imperial de erguer local com características parecidas com aquelas encontradas na Europa. Não somente a amenidade do clima e a distância ideal da capital enquadraram Petrópolis na efetivação do desejo, como também a possibilidade de povoar a cidade com uma população branca, livre e civilizada, porque europeia.

---

<sup>63</sup> Júlio Ambrozio graduou-se em Geografia no ano de 1980. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da UFJF. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5477317533307159>. Acesso em: 29 abr. 2023.

A capital do Império, o Rio de Janeiro, mostrava-se como uma cidade de grandes contrastes. Além da situação de insalubridade e de disseminação de doenças como a varíola e a febre amarela, a cidade convivia com uma aristocracia branca europeia que vivia em mansões e palacetes, enquanto grande parte da população sobrevivia em condições de pobreza (WINTER, 2019).

A idealização da construção do palácio de verão na Serra da Estrela possibilitaria o distanciamento da Corte e de seus nobres amigos da realidade criada pelos seus ancestrais e mantida pelo regime imperial. Petrópolis, pela amenidade do clima e o distanciamento espacial da capital do Império, tornaria possível o afastamento da realidade dos trópicos, e possibilitaria viver, mesmo que não fosse de forma contínua, de maneira mais próxima a ares parecidos aos europeus. “Petrópolis como residência de campo do Império, arredada da capital – dir-se-ia – negra, colonial e insalubre que então era o Rio de Janeiro.” (AMBROZIO, 2008, p. 211), ou seja, o objetivo da construção de Petrópolis era afastar a criatura do criador, afastar a realidade escravocrata e miserável mantida pelo Império da construção de sua autoimagem ilustrada e abolicionista veiculada pela construção da memória positiva do Império e difundida, dentre outras maneiras, com a história de fundação de Petrópolis, que foi – e ainda é – reproduzida de maneira incontável na posteridade.

A concretização da construção do palácio de verão começaria a ser efetivada, em 1837, com as obras de transformação do caminho tropeiro Porto Estrela - Vila de Paraíba do Sul em Estrada Normal da Serra da Estrela, tornando possível o acesso por carruagens à Fazenda do Córrego Seco (AMBOZIO, 2008; TAULOIS, [19--?]). Tal obra teria sido ordenada pelo mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, que almejava retomar os planos de D. Pedro I de construir um palácio de verão na Serra da Estrela (TAULOIS, [19--?]). O responsável pelas obras seria o major engenheiro alemão Júlio Frederico Koeler, o mesmo que anos mais tarde seria responsável pelo projeto urbanístico para construção do palácio de verão e da cidade de Petrópolis.

Cabe notar que a construção da Estrada Normal da Serra da Estrela contaria com “a mão de obra disponível [que] era formada por escravos, açorianos e alguns poucos trabalhadores livres contratados” (WINTER, 2019, p. 26). No ano de 1837, aportou no Rio de Janeiro um navio com imigrantes alemães rumando para a Austrália, que haviam se revoltado contra as condições de má alimentação e a situação desrespeitosa do comandante da embarcação. O governo provincial teria enviado os imigrantes alemães para a Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, fundada em 1836, tendo

o major Koeler buscado convencer a permanência desses imigrantes alemães no Brasil para trabalharem nas obras de construção da Estrada Normal da Serra da Estrela, valendo-se do conhecimento de que “parte da Província fluminense, por essa época, parecia pugnar pela existência de trabalho livre na área de obras públicas.” (AMBROZIO, 2008, p. 252).

Fania Fridman assinala que no final do século XVIII e início do XIX a região passaria por um processo de povoamento destinado à expansão da fronteira agrícola, principalmente a partir da produção cafeeira. Já no século XIX, o governo imperial buscava vincular a imigração/colonização com o povoamento dando possibilidade de acesso à terra (REIS, 1985 *apud* FRIDMAN, 2001). Os esforços em trazer braços europeus para o Brasil seriam vários ao longo do século XIX. A Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, apesar de ser privada, receberia auxílio do Governo, tendo como objetivo introduzir colonos brancos de “costumes irrepreensíveis”. Os imigrantes que aqui chegavam contavam com depósitos destinados a abrigá-los, compostos por dormitórios, escritório, prisão e enfermaria (CHRYSOSTOMO; VIDAL, 2014). A Lei Provincial nº 226 de 30 de maio de 1840 buscava impulsionar e organizar a implantação de colônias agrícolas e “industriosas” (FRIDMAN, 2001), como seria o caso de Petrópolis.

Apesar do empenho em utilizar a mão de obra imigrante para construção da Estrada da Serra da Estrela, Thalita de Oliveira Casadei,<sup>64</sup> no livro *Aspectos Históricos de Petrópolis*, assinala que africanos livres participaram deste processo, a despeito de seus nomes pouco aparecerem nas listagens disponibilizadas pelos engenheiros (CASADEI, 1983). Além disso, a autora destaca que o emprego do africano escravizado nas regiões montanhosas, a exemplo de Petrópolis e Vassouras, livrava-o das epidemias que ocorriam na corte do Império. Assim, “[...] O clima ameno da serra favorecia o seu árduo trabalho e muitos deles alcançaram sua emancipação passando a viver como homens livres.” (CASADEI, 1983, p. 36). Mais à frente, a autora irá destacar que muitos africanos livres faleceram nas obras da Estrada da Serra da Estrela, indo de encontro a sua afirmação de que as regiões montanhosas ofereciam melhores condições de trabalho. Tal livro de Thalita Casadei era a junção de artigos publicados na coluna “O Instituto

---

<sup>64</sup> Thalita de Oliveira Casadei nasceu em Campos dos Goytacazes, em 12 de novembro de 1921. Foi escritora, geógrafa, professora e historiadora. Pertenceu ao IHGB, ao IHP, ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, ao Instituto Histórico e Geográfico de Campanha – Minas Gerais, ao Instituto Histórico e Geográfico de Campos – Rio de Janeiro, ao Instituto Histórico de Niterói, ao Instituto Histórico de Paraty, ao Instituto de Estudos Valeparaibanos – Guaratinguetá, ao Ateneu Angrense de Letras e Artes, à Academia Sul Mineira de Letras e à Academia Fluminense de Letras (CASADEI, 1983). Faleceu em Niterói no dia 19 de setembro de 2014.

Histórico quer ser memória de Petrópolis” no jornal *Tribuna de Petrópolis*. Nos artigos impressos no livro, podemos perceber uma preocupação em contar a história de Petrópolis, levando em consideração tanto acontecimentos na esfera política – ligados a D. Pedro II, por exemplo – quanto sociais. Notamos que a autora busca tratar da temática da escravidão na região de Petrópolis, enfatizando a participação de africanos escravizados e libertos na sociedade da época (CASADEI, 1983). Destacamos mais uma ação do IHP na produção da história para Petrópolis, reiterando a força e longevidade da rede dos saudosos do Império na cidade.

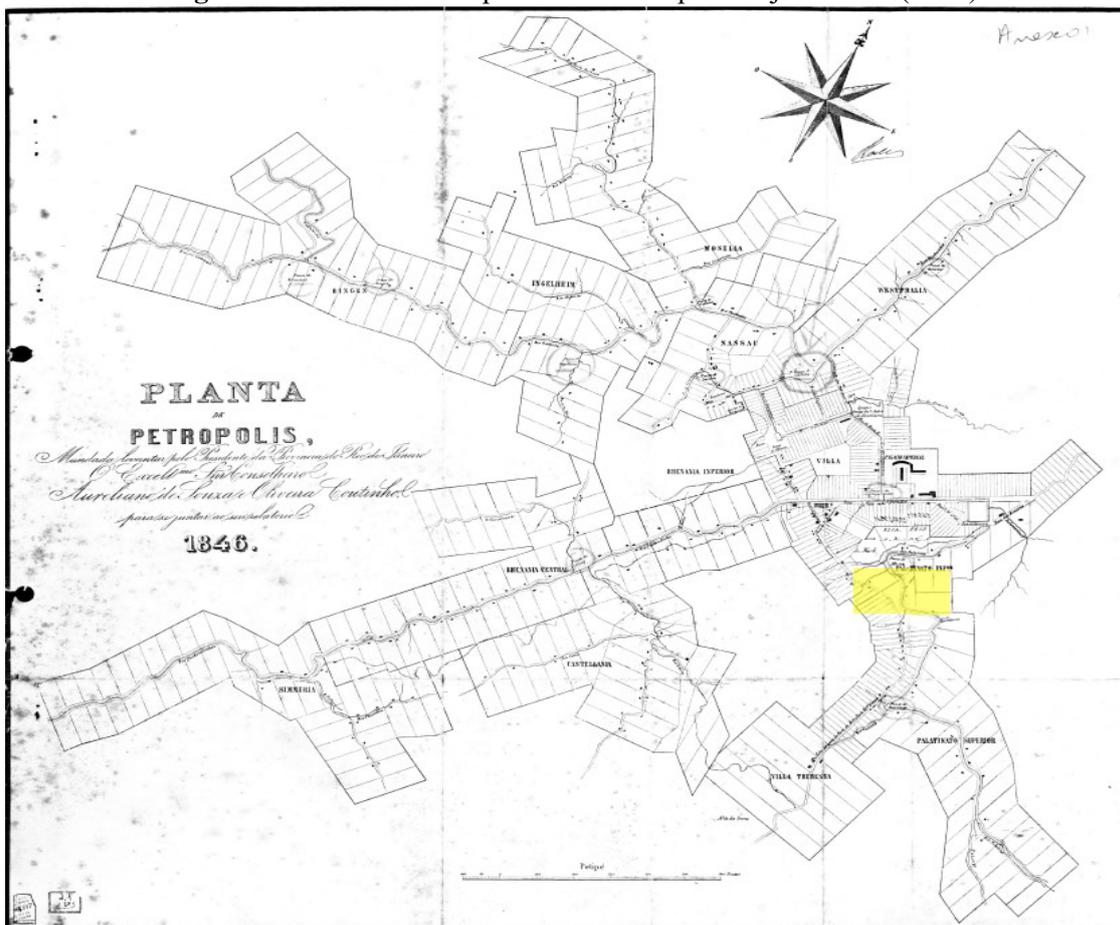
Anos mais tarde, em 16 de março de 1843, D. Pedro II assina o Decreto Imperial nº 155, que arrendava a Fazenda do Córrego Seco ao major Koeler para fundação da Povoação-Palácio de Petrópolis, contando com as seguintes principais exigências: o projeto e a construção do Palácio Imperial, a edificação de uma igreja em louvor a São Pedro de Alcântara e a construção de um cemitério (TAULOIS, [19--?]).

A primeira observação que se deve fazer sobre o plano urbanístico pensado por Koeler tem relação com a centralidade do palácio de verão do Imperador. Segundo Júlio Ambrozio, “[...] a cidade de Petrópolis nasceu sob a autoridade do palácio no interior da Vila Imperial, valendo determinação política e não religiosa, diversamente de inúmeras cidades brasileiras que se constituíram ao redor de uma igreja ou de sua praça.” (AMBROZIO, 2008, p. 233). O plano urbanístico de Koeler abrangeria a Fazenda do Córrego Seco e a Fazenda Quitandinha, adquirida em 1841. Tal área seria dividida em dois setores: o de Vilas – Imperial e Thereza – e de Quarteirões – Palatino Inferior, Palatino Superior, Renânia Inferior, Renânia Central, Castelânea, Siméria, Nassau, Mosela, Ingelheim, Bingen e Westfália (FRÓES, 2002).<sup>65</sup> Cabe notar que a divisão dos quarteirões teria relação com a região de origem dos imigrantes alemães (RABAÇO, 1985). No plano urbanístico do major Koeler, o setor das Vilas corresponderia à área urbana, enquanto os quarteirões seriam identificados como área suburbana ou colonial (FRÓES, 2002).

---

<sup>65</sup> “Detalhes interessantes sobre o Plano Koeler”. Portal IHP. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=2739>. Acesso em: 28 dez. 2020.

Figura 9 – Planta de Petrópolis desenhada pelo major Koeler (1846)



Fonte: ACI-Processo 612-T-1960.<sup>66</sup>

A localização de onde seria construído o Palácio Imperial está sinalizada em amarelo na planta. Como já foi mencionado, a cidade de Petrópolis foi pensada e erguida a partir do palácio de verão. As construções espacialmente mais próximas ao palácio do Imperador Pedro II tinham como proprietários grandes nomes da elite política imperial. Isso porque os lotes do Quarteirão da Vila Imperial foram destinados à elite imperial escolhida diretamente pelo Imperador D. Pedro II (AMBROZIO, 2008; DRACH; *et. al.*, 2020). Assim, “o quarteirão da Vila Imperial era o ponto de destaque para a formação da cidade, e nesse local as classes socialmente menos abastadas não tinham vez.” (ARAÚJO, 2017, p. 301). Nesse sentido, consoante Renata Aquino da Silva,

<sup>66</sup> Essa planta foi retirada no processo de tombamento da Praça da Confluência/Palácio de Cristal. A marcação a lápis presente nela sinaliza a localização da praça na planta. A sigla ACI refere-se à documentação pesquisada no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

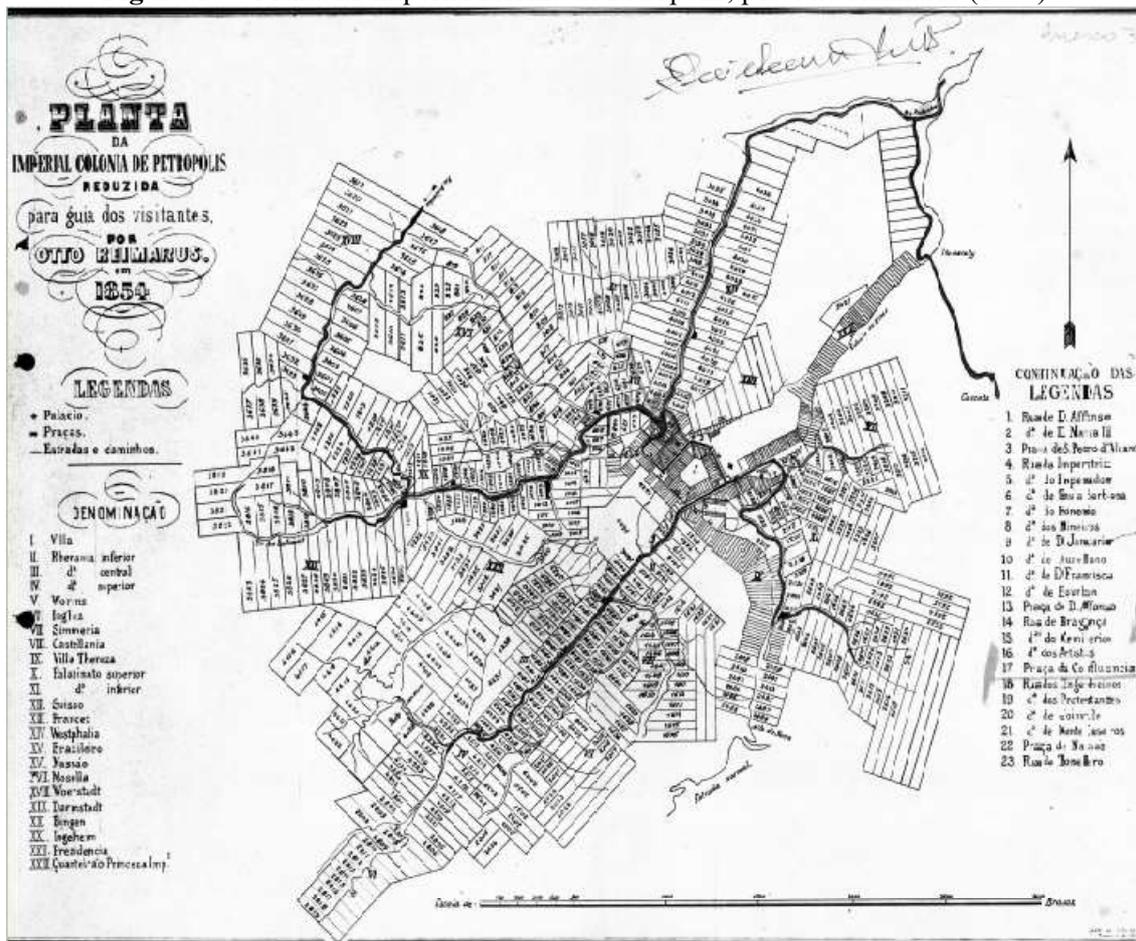
A cidade é parte da culminância de um projeto de nação de relações racializadas, de demarcação de áreas, de brancura como valor, de um conjunto de atributos que garantiriam a fama pretérita da cidade. (SILVA, 2010 *apud* SILVA, 2018).

Em um estudo sobre a evolução urbana de Petrópolis em 1860 e 2020 – a pesquisa foi realizada a partir de mapas comparativos e de modelos em 3D – conclui-se que

[...] a classe de maior poder aquisitivo de Petrópolis permanece nas edificações do Centro Histórico (Quarteirões Vila Imperial) e nos arredores do mesmo (Valparaíso e Retiro). Já as classes menos abastadas financeiramente estão mais próximas das periferias da cidade. (DRACH; et. al., 2020, p. 19)

Após a morte do major Koeler, em 1847, o engenheiro Otto Reimarus assumiria o trabalho iniciado por Koeler. Novas fazendas foram incorporadas à fazenda imperial, além da criação de novos quarteirões, quais sejam: Brasileiro, Darmstadt, Francês, Inglês, Mineiro, Presidência, Princesa Imperial, Renânia Superior, Suíço, Woerstadf e Worms (DAMIANO, 2020).

Figura 10 – Planta da Imperial colônia de Petrópolis, por Otto Reimarus (1854)



Fonte: ACI-Processo 612-T-1960.

A necessidade da construção de novos quarteirões deu-se por conta do crescimento da população. Cabe destacar que alguns dos quarteirões projetados ganharam nomes da origem de imigrantes de outras nacionalidades, os quais praticamente não são mencionados como partícipes do processo de construção de Petrópolis, uma vez que o protagonismo da presença imigrante para a povoação e criação da cidade seria relacionada diretamente aos colonos alemães.

O palácio de verão começou a ser construído em 1845 e suas obras seriam concluídas somente em 1859.<sup>67</sup> O major Koeler foi responsável pela construção do Palácio Imperial, tendo começado a obra pela ala direita, “chamada mais tarde de ala pobre do paço de Petrópolis, pois o seu acabamento não agradou ao mordomo [Paulo Barbosa]” (SODRÉ, 1950, p. 49). No começo da empreitada, Koeler informa que para as obras do palácio faziam-se necessários serventes, carpinteiros, marceneiros, pedreiros e

<sup>67</sup> No portal do Museu Imperial, consta que as obras de construção do palácio iniciaram-se em 1845 e foram concluídas em 1862. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/historico-e-personagens/>. Acesso em 25 jan. 2023.

canteiros (SODRÉ, 1940). Conforme Henri Raffard, em janeiro de 1845 “[...] chegaram cerca de 40 pretos enviados da Fazenda Santa Cruz, para serem empregados nas obras preliminares do Palácio Imperial” (RAFFARD, 1895, p. 56). Ou seja, antes mesmo de Petrópolis contar com os imigrantes alemães para a efetivação do projeto urbanístico do major Koeler, haviam chegado ao local “40 pretos”, africanos escravizados que trabalhavam na Fazenda Santa Cruz. Os relatórios de Koeler, enviados ao mordomo da Casa Imperial, davam informações sobre o andamento das obras e mencionavam a participação de africanos escravizados na construção do palácio. Koeler atesta, em relatório de março de 1845, que ““Os escravos de sua Majestade que vieram de Santa Cruz, 16 mulheres, 17 homens e 6 crianças, chegaram aqui com total falta de roupas [...]”” e continua ““Os africanos livres que vieram do Arsenal da Marinha vieram muito bem providos de roupa. [...] Os 12 africanos livres, pedreiros, que vieram da Casa de Correção apresentaram-se também muito bem arroupados.”” (KOELER, 1845 *apud* RABAÇO, 1985, p. 129-130). Nesse mesmo relatório, o major Koeler destaca, nas palavras de José Henrique Rabaço, a “importância do trabalho desses ‘imigrantes’ africanos”:

Os cavoqueiros estão aprontando pedras para o alicerce dos ranchos e para o do Palácio. Os pedreiros se ocupam exclusivamente naquele alicerce e em acantiar [sic] pedras. Os carpinteiros se ocupam a fazer ranchos. Os trabalhadores puxam as madeiras, fora das matas, carregam pedra, cavam a localidade dos ranchos, fazem caminhos, vão buscar palhas para os ranchos, embarram-nos, cobrem-nos. (KOELER, 1845 *apud* RABAÇO, 1985, p. 130)

Renata Aquino da Silva e Henrique Cunha Junior (2014), ao discutirem sobre a presença dos africanos e dos afrodescendentes na ocupação de Petrópolis, afirmam que o discurso da construção de Petrópolis ter se utilizado de mão de obra livre, inclusive nas obras do palácio de verão, teria contribuído para a invisibilidade de africanos e afrodescendentes na cidade. Como podemos notar nos relatos do major Koeler, a construção do Palácio Imperial contou com o braço escravo para sua efetivação, tendo sido fundamental para o andamento das obras.

Segundo Michel-Rolph Trouillot, a palavra história é marcada por uma ambiguidade semântica: “[...] uma distinção irreduzível e ao mesmo tempo uma sobreposição igualmente irreduzível entre o que ocorreu e o que se diz ter ocorrido.” (TROUILLOT, 2016, p. 22). Tal ambiguidade é inerente e saudável para a construção do conhecimento histórico, porque, uma vez que se admite a possibilidade de uma “segunda narrativa”, assegura-se que o processo histórico “[...] tem alguma autonomia em relação

à narrativa. É admitir que, por mais ambígua e contingente que seja, a fronteira entre o que ocorreu e o que se diz ter ocorrido é necessária.” (TROUILLOT, 2016, p. 38). A participação dos seres humanos na história se dá de forma dupla, não apenas como atores, mas também como narradores. Será a essa equação entre a dupla atuação como atores e narradores que se relacionam as perguntas de Trouillot:

[...] Mas quando começa a vida de uma coletividade? A partir de que ponto definimos o início do passado a ser recuperado? Como decidimos – e como é que decide a coletividade – quais eventos incluir e quais excluir? [...] (TROUILLOT, 2016, p. 41)

Para compreender essas perguntas deve-se analisar, nas palavras de Trouillot, o processo e as condições de produção de narrativas históricas. Assim, torna-se possível descobrir a dimensão do poder que viabiliza certas narrativas e silencia muitas outras. Para ele, no processo de construção histórica, o poder se manifesta de forma primeira na elaboração das fontes, uma vez que “[...] a produção de indícios sempre é também a criação de silêncios. [...]” (TROUILLOT, 2016, p. 61). Desse modo, no caso de Petrópolis, os silenciamentos deram-se, primeiramente, nas fontes históricas, que mencionam – mesmo que pouco – a presença negra na cidade, mas não dimensionam a participação dessa população como realmente agente do processo de formação da cidade.

Alcindo Sodré, no primeiro número do *Anuário do Museu Imperial*, cita a descrição do Palácio Imperial redigida pelo artista Bittencourt da Silva no ano de 1859. Segundo ele,

A sua arquitetura no primeiro plano é jônica, e no segundo coríntia, tem um pórtico de granito do lugar que lhe dá muita graça. A sua primeira ideia pertence ao falecido Koeler, ao homem que realizou Petrópolis, a qual por ordem dele mesmo foi modificada pelo Sr. Bonini no que é relativa à fronteira. O seu interior é obra muito bem acabada no que pertence à marcenaria, porque tem pavimentos, portas e alisares de madeiras preciosíssimas, e uma mobília de muito bom gosto. O trabalho da parte interna pertence aos Srs. Porto-Alegre, Guilhobel e Rebelo. (SILVA, 1859 *apud* SODRÉ, 1940, p. 12)

**Figura11** – Frontaria do Palácio Imperial



Fonte: *Anuário do Museu Imperial*, 1940.

Na fotografia acima, impressa nas páginas do *Anuário do Museu Imperial*, podemos notar algumas características arquitetônicas descritas por Bittencourt da Silva, como elementos da arquitetura jônica e coríntia. A construção em estilo neoclássico seria, segundo Alcindo Sodr , “desprovida de requinte arquitetônico”, tratando-se de casa simples, muito diferente dos palácios reais europeus. Tal simplicidade, conforme Sodr , estaria relacionada justamente ao fato de ser residência do monarca. Desse modo, a constru o da imagem de D. Pedro II como homem simples, com poucos luxos e mais preocupado com o intelecto foi reiterada com a rela o traçada entre a simplicidade do Palácio Imperial e a personalidade do Imperador. Com a morte de Koeler em 1847, a constru o do corpo central e da ala esquerda foi entregue a José Cândido Guilhobel, José Maria Jacinto Rebelo e Manuel de Araújo Porto-Alegre (SODR , 1950).

Dentro dos investimentos do governo provincial do Rio de Janeiro em trazer imigrantes europeus para colonizar o interior fluminense, no dia 29 de junho de 1845, chegaram 158 alemães – a primeira leva de imigrantes desta nacionalidade – na região que viria a ser Petrópolis, tal data marcaria a funda o da colônia de imigrantes de Petrópolis (AMBROZIO, 2008). O já citado Decreto n  155 não fazia nenhuma men o   cria o de uma colônia de imigrantes. Conforme Júlio Ambrozio, a colônia de imigrantes de Petrópolis teria sido “oriunda de a oes circunstanciais e sinuosas”

(AMBROZIO, 2008, p. 251). Nesse sentido, podemos perceber que Júlio Ambrozio considera a fundação da cidade ligada ao Decreto Imperial, reiterando as narrativas da historiografia hegemônica sobre Petrópolis.<sup>68</sup> Segundo Henrique José Rabaço, a chegada dos imigrantes alemães mudaria o “panorama social petropolitano”, uma vez que, conforme levantamento estatístico feito em 1845, a população local era composta por 1921 alemães, 83 brasileiros, 61 portugueses, 15 franceses, 7 ingleses e 1 suíço (RABAÇO, 1985). Destacamos a ausência da população de africanos escravizados e libertos neste levantamento.

Constava no Plano Koeler a ideia de construção de colônia agrícola composta por imigrantes alemães que seria responsável pelo abastecimento da Vila Imperial. Segundo Valério Winter, Koeler não teria percebido que os

[...] colonos que ali chegaram eram na sua maioria trabalhadores industriais sem maiores conhecimentos agrícolas e que mesmo após um inovador estudo topográfico do terreno e alguns anos de observação das condições de clima e de solo locais, Koeler não percebe que o sonho de uma colônia agrícola estaria muito longe de ser realizado, tanto por falta de condições técnicas como que físicas. (WINTER, 2019, p. 30-1)

No entanto, para além dos planos de Koeler, a colônia de imigrantes em Petrópolis tinha relação com “iniciativas do governo provincial fluminense ligadas à incorporação do trabalho livre e o plano de produção de um espaço urbano e serrano vinculado à obra centralizadora do Segundo Império” (AMBROZIO, 2008, p. 260). Ainda segundo Ambrozio,

[...] o trabalho livre, em Petrópolis, fechava um círculo virtuoso: segregava-se não apenas uma serra para a convivência exclusiva da elite do Império, mas – igualmente – implantava-se uma gente, de fato, europeia. Estes dois elementos, figuração urbana de elite e colônia alemã, ampliaram o simulacro da Petrópolis europeizada bem mais do que inicialmente imaginara o Segundo Império. (AMBROZIO, 2008, p. 261)

Para além dos planos provinciais, a vinda de imigrantes europeus para o território brasileiro já estava nos planos de D. João VI e D. Pedro I, tendo o governo de D. Pedro II dado continuidade ao plano de substituir a mão de obra escrava pela do imigrante

---

<sup>68</sup> A data de fundação da cidade de Petrópolis será tema de acalorados debates na Comissão de Centenário de Fundação de Petrópolis. A discussão girava em torno de qual seria a data comemorada como de fundação de Petrópolis: o Decreto Imperial nº 155 de 1843 ou a chegada dos imigrantes alemães em 1845. Esse assunto será debatido no capítulo 2.

européu com vistas ao processo de branqueamento da população. Paulo Barbosa, em setembro de 1845, redigiu carta para D. Pedro II dizendo:

Creio que em março, ou talvez para fevereiro mesmo, possam Vossas Majestades Imperiais vir ver esta minha Petrópolis que será um monumento de eterna glória para o seu reinado.

Já tenho mais de 400 famílias arranchadas. O que era há quatro meses matas virgens, é hoje uma povoação branca, industriosa, alegre e bendizente de V.M.I. Em quatro anos ela rivalizará com a de São Leopoldo, pois creio que não findará o ano com menos de 4.000 habitantes. (BARBOSA, 1845 *apud* LACOMBE 1994, p. 161)

A carta do mordomo da Casa Imperial deixa claro os interesses civilizacionais e de branqueamento da população a partir da imigração europeia. Importante notar que a menção aos imigrantes aparece logo depois de afirmar que a fundação de Petrópolis seria “monumento de eterna glória” para o Segundo Reinado, portanto, a obra civilizadora do governo de D. Pedro II envolvia construir, no início de seu governo, cidade capaz de servir como modelo para as demais que surgiriam a partir de então. Paulo Barbosa cita a colônia de São Leopoldo, que foi fundada no Rio Grande do Sul em 1824 sob o reinado de D. Pedro I, dando ideia de continuidade do projeto civilizador do Império brasileiro.

Os ares europeus eram intensificados pelas características impressas em Petrópolis a partir do plano urbanístico pensado por Koeler. Na maioria dos casos, o modo de construir dos portugueses tratava os rios de “forma utilitária”, servindo como depósito de esgoto, e, quando possível, opção de transporte (WINTER, 2009, p. 29). Nesse modelo de construção, os rios ficavam nos fundos dos quintais das residências. Koeler não segue tal lógica e buscou “aproveitar os cursos de água para traçar pelas suas margens as avenidas e as ruas que davam acesso aos bairros.” (TAULOIS, [19--?]). Tal projeto de construção para a cidade de Petrópolis favoreceria a instalação de fábricas, uma vez que tornava possível a utilização de energia hidráulica. Às margens dos rios seriam, igualmente, construídas as vilas operárias. O processo de industrialização da cidade seria iniciado no século XIX. Em 1873, a Companhia Petropolitana, ligada ao ramo têxtil, seria a primeira indústria de grande porte instalada em Petrópolis (MACHADO, 2005). Distava cerca de quinhentos metros do palácio de verão do Imperador D. Pedro II, nesse sentido, “Petrópolis, então, arranhou-se como um território no qual o subúrbio elegante à maneira da vilegiatura criaria inibições, mas não proibiria a existência de subúrbio industrial-proletário em um mesmo espaço montês e urbano.” (AMBROZIO, 2008, p. 21). Por outro lado, Júlio Ambrozio assinala que o projeto de construção de Petrópolis visava o

“distanciamento sazonal da capital popular e malsã; de outro lado, o processo atraente de certa construção territorial que planeava a segregação sócio-espacial no interior das terras da Casa Imperial.” (AMBROZIO, 2008, p. 236).

Petrópolis continuaria a ser destino da elite política e intelectual mesmo com o fim da monarquia. Desse modo, as desigualdades no espaço físico da cidade produzidas no Império continuaram a ser notadas ao longo do período republicano. As vilas operárias e o Quilombo da Tapera, por exemplo, são afastados do centro histórico, o qual acabou por homenagear aqueles amplamente representados na escrita da história hegemônica produzida para a cidade de Petrópolis e na materialidade preservada pelo órgão federal de preservação.

### 1.3 Disputas pelos significados da história de Petrópolis (anos 1970 e 1980)

Em 1975, foi publicado o estudo *Considerações sobre a historiografia petropolitana*, de autoria de Amélia Maria de Souza. A obra – fruto de convênio firmado em 5 de dezembro de 1969 entre o Museu Imperial, o IHP, a UCP e a Prefeitura Municipal de Petrópolis – mostrava-se como “tarefa preliminar de um planejamento de implantação de novas orientações, de mais atualizadas perspectivas às retenções históricas petropolitanas” (SOUZA, 1975, p. 1). A execução do convênio contou com a participação de Maria Amélia Porto Migueis, Nazira Murad, Henrique José Rabaço e José Ribeiro de Assis, sob supervisão metodológica de Amélia Maria de Souza, professora da UFF e da UFRJ. Contando com poucas páginas, o estudo traça um balanço historiográfico sobre a escrita da história para Petrópolis no século XX, ou seja, no período republicano. A publicação critica a historiografia petropolitana, apesar de reconhecer os esforços de tal empreitada. Dentre as críticas, estão: o foco excessivo no século XIX para narrar a história de Petrópolis; o privilégio pela fonte escrita para empreender os estudos sobre a cidade; a busca excessiva dos historiadores petropolitanos pelo “estudo das origens”; e, por fim, observa-se que a historiografia construída para a cidade estava ligada às datas comemorativas e às instituições locais, como o IHP. O trabalho menciona, mais de uma vez, questionamentos da “comunidade petropolitana” a respeito do histórico da cidade. Tais “perguntas colocadas pelo meio social e que já começa a se impor como uma exigência em algumas instituições petropolitanas, em nada invalida a substancial herança dos eruditos locais.” (SOUZA, 1975, p. 4). Ou seja, nota-se algum cuidado na crítica feita

à historiografia petropolitana, uma vez que os próprios produtores e herdeiros de tal empreitada estavam representados no convênio firmado no final dos anos 1960.

Conforme Oazinguito Silveira Filho,<sup>69</sup> o convênio firmado em 1969 deu origem ao já extinto Centro de Pesquisa Histórica, da UCP, que esteve sob a coordenação de Jeronymo Netto. Nas palavras de Silveira Filho, tal iniciativa ocorreu “justamente na época em que a repressão policial se apresentava de forma acentuada na cidade”, quando professores, como Cyro Flamarion Cardoso e Francisco Falcon,<sup>70</sup> demitiram-se ou afastaram-se por serem perseguidos por suas convicções. Apesar disso, para o autor, “ideias sedimentaram-se e um louvável trabalho de organização na implantação de novas orientações, de atualizadas perspectivas às retenções históricas petropolitanas” acabaram por frutificar. Os anos 1960 e 1970 foram marcados pela reflexão da historicidade do discurso histórico e pela “dimensão narrativa da historiografia” (GONTIJO, 2011, p. 2). Assim, demarcava-se “[...] a ampliação dos temas, objetos e perspectivas de pesquisa histórica no contexto da expansão dos lugares de produção historiográfica que teve lugar, nos anos 1980 e 1990, num movimento que vinha ocorrendo desde os anos 1970. [...]” (BELIEIRO; CARDOSO JÚNIOR, 2017, p. 407). Desse modo, nesse momento, novos problemas e novas perspectivas impunham-se à escrita da história. As produções dos historiadores petropolitanos Henrique José Rabaço, Francisco de Vasconcellos e Thalita Casadei, mencionadas anteriormente, inserem-se nesse contexto, uma vez que, apesar de beberem na historiografia hegemônica para escrever a história de Petrópolis, colocam em perspectiva novas abordagens e, por isso, novas interpretações sobre o passado da cidade. Ao serem redigidas após o convênio firmado em 1969, podemos pensar que essas obras estavam inseridas nos debates que envolviam certa revisão da história produzida para a cidade, ainda que com muitos limites e reproduzindo, em alguma medida, o que já havia sido defendido pelos intelectuais ligados à Comissão do Centenário de Petrópolis.

A publicação do trabalho *Considerações sobre a historiografia petropolitana*, nos anos 1970, pode ser vista como fruto das intensas disputas e discussões em torno da memória da cidade naquele momento. Poucos anos depois da fundação do Clube 29 de Junho, surgiria a ideia de criação do Museu Casa do Colono, a qual foi concretizada pela Deliberação nº 1782 de 14 de novembro 1963. No entanto, somente na década de 1970,

---

<sup>69</sup> “Um projeto historiográfico petropolitano”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=4823>. Acesso em: 01 maio 2023.

<sup>70</sup> Ambos foram professores da UCP. Cyro Flamarion Cardoso lecionou na UCP como substituto do professor Francisco Falcon. Disponível em: <http://www.identidade85.com/2020/04/historiadores-em-perfil-ciro-flamarion.html>. Acesso em: 26 maio 2023.

depois de reunião com o Prefeito Paulo Rattes<sup>71</sup> e membros do Clube 29 de Junho, o projeto para efetivação do museu começou a ser desenvolvido, sob a direção de Gustavo Ernesto Bauer<sup>72</sup> e o apoio do IHP. O imóvel escolhido para abrigar o museu foi a casa do foreiro germânico Johann Gottlieb Kayser, construída nos prazos de terra nº 1.632 e nº 1.633, adquiridos em 08 de junho de 1847. Nos anos 1970, a casa pertencia à bisneta do primeiro proprietário, Margarida Sutter, a qual vendeu o imóvel à Prefeitura de Petrópolis.<sup>73</sup> Depois do imóvel ser determinado como de utilidade pública – Deliberação nº 2.941, de 20 de novembro de 1970, e Decreto Municipal nº 07, de 16 de março de 1973 –, o Museu Casa do Colono foi inaugurado em 16 de março de 1976.<sup>74</sup> Assim, gostaríamos de atentar para a longa trajetória de efetivação da concretização do museu e para a sua data de inauguração que aconteceu justamente no dia em que se celebra o aniversário da cidade. Nesse sentido, a solenidade de inauguração do Museu Casa do Colono, idealizado para servir como homenagem aos imigrantes alemães em Petrópolis, remonta ao Decreto Imperial nº 155, de 16 de março de 1843, o qual relaciona-se às acaloradas discussões sobre a fundação da cidade presentes, dentre outros momentos, nas comemorações pelo centenário de Petrópolis no final dos anos 1930 e início dos anos 1940.

O final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 marcariam o momento do pedido de extensão do tombamento da cidade ao órgão federal de preservação e a consagração de Petrópolis como Cidade Imperial, pelo Decreto nº 85.849, de 27 de março de 1981, promulgado no regime militar no governo de João Batista Figueiredo.<sup>75</sup> O historiador

---

<sup>71</sup> Paulo José Alves Rattes nasceu em Petrópolis em 21 de dezembro de 1933. Engenheiro agrônomo e advogado, além de prefeito de Petrópolis, ocupou outros postos políticos ao longo da vida, tais como deputado federal, secretário na Secretaria de Assuntos Especiais e Secretaria de Governo pelo estado do Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 16 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73612/biografia>. Acesso em: 30 abr. 2023.

<sup>72</sup> Gustavo Ernesto Bauer nasceu em Petrópolis, dia 23 de outubro de 1903, concluiu curso secundário no Colégio São Vicente de Paulo, sediado no antigo Palácio Imperial que viria a se tornar Museu Imperial. Trabalhou no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens. Responsável pela montagem dos dois primeiros transmissores de rádio de longo alcance em Petrópolis. Contribuiu com periódicos da cidade, como *Tribuna de Petrópolis* e *Jornal de Petrópolis*. Foi sócio efetivo e benemérito do IHP, sócio fundador do Clube 29 de Junho, sócio correspondente do Instituto Histórico de Niterói, do Instituto Histórico de São Leopoldo e do Hunsrückverein – localizado na Alemanha –, correspondente do Museu Imperial, conselheiro do Museu de Armas Ferreira da Cunha. Faleceu em Petrópolis em 27 de agosto de 1979. Disponível em: <https://www.museucasadocolono.com.br/arquivo-gustavo-e-bauer>. Acesso em: 30 abr. 2023.

<sup>73</sup> Disponível em: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/bauernfest/historia-da-colonizacao/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

<sup>74</sup> Disponível em: <https://www.museucasadocolono.com.br/arquivo-gustavo-e-bauer>. Acesso em: 30 abr. 2023.

<sup>75</sup> Analisaremos o pedido de extensão de tombamento de Petrópolis e a concessão do título de Cidade Imperial a Petrópolis no capítulo 4.

Francisco de Vasconcellos, no livro *Três ensaios sobre Petrópolis* publicado em 1984, tece severas críticas ao título de Cidade Imperial concedido a Petrópolis. Na apresentação do livro, intitulada “Desabafo”, o autor, além de fazer críticas ao “progresso” que modificava a aparência da cidade – tema que será bastante mencionado nas discussões sobre a extensão de tombamento de Petrópolis –, defende-se daqueles que “investem contra mim, deturpando as minhas palavras” (VASCONCELLOS, 1984). Certamente as críticas ao autor relacionavam-se ao seu posicionamento quanto ao título recebido por Petrópolis. Francisco de Vasconcellos inicia seu texto mencionando guia turístico da cidade, adjetivando-o como “de feição medíocre e falho de conteúdo” (VASCONCELLOS, 1984, p. 1). Tal guia, nas palavras do autor, mostrava-se como “[...] roteiro capenga dos pontos de interesse turísticos e pobre fonte de informação sobre a cidade, respingada de inverdades e distorções históricas, algumas fruto de irresponsável e ingênua repetição.” (VASCONCELLOS, 1984, p. 1). Francisco de Vasconcellos assinala que Petrópolis não foi chamada de Cidade Imperial, “nem oficiosa nem oficialmente”,<sup>76</sup> durante o Segundo Reinado, tampouco na Primeira República (1889-1930). Destacando que, durante o período imperial, teria sido Niterói que recebeu o título de Cidade Imperial em 1841. Tentando traçar uma explicação para a relação entre Petrópolis e a alcunha de Cidade Imperial, Francisco de Vasconcellos cita obra de Alcindo Sodrê, cujo título era *A Cidade Imperial*, publicada em 1929. Vasconcellos menciona a revelação de Sodrê aos amigos, na qual afirmava que o título da obra não buscava criar “marca registrada” para a cidade. Assim, “[...] sem segundas intenções na tecla da ‘cidade imperial’, Sodrê, involuntariamente lançou a expressão que se consagraria depois que alguém a difundiu e popularizou. [...]” (VASCONCELLOS, 1984, p. 14). Interessante notar que a crítica ao título de Cidade Imperial não se estende a um dos grandes idealizadores e defensores da narrativa que vinculou Petrópolis ao Império, em especial ao Segundo Reinado: Alcindo Sodrê.<sup>77</sup> Em sua análise, o título de Cidade Imperial para Petrópolis tinha estreitas relações com a fundação do Museu Imperial e as comemorações do centenário da cidade. Desse modo,

Em Petrópolis, conquanto esses arroubos saudosistas tenham partido das elites intelectuais e até com índole construtiva no sentido da preservação da memória de um ciclo histórico petropolitano, cedo a

---

<sup>76</sup> No capítulo 2, será tratado como Petrópolis já vinha sendo chamada de Cidade Imperial desde o século XIX nos relatos de viajantes.

<sup>77</sup> Nos capítulos 2 e 3, analisaremos a centralidade e importância de Alcindo Sodrê na construção da rede dos saudos do Império em Petrópolis.

ideia da cidade imperial, simples filigrana [sic] num processo multifacetado, lograria contaminar os mais diversos segmentos da sociedade serrana. A expressão pegou como fogo de morro acima, por razões bem óbvias.

Conforme os estudiosos da folclorologia, a alma popular é sobremodo suscetível aos estímulos trazidos pela aura que acompanha as imagens de reis, rainhas, imperadores e imperatrizes, príncipes e princesas. [...]” (VASCONCELLOS, 1984, p. 15)

Assim, Francisco de Vasconcellos identifica o papel das elites intelectuais – contaminadas por “arroubos saudosistas” – na construção da ideia de Cidade Imperial para Petrópolis, uma vez que foram responsáveis pelas festas do centenário – que teriam como produto a publicação de trabalhos versando sobre os temas da fundação de Petrópolis e os tempos monárquicos – e pela fundação do Museu Imperial. Entretanto, Francisco de Vasconcellos leva igualmente em consideração a adesão que essas ideias tiveram na população, atribuindo a isso o fato do encanto gerado pelo fausto das imagens dos membros da realeza.

É inevitável, ao pensar no conceito de encantamento de Stephen Greenblatt (1991) – o qual se relaciona ao fascínio no espectador a partir do objeto exposto –, refletir sobre as narrativas construídas para a cidade de Petrópolis. A escrita da história de sua fundação tem como âmago o desejo do Imperador D. Pedro I em construir um palácio de verão no caminho de passagem entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse sonho seria concretizado, anos mais tarde, por D. Pedro II e povoado pela família imperial e seu palácio; condes, barões, duques; e, não menos importante, imigrantes alemães fundamentais para sustentar a quimera de branqueamento da população brasileira. Para aplacar o calor, a doença e o tédio a elite política, econômica e intelectual do Império deslocava-se para Petrópolis, local onde o projeto de um Brasil europeu lhes parecia tornar-se menos distante. Pensando na adesão que essa narrativa teve ao longo do tempo, deve-se atentar para o seu poder de sedução.

Amélia Maria de Souza apresenta em *Considerações sobre a historiografia petropolitana* a quantidade numérica e em porcentagem das pesquisas sobre a história de Petrópolis dos anos 1920 até os anos 1970. Segundo ela,

Se nos voltamos para as 155 obras de caráter historiográfico, selecionadas em recente bibliografia levantada, o que nos detém de imediato, é a distribuição, no tempo, da produção ou a relação de datas de publicação das retenções. A década de 20 marca o aparecimento dos primeiros trabalhos. Quarenta e sete por cento da produção total se concentram na década de 40, a qual, observe-se, assinala a publicação, o lançamento de 33% da produção total de uma história, que se poderia

denominar política; de 50% de outra, a que se chamaria social; de 38% de outra, que seria designada econômica; de 48% de uma história dita cultural; de 55% de uma apreensão designada de biográfica; e de 40% do total das produções geohistória. Há flagrante decréscimo da produção a partir da década de 40, visto que os anos 50 comportam 21% da produção total. Destaque merece, apenas, ano de 1958, que assinala o aparecimento de 13 das 33 obras publicadas na década de 50. Os anos 60 registram somente 2% da produção historiográfica total, e, finalmente, os anos 70, até os nossos dias, 1% da totalidade das apreensões históricas. (SOUZA, 1975, p. 4-5)

Portanto, em 1975, quase 50% da escrita da história sobre Petrópolis concentrava-se nos anos 1940. Isto é, no momento das comemorações do centenário de fundação da cidade de Petrópolis e de produção pela Comissão do Centenário dos *Trabalhos da Comissão*. Mostra-se fundamental notar que as pesquisas, acadêmicas ou não, sobre a cidade utilizaram, e utilizam, como referência os *Trabalhos da Comissão*, fazendo entrever o peso dessas publicações para a história da cidade.

Ao mesmo tempo, a escassa produção posterior à década de 1940 faz levantar a hipótese de que, após a publicação dos *Trabalhos da Comissão*, nasceu certo consenso sobre a escrita da história da cidade. Isto é, a ideia de que não havia uma história a ser escrita para Petrópolis, porque isso já havia sido feito com a publicação dos *Trabalhos da Comissão*. No próximo capítulo, mostrarei esse momento como de formação da rede dos saudosos do Império em Petrópolis, quando um grupo de intelectuais de dentro e fora da cidade busca multiplicar e diversificar seus lugares de enunciação da versão positiva e saudosa do período imperial. No momento das comemorações do centenário da cidade, em meio a disputas, foi arquitetado projeto de escrita da história para Petrópolis que acabaria por se tornar hegemônico. A evidência da força de tal projeto está no fato dos *Trabalhos da Comissão* terem se tornado referência incontornável para aqueles que buscam pesquisar a história de Petrópolis, muitas vezes sendo utilizados de forma acrítica e não datada. Acreditamos que será a partir das discussões realizadas nessas comemorações que se formula certa narrativa para a fundação da cidade de Petrópolis que acaba por se tornar hegemônica, a qual vincula a criação de Petrópolis à obra civilizacional do Império, sobretudo do Segundo Reinado, incluindo os imigrantes – principalmente alemães – como importantes partícipes desse processo e, ao mesmo tempo, silenciando e negando a participação de libertos, escravizados e seus descendentes na construção da história de Petrópolis.

## CAPÍTULO 2

### Os saudosos do Império em ação: a multiplicação de si e dos seus a partir da escrita da história para Petrópolis

Que os brasileiros do futuro, quando te visitarem, experimentem sempre a vibrante emoção de surpreender a tua deliciosa fisionomia local, e através da folhagem das magnólias, observem, como nas selvas encantadas do Tasso, as veneráveis imagens do nosso passado.

Alcindo Sodré, *A Cidade Imperial* (1929)

O que torna a data de fundação de uma cidade algo tão polêmico, capaz de produzir debates acirrados e disputas tão ferrenhas? O que está exatamente em jogo nessas disputas? O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido? Espera-se neste capítulo vislumbrar algumas respostas a essas perguntas dirigidas aos confrontos em torno da data de fundação da cidade de Petrópolis. Comemorações são momentos fundamentais para a escrita da história. Motivadas pelas demandas do tempo presente delimitam como e o quê será lembrado, e, tão importante quanto, convenciam esquecimentos.

Neste capítulo, tratarei sobre a Comissão do Centenário de Petrópolis e seus desdobramentos, como a criação do Museu Histórico de Petrópolis e do IHP.<sup>78</sup> Identificamos no momento das comemorações do centenário de Petrópolis a articulação e a estruturação da rede dos saudosos do Império, responsável pela elaboração de um projeto de escrita da história para a cidade de Petrópolis. Tal rede buscará consolidar e ampliar seus espaços de enunciação não somente defendendo e difundindo suas versões de passado para Petrópolis, assim como criando instituições capazes de perdurar no tempo e no espaço suas ideias. A Comissão do Centenário de Petrópolis foi criada em setembro de 1937,<sup>79</sup> sob o governo do prefeito Iedo Fiúza,<sup>80</sup> tendo como objetivo organizar as

---

<sup>78</sup> Os trabalhos que tratam sobre a Comissão do Centenário de Petrópolis e seus desdobramentos são pouquíssimos. Podemos citar: Cláudia Montalvão (2005); Grazielle Rocha (2015); Jamile da Silva Neto (2018).

<sup>79</sup> A Comissão do Centenário de Petrópolis foi criada em 5 de setembro de 1937 e funcionou até 12 de novembro de 1939.

<sup>80</sup> Iedo Fiúza nasceu em Porto Alegre em 15 de setembro de 1894. Diplomou-se na Faculdade de Engenharia de Porto Alegre. Ainda em Porto Alegre, estabeleceu seus primeiros contatos com Getúlio Vargas. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1924, e, depois do golpe de 1930, foi nomeado prefeito de Petrópolis. Foi o primeiro diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. Com a promulgação da Constituição de 1934, realizaram eleições municipais no Rio de Janeiro, e Iedo Fiúza elegeu-se para a prefeitura de Petrópolis. No ano de 1937, abandonou o cargo de prefeito de Petrópolis e permaneceu diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. Em 1947, candidatou-se novamente à prefeitura de Petrópolis, mas não conseguiu se eleger. Cabe notar que foi durante a gestão de Fiúza que a Ação Integralista Brasileira (AIB) organizou-se e consolidou-se. “[...] A postura do engenheiro foi de

comemorações do centenário da cidade de Petrópolis. Na Câmara Municipal, no ano anterior a sua criação, foi debatida e aprovada de forma unânime indicação que tratava do centenário de Petrópolis. A primeira consideração deste documento dizia respeito à data de comemoração do centenário da cidade, que seria celebrado no ano de 1943. Conforme a indicação da Câmara, a Comissão do Centenário teria como finalidade “promover estudos completos e definitivos sobre a história de Petrópolis” (SODRÉ, 1939, p. V). Cabe ressaltar que as comemorações do centenário receberam investimentos financeiros da municipalidade, contando com o Fundo do Centenário. Ou seja, houve empenho político e emprego de dinheiro público para patrocinar as celebrações e as publicações do centenário de Petrópolis.

Dada a proximidade de possíveis datas para a comemoração do centenário e as diferentes opiniões manifestas sobre o assunto, o governo municipal decidiu instituir a Comissão para dar conta de esclarecer a questão da fundação de Petrópolis. Depois disso, seriam convidadas vinte e seis pessoas para integrarem a Comissão do Centenário, entre as quais algumas eram residentes da cidade e outras não, porém todas ligadas a Petrópolis pela “[...] atuação pública de seus antepassados, ou ainda pelo próprio renome dos convidados.” (SODRÉ, 1939, p. VI-VII).<sup>81</sup> Portanto, podemos pensar que as comemorações do centenário de Petrópolis mostraram-se como projeto que contou com empenho de intelectuais e políticos de dentro e fora da cidade.<sup>82</sup>

A principal documentação utilizada para escrita deste capítulo foram os sete volumes produzidos pelos membros da Comissão do Centenário de Petrópolis disponíveis na Biblioteca do Museu Imperial. Os *Trabalhos da Comissão* foram publicados a partir de 1938 até 1943 pela Diretoria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis. Contando com numerosas páginas e imagens – tais como pinturas, gravuras,

---

neutralidade com relação ao movimento. O primeiro núcleo de Petrópolis foi inaugurado em 1933. [...]” (ALCÂNTARA, 2011, p. 6). Faleceu no dia 12 de fevereiro de 1975. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fiuza-iedo>. Acesso em 04 maio 2023.

<sup>81</sup> Eram eles: Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, Manoel Cícero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Américo Jacobina Lacombe, Arthur Barbosa, Mário Cardoso de Miranda, Germana Gouvêa, Leão Teixeira Filho, Nereu Rangel Pestana, Walter João Bretz, Gabriel Fróes, João Duarte Silveira, Virgílio de Sá Pereira, Antônio Machado, Magalhães Bastos, Manoel Vianna de Castro, Mesquita Pimentel, Paulo de Mattos Rudg, Nestor Ahrends, Antonio de Paula Buarque, José Vieira, Vicente Amorim, Lourenço Lacombe e Alcindo Sodré. Dos 26, não conseguimos identificar o nome de dois integrantes da Comissão do Centenário de Petrópolis.

<sup>82</sup> Cabe notar que, desde o fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, não havia clara autonomia entre o campo intelectual e político. Durante a Primeira República, os intelectuais ainda eram recrutados para as funções do Estado consoante relações sociais, muitas vezes formadas pelos seus antepassados que possuíam capital econômico no passado. Muitos intelectuais conseguiam postos no Estado porque, mesmo que não possuíssem mais capital material, desfrutavam de capital simbólico que lhes rendiam indicações para integrar a administração pública (MICELI, 1977; 1979).

fotografias, mapas –, os *Trabalhos da Comissão* dedicaram-se a narrar o passado da região que viria a ser Petrópolis. Por ser uma escrita da história de forma teleológica – a qual entendia o passado como explicação para o presente e preocupava-se sobremaneira com as origens –, a narrativa se concentra do século XIX, no entanto, em alguns momentos, remonta-se aos séculos anteriores, principalmente o XVIII. Em todos os volumes dos *Trabalhos da Comissão*, estava presente mais de um estudo que discutia sobre a fundação de Petrópolis. Apesar disso, o último volume dos *Trabalhos da Comissão* foi intitulado “Os fundadores de Petrópolis” – os demais não tiveram título, apenas receberam numeração em ordem crescente. Interessante perceber como os *Trabalhos da Comissão* foram encerrados justamente produzindo um volume dedicado à questão mais cara aos intelectuais que estiveram à frente dos debates da Comissão do Centenário, isto é, a fundação da cidade de Petrópolis.

Os *Trabalhos da Comissão* foram marcados pelo empenho na elaboração de um projeto sobre como contar a história de Petrópolis. Neste projeto, envolveram-se intelectuais – ligados, inclusive, ao IHGB –, que se empenharam em defender e criar espaços hegemônicos de enunciação. Nota-se que todo empenho em demarcar uma data para fundação de Petrópolis advém das disputas vivenciadas na cidade pelo poder de definir quando e quais os significados das celebrações do centenário. Conforme Pierre Bourdieu, o poder de enunciação deriva do poder simbólico conquistado por meio de lutas entre os grupos sociais dominantes. O poder simbólico é aquele reconhecido e aceito como legítimo, uma vez que é exercido por agentes dele investido. Conforme as ideias de Pierre Bourdieu, tal legitimidade investe os agentes do poder dizer e fazer valer o que foi dito de forma a não ser percebido como arbitrário – apesar de ser arbitrário, uma vez que cria coesão onde não existe –, justamente porque aqueles que dizem desfrutam de reconhecimento por conta do lugar social ocupado. Não podemos ignorar a dimensão política na construção do poder simbólico, porque “todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção dos grupos” que é alicerçada em “divisões e lutas propriamente políticas” (BOURDIEU, 2008, p. 120).

Nesse sentido, os intelectuais empenhados na escrita da história estavam envolvidos em disputas pelo poder de enunciação e classificação do mundo segundo seus interesses, não se furtando, igualmente, das lutas políticas implicadas no ato de poder contar a história “tal qual” aconteceu, uma vez que, conforme Michel-Rolph Trouillot, “toda narrativa histórica renova uma pretensão de verdade.” (TROUILLOT, 2016, p. 27). Desse modo, a escrita da história envolve lutas políticas pela hegemonia dos espaços de

enunciação, uma vez que a história é fruto do poder, como nos lembra Trouillot. Tais lutas pelo poder dão-se muitas vezes dentro de grupos dominantes que reivindicam para si a legitimidade de contar a história, como aconteceu na Comissão do Centenário de Petrópolis.

A rede dos saudosos do Império, que se forma em torno das comemorações do centenário de Petrópolis, acaba por ter seus espaços de enunciação legitimados e multiplicados na cidade de Petrópolis, tendo sido protagonista na escrita dos *Trabalhos da Comissão*, na criação do Museu Histórico de Petrópolis, na fundação do IHP e do Museu Imperial.<sup>83</sup> Desse modo, a Comissão do Centenário reuniu as elites políticas, intelectual e cultural da cidade na mobilização do projeto de escrita da história para Petrópolis. Cabe notar que se envolveram, direta e indiretamente, nesse processo figuras de projeção nacional, como o presidente Getúlio Vargas e membros do IHGB.

Ao longo do capítulo, notaremos que, no momento de formação da Comissão do Centenário, ainda não havia um consenso sobre qual data seria celebrada como de fundação de Petrópolis. Américo Jacobina Lacombe, em artigo para o *Anuário do Museu Imperial*, assinala que a Comissão teria que “fixar o momento de fundação e planejar as comemorações”, complementando com a querela que envolvia a eleição do acontecimento mais significativo para a fundação de Petrópolis: “[...] o ato do imperador determinando a construção de um palácio cercado de uma futura capital de verão, ou a chegada, um tanto precipitada, de uma legião de imigrantes [...]” (LACOMBE, 1960-70, p. 158). Tendo como resultado a comemoração da data de fundação da cidade de Petrópolis no dia 16 de março, relacionando-a diretamente com o Decreto imperial de 1843, ou seja, seria a cidade ligada à família real, sobretudo ao Imperador Pedro II, que estaria sendo celebrada nas comemorações do centenário de fundação de Petrópolis. Apesar disso, outras memórias para a cidade seriam permitidas, como aquela que ligava o passado da cidade ao imigrante alemão. A pergunta que nos fizemos, ao longo da leitura dos *Trabalhos da Comissão*, foi: quais memórias ficaram silenciadas nas representações de passado para Petrópolis?

A despeito de os intelectuais da Comissão do Centenário de Petrópolis buscarem demarcar seu projeto de escrita da história para a cidade e torná-lo hegemônico, compreendemos que estavam também criando e discutindo uma memória para a cidade de Petrópolis. O ato comemorativo relaciona-se, primeiramente, com a memória, uma vez

---

<sup>83</sup> A fundação do Museu Imperial será tratada no capítulo 3.

que se utiliza do discurso épico, criando grandes eventos protagonizados por personalidades ilustres para narrar o passado. Nesse sentido, conforme nos fala Durval de Albuquerque Júnior (2019), as comemorações buscam criar um consenso, uma coesão social onde não existe. A história diante das comemorações mostra-se como iconoclasta, quer dar a ver as fissuras, dessacraliza o discurso sacralizador das comemorações. Conforme Durval de Albuquerque Júnior, as comemorações podem ser pensadas como rituais a partir de um enredo que constitui uma forma de ver e dizer o passado. Para criar “efeitos de real”, as comemorações utilizam-se de vestígios, testemunhos, monumentos com a intenção de criar leituras da história que se querem consensuais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019). Como historiadora, nessa empreitada, seguindo os conselhos de Durval Albuquerque Júnior, meu papel é demolir as versões naturalizadas, cristalizadas e hegemônicas do passado.

## 2.1 A reabilitação do passado imperial na República e suas relações com a cidade de Petrópolis

Com o fim da Monarquia, em 1889, e a Proclamação da República um novo regime deveria ser estruturado e uma nova história para o Brasil deveria ser escrita. Nas primeiras décadas do período republicano, as visões sobre o passado imperial seriam campo de batalha entre monarquistas e republicanos, sendo o desejo destes afastarem-se ao máximo do Brasil monárquico.

Mesmo após o fim da Monarquia, Petrópolis continuaria a ser destino da elite política, agora, em grande medida, republicana. Entre 1894 e 1902, Petrópolis seria a capital da República por conta dos conflitos da Revolta da Armada. Assim, conforme Paulo Garcez Marins,

[...] Petrópolis transformou-se em espaço mítico de um presente republicano livre dos incômodos herdados do passado escravista que embalava o Rio de Janeiro, e que expunha as mazelas e vizinhanças da pobreza em todos os pontos centrais da cidade. Saneada dos convívios bárbaros e aviltantes às ambições dos dirigentes republicanos que veraneavam no alto da serra da Estrela, Petrópolis transitou do Império à República como lembrança preciosa dos ‘bons tempos’ dos Bragança [...] (MARINS, 1998, p. 149)

Ou seja, mesmo com o banimento da família real depois da Proclamação da República, Petrópolis continuaria a integrar o itinerário da elite política e intelectual vinda da capital. Certamente, tal fato tem relação com as continuidades e especificidades da

passagem entre Monarquia e República no Brasil, a despeito das rupturas e transformações instauradas com o regime republicano. Cabe notar que a saudade dos “bons tempos” dos Bragança” não foi um movimento que aconteceu logo após a Proclamação da República, sendo um processo marcado por disputas nas primeiras décadas do novo regime, como veremos a seguir.

A família real seria obrigada a deixar o país logo após a Proclamação da República.<sup>84</sup> Durante as duas primeiras décadas do período republicano, houve discussões no Congresso Nacional sobre a revogação do banimento da família imperial, o traslado dos despojos imperiais para o Brasil em 1921 e as comemorações do Centenário Natalício de D. Pedro II, em 1925. (FAGUNDES, 2010). Em meio a avanços e retrocessos com relação à memória do Império durante a Primeira República (1889-1930), em 1920, o Presidente Epitácio Pessoa revogaria o banimento e os restos mortais de D. Pedro II e de Teresa Cristina seriam recebidos no Brasil no ano de 1921 (FAGUNDES, 2010; MONTALVÃO, 2005). Lucia Paschoal Guimarães afirma que a resolução do Congresso Nacional abriria espaço para a conciliação da República com o Império, não se medindo “[...] esforços para dar aos funerais de D. Pedro II um caráter simbólico capaz de transformar o último rito de passagem numa festa política, apesar dos cuidados para não melindrar as alas republicanas mais radicais.” (GUIMARÃES, 2009, p. 79).

Por outro lado, em 1925, o projeto do deputado Wanderley de Araújo Pinho<sup>85</sup> pelas comemorações do Centenário de Nascimento de D. Pedro II geraria muitas polêmicas. Tal projeto visava tornar o dia 02 de dezembro feriado nacional e encarregava o Poder Executivo de construir um mausoléu para acolher os restos mortais de Pedro II e Teresa Cristina (FAGUNDES, 2010). Conforme Lúcia Lippi Oliveira,

Os deputados não votaram o projeto mas o presidente Artur Bernardes decretou feriado nacional a data de nascimento do imperador. Realizaram-se cerimônias e missas pela alma do imperador; festejou-se no Colégio Pedro II; comemorou-se no Instituto Histórico e Geográfico

---

<sup>84</sup> Decreto nº 784, de 21 de dezembro de 1889, promulgado pelo Governo Provisório, delibera que D. Pedro II e os membros da família real estavam banidos do território brasileiro.

<sup>85</sup> Nasceu na Bahia em 1890 e faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1967. Filho de João Ferreira de Araújo Pinho e de Maria Luísa Wanderley de Araújo Pinho. Seu pai foi presidente da província de Sergipe em 1876 e governador da Bahia de 1908 a 1911. Seu avô materno, João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, ocupou vários postos políticos durante o Império, dentre eles deputado de 1843 a 1856 e presidente da Bahia em 1852. José Wanderley de Araújo Pinho, em 1930, enquanto deputado federal pela Bahia, elaborou projeto para criação da Inspeção de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-wanderley-de-araujo-pinho>. Acesso em: 04 maio 2023. Conforme Márcia Chuva (2009), tal projeto não seria aprovado pelo Congresso Federal, mas serviu de referencial teórico para a elaboração do Decreto-Lei nº 25 que funda o Sphan em 1937.

Brasileiro. Ou seja, os brasileiros desiludidos com os republicanos – e com a capacidade e a honestidade dos homens públicos da República – fantasiavam o Império. (OLIVEIRA, 1989, p. 186)

Lúcia Lippi Oliveira (1989) considera que o “universo simbólico” inaugurado com a República não teria sido capaz de conferir legitimidade suficiente ao regime. Por outro lado, os monarquistas não teriam tido forças para restaurar o Império, no entanto, foram capazes de “garantir a supremacia de sua interpretação sobre o Brasil.” (OLIVEIRA, 1989, p. 186). Por fim, Lúcia Oliveira conclui seu raciocínio assinalando que tal vitória poderia ser atribuída aos historiadores monarquistas porque compunham a destacada elite letrada, construíram e divulgaram suas versões em instituições como o IHGB, além de terem sido mais longevos (OLIVEIRA, 1989).<sup>86</sup>

Para Lucia Paschoal Guimarães, a construção da figura pública do monarca D. Pedro II teria início logo após a abdicação do trono por seu pai, em 1831, e continuaria ao longo do Segundo Reinado, contando com a participação do IHGB na construção positiva das imagens públicas do Imperador. Além disso, a autora afirma que a queda da monarquia não teria sido capaz de abalar a imagem da figura pública construída para D. Pedro II (GUIMARÃES, 2009). Ricardo Salles, quando se refere à construção do sentimento nostálgico em relação ao Império, afirma que a historiografia tradicional, produzida pelo IHGB, estimulou um sentimento de nostalgia que “ainda é recente e se faz notar”. Entretanto, para o autor, tais interpretações do passado não seriam capazes de dar sentido a longevidade e perduração no tempo da nostalgia imperial. Para Salles, a continuação desse sentimento nostálgico tem íntimas relações com o fato de o modelo de sociedade escravista imperial não ter sido superado em nenhum projeto nacional proposto nos períodos posteriores da história do Brasil (SALLES, 2013). Desse modo, apesar de diferentes possibilidades de interpretação, podemos afirmar que a República não foi capaz de superar a imagem positiva construída ao longo do Império, em especial no Segundo Reinado. Acreditamos que foi justamente no período republicano que tais imagens positivas do passado imperial foram consolidadas e reatualizadas de inúmeras formas.

Sendo assim, apesar dos esforços do regime republicano em afastar a família real e a memória do império do foco das discussões, o passado imperial foi cenário de

---

<sup>86</sup> Em nota, Lúcia Lippi Oliveira assinala que: “É interessante observar os republicanos mais polemistas, aqueles que deram mais visibilidade ao projeto republicano, morreram cedo. Escolhendo um pouco ao acaso podemos citar: entre os republicanos, Silva Jardim (1860-91), Benjamin Constant (1836-91), Raul Pompéia (1863-95), Floriano Peixoto (1839-95) e Quintino Bocaiúva (1836-1911); entre os monarquistas, Joaquim Nabuco (1849-1910), visconde de Ouro Preto (1837-1912), Carlos de Laer (1847- 1927), Afonso Celso (1860-1938) e Eduardo Prado (1860-1901), que é o acaso desviante.” (OLIVEIRA, 1989, p. 188).

disputas, frequentemente visitado. Consoante Claudia Montalvão (2005), o passado imperial seria acessado apenas quando não representasse mais ameaças ao regime republicano. Pode-se perceber, nesse sentido, o governo de Getúlio Vargas como principal patrocinador e propulsor da história e da memória do Império durante a República. Na década de 1930, o IHGB, principal responsável pela escrita da história do Brasil,<sup>87</sup> com destaque para a história do Império, passaria a receber generosos recursos do Estado, assim como Getúlio Vargas teria sido o presidente mais assíduo nas reuniões do IHGB (LENZI, 2013).<sup>88</sup>

Os intelectuais tiveram lugar de destaque na construção e legitimação do Estado Novo Varguista (1937-1945). Nos anos 1930, o Estado passou a ser o principal e legítimo emissor de certificados e diplomas, garantindo, dessa forma, considerável monopólio na distribuição dos postos públicos (MENDONÇA, 1996; MICELI, 1979). Nesse momento, instituições e veículos de propagação de ideias – tais como revistas, rádio, teatro, jornais etc. – assumiriam papel fundamental na defesa da recuperação do passado histórico, uma vez que este se conjugaria com o presente e, por coexistirem, não poderiam ser vistos como “[...] etapas sucessivas dentro de uma escala temporal linear [...]” (VELLOSO, 1982, p. 83), neste sentido, o passado mostra-se como presente. Nessa interpretação do passado nacional, a Primeira República “liberal, oligárquica, fraca, inepta”, segundo os ideólogos do Estado Novo, seria afastada da história do Brasil em construção (GOMES, 2009). Inclusive, conforme Angela de Castro Gomes (2009), tais visões da Primeira República iriam alcançar a literatura acadêmica. Nessa perspectiva propagada no governo Vargas, o início do regime republicano teria sido um fracasso, e, por isso, não fazia jus a seu passado, principalmente o Segundo Reinado, e nem a seu futuro, representado pelo governo de Getúlio Vargas, mais especificamente o período do Estado Novo (GOMES, 2009).

Angela de Castro Gomes, analisando a revista *Cultura Política* publicada durante o Estado Novo, enfatiza que a maioria dos textos e documentos históricos divulgados e analisados pelo periódico versava sobre a história do Império, sobretudo o Segundo Reinado. Seria nesse momento histórico em que a vida política no Brasil começaria a existir de fato, tendo como principal motor a construção do Estado/Nação. Segundo a

---

<sup>87</sup> Tal situação estava prestes a mudar com a fundação dos cursos universitários de ciências humanas e sociais, os quais se tornariam concorrentes do IHGB na escrita da história do Brasil. Para saber mais, ver Marieta Ferreira (2013).

<sup>88</sup> Para saber mais sobre esse assunto, ver Lucia Paschoal Guimarães (2006); Angela de Castro Gomes (1996; 2009); Maria Isabel Lenzi (2013); Claudia Montalvão (2005).

historiadora, a vida privada dos membros da família real seria o enfoque dado para tratar do Segundo Reinado, ganhando pouca relevância a política interna e externa brasileira (GOMES, 1996).

O Estado Novo, neste sentido, utilizaria o passado imperial como fonte de inspiração, como “antecedente histórico da realidade presente” (MONTALVÃO, 2005, p. 121). Consoante Claudia Montalvão, os objetivos centralizadores e autoritários do governo de Getúlio Vargas encontrariam respaldo no Segundo Reinado. Seria, segundo a autora, no governo Vargas que o Império se tornaria “passível de compreensão histórica, fonte de elaboração da memória nacional.” (MONTALVÃO, 2005, p. 121). Com essa aproximação, Getúlio Vargas, tal qual a representação do bom e ilustrado Imperador D. Pedro II, seria igualmente amigo das letras e das artes (MONTALVÃO, 2005). Nesse sentido, tanto o governo imperial quanto a imagem positiva do Imperador serviriam como fontes de inspiração para a ditadura do Estado Novo.

Marca material do início do período republicano em Petrópolis, o Palácio Rio Negro, fundado em 1889, serviu como palco de decisões importantes da República, além de casa de veraneio dos presidentes, a começar por Rodrigues Alves (1902-1906). O palácio pertencia, antes de ser adquirido pelo governo republicano, ao Barão do Rio Negro, importante comerciante de café. Em 1903, o Palácio Rio Negro seria incorporado ao Governo Federal. O palácio localiza-se na Avenida Koeler a alguns metros do palácio de verão da família imperial, que viria a ser o Museu Imperial. Ou seja, a escolha para sede da residência de verão dos presidentes da República localizava-se espacialmente próxima à residência de verão da família imperial. Tal iniciativa pode ser mais uma, dentre outras, que buscou demarcar os símbolos da República na cidade.

Interessante notar que, depois de adquirido, o palácio continuaria a fazer referência a nome de figura ligada ao Império. O Barão do Rio Negro era descendente de cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba e casou-se com Emília Gabriela Teixeira Leite, ligada a importantes cafeicultores de Vassouras do período imperial. Desse modo, percebe-se que, apesar do empenho de marcação de poder espacial da presença da República na cidade que guardava a memória do Império, algumas marcas de continuidade entre o período republicano e o período imperial foram admitidas, como a permanência do nome do palácio que fazia referência à figura do Império, além de naquele momento não representar incômodo tal personagem estar historicamente ligado ao regime escravagista. O presidente Getúlio Vargas foi aquele que mais frequentou o Palácio Rio Negro, tendo o utilizado “[...] para além de sua morada, como elemento de

ligação com o povo, realizando festas, o próprio batizado de seu neto e a grande frequência da sua estadia, extrapolando o período de veraneio. [...]” (SILVA; LAGE, 2019, p. 12).<sup>89</sup> Getúlio Vargas, frequentando com assiduidade a cidade de Petrópolis, buscava aproximar-se da imagem de D. Pedro II, a qual Vargas reivindicava, dessa e de outras formas, para si mesmo.

No ano de 1937, seria organizada a Comissão do Centenário de Petrópolis, integrada por representantes da elite política e intelectual da cidade serrana. Os recursos destinados às comemorações do centenário e, inclusive, a participação direta de Getúlio Vargas nos desdobramentos da Comissão do Centenário podem ser relacionados a uma política de governo mais ampla que utilizou a recuperação do passado histórico para elaborar um “[...] verdadeiro calendário de comemorações de centenários de acontecimentos, de nascimento ou morte dos mais notáveis vultos e instituições da História do Brasil” (GOMES, 1998, p. 132).<sup>90</sup> Nessas comemorações, personagens e feitos do período imperial foram notadamente homenageados ao longo do Estado Novo.

No Decreto nº 4.120, que revoga o banimento da família imperial, menciona-se a construção de um “mausoléu condigno” para abrigar os despojos do Imperador e da Imperatriz. Somente em 1939 seria inaugurado, na Catedral de Petrópolis, o mausoléu que guardaria os restos mortais de D. Pedro II e de Teresa Cristina, contando com a presença de Getúlio Vargas.

No interior do mausoléu à frente dos túmulos, vitrais representavam a ascensão e a queda do seu reinado e, ao lado, foi colocado um poema que clamava ‘a justiça de Deus na voz da História’. Neste momento, com a anuência de Getúlio Vargas, D. Pedro II consagrava-se como um dos mitos da história brasileira. (MONTALVÃO, 2005, p. 114)

---

<sup>89</sup> Depois da construção de Brasília, Petrópolis perderia sua função de local de veraneio dos presidentes. No entanto, no regime militar, Artur da Costa e Silva e Ernesto Geisel utilizaram a residência durante seus governos. Em 1975, no governo Geisel, foi instalada, no Palácio Rio Negro, a 1ª Infantaria Motorizada, tendo lá permanecido até 1991. A tradição de veraneio seria retomada em 1996, com o presidente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva que pernoveram algumas vezes no Palácio Rio Negro (WILBERT, 2014).

<sup>90</sup> Angela de Castro Gomes traz alguns exemplos das comemorações celebradas à época: “[...] Em 1937, o centenário de fundação do Colégio Pedro II; em 1938, o primeiro século do Arquivo Nacional, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a exposição, organizada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do centenário de falecimento de José Bonifácio de Andrada e Silva; em 1939, o centenário de nascimento do marechal Floriano Peixoto e os festejos do centenário de restauração do Reino de Portugal; em 1940, o centenário da Maioridade de D. Pedro II e do quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus; em 1941, os centenários de nascimento de Prudente Moraes e Campos Sales e o de coroação de D. Pedro II, para citar os mais importantes.” (GOMES, 1998, p. 132).

A despeito das iniciativas da Comissão do Centenário e das ações de Getúlio Vargas, que buscou traçar relação direta da Petrópolis imperial com a Petrópolis republicana, o desejo de se distanciar do passado monárquico iria ser sentido, anos antes, de inúmeras formas na cidade. No início do período republicano, a Rua do Imperador se tornaria Avenida 15 de Novembro; a Rua da Imperatriz se chamaria Avenida 7 de Setembro; a Rua Princesa Isabel seria transformada em 13 de Maio e assim por diante. Observando o mapa do centro da cidade de Petrópolis atualmente, percebe-se que alguns nomes antigos das ruas foram parcialmente restabelecidos, como a Rua do Imperador e a Rua da Imperatriz. Entretanto, importantes personalidades republicanas como marechal Floriano Peixoto e Washington Luiz são homenageadas por nomes de ruas lado a lado do Imperador Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina. A forma que se dispõe tal cenário serve para nos lembrar que Petrópolis, apesar de ter sido projetada e construída no Império, passa por permanências e rupturas do e no período republicano. Isto é, a despeito do sonho ter sido de fato concretizado pelos monarcas brasileiros, a continuidade do sonho como se apresenta hoje aos petropolitanos e aos turistas mostra-se como um projeto republicano voltado para o passado imperial. Tal projeto assumiria melhores contornos justamente na década de 1930.

No volume I dos *Trabalhos da Comissão*, o historiador Antônio Machado debate sobre a nomenclatura urbana de Petrópolis. Buscando explicar as mudanças de nome dos logradouros na cidade, o autor assinala que o nome da Princesa Isabel representava o pensamento político daqueles que admitiam a restauração da monarquia e a criação do terceiro reinado, por isso, não era possível, naquele momento, conservar homenagens à Princesa Isabel, denominada pelo autor de “Redentora” (MACHADO, 1938). Por outro lado, o historiador nota que o nome da Praça D. Pedro II seria conservado em meio ao processo de mudanças de nomes na cidade no início da República. Isso se deu, segundo ele, porque os “edis republicanos” consideraram o sentimento de “respeito e gratidão” dispensado a D. Pedro II, e, por isso, conservaram o nome da praça. O que parece ser contrassenso, na visão de Antônio Machado, porque se adotou para a rua mais movimentada de Petrópolis a denominação de Quinze de Novembro, enquanto a praça mais central da cidade continuaria a homenagear D. Pedro II. Ou seja, referências ao passado imperial eram admitidas ou simplesmente ignoradas pelos republicanos.

Referindo-se a Aureliano Coutinho, estadista do Império, Antônio Machado denuncia que “[...] os iconoclastas de 1890 não tiveram dúvida, entretanto, de riscá-lo da nomenclatura local, passando a rua Aureliano a ser a Avenida Bolívar. [...]”

(MACHADO, 1938, p. 236). Apesar dessa crítica, nomes como Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca foram homenageados na cidade. Epitácio Pessoa, presidente responsável pela revogação do banimento da família imperial, foi identificado como “sempre muito amigo desta cidade”, sendo homenageado em uma das avenidas mais centrais de Petrópolis (MACHADO, 1938, p. 226).

As loas não se restringiram aos políticos da Primeira República. João Pessoa – governador da Paraíba e candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas – recebeu homenagem posterior a sua morte e foi identificado como “mártir da Segunda República”. O desejo de ligar a história local com a dimensão nacional fica claro quando Antônio Machado relaciona tal homenagem ao fato de Petrópolis ter se “[...] associado a todos os grandes movimentos nacionais [...]” (MACHADO, 1938, p. 254). Nesse sentido, a toponímia da cidade buscava inserir Petrópolis na história nacional, uma vez que era

Cidade essencialmente cívica, Petrópolis patenteia esta feição de seu caráter até na escolha dos nomes com que tem batizado seus logradouros públicos, geralmente consagrados a vultos, datas e feitos primaciais da vida da nacionalidade e a personagens que se imortalizaram na história regional. (MACHADO, 1938, p. 158)

Tais processos de mudança de nome de rua não se dão sem resistência. Depois de a Rua Cruzeiro passar a se chamar Rua João Pessoa, em 1931, houve “comentários desfavoráveis” daqueles que defendiam o “tradicional nome de Cruzeiro”. Para o autor, o nome Cruzeiro foi “[...] tão consagrado pelo uso que isso devia valer-lhe o não ser sacrificado.” (MACHADO, 1938, p. 255). Exemplo parecido, em 1850, o local “tradicionalmente” conhecido por Quissamã passou a se chamar Quarteirão Princesa Isabel, porém, o nome não se enraizaria e até os atos oficiais designavam o local de Quarteirão Quissamã (MACHADO, 1938).<sup>91</sup>

As mobilizações da Comissão do Centenário foram fundamentais para o restabelecimento de nomes de ruas que haviam sido alterados com a instauração da República. Conforme Alessandra Fraguas,

Nesse contexto, há uma confluência de interesses políticos e historiográficos. Por um lado, ainda que desde os primeiros momentos

---

<sup>91</sup> Maria Tereza Carneiro Lemos, em seu artigo A cidade e os símbolos: *Imagens de Petrópolis na literatura brasileira*, faz referência à substituição da Rua do Imperador por Rua Quinze de Novembro depois da Proclamação da República. A autora assinala a resistência dos moradores da cidade para essa mudança, citando poema de Maria Eugênia Celso que mencionava os desdobramentos de tal mudança: “A Rua do Imperador era completa./Chamava-se Rua Quinze, porém era chamada/ Por toda gente ainda: Rua do Imperador./Era a mais importante da cidade. [...]” (CELSONO, 1945 *apud* LEMOS, 2010, p. 14).

da República houvesse vozes defendendo as políticas de preservação da memória do período imperial, como as que lutaram pela revogação da Lei do Banimento, percebemos que a política cultural implementada durante o primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) favoreceu e coadunou-se com a revitalização da memória do Império, personificado na figura de d. Pedro II. (FRAGUAS, 2019, p. 45-6)

Nesse sentido, a instauração da Comissão do Centenário em Petrópolis vai ao encontro do desejo político em esfera nacional da reabilitação do passado imperial na escrita da história do Brasil. Os intelectuais à frente da Comissão do Centenário se fizeram e se valeram de tal contexto para verem representadas suas visões de passado para a cidade de Petrópolis, buscando construir consenso e redigir dada versão da história que se fez hegemônica.

## 2.2 Como lembrar e como esquecer: as Comemorações do Centenário de Petrópolis e o projeto de escrita da história para a cidade

### 2.2.1 Algumas considerações sobre a escrita da história de Petrópolis no século XIX

Antes mesmo de começarmos discorrendo sobre os *Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis*, faz-se necessário atentar para o fato de que, desde o século XIX, existiram viajantes preocupados em interpretar a idealização e a construção da cidade de Petrópolis, assim como os intelectuais responsáveis pela Comissão do Centenário fizeram de 1937 a 1943. Diversos relatos de viajantes são citados ao longo dos *Trabalhos da Comissão*, no entanto, entendemos que as obras presentes em *Cidade de Petrópolis*: reedição de quatro obras raras mostram-se como fundamentais para a compreensão da construção do início de uma historiografia sobre Petrópolis, justamente porque os autores contemplados com a obra de reedição foram aqueles que haviam sido frequentemente utilizados como fonte para embasar, anos antes, os estudos impressos nos *Trabalhos da Comissão*.

O livro *Cidade de Petrópolis*: reedição de quatro obras raras foi publicado por iniciativa do Museu Imperial em 1957, tendo sido organizado pela Divisão de Documentação Histórica. Salientamos que as comemorações do centenário de elevação de Petrópolis à cidade, no ano de 1957, foram momentos amplamente celebrados na cidade. No *Anuário do Museu Imperial*, podemos identificar ações da Comissão do

Centenário de Petrópolis nas comemorações de 1957. Na seção intitulada “Noticiário”, lemos:

Atendendo a solicitação da Comissão do Centenário de Petrópolis, colaborou este Museu, através da Divisão de Documentação Histórica, com o referido organismo municipal na realização do Curso de Informações sobre Petrópolis, tendo sido efetuadas 18 aulas, atingindo o número de inscrições a 323, numa média de 164 por aula.” (NOTICIÁRIO, 1957, p. 194)

Mais à frente, na mesma seção, noticia-se a realização da Exposição Industrial e Histórica, realizada em 29 de setembro de 1957, no Palácio de Cristal, promovida pela Comissão do Centenário de Petrópolis (NOTICIÁRIO, 1957, p. 194).<sup>92</sup> Desse modo, ainda que não seja nosso objetivo analisar o momento das comemorações do centenário da elevação de Petrópolis à cidade, enfatizamos o poder e a longevidade da Comissão do Centenário, atribuindo a isso as posições ocupadas pelos intelectuais que a integrou e os desejos políticos de mantê-la ativa e atuante na cidade.

A apresentação do livro *Cidade de Petrópolis*: reedição de quatro obras raras foi redigida por Francisco Marques dos Santos,<sup>93</sup> então diretor do Museu Imperial, o qual começa seu texto enfatizando que as obras reeditadas representavam quatro raridades biográficas sobre a cidade, apesar de não poderem ser consideradas de mesmo grau de interesse. As obras foram: *Viagem Pitoresca a Petrópolis* (1862), de Carlos Augusto Taunay; *Doze horas em diligência*: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora (1872), de Revert Henry Klumb; *Petrópolis – Guia de Viagem* (1885), de José Nicolau Tinoco de Almeida; e, *Os estabelecimentos úteis de Petrópolis* (1879), de Tomás Cameron.<sup>94</sup> Nas palavras de Francisco Marques dos Santos, as obras de Cameron e Tinoco apresentavam valor informativo, enquanto as de Taunay e Klumb possuíam, além de valor informativo, valor iconográfico. Para Marques dos Santos, o livro de Carlos Taunay apresentava-se como a obra mais interessante da série (SANTOS, 1957).

---

<sup>92</sup> Além das ações da Comissão do Centenário em 1957, gostaríamos de destacar as ações empreendidas pelo Museu Imperial nesse momento, como a inauguração da *Sala Petrópolis*, da mostra *Petrópolis no Arquivo do Museu Imperial*, dentre outras iniciativas (NOTICIÁRIO, 1957, p. 195).

<sup>93</sup> Francisco Marques dos Santos nasceu em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em 1899. Conhecedor de História do Brasil, História da Arte e numismática brasileira, prestou diversos serviços como perito do órgão de preservação. Dirigiu o Museu Imperial de 1954 a 1967. Foi professor de pós-graduação da USP, presidente do Instituto Brasileiro de História da Arte e membro do IHGB, do IHP, da Academia Nacional de Belas Artes. Realizou diversos estudos relativos à história da arte e à numismática brasileira. Faleceu em Petrópolis no ano de 1975 (SILVA NETO, 2015; 2018).

<sup>94</sup> Os livros foram aqui enumerados seguindo a ordem em que foram apresentados em *Cidade de Petrópolis*: reedição de quatro obras raras.

Conforme Maria De Simone Ferreira, os relatos de viagem, desde o último quartel do século XVIII, destinavam-se a desvendar territórios desconhecidos com o objetivo de “mapear a natureza através de suas viagens” (FERREIRA, 2012, p. 58), prática diretamente relacionada aos princípios do Iluminismo. Nesse momento, a viagem ganha o caráter de trazer experiência ao viajante, sendo importante para a formação do cidadão ilustrado. O viajante tinha como objetivo classificar e ordenar o mundo visível. Nesse sentido, os relatos de viagem tinham como objetivo produzir conhecimento classificatório sobre os lugares visitados, tendo muita atenção à natureza, que era “[...] a maior riqueza e moeda de troca na cultura oitocentista herdeira do Iluminismo [...]” (FERREIRA, 2012, 86). Dessa maneira, nas quatro obras reeditadas pelo Museu Imperial, a exuberância, o clima, as belezas naturais de Petrópolis foram observadas e registradas.

Para os autores contemplados com a reedição de suas obras, a história de Petrópolis começaria no século XIX, ligada a D. Pedro I. Apesar dessa relação direta com a cidade, a autoria da fundação de Petrópolis não se mostra como questão central nos trabalhos. Em *Viagem Pitoresca a Petrópolis*, Carlos Taunay menciona ser Frederico Koeler o fundador de Petrópolis. No trabalho de Henry Klumb, menciona-se que Koeler foi o primeiro administrador e “quase criador” da colônia (CIDADE..., 1957, p. 74), enquanto José Tinoco afirma que Petrópolis deve seu nascimento aos colonos alemães. No entanto, tal questão não seria debatida a fundo por nenhum dos trabalhos desses viajantes, uma vez que as discussões sobre a fundação de Petrópolis não eram uma questão para esses autores.

Se a fundação de Petrópolis não foi uma questão para os autores, demonstrar o quanto a cidade era local da civilização e do progresso esteve na ordem do discurso dos trabalhos. Para Carlos Taunay, Petrópolis era “[...] essa Suíça eternamente verdejante e florida, essa morada da saúde e do bem estar, em uma palavra, esse paraíso terrestre [...]” (TAUNAY, 1957, p. 13). Na Suíça brasileira, reinaria, segundo Carlos Taunay, a paz e a tranquilidade, porque

[...] A benevolência das relações não para em nenhum dos degraus da escada social. O escravo é dócil, o dono complacente; não se ouve grito nem pancada. Há permuta perene de manifestações amantéticas. Todos passam vida de alegria, de amenidade recíproca, de caridade cristã. O exemplo de uma santa vida de família, de simplicidade dos hábitos, de cordialidade para todos, de tolerante devoção, desce do alto do palácio e não acha quem não o siga. (TAUNAY, 1957, p. 16)

Desse fragmento do texto de Taunay podemos identificar variadas ideias propagadas durante o Segundo Reinado, e reiteradas ao longo século XX, sobre a cidade de Petrópolis e sua extensão para a construção de uma memória para o Imperador e o próprio Império. A afirmação sobre a docilidade do escravo e a bondade de seu dono foi reiterada nas narrativas do passado de Petrópolis, uma vez que a cidade seria o modelo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, onde se ensaiava o fim da escravidão. Nessa narrativa, a família real, principalmente a Princesa Isabel e D. Pedro II, foram identificados como abolicionistas. Nota-se que a ideia de ordem foi fundamental para a consolidação do Segundo Reinado, e utilizada para a construção da autoimagem do próprio Imperador. Junto a essa ideia de ordem presente no fragmento, destaca-se a dimensão cordial da sociedade petropolitana identificada entre todos, a começar pelos próprios habitantes do palácio. Nesse sentido, do escravizado até o Imperador havia uma dimensão da ordem a ser construída e mantida com base na capacidade de exercer a cordialidade entre todos os elementos que compunham essa sociedade.

Na obra de José Tinoco, Petrópolis seria integrada por uma população que se distinguiu pelo “amor ao trabalho, índole pacífica e sentimentos religiosos”. Sendo a Versalhes do Brasil, Petrópolis desfrutaria de “condições especiais de clima e salubridade” (TINOCO, 1957). Tal comparação do palácio e da cidade com construções reais e países europeus seria recorrente na historiografia sobre Petrópolis. José Tinoco, assim como Henry Klumb, destaca o pioneirismo de Petrópolis com a instalação da primeira linha férrea do Brasil, a qual teria colocado a cidade na “senda do progresso”. Por fim, Tinoco relaciona a região de Petrópolis como caminho de passagem, que era

[...] bastante aproveitada até a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II e pelo desenvolvimento da lavoura de café, foram dali retirados os braços escravos, que agora passarão a ser vantajosamente substituídos pelos que a imigração proporcionará encontrando ali elementos de imediata prosperidade. (TINOCO, 1957, p. 146)

Pode-se pensar, desse modo, que para completar a senda do progresso, Petrópolis seria modelo de substituição da mão de obra escrava pela do imigrante europeu, uma vez que a perduração da escravidão no Brasil relegava ao país a pecha de nação atrasada frente ao progresso dos países europeus, os quais empregavam o trabalho livre e assalariado.

Nesses relatos de viagem produzidos pelos autores, os vestígios da presença indígena e africana são mencionados ao longo de suas obras. Carlos Taunay, dissertando sobre a Praça de Coblenz ou Confluência, menciona árvores indígenas que, a princípio,

havia sido cuidadas com “grande mimo” (TAUNAY, 1957, p. 14). José Tinoco faz menção aos africanos livres empregados em obras públicas durante a construção da cidade de Petrópolis. Além disso, Tomás Cameron faz referência à presença de livres e escravizados internados no Hospital de Santa Teresa localizado em Petrópolis.

Além das obras mencionadas acima, o estudo redigido por Henri Raffard – então primeiro secretário do IHGB – intitulado “Jubileu de Petrópolis” publicado na *Revista do IHGB* em 1895 foi amplamente debatido e citado nos *Trabalhos da Comissão*. Para o autor, no ano de 1895, Petrópolis estaria completando seu quinquagésimo aniversário. Portanto, neste estudo, Henri Raffard afirma que a fundação de Petrópolis estava ligada diretamente ao major Koeler e aos colonos alemães. Segundo Raffard, em 1844 – portanto, no ano seguinte ao Decreto Imperial nº 155 – os trabalhos na serra eram realizados com lentidão, uma vez que faltavam operários. E, apesar de, em janeiro de 1845, terem chegado “[...] 40 pretos enviados da fazenda Santa Cruz [...]” (RAFFARD, 1895, p. 55), o trabalho de fundação de Petrópolis seria efetivado somente com a chegada do braço imigrante alemão. Segundo o autor, podia ser notada superioridade do trabalho do colono alemão em comparação com o trabalho dos escravos. Henri Raffard assinala que em Petrópolis o trabalho livre havia triunfado, e, defendendo o emprego do trabalho do imigrante em substituição ao trabalho escravo, afirma que “[...] uma raça vigorosa e inteligente renovará no Brasil os prodígios que hoje admiramos nos Estados Unidos.” (RAFFARD, 1895, p. 157). Desde o século XIX e nas duas primeiras décadas do XX, haverá a defesa da vinda de imigrantes europeus para o Brasil, tendo como finalidade o desenvolvimento econômico e social da nação. Tal discurso seria substituído, aos poucos, a partir dos anos 1930 com a defesa da miscigenação como engrandecimento nacional.<sup>95</sup>

Henri Raffard compreende que Petrópolis estaria marcada, desde o seu nascimento, pelo progresso e compara a nascente cidade com Sintra, Versalhes e Baden-Baden. Ademais, identifica que

[...] D. Pedro II foi o fundador de Petrópolis, mas, para sermos bem exatos, digamos um dos fundadores d’esta criação, que ideara tal como o major J. F. Koeler e que junto com ele conseguiu realizar. (RAFFARD, 1895, p. 152)

Isto é, o papel de maior relevância deposita-se na idealização da cidade que partiu justamente do major Koeler. Henri Raffard atenta também para a importante participação,

---

<sup>95</sup> Para saber mais sobre esse assunto, ver: Angela de Castro Gomes (1996); Lilian Schwarcz (2014).

mesmo que em menor escala quando comparado ao Imperador e a Koeler, de Paulo Barbosa da Silva, Aureliano de Souza, Oliveira Coutinho e João Caldas Vianna. No artigo de Henri Raffard para a *Revista do IHGB* são reafirmadas – levando em consideração a historiografia do século XIX que debatia a fundação de Petrópolis – características importantes para a cidade de Petrópolis, como sua ligação com o progresso, citando a existência de cervejarias e fábricas – e a relação intrínseca da construção da cidade com modelos europeus. No entanto, Henri Raffard, apesar de admitir que a consolidação de Petrópolis tenha sido obra de D. Pedro II e de estadistas do Império, apresenta como fundamental as ações do major Koeler e dos imigrantes alemães para a fundação de Petrópolis.

O “Jubileu de Petrópolis” foi publicado no dia 30 de junho de 1895 no *Jornal do Brasil*, tendo, concomitantemente, sido publicada carta de representante da família da viúva do major Koeler em que manifesta revolta e insatisfação quanto ao fato de não haver na cidade de Petrópolis, até aquele momento, homenagens ao major Koeler. Por ter sido publicado em um jornal de circulação na capital, podemos supor o expressivo alcance que desfrutou o estudo “Jubileu de Petrópolis” enquanto narrativa sobre o passado histórico de Petrópolis. Grazielle Rocha assinala que, no dia 23 de novembro de 1895, a *Gazeta de Petrópolis* lembrava a morte do major Koeler em 1847. Além disso, a matéria reafirmava a interpretação do major Koeler como fundador de Petrópolis, elogiando o trabalho “Jubileu de Petrópolis” de Henri Raffard. Segundo Grazielle Rocha, a partir de 1895, de modo geral,

[...] as notícias referentes a Koeler, apesar de uma diminuição na sua incidência, continuavam apresentando o mesmo conteúdo, ou seja, evocavam seu caráter de fundador da cidade e informavam a respeito das medidas tomadas para a construção da sua estátua (ROCHA, 2015, p. 48).

Conforme observado por Grazielle Rocha, não se deve perder de vista o momento histórico em que houve o empenho em relacionar a fundação de Petrópolis com a imagem de Koeler. Em 1895, vivenciavam-se os primeiros anos da República e, como já mencionado, foram muitas as ações para se afastar as imagens do passado imperial. Os debates acalorados dos intelectuais responsáveis por redigir os *Trabalhos da Comissão* com os estudos de Henri Raffard leva a crer que a fundação de Petrópolis passou a ser uma questão relevante no final do século XIX, justamente a partir da publicação da obra de Raffard. Podemos notar que, dada todas as transformações pelas quais passou a cidade

de Petrópolis com o advento da República, seria interessante a história da cidade seguir narrativa que ia ao encontro das alterações sofridas naquele momento na cidade. Desse modo, defender a fundação da cidade ligada ao major Koeler e aos colonos alemães no final do século XIX tinha relação com a intenção de descolar a história da cidade como intrinsecamente ligada ao Império.

Com a Proclamação da República, transformações foram sendo orquestradas no IHGB. Nos primeiros anos da República, o Instituto Histórico passaria por problemas organizacionais e políticos, uma vez que, com o fim da monarquia, perderia seu principal apoiador e patrocinador: D. Pedro II (GOMES, 2009). No entanto, o IHGB permaneceria sendo o principal e legítimo produtor de narrativas sobre a história do Brasil até a fundação dos cursos superiores de ciência humanas e sociais no início dos anos 1930. Conforme Angela de Castro Gomes (2009), o advento da República exigiria uma alteração nas formas de “fazer história”, não somente em termos de conteúdo, como também da forma de construção da narrativa histórica. Desse modo, o estudo produzido por Henri Raffard possuía confiabilidade, porque ocupava lugar de credibilidade reconhecido socialmente. Conforme Pierre Bourdieu, “[...] O que faz o poder [...] é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.” (BOURDIEU, 2012, p. 15), uma vez que a capacidade das palavras serem investidas de credibilidade tem relação direta com o lugar social ocupado por aquele que fala e o conseqüente poder adquirido por ocupar tal posição.

No primeiro volume dos *Trabalhos da Comissão*, o historiador Antônio Machado apresenta alguns nomes responsáveis pela história regional e, segundo ele, “[...] seus trabalhos representaram ótimo estímulo para a ascensão sempre vitoriosa da cidade.” (MACHADO, 1938, p. 317). Dentre esses nomes, estavam aqueles que tiveram os seus trabalhos republicados em *Cidade de Petrópolis*: reedição de quatro obras raras, exceto Tomás Cameron, e, somado a eles, encontravam-se: Otto Reimarus, Carlos Ribeyrolles, Alfredo d’Escagnolle Taunay, Henri Raffard e Conde de Afonso Celso. Tais nomes podem ser identificados como os fundadores da historiografia sobre Petrópolis, uma vez que seus relatos seriam fundamentais para a produção muito posteriormente sobre a história de Petrópolis, inclusive seriam utilizados como fontes nos *Trabalhos da Comissão*. Cabe destacar que não há incômodo nenhum em Antônio Machado citar o “Jubileu de Petrópolis” como importante trabalho para a história da cidade. Mais à frente, veremos que o historiador seria um daqueles que discordaria da comemoração da data de fundação de Petrópolis ligada diretamente ao Decreto Imperial.

Notamos que, apesar do título de Cidade Imperial ter sido concedido a Petrópolis apenas em 1981, desde o século XIX a cidade vinha sendo denominada dessa forma, como na obra de José Tinoco. Nos *Trabalhos da Comissão*, Petrópolis receberia diversas vezes a alcunha de “Cidade Imperial”. Nesse sentido, podemos perceber que o título de Cidade Imperial no começo dos anos 1980 do século XX veio ratificar ideia em construção sobre a região desde o século XIX.<sup>96</sup> Apesar disso, conforme Grazielle Rocha, diferente do que a memória histórica sobre Petrópolis quis construir na primeira metade do século XX, a compreensão sobre a cidade não esteve sempre restrita ao passado imperial. A autora continua afirmando que

É certo que a experiência monárquica marcou-a de forma significativa, porém, as representações do passado petropolitano também foram diversificadas. Sua história não foi sempre alinhada à valorização da monarquia Bragança, ainda que a importância da atuação do segundo monarca tenha sido ponto pacífico entre as diversas correntes que buscaram definir a história da formação daquele território. (ROCHA, 2015, p. 48)

Apesar de concordarmos que os *Trabalhos da Comissão* buscaram enfatizar o papel do Imperador, dos estadistas do Império, da família real na fundação de Petrópolis, acreditamos que essa não teria sido a única memória para a cidade autorizada pelos intelectuais responsáveis pelos *Trabalhos da Comissão*. A memória dos imigrantes alemães foi, mesmo que secundariamente, reconhecida e enfatizada como legítima na construção das narrativas sobre a formação da cidade. Caberia atentar para aqueles que se fizeram presentes na construção das materialidades, nas próprias materialidades em si, e não foram mencionados como importantes para a fundação da cidade, como os indígenas, os escravizados, libertos e seus descendentes, como veremos mais adiante.

### 2.2.2 A institucionalização da escrita da história: os *Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis*

Para compreender a construção da história de Petrópolis ligada diretamente a D. Pedro II e ao Império, temos que mencionar Alcindo de Azevedo Sodré, figura de destaque na vida política e cultural de Petrópolis desde os anos 1920. Nasceu em 1895, em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, tendo se mudado para Petrópolis e concluído seus

---

<sup>96</sup> Vale citar que, em 1929, Alcindo Sodré publica obra intitulada *Cidade Imperial: alma e paisagem de Petrópolis*.

estudos no Colégio São Vicente de Paulo, sediado no antigo Palácio Imperial.<sup>97</sup> Formado em Direito e Medicina nos anos de 1916 e 1921 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e pela Faculdade Nacional de Medicina, escolheu a cidade de Petrópolis para clinicar, tendo sido vereador nos anos de 1922, 1924, 1929 e 1936.<sup>98</sup> Seria justamente no ano de 1936, enquanto vereador da cidade, que Alcindo Sodrê propôs a criação da Comissão do Centenário de Petrópolis.

No ano de 1929, Alcindo Sodrê publicou *A Cidade Imperial: alma e paisagem de Petrópolis*. No livro, a história começa “Por volta de 1860”, narrando a distância entre a capital do Império e a Suíça “[...] sempre verde e florida, a morada da saúde onde o clima revigora, e não permite as epidemias agressivas. [...]” (SODRÊ, 1929, p. 7). A comparação de Petrópolis a lugares localizados na Europa e a ênfase dada à salubridade da cidade não se diferenciam de relatos de viajantes do século XIX. No entanto, seria nessa obra que Alcindo Sodrê vincularia diretamente a figura de D. Pedro II com a fundação de Petrópolis e, conforme Grazielle Rocha (2015), seria a partir dela que a “cidade imperial” começaria a ganhar seus contornos.

Em *A Cidade Imperial: alma e paisagem de Petrópolis*, Alcindo Sodrê empenhou-se em eleger D. Pedro II como fundador da cidade, mas sem se descuidar da presença dos imigrantes alemães. A construção da imagem de D. Pedro II como homem bondoso e caridoso seria relacionada ao tratamento para com os colonos, uma vez que “[...] Nos dias de festa nacional os colonos destacam um grupo para ir cumprimentar Sua Majestade em palácio. Pedro II os recebe com muita atenção e carinho [...]” (SODRÊ, 1929, p. 23). Além disso, D. Pedro II foi identificado como homem preocupado com o progresso e o conhecimento, uma vez que com a

[...] criação de duas universidades nos extremos do país, a navegação dos grandes rios, os traçados de estrada de ferro penetrando o interior, a abertura da barra do Rio Grande do Sul, o Código Civil, as relações do Estado com a Igreja, as leis penais, a navegação aérea, e muitos outros. (SODRÊ, 1929, p. 30)

Além do interesse em defender imagem positiva para a figura de D. Pedro II, o autor empenha-se em dar à cidade dimensão nacional, visto que o governo imperial permanecia em Petrópolis por longos meses e, por isso, “[...] as passagens mais

---

<sup>97</sup> Os usos do Palácio Imperial no período republicano serão tratados no capítulo 3.

<sup>98</sup> A trajetória de Alcindo Sodrê é vasta e será debatida ao longo da tese. Na minha dissertação de mestrado, pesquisei a trajetória desse intelectual e de outros que fizeram parte do Conselho Consultivo do Sphan e do IHGB de 1938 a 1967 (SILVA NETO, 2018).

emocionantes da nossa história foram lá discutidas e meditadas. Petrópolis passou a servir de palco para acontecimentos nacionais.” (SODRÉ, 1929, p. 43). Alcindo Sodré posiciona-se positivamente quanto à presença do colono alemão, admitindo sua participação para a construção e o progresso da cidade, porém, a fundação e a grandeza de Petrópolis estariam ligadas diretamente ao Imperador D. Pedro II.

Apesar da importância ocupada por Alcindo Sodré na vinculação do passado de Petrópolis à memória do Imperador e do Segundo Reinado, entendemos que Sodré compôs uma rede de intelectuais formada em Petrópolis interessada em vincular a história da cidade com o passado imperial. Dessa maneira, Alcindo Sodré não age sozinho, age acompanhado e respaldado pelos *espaços sociais* por ele ocupados. Tais *espaços sociais* investem Alcindo Sodré e seu grupo de poder de classificação do mundo social (BOURDIEU, 2008). Grazielle Rocha identifica em seu trabalho que, a partir de 1930, começam a surgir esforços na imprensa local para estabelecer oficialmente identificação entre Petrópolis e D. Pedro II (ROCHA, 2015). Compreendemos que será justamente nesse momento que começará a se formar a rede dos saudos do Império na cidade de Petrópolis, a qual contará com importante apoio dos sócios do IHGB.

Em 28 de novembro de 1936, Alcindo Sodré propôs à Câmara Municipal de Petrópolis indicação para a criação da Comissão do Centenário, a qual foi aprovada por unanimidade. Na indicação, lia-se:

Considerando que o centenário de Petrópolis deverá ser comemorado em 1943;

Considerando a necessidade do poder público tomar a iniciativa de promover estudos completos e definitivos sobre a história de Petrópolis, bem como cogitar de todas as medidas capazes de dar brilhantismo a esse grande acontecimento;

A Câmara Municipal indica ao Prefeito a conveniência de, sem qualquer ônus para a municipalidade, ser nomeada um Comissão para cuidar desses assuntos. (SODRÉ, 1939, p. V)

Podemos notar, na proposição para a criação da Comissão, que já havia explicitamente direcionamento para a comemoração do centenário de Petrópolis no ano de 1943, relacionando, portanto, a celebração ao Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843. Além disso, reivindica-se que tais comemorações sejam encabeçadas e patrocinadas pelo poder público municipal, tendo como intenção a institucionalização da discussão que girava em torno da fundação da cidade. Durval Albuquerque Júnior assinala que justamente pelo fato de nos momentos de comemoração se buscar a construção de uma memória coletiva, elas precisam de formas de “[...] partilhamento coletivo de

enunciados, imagens, concepções, fatos, personagens. A comemoração se realiza justamente para vir a criar esse sentido coletivo do lembrar. [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 183-4). Por isso mesmo, as comemorações geralmente são encabeçadas por instituições do poder público capazes de gerar coesão, como agentes e agências do Estado, uma vez que se mostra capaz de construir e, principalmente, divulgar tais imagens do passado para as coletividades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019).

No ano seguinte, em 28 de junho de 1937, o prefeito Iêdo Fiuza cria a Comissão do Centenário de Petrópolis. Conforme o Ato nº 704,

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 44 de 16 de Junho de 1936, e

Considerando o que ao Executivo sugeriu a Câmara Municipal;

Considerando que no ano de 1943 Petrópolis celebrará o centenário de sua fundação pelo Imperador D. Pedro II;

Considerando que aos poderes públicos compete desde já zelar pela condigna comemoração de tão grande data;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão do Centenário de Petrópolis, encarregada de propor ao Governo Municipal as medidas que julgar oportunas e necessárias para o brilho das homenagens a serem projetadas e coligir os dados e documentos que facilitem a elaboração da história da cidade. [...] (TRABALHOS da Comissão, 1939, p. XI-XII)

Nota-se que o Ato que cria a Comissão do Centenário reitera a indicação proposta por Alcindo Sodré quando relaciona a celebração do centenário de Petrópolis ao ano de 1943, portanto, vinculando a fundação da cidade ao Imperador D. Pedro II. Nesse sentido, percebemos que o grupo de intelectuais que defendiam o ano de 1843 como de fundação para a cidade ocupava postos políticos no Legislativo e no Executivo municipal, e, além dessa dimensão local na defesa da criação da cidade ligada diretamente ao Imperador, notamos que essa proposta extrapola a esfera local e vai ao encontro do projeto de nação que estava sendo construído no Estado Novo.<sup>99</sup>

Comentando a criação da Comissão do Centenário, Alcindo Sodré abre o volume II dos *Trabalhos da Comissão* afirmando que a necessidade colocada pelo Legislativo Municipal de se criar uma comissão relacionava-se ao fato de não ser “líquido e certo” a data de comemoração do centenário de Petrópolis. Segundo ele, a Comissão seria

---

<sup>99</sup> Não nos debruçamos sobre essa questão, mas consideramos importante levar em consideração a perseguição do governo aos imigrantes nesse período e o empenho na construção de narrativa sobre a cidade de Petrópolis ligada ao Império e ao Imperador.

fundamental justamente para “realizar estudos definitivos sobre a História de Petrópolis”, tendo como ponto de partida a “[...] fixação da data de fundação da cidade, assunto jamais cuidado com exata preocupação histórica, por quem quer que seja e em tempo algum comemorado, e nem mesmo referido pelos poderes públicos municipais.” (SOBRÉ, 1939, p. VI). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que foi o próprio Alcindo Sodré quem demarcou o ano de 1943 como data de comemoração do centenário da cidade, seria ele mesmo aquele que defenderia a necessidade dos *Trabalhos da Comissão* para a fixação da data de fundação de Petrópolis. Ao afirmar que o assunto “jamais [havia sido] cuidado com exata preocupação histórica”, Alcindo Sodré já estava dialogando com dada historiografia sobre Petrópolis que relacionava a fundação da cidade com a chegada dos colonos alemães em 29 de junho de 1845. Dessa maneira, a questão da data de fundação de Petrópolis esteve no cerne dos debates historiográficos travados nas páginas dos *Trabalhos da Comissão*, como será notado em todos os volumes produzidos pelos intelectuais envolvidos nessa querela.

As primeiras reuniões<sup>100</sup> da Comissão do Centenário trataram do tema sobre a fundação de Petrópolis, e nelas estavam presentes os representantes residentes em Petrópolis, que eram quatorze no total. Os membros residentes fora de Petrópolis foram convidados apenas para as sessões solenes, excluindo-os das reuniões comuns. A justificativa para tal decisão foi que se mostrava impraticável a vinda desses membros para Petrópolis para longas reuniões. Além disso, acreditava-se que os petropolitanos da Comissão eram os mais indicados para debater as questões relativas à fundação da cidade por terem “direto e objetivo” conhecimento sobre o assunto. Alcindo Sodré ressalta que, caso se questionasse a necessidade da convocação de personalidades residentes fora de Petrópolis, seria usada a justificativa que a Comissão foi criada para, além de escrever a história de Petrópolis, organizar e promover “comemorações espirituais e cívicas”. Por outro lado, enfatiza que foram os integrantes locais da Comissão responsáveis por estabelecer os programas de trabalhos históricos, tendo como marco a data de fundação da cidade. Não tendo sido solicitada “opinião alheia”, mesmo que fosse respeitável o consultante (SODRÉ, 1939, p. VIII). Tal posição de Alcindo Sodré faz entrever alguma resistência às escolhas feitas para a composição dos integrantes da Comissão do Centenário.

---

<sup>100</sup> Foram realizadas, no total, 28 reuniões da Comissão do Centenário entre 05 de setembro de 1937 e 12 de novembro de 1939 (SODRÉ, 1939).

Os responsáveis pelos *Trabalhos da Comissão* buscaram criar consenso sobre a forma de narrar a história de Petrópolis. No entanto, notam-se vozes dissonantes dentro da Comissão que discordaram sobre a data de fundação da cidade. Segundo Alcindo Sodré, nas primeiras oito reuniões organizadas pela Comissão, apenas Antônio Machado – “saudoso historiador de Petrópolis”, nas palavras de Sodré – teria discordado sobre a data de fundação de Petrópolis estar ligada ao Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843. Contudo, na 7ª reunião da Comissão – citada no volume II dos *Trabalhos da Comissão* – Antônio Machado, tendo como base os documentos e estudos da Comissão, afirmou estar convencido sobre a data de criação relacionar-se ao Decreto Imperial de 1843. Após isso, segundo relato de Alcindo Sodré, nenhuma outra voz teria demonstrado oposição ao tema amplamente debatido nas vinte e oito reuniões da Comissão, tendo sido estabelecido unanimemente a data de 16 de março de 1843 como de fundação da cidade.

Anos mais tarde, Claudio Ganns, sócio do IHGB, em homenagem a Alcindo Sodré na *Revista do IHGB*, demonstra ainda existirem embates em torno da data de fundação de Petrópolis que contradizem a existência de consenso, tal como foi forjado pela versão criada na Comissão do Centenário sobre o tema. Conforme Claudio Ganns, Antônio Joaquim de Paula Buarque,<sup>101</sup> integrante da Comissão, defendia que a fundação da cidade ocorreu com a chegada dos primeiros imigrantes alemães. Já Alcindo Sodré

[...] com melhores argumentos (era bem mais inteligente que Buarque), a exhibir a certidão de nascimento do burgo, no decreto imperial nº 155 de 16-3-1843 – data que acabou oficializada pelos poderes públicos municipais. [...] (GANNS, 1957, p. 399)

Em nota de rodapé, Claudio Ganns afirma que a discussão “apaixonava espíritos locais”. Relembrando os debates durante as comemorações do centenário de Petrópolis, Ganns relata que Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Américo Jacobina, Nereu Rangel Pestana e Manoel Vianna de Castro posicionaram-se favoráveis a Alcindo Sodré. Enquanto o professor Paulo Monte e o cronista Walter Bretz ficaram favoráveis a Paula Buarque (GANNS, 1957). Importante notar que tais membros da Comissão defensores da comemoração do centenário da cidade relacionada à chegada dos alemães integravam a

---

<sup>101</sup> Antônio Joaquim de Paula Buarque nasceu em Maceió, capital de Alagoas, em 13 de junho de 1881. Em 1903, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Mudou-se para Petrópolis em 1904. Dedicou-se, ao longo da vida, à medicina, à política, à educação, ao jornalismo, às letras. Foi prefeito de Petrópolis de 10 de agosto de 1927 a 31 de dezembro de 1929. Presidiu a APL entre 1935 e 1940. Faleceu no Rio de Janeiro em 22 de outubro de 1950 (MARTINS, 1999).

APL<sup>102</sup> que, segundo Grazielle Rocha (2015), era reduto dos defensores de 29 de junho como data de fundação de Petrópolis.

Em 1940, Antônio de Paula Buarque lança o livro *História e historiógrafos da cidade de Petrópolis: contribuição para o seu Centenário em 1945*. Na capa, constam as vinculações do intelectual: presidente da APL, membro do IHP e da Comissão do Centenário de Petrópolis. No começo da apresentação, Paula Buarque já esclarece que a obra destinava-se a tratar da fundação de Petrópolis cuja controvérsia dava-se entre a APL e a Comissão do Centenário de Petrópolis. Paula Buarque começa por afirmar que era Alcindo Sodr e o “principal ator dessa triste com edia”, uma vez que Buarque considerava “incongruentes” e “menos justas interpreta es” a defesa de 1843 como data de fundação da cidade. Para ele, tal defesa desconsiderava a tradição que reconhecia o 29 de junho de 1845. Antônio de Paula Buarque critica o fato de no documento redigido por Alcindo Sodr e para criação da Comissão do Centenário estar sendo já fixada a data de fundação da cidade. Segundo ele,

Não há d vida que tudo fora bem planejado, para evitar que em outro cenário viesse cair a discussão, ferindo os **belos** planos. E com tão manifesta m  f , precipitou o pronunciamento de um fato por uma corpora o, a meu ver, destituída de qualquer requisito para julgar assunto de tamanha transcendência. (BUARQUE, 1940, p. 3-4, grifos do autor)

Ou seja, Ant nio de Paula Buarque critica as a es de Alcindo Sodr e, julgando-as como premeditadas e de má-f , e assinala que o Legislativo Municipal tinha imposto “taxativamente” a comemora o no ano de 1943. Ao longo da publica o, Ant nio de Paula Buarque irá rebater os argumentos impressos nos *Trabalhos da Comissão* na defesa da funda o de Petrópolis pelo Decreto Imperial. Para isso, ele apresentar  vasta documenta o que contra-argumentava as justificativas daqueles que defendiam o ano de funda o em 1843.

No ano de 1943, Ant nio de Paula Buarque publica o livro *Petrópolis e o seu centenário*: documentos que confirmam a sua funda o em 1845. Nesse momento, Paula Buarque não se apresenta mais como membro da Comissão do Centenário. Com um tom

---

<sup>102</sup> A Associa o Petropolitana de Ciências e Letras foi fundada em 03 de agosto de 1922 pelos intelectuais Joaquim Gomes dos Santos, que a idealizou, João Roberto d’Escragnolle, divulgador da ideia, e Reynaldo Chaves, colaborador e articulador dos encontros para a funda o da institui o. Em 1924, passa a ser chamada de Associa o de Ciências e Letras. Na administra o de Nair de Teffé Hermes da Fonseca, de 1928 a 1933, a institui o teria seu nome novamente substituído para APL. Alcindo Sodr e dirigiu a APL logo depois de Nair de Teffé. Depois de Sodr e, Ant nio de Paula Buarque dirigiria a institui o. Disponível em: <https://acadpetroletras.com.br/historia/o-inicio/>. Acesso em: 05 maio 2023.

bastante diferente da obra anterior, Paula Buarque assume postura praticamente derrotista na apresentação deste livro. Nas palavras dele,

Luto pela verdade. O meu esforço mergulha as suas raízes no passado e se arrima na opulência de provas e na opinião de um pugilo de intelectuais e de eruditos. Não importa que a vitória não me sorria. A consciência do bem praticado é por vezes o melhor prêmio. (BUARQUE, 1943, p. XXIII)

Na página anterior, Buarque de Paula faz referência ao livro publicado anteriormente. Para sua elaboração, foram

Consultados os expoentes das nossas letras, compulsados inúmeros documentos esparsos nas Bibliotecas e Arquivos e promovidas diversas conferências em sua sede [Academia Petropolitana de Letras], procurei reunir mais tarde em livro todas as provas que me serviram de amparo na contenda. Todo esse esforço, confesso-o alegremente, não teve outro interesse senão o de pugnar pela verdade. Mas, no erro eles persistem. (BUARQUE, 1943, p. XXII)

Desse modo, podemos notar que houve empenho nos integrantes da APL em refutarem as ideias defendidas nos *Trabalhos da Comissão*. No entanto, tais intelectuais não possuíam representatividade e inserções capazes de combater a versão da fundação de Petrópolis ligada ao Decreto Imperial. Além disso, deve-se questionar o poder e a posição da própria APL nas disputas pela memória da cidade de Petrópolis.

No começo da apresentação de *Petrópolis e o seu centenário*: documentos que confirmam a sua fundação em 1845, Antônio de Paula Buarque cita o trabalho de Henri Raffard, apontando que após “[...] realizar cuidadosas pesquisas e reunir regular acervo de provas, opinou pela celebração do jubileu do nosso município naquele ano [1895].” (BUARQUE, 1943, p. XXI). Conforme Paula Buarque, não houve nenhum protesto à data de comemoração do quinquagésimo aniversário de fundação de Petrópolis em 1895, relacionando-se com a chegada dos alemães em 1845. No entanto, quase 41 anos depois, “um vereador Municipal logrou transformar em lei um simples capricho.” (BUARQUE, 1943, p. XXI). Percebemos, dessa maneira, a centralidade do trabalho de Henri Raffard para embasar a defesa para celebração da data de fundação de Petrópolis em 1845, assim como notamos que Antônio de Paula Buarque identifica Alcindo Sodr e como figura central na defesa irrestrita da escolha do ano de 1943 para tais comemorações. Posicionamento que repete aquele j a manifestado em *História e historiógrafos da cidade de Petrópolis*: contribui o para o seu Centenário em 1945.

No Volume IV dos *Trabalhos da Comissão*, reproduz-se texto de Manoel Vianna de Castro intitulado “Em torno de uma mentira histórica: a fundação de Petrópolis”, que tinha sido originalmente publicado, em 1932, no *Correio da Manhã*. Neste artigo, o autor traça severas críticas à obra *Chorographia do Município de Petrópolis* de autoria de Paulo Monte. Tal obra era destinada aos estudantes na introdução dos estudos sobre a história de Petrópolis e, conforme Vianna de Castro, tinha se valido de versão inexata sobre a fundação da cidade. No livro, Paulo Monte defende que, antes da chegada dos imigrantes alemães, nada havia sido feito ou resolvido relativo à fundação de Petrópolis. Portanto, a obra de Paulo Monte, adotada nas escolas petropolitanas, narrava a história de Petrópolis como de fundação relacionada à chegada dos imigrantes alemães, versão esta amplamente combatida nos *Trabalhos da Comissão*. Ao final do texto, ressalta-se a importância da reprodução do artigo de Vianna de Castro por ter sido ele um dos pioneiros na defesa pela “verdadeira e legítima” data de fundação de Petrópolis.

Cabe notar que antes mesmo de criticar a obra, Manoel Vianna de Castro assinala que Paulo Monte era autor de obras didáticas e literárias de “boa aceitação”. Podemos supor que o professor Paulo Monte tinha relevante inserção na área do ensino, uma vez que ocupou o cargo de Inspetor do Ensino Municipal e redigiu, em 1931, obra intitulada *O ensino em Petrópolis*. Vale notar que, no início do livro *Petrópolis e o seu centenário*: documentos que confirmam a sua fundação em 1845, Antônio de Paula Buarque faz dedicatória à memória de Paulo Monte que seria “defensor extremo da data de 29 de junho de 1845” (BUARQUE, 1943). Nesse sentido, a narrativa, presente nos *Trabalhos da Comissão*, de que antes da organização da Comissão do Centenário praticamente inexistia circulação da versão da história de fundação de Petrópolis relacionada à chegada dos imigrantes alemães deve ser questionada.

O historiador Alcindo Sodr , em artigo intitulado “A fundação de Petrópolis: evidência de um fato histórico”, cita obje es feitas por “ilustres historiógrafos” aos estudos realizados pela Comissão. As duas principais obje es estavam na existência de uma tradi o que consagrava o 29 de junho de 1845 como momento de nascimento de Petrópolis e no Decreto Imperial de 16 de março de 1843 sendo identificado como sem consequência imediata e inoperante. Para Alcindo Sodr , apenas a tradi o oral atribuía ao 29 de junho a efeméride de cria o da cidade, relacionando-a a lembrança de descendentes de imigrantes alemães. Ressalta que “[...] Em nada são dimin idos esses bons e humildes colonos, com o fato de se dizer que eles não fundaram Petrópolis, pelas simples razão de não se fundar uma coisa que já existe. [...]” (SODR , 1939, p. 228).

Pode-se notar a defesa do documento escrito como aquele que carrega a verdade sobre os acontecimentos pretéritos, tal como era percebido em uma perspectiva tradicional da escrita da história; enquanto a tradição oral seria apenas fruto das reminiscências do passado, tendo em vista que os relatos de memórias não eram considerados fontes fidedignas, e o que conhecemos por história oral estava longe de existir naquele momento. Tal postura metodológica na escrita da história adotada por Alcindo Sodr  tem rela o com a forma que ele e seu grupo concebiam a produ o historiográfica, buscando grandes feitos no passado protagonizado por figuras ilustres, aproximando-se, em alguma medida, da forma positivista de conceber a produ o do conhecimento histórico. No entanto, Alcindo Sodr , como outros do grupo ao qual pertencia, vivenciava momento de transi o e mudanças na historiografia, e, por isso, ocuparia posi o ambígua e fronteira a escrever a história.

A distância traçada entre a produ o histórica antes dos anos 1930 – ligada ao IHGB – e a historiografia p s-década de 1930 – momento da funda o dos cursos universitários de ciências humanas e sociais – tem rela o com a “[...] necessidade de estabelecer uma história da disciplina capaz de situar a produ o universitária de estudos históricos em rela o   anterior. [...]” (GONTIJO, 2010, p. 495). Assim, tal postura tinha rela o com a diferencia o estabelecida entre

[...] a historiografia das primeiras décadas do século XX (comumente caracterizada pela continuidade em rela o   historiografia oitocentista) e a historiografia identificada como ‘nova’, cujos marcos referenciais seriam os textos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, produzidos nos anos trinta e quarenta. (GONTIJO, 2010, p. 495)

A cria o desse cânone da história social – alicerçada nas obras de Buarque de Holanda, Freyre e Prado Júnior – tem rela o, segundo análise de Fábio Franzini e Rebeca Gontijo, com a consolida o da interpreta o sobre a “moderna historiografia brasileira” a partir da publica o do prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza para a quinta edi o do livro *Raízes do Brasil*, de autoria de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1969. Fábio Franzini e Rebeca Gontijo assinalam que, antes da publica o do prefácio de Antonio Candido, historiadores como Capistrano de Abreu, Pedro Calmon e Pandi  Calógeras – vinculados ao IHGB – eram considerados historiadores sociais (FRANZINI; GONTIJO, 2009). Nesse sentido, os autores criticam

[...] as interpretações sobre a historiografia anterior a 1930, vista como conjunto homogêneo, monolítico, marcado por leituras ditas ‘autorizadas’, ‘oficiais’ e ‘positivistas’ sobre o passado nacional, identificadas como parte de uma única e longa tradição que se estenderia desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, até 1930, auge da crise da ordem oligárquica, capaz de abalar as interpretações predominantes sobre o país, de modo a permitir um ‘redescobrimto do Brasil’, exemplificado pelos numerosos retratos do país então produzidos. E, no outro lado desta mesma moeda, o não menos conhecido lugar-comum das interpretações sobre a historiografia posterior a 1930, que a um só tempo foi iniciada e estaria limitada à tríade consagrada, com seus frutos gravitando, de forma direta ou indireta, em torno dela. (FRANZINI; GONTIJO, 2009, p. 159-160)

Partindo desse debate, apesar de Alcindo Sodr  interessar-se por narrar a história dando enfoque aos grandes acontecimentos e personagens ilustres, podemos notar também o interesse do autor por uma história social. No volume III dos *Trabalhos da Comissão*, o historiador assinala que as “barreiras” na cidade de Petrópolis iam sendo rompidas pelos matrimônios entre portugueses e alemães, observando que dessas rela es havia se produzido uma descendência que “conservando pitorescos e úteis costumes de seus antepassados,   bem brasileira” (SODR , 1940, p. 242). Sobre esse assunto, Alcindo Sodr  complementa, no parágrafo seguinte, dizendo que

Se, inúmeros aspectos das qualidades raciais lusitanas, nos são caros ao cora o e ao espírito, temos todavia necessidade de melhor conhecer o Português no ponto vista de nosso interesse etnológico, de modo a ampliar a sua esfera de a o na importante obra de assimila o de outras raças e de seu integramento [sic] na comunidade nacional. O Brasil já começou a estudar a expressão social e antropológica dos vários elementos participantes de sua forma o racial. São hoje em dia numerosos os trabalhos relativos   raça negra, e dois congressos afro-brasileiros foram realizados. Os estudos ameríndios, que representam sem d vida a superfície do nosso interesse no magno assunto, também vão merecendo, de longa data, tratos esparsos, sobretudo de estrangeiros que nos visitam. Mas, ainda não chegou, entretanto, o momento do Português. Este, elemento primordial na existência brasileira, tem sido encarado sob todos os prismas, menos pelo tom propriamente racial, que nos   da maior relevância. (SODR , 1940, p. 242-3)

Pouco tempo depois dessa publica o, em 1942, Alcindo Sodr  redigiu o livro *O elemento servil: a aboli o*. No final do primeiro capítulo deste livro, intitulado “O negro no Brasil”, Sodr  pondera sobre a influência do africano no Brasil presente na língua, nos hábitos, nos costumes, na dança e na música, os quais constituíam “largos e interessantes estudos que se veem realizando entre nós” (SODR , 1942, p. 66). O historiador afirma

que a “raça negra” era merecedora de reconhecimento pelos trabalhos prestados na lavoura, e também era “digna de participar com seu sangue na feitura da nação” (SODRÉ, 1942, p. 66). Ao falar sobre a escravidão, Alcindo Sodré não abandonaria sua missão em defender a memória da família imperial e do Império. Nas suas palavras,

[...] comparativamente, nenhum outro país tratou o escravo melhor que o Brasil, onde a abundância de humanidade, atestada além do mais pelo depoimento de insuspeitos estrangeiros, se reflete na ausência dos preconceitos de cor, ditada pelos nossos sentimentos de coração, e com que haveríamos de ser recompensados nos dias correntes, quando a ciência, contrariando errôneos postulados até ontem mantidos, viria estabelecer que todas as raças são capazes de aperfeiçoamento eugênico. (SODRÉ, 1942, p. 66)

Desse modo, tais discussões levantadas nos trabalhos de Sodré fazem constatar que o historiador estava afinado com os debates em voga sobre raça, pensada do ponto de vista socioantropológico – intimamente ligado ao antropólogo Gilberto Freyre –, assim como não seria abandonada a abordagem científica no tratamento de questões raciais. Isto porque, nos anos 1930, os debates em torno da raça englobariam tratamento socioantropológico e, ao mesmo tempo, científico, como veremos mais adiante. Portanto, podemos posicionar Alcindo Sodré como herdeiro de uma tradição da escrita da história de cunho positivista, todavia, inserindo-se e transformando-se a partir dos estímulos sofridos pelas novas questões e abordagens de seu tempo.

Com objetivo de solucionar a questão sobre a data de fundação da cidade, Alcindo Sodré busca traçar diferenciação entre povoação e colônia na sua argumentação publicada nos *Trabalhos da Comissão* (SODRÉ, 1939). A criação de Petrópolis como povoamento, segundo ele, deu-se a partir do Decreto Imperial de 16 de março de 1843, assinado por D. Pedro II e pensado pelo mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva. Ou seja, o ato de criação partiu exclusivamente de D. Pedro II, e foi caracterizado como ato relacionado à política e à administração. Enquanto a formação da colônia teve relação com a chegada dos imigrantes alemães em 29 de junho de 1845. No entanto, Sodré assinala que não houve relação intrínseca entre a criação do povoado e a fundação da colônia alemã, uma vez que tal colonização não estava prevista no Decreto Imperial nº 155 de 1843.

A posição de Américo Jacobina Lacombe<sup>103</sup> vai ao encontro daquela defendida por Alcindo Sodré quando afirma que “[...] foi a criação de Petrópolis que provocou esta vinda de colonos e não a chegada de colonos que criou Petrópolis.” (LACOMBE, 1939, p. 34). Tamanha confusão teria sido provocada pelos trabalhos de antigos historiógrafos de Petrópolis, conforme afirma Américo Lacombe e Alcindo Sodré. Desde Henri Raffard – “Jubileu de Petrópolis” redigido para a *Revista do IHGB* – não houve, segundo Américo Lacombe, distinção entre o palácio de Petrópolis e a povoação que viria a existir, dependente da Casa Imperial. Américo Lacombe afirma que o documento que narra a chegada dos colonos alemães foi redigido por Paulo Barbosa, aproveitado em notas de Charles Ribeyrolles<sup>104</sup> e transcritas por Henri Raffard e, a partir desse momento, reproduzida inúmeras vezes por aqueles que se dedicaram a escrever a história de Petrópolis após a obra de Henri Raffard (LACOMBE, 1939).

Para Alcindo Sodré, o trabalho de Henri Raffard mostrava-se como “valioso”, uma vez que se apresentava como coletânea de notícias da imprensa e de livros sobre a cidade de Petrópolis. Todavia, não podia ser considerado como obra de argumento, uma vez que era “[...] simplesmente transcrição, muitas vezes contraditória por reproduzir relatos divergentes, além de alguns equívocos do próprio autor, e alguém chegou a denominá-la ‘colcha de retalhos’.” (SODRÉ, 1939, p. 230). Nesse sentido, conforme Alcindo Sodré, a falta de distinção entre povoado e colônia se devia a antigos historiógrafos de Petrópolis que não se preocuparam em interpretar os fatos históricos. Tais fatos históricos estariam baseados, conforme Alcindo Sodré, na existência do Decreto Imperial nº 155, que foi um ato político-administrativo; enquanto a chegada dos imigrantes alemães ao povoamento de Petrópolis não passava de uma coincidência. A fundação de uma cidade era, segundo ele, alicerçada na história nacional, expressão de “sequência e ligamento”, e não em “acontecimentos isolados” (SODRÉ, 1939, p. V).

Em 1941, no volume IV dos *Trabalhos da Comissão*, foi publicado parecer de Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, sobre o tema da data de fundação de Petrópolis. Tal parecer teria sido solicitado pelo Ministro da Justiça para atender a

---

<sup>103</sup> Nasceu no Rio de Janeiro em 07 de julho de 1909. Em 1931, tornou-se bacharel e, em 1933, doutor em Direito pela Universidade do Brasil. Depois de formado, ingressou na carreira pública como Secretário do Conselho Nacional de Educação de 1931 a 1939. Lecionou História em diversas instituições de ensino básico e superior. Dirigiu a Casa de Rui Barbosa de 1939 até 1999, tendo se afastado do cargo entre 1959 e 1960, quando foi exercer o cargo de Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal, e de 1962 a 1963, momento em que dirigiu a Casa do Brasil da Cidade Universitária de Paris. Foi membro do IHP, do IHGB e do Conselho Consultivo do Sphan. Para saber mais sobre a atuação de Américo Jacobina no IHGB e no Conselho do Sphan, ver Jamile da Silva Neto (2018).

<sup>104</sup> Refere-se à obra *Viagem Pitoresca a Petrópolis*, publicada em 1862.

consulta que lhe havia sido feita sobre o assunto. O parecer do membro do IHGB refutava a afirmação sobre a fundação da cidade de Petrópolis ter sido obra dos alemães utilizando o estudo do próprio Henri Raffard. Para isso, cita o Decreto Imperial nº 155, a instalação, em 1844, de subdelegacia de polícia e a criação de juízo de paz, argumentando que não faria sentido tais ações em local onde não houvesse moradores. Por fim, Max Fleiuss declara:

[...] Sou, assim, partidário da *Comemoração do Centenário de Petrópolis* em 1943, colhendo plenamente justificados os atos das autoridades petropolitanas, que assim tenham resolvido.

Quanto ao Magnânimo Imperador, não foi somente o principal fundador de Petrópolis, que dele houve as terras e teve a honra de usá-lo o nome: foi o grande realizador, o maior e o mais entusiasta dos *petropolitanos de coração*, que nunca a esqueceu e, mesmo no exílio, sempre lembrou-a carinhosamente.

Queira o meu Amigo ler os estudos da *Comissão do Centenário* e do Instituto Histórico de Petrópolis e, à luz dos documentos ali coligidos e estudados, há de ver quão honestamente tem sido estudados tais assuntos por diversos membros daquela *Comissão* e citado Instituto, aos quais tenho a honra de pertencer. (FLEIUSS, 1941, p. 282-3, grifos do autor)

A dimensão política alcançada pela questão da fundação de Petrópolis deve, sem dúvida, ser destacada. Além disso, notamos que Max Fleiuss colocava-se irrestritamente ao lado dos partidários da defesa do ano de 1943 como a data comemorativa do centenário de Petrópolis, e, portanto, favorável à vinculação da memória da cidade com a representação do Imperador e do Império. Apesar de os membros do IHGB terem sido importantes na defesa da fundação da cidade em 1843, podemos notar vozes dissonantes dentro do Instituto Histórico. Jonathas Serrano, membro do IHGB, redige o prefácio para a obra *História e historiógrafos da cidade de Petrópolis*: contribuição para o seu Centenário em 1945. Nele, o historiador coloca-se favorável à comemoração do centenário de Petrópolis em 29 de junho de 1945 (BUARQUE, 1940).

Como demonstrado, o embate frontal ao artigo redigido por Henri Raffard tinha relação com o fato de nele o autor ter defendido a criação de Petrópolis relacionada à chegada dos imigrantes alemães no ano de 1845. Nesse sentido, observa-se que este será o ponto no trabalho de Raffard atacado pelos historiadores incumbidos de escrever a história de Petrópolis no final dos anos 1930 e início dos anos 1940. No projeto de escrita da história de Petrópolis desempenhado pela Comissão do Centenário, essa versão da história não era consentida, apesar de, nas narrativas dos *Trabalhos da Comissão*, os imigrantes alemães terem um lugar privilegiado.

Desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, houve a preocupação em promover a vinda de imigrantes europeus para o território brasileiro (SEYFERTH, 2002), tendo como finalidade a substituição do africano escravizado pelo braço imigrante. Já a partir desse momento aos imigrantes europeus que chegassem ao Brasil seria incentivada a ocupação de terras públicas ou devolutas. Apesar das primeiras iniciativas de incentivos à imigração europeia ser do início do século XIX, a Lei de Colonização nº 56 data de 10 de maio de 1840, quando foram autorizadas a contratação de empresários e companhias que ficaram responsáveis pela vinda e estabelecimento em colônias agrícolas e industriais dos imigrantes estrangeiros. Nestas colônias, segundo o Decreto, não seriam admitidos africanos escravizados, nem podiam os colonos possuir pessoas escravizadas.

A imigração dos alemães seria amplamente incentivada pelo governo imperial. Para incentivar a ocupação da região de Petrópolis, aos colonos alemães seriam concedidos lotes de terra doados pelo governo monárquico. Tal iniciativa tinha como objetivo substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre do imigrante e, mais que isso, promover o branqueamento da população brasileira. Alcindo Sodr e afirma que “o problema da escravatura teve ali [Petrópolis] soluço precoce, pela atua o direta da Família Imperial” (SODR E, 1940, p. 248). Segundo ele, os investimentos em Petrópolis perdurariam até a Proclama o da República com provável anuência do Imperador D. Pedro II. Assim, “[...] Paraíso das crianças, cujas faces adquirem de pronto as rosadas cores s  vistas nos povos europeus, Petrópolis conserva, através dos tempos, os seus foros privilegiados de clima e salubridade.” (SODR E, 1940, p. 247). Ou seja, Petrópolis transformou-se em um exemplo de civilidade e civiliza o nos trópicos e modelo da engenharia de exclusão orquestrada para a popula o ali presente de libertos, escravizados e seus descendentes.

Nesse projeto de branqueamento da popula o brasileira, Petrópolis seria escolhida como modelo de cidade europeia nos trópicos. Pensada, modelada e construída para abrigar a família real, os grandes estadistas e a elite aristocrática, que desfrutariam da salubridade, do clima ameno e do ar europeu exalado pela cidade serrana. No Volume III dos *Trabalhos da Comissão*, reproduz-se palestra proferida, em 1940, pelo prefeito de Petrópolis, Mario Cardoso de Miranda, no IHP. Nela, o prefeito afirma que Petrópolis era a “Versalhes americana”, contando com “grande cunho europeu, crescendo em redor do Paço Imperial como aquelas vilas de Portugal ou de França que se levantaram em redor dos castelos.” (MIRANDA, 1940, p.118). Entendemos que esse esforço em traçar

comparações com países europeus – inclusive o prefeito compara Petrópolis à Atenas e à Esparta – demonstra o empenho em narrar a história da cidade como detentora de um passado glorioso com a certeza da herança de um presente majestoso.

Traçando uma linha de continuidade entre Brasil colônia e Brasil império, o então prefeito de Petrópolis afirma que “[...] O Palácio é a Casa Grande, é antiga Fazenda, é o enfiteuta, é a Família Imperial, é o Imperador.” (MIRANDA, 1940, p. 118). Buscar tal linha de continuidade entre o passado colonial e o período imperial, certamente diz mais sobre o projeto de construção da memória para Petrópolis que sobre o passado histórico da cidade. O Palácio Imperial ter sido comparado à casa grande colonial busca traçar uma linha de continuidade entre o que supostamente havia tido grandeza no passado colonial, uma vez que foi capaz de enriquecer a elite colonial brasileira e sustentar as relações de exploração econômica com a metrópole portuguesa, utilizando-se do trabalho escravo e favorecendo-se da sociedade escravista. Nesse sentido, mesmo que essa não tenha sido intenção consciente do discurso do prefeito, faz-se uma ponte entre o símbolo da sociedade colonial escravista – qual seja: a casa grande – e o Palácio Imperial. Curioso notar que houve, nos *Trabalhos da Comissão* – e em outros momentos da escrita da história para Petrópolis –, tamanho empenho em afastar da fundação e construção da cidade serrana as imagens do trabalho escravo. Na verdade, a narrativa para a cidade amenizava a instituição da escravidão ainda no século XIX, uma vez que Petrópolis estaria intimamente ligada à abolição por conta da presença dos tidos como abolicionistas da família imperial – D. Pedro II e, principalmente, Princesa Isabel – e pelo emprego do trabalho livre de imigrantes alemães na nascente colônia.

O então prefeito Mario Cardoso de Miranda também enfatiza a marca do progresso presente em Petrópolis. Segundo ele, a cidade já teria nascido como núcleo citadino, não tendo vivenciado período rural na sua história. Desse modo, Petrópolis distinguia-se de cidades como Campos, Valença, Iguazu, Piraí, Vassouras que possuíam uma nobreza agrária formada a partir do ouro, do açúcar e do café.<sup>105</sup> Petrópolis, conforme o prefeito, desfrutava de uma aristocracia de vilegiatura que vinha da Corte aproveitar a amenidade do clima da cidade (MIRANDA, 1940). Portanto, além de aproximar a cidade

---

<sup>105</sup> Tal distinção entre a formação de Petrópolis e outras cidades mostra-se presente também no processo de extensão de tombamento de Petrópolis. No processo, faz-se referência ao temor, no final dos anos 1970, de por conta do desenvolvimento e do crescimento populacional, Petrópolis passar por processos de transformações tais quais passaram as cidades da Baixada do Rio de Janeiro. Ver esse tema no capítulo 3.

da elite política do Rio de Janeiro e dos imigrantes europeus, Cardoso de Miranda distancia Petrópolis das regiões e das atividades econômicas ligadas ao trabalho escravo.

A necessidade de inserir Petrópolis nos acontecimentos nacionais e internacionais esteve presente no discurso de Mario Cardoso de Miranda quando afirma que “[...] Petrópolis sede das cogitações internacionais; Petrópolis de Rio Branco e Mauá, de Ouro Preto e Taunay, de tantos homens ilustres pelo saber, pelo nome, pelo devotamento à causa pública [...]” (MIRANDA, 1940, p. 116). Nos *Trabalhos da Comissão*, nesse sentido, veiculava-se ideia de que Petrópolis já havia nascido moderna e civilizada. Tal versão para a história de Petrópolis corroborava com a construção da autoimagem da família real e do Imperador, D. Pedro II, produzida no século XIX. Assim, implicitamente, há relação entre criador e criatura, uma vez que, nos *Trabalhos da Comissão*, D. Pedro II mostra-se como o principal fundador da cidade.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as reuniões e os *Trabalhos da Comissão do Centenário*, foram deliberadas duas datas comemorativas para a cidade de Petrópolis. A Deliberação nº 85 de 10 de março de 1938 declarou feriado municipal o dia 16 de março, data em que seria comemorada a fundação da cidade; enquanto a Deliberação nº 111 de 22 de junho de 1938 estabelece feriado municipal o dia 29 de junho, quando seria celebrada a chegada dos imigrantes alemães à cidade. Ou seja, a despeito da acalorada discussão quanto à data de fundação da cidade durante os debates sobre as comemorações do centenário, tanto na história produzida pelos *Trabalhos da Comissão* quanto no calendário municipal de Petrópolis reservou-se espaço destacado para a presença dos imigrantes alemães na memória da cidade. Vincular a história de Petrópolis aos imigrantes alemães corroborava com as ideias de progresso, modernidade, civilidade atribuídas à cidade ao longo dos *Trabalhos da Comissão*. Assim, a ideia veiculada pela Comissão do Centenário era de que, apesar de Petrópolis não ter sido fundada pelos colonos alemães, a cidade teria contado com a participação desses imigrantes europeus.

A data de fundação da cidade de Petrópolis mostra-se como o grande tema de discussão ao longo dos *Trabalhos da Comissão*. A imparcialidade na análise dos documentos históricos seria mais de uma vez mencionada para defender que o ato de fundação da cidade partiu de D. Pedro II e de seus estadistas. No entanto, os imigrantes alemães não seriam colocados para escanteio, pelo contrário, teriam papel fundamental na ocupação e no progresso da cidade. Dentro dessa narrativa para a história de Petrópolis, caberiam D. Pedro II, a família imperial, os grandes estadistas do Império, os imigrantes alemães, com destaque para figura de Koeler. Dessa forma, a memória de fundação e

construção da cidade de Petrópolis foi alicerçada em ideias relacionadas ao Império, ao Imperador, ao progresso, à civilização, à presença do europeu, ao trabalho livre, às semelhanças com cidades e civilizações ocidentais. Na construção dessa memória, cabem ser lembrados os esquecimentos, o não-dito. A presença negra e indígena em Petrópolis aparece nas margens da memória nos *Trabalhos da Comissão*. Portanto, vamos aos esquecimentos, os quais, muitas vezes, se mostram mais significativos do que o lembrado.

### 2.2.3 Nas margens da memória: indígenas, escravizados e libertos nos *Trabalhos da Comissão*

Acreditamos que, ao passo que promovem a escrita da história de Petrópolis em posições de poder, os intelectuais que integravam a Comissão do Centenário acabaram por contribuir de modo decisivo com a consolidação de uma memória hegemônica para narrar o passado da cidade. Nesse exercício, identificamos, ao longo dos *Trabalhos da Comissão*, muitas camadas sendo delineadas na construção da memória imperial para Petrópolis. A camada mais visível foi aquela que relacionava a fundação da cidade ao Decreto Imperial nº 155 de 1843, isto é, a ligação direta do ato fundador com o Imperador D. Pedro II. Depois dessa camada, viriam outras figuras fundamentais para a concretização do Decreto Imperial, como Koeler, Paulo Barbosa da Silva, Aureliano Coutinho e Caldas Viana, assim como foi enfatizado no último volume dos *Trabalhos da Comissão* dedicado aos “fundadores de Petrópolis”. Logo em seguida, aparecem os colonos alemães, personagens importantes no desenvolvimento físico e material da nascente cidade serrana. Representando papel menos destacado, foram notados também os imigrantes italianos, ingleses, portugueses, suíços. Tais camadas construídas para representar a memória imperial de Petrópolis foram as mais visíveis. Contudo, vale lembrar que não há construção de memória sem esquecimento. Dessa maneira, podemos pensar que as materialidades do passado histórico de Petrópolis deixaram inúmeros rastros da presença e da participação dos indígenas, dos escravizados e dos libertos para a construção da cidade de Petrópolis, como foi trabalhado no capítulo anterior. Ao ignorar tais vestígios do passado, aqueles homens estavam corroborando com a versão do Imperador e da família real abolicionista, elaborada durante o Império e inúmeras vezes repetida ao longo da República. Além disso, nos *Trabalhos da Comissão*, houve empenho em valorizar os ideais de civilização e de progresso, os quais estavam diretamente relacionados aos povos europeus. Nesse sentido, os indígenas, os libertos e os

escravizados aparecem na escrita da história de Petrópolis como figurantes, aqueles que entraram sem ser notados e saíram sem ser percebidos. Por isso, acreditamos que na construção da memória imperial para Petrópolis esses grupos foram marginalizados, assim como foram ao longo do século XIX e do XX empurrados para as margens da cidade, afastados do centro político e cultural de Petrópolis.

Desconsiderar os registros históricos que relatam os vestígios de escravizados, libertos, africanos livres e quilombolas não foi fruto de descuido, mas sim se identificava com a construção da ideia da memória da cidade branca e imperial, assim como se alinhava com o projeto de nação em construção nos anos 1930. Não se tratava de negar a existência dos escravizados e de seus descendentes, mas sim de negar suas ações como sujeitos da história. Além disso, amenizar os significados da instituição da escravidão durante o Brasil Império.

No Estado Novo, assim como no Segundo Reinado,<sup>106</sup> a “questão racial” assumiria “lugar de honra”, conforme Angela de Castro Gomes (GOMES, 1996). Para a autora, [...] o Estado Novo foi um momento estratégico para a construção do mito da democracia racial brasileira e, mais precisamente ainda, [...] tal mito se articulou a uma certa versão da história do Brasil. [...] (GOMES, 1996, p. 192). A “fusão” racial seria responsável por gerar a “democracia” racial, assim, a ideal de mestiçagem – a qual se apresentava como o “caldeamento” de indígenas, negros e brancos – seria responsável por diluir não só a diversidade, como também a desigualdade entre essas três raças (GOMES 1996). Conforme Olívia Maria Gomes da Cunha, no Estado Novo duas abordagens sobre raça conviveriam, considerando “[...] o ‘negro’ enquanto constitutiv[o] da nacionalidade, e o ‘indivíduo negro’, sujeito a intervenções científicas, jurídicas e a processos de ‘regulação moral.’” (CUNHA, 1999, p. 262). Isto é, se essa abordagem positivada da ideia de raça foi institucionalizada durante o Estado Novo, as vertentes que tratavam a temática racial como temas policiais e médicos continuaram a existir.

A ideia do evolucionismo, atrelada ao darwinismo social, foi amplamente debatida e empregada pelo Estado desde o século XIX no Brasil. Ou seja, raça mostrava-se como um dado científico capaz de justificar as hierarquias sociais presentes no território brasileiro (SCHWARCZ, 2014). Em 1943, no volume VI dos *Trabalhos da Comissão*,

---

<sup>106</sup> Em 1844, foi realizado no IHGB concurso intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”. O trabalho vencedor foi do bávaro Karl Von Martius. Nele, Von Martius defendia que “[...] escrever a história do Brasil é escrever a história de um povo constituído por três raças – “o” índio, “o” negro, “o” branco, todos no singular – ao abrigo de um espaço tropical imenso (GOMES, 1996, p. 191).

em artigo intitulado “História anedótica de Petrópolis e o centenário de Petrópolis”, Vicente Amorim afirma que para melhor conhecer “[...] a vida da antiga Petrópolis, através dos seus ancestrais, não quer isto se referir aos de que nos fala Darwin – os habitantes das selvas do Rio Seco de Serra Acima, antes do Decreto do Sr. Dom Pedro II, que fundou a povoação.” (AMORIM, 1943, p. 151). Com as diversas ambiguidades que compunham o Governo Vargas – acolhendo intelectuais de diferentes vertentes do pensamento, assim como nos fala Márcia Chuva (2009) –, notamos que, ao mesmo tempo em que alguns intelectuais defendiam a mestiçagem – tendo sido Gilberto Freyre seu principal porta-voz –, outros ainda encontravam lugar para difundirem suas ideias evolucionistas e científicas sobre raça.

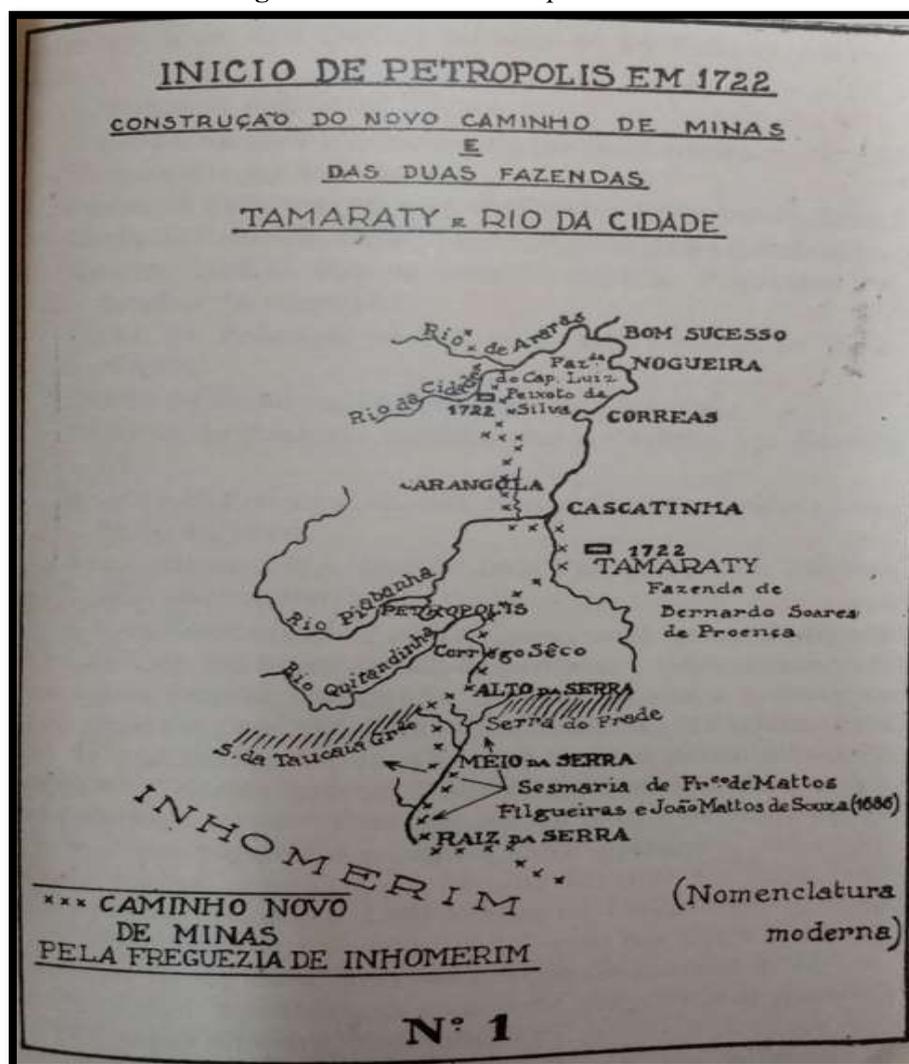
Apesar disso, os vestígios materiais da presença negra e indígena em Petrópolis se impunham. No artigo de Antônio Machado, intitulado “Nomenclatura urbana de Petrópolis”, diversas referências são feitas a lugares que possuíam nomes de origem indígena e africana na cidade. A começar pelo Piabanha, nome do principal rio que corta a cidade e tem origem indígena. Antônio Machado faz referência à Rua Guarani e à Rua Aymoré, que, para continuarem a existir, dependiam de processo de seleção do Governo. Segundo o autor, o nome Guarani iria resistir a tal revisão, enquanto o Aymoré seria de pouca aceitação, uma vez que tinham passado pela região povos guaranis, mas nunca aymorés. No volume II dos *Trabalhos da Comissão*, Alcindo Sodr e afirma que os indígenas que habitavam o Córrego Seco eram os mesmos de Valença e Paty de Alferes, sendo eles indígenas designados Coroados. Igualmente, Alcindo Sodr e assinala que no local conhecido como Serra do Facão, tendo se tornado Fazenda Inglesa, existia “numerosa popula o de índios”, e, de tão grande que era, “[...] os primeiros brancos e africanos o consideravam a cidade, em rela o às tabas menores que se estendiam nos sertões circunvizinhos.” (SODR E, 1941, p. 16). Tal território será, mais tarde, ocupado por escravizados e seus descendentes.

Ant nio Machado utiliza exemplo do uso se impondo   norma quando menciona que os nomes dos Quarteirões Italiano e Português caíram em desuso, e, este último, passou a ser chamado de Caxambu, “[...] nome assaz tradicional, anterior ao da cidade.” (MACHADO, 1938, p. 141). Desse modo, Ant nio Machado admite que já havia habitantes onde seria fundada a cidade de Petrópolis no século XIX. Tanto Quissamã quanto Caxambu são palavras de idiomas africanos. O historiador Ant nio Machado explica que a palavra Caxambu “[...] procede certamente do aspecto de alguma montanha da respectiva zona com a configura o do instrumento musical nas danças africanas [...]”,

enquanto Quissamã “[...] apresenta-se inaplicável à significação toponímica, designativo como é, apenas, que nos conste, de uma tribo angolense.” (MACHADO, 1938, p. 128).

A despeito destes logradouros com nomes de origem africana, o autor não tece nenhum comentário sobre a presença africana em Petrópolis. Em contrapartida, quando faz referência aos quarteirões Inglês, Suíço, Francês e Brasileiro faz estimativa do número de pessoas destas nacionalidades que viviam em Petrópolis no começo da ocupação pelos europeus.

**Figura12** – Início de Petrópolis em 1722



Fonte: *Trabalhos da Comissão* (SCHAETTE, 1942, s./p.).

No mapa acima, notamos a existência, desde pelo menos 1722, do local denominado Carangola, nome de origem africana. Paola Dias (2016) afirma em seu trabalho que Petrópolis foi projetada como modelo civilizacional brasileiro no século

XIX, associando seu processo de fundação ao desenvolvimento urbano-industrial de padrões europeus. De modo parecido, Renata Aquino da Silva (2018) identifica a ocupação do território que viria a ser Petrópolis desde o Brasil Colônia, uma vez que a base da ocupação da região veio das fazendas que exploravam o trabalho escravo desde o período colonial. Nesse território já ocupado por africanos e afrodescendentes, seria efetivado o Plano de Koeler, sob a autorização do Imperador, e instalada a colônia alemã.

Em seu estudo, Antônio Machado menciona as localidades que se chamavam Cortiço de Cima e Cortiço de Baixo. Segundo ele, tal denominação aplicava-se a um grande rancho ou barracão, não precisamente localizado no meio da serra, que servia de albergue aos trabalhadores empregados nas obras de construção da estrada entre a raiz da serra e Petrópolis (MACHADO, 1938). Os cortiços, na capital da corte e do começo da Primeira República, eram habitados pela população empobrecida, sendo expressiva a quantidade de libertos e descendentes de escravizados nesses locais. No começo do século XX, tais habitações foram alvo das políticas higienistas encabeçadas pelo prefeito Pereira Passos. Em Petrópolis esse tipo de habitação era, igualmente, destinada aos trabalhadores empobrecidos. Na formação histórica da cidade de Petrópolis, as regiões mais afastadas geograficamente do projeto urbanístico do major Koeler eram aquelas que abrigavam a população mais pobre. Podemos citar, como exemplo, as vilas operárias, localizadas principalmente no Alto da Serra, nos distritos de Morin, Bingen e Mosela (DRACH, et al. 2020).

Antônio Machado faz referência aos territórios designados Quilombo da Esquerda e Quilombo da Direita onde existia, no período da colonização, aldeia de indígenas e, no início do século XIX, reuniram-se neste território os “desertores das senzalas”. O autor afirma sobre esse lugar que

Quilombo é, também, expressão locativa perfeitamente histórica, aplicada a uma região acima da Fazenda Inglesa, nas cabeceiras do rio da Cidade, que nesse trecho é chamado também o rio do Inglês. Mais ou menos no local onde houvera, nos velhos tempos reinóis, a aldeia de índios referida por Cunha Mattos, criou-se, em princípios do século passado, uma outra aglomeração humana, mas desta vez de pretos desertores das senzalas. Divide-se o território em duas seções denominadas Quilombo da Esquerda e Quilombo da Direita. Existe ali também o córrego do Quilombo, atravessado pela estrada que se dirige ao município de Vassouras. Ainda vive em todo interior do município a tradição desse mocambo, de custoso acesso, escondido dentro de florestas impenetráveis, e que, por suas obras de defesa, durante muitos anos tornou infrutíferas várias investidas dos senhores prejudicados. (MACHADO, 1938, p. 173)

Conforme mencionado por Machado, tal quilombo ocupava território que já havia sido habitado por indígenas, e, depois, seria povoado por pessoas fugidas do cativeiro. O historiador Antônio Machado (1938) continua seu estudo mencionando o caminho da Tapera de Cima e o Caminho da Tapera de Baixo que começavam na Estrada Caxambú. Tais locais contavam, segundo ele, com pequenos povoados, habitados por meia dúzia de famílias lavradoras. Dentre os autores dos *Trabalhos da Comissão*, Antônio Machado – vencido pela maioria de membros da Comissão do Centenário no debate sobre a data de fundação de Petrópolis – foi aquele que redigiu estudo notadamente preocupado em mapear os vestígios da ocupação do território por indígenas, libertos e escravizados. Por ter falecido em 1938, contribuiu apenas com o primeiro volume dos *Trabalhos da Comissão*.

Segundo Paola Dias (2016), a formação do Quilombo da Tapera tinha relação com a doação de terras após a morte do fazendeiro Agostinho Goulão – Fazenda Santo Antônio – para suas escravas Isabel e Júlia, como vimos no capítulo anterior. Cabe notar que a Fazenda do Padre Corrêa e a Fazenda Santo Antônio, ambas da família Goulão (Corrêa), foram exemplos de fazendas que conseguiram abrigar atividades rentáveis antes da fundação da cidade de Petrópolis (DIAS, 2016). Nos *Trabalhos da Comissão*, fazem-se várias alusões a esses estabelecimentos, citando a presença de escravos. Lourenço Lacombe, em seu artigo “Visitantes estrangeiros de Petrópolis”, menciona o relato do viajante inglês Alexander Caldcleugh, que visitou, em 1821, a região onde hoje se localiza Petrópolis. Nele, Caldcleugh relata que “Dedica o Padre [Corrêa] grande atenção a esta raça e retribuem-lhe os negros por uma verdadeira adoração. Todas as noites ao virem beijar-lhe a mão, observa se tomaram banho, antes de irem deitar.” (CALDCLEUGH, 1821 *apud* LACOMBE, 1942, p. 84). Podemos notar, pelo relato, a interpretação da relação senhor e escravo como afetuosa, além da exigência de hábitos de higiene dos escravos que em muito se relaciona com os ideais civilizacionais do século XIX. Ao longo dos *Trabalhos da Comissão*, serão enfatizadas relações tidas como afetuosas entre senhores e escravizados. Antônio Machado, em obra publicada por Lourenço Lacombe nos *Trabalhos da Comissão*, cita o caso de Getúlio Luiz Gonçalves. Segue a descrição do “preto forro”:

Getúlio era de cor retinta, dessa negrura característica dos que recebem a primeira luz ao calor das plagas africanas. Muito pequeno, talvez ainda agarrado ao seio materno, atravessa o Atlântico incorporado a uma das levas arrebanhadas nas praias de Benguela; e mãe e filho

vieram engrossar o rol de ‘semoventes’ da fazenda Samambaia, que pertencia à viúva d. Maria Gonçalves Dias Corrêa, irmã do Padre Corrêa. Era inteligente e esperto. (MACHADO *apud* LACOMBE, 1941, p. 166)

Por ser muito inteligente, Getúlio Gonçalves foi notado, tendo recebido instrução. Antes de completar 30 anos, foi “[...] Alforriado por ato de benignidade de seu amo, enquanto viveu o padre [cônego Luiz] foi ele o homem de sua absoluta confiança” (MACHADO *apud* LACOMBE, 1941, p. 167). Segundo o relato, Getúlio “bilontra de marca, ficou meio estragado pela benevolência do padre”, que procurava, de várias formas, “salvar aquela alma transviada”. Quando morreu, o padre deixou-lhe seu sítio com a condição que se casasse com Emerenciana – “[...] cabocla muito mais nova, de bons costumes, e que além disso possuía o cabelo escorrido para cima das costas e a pele apenas um pouco mais carregada que a pele amorenada jambo.” (MACHADO *apud* LACOMBE, 1941, p. 168) –, o que não foi aceito por Getúlio. Anos mais tarde, quando Emerenciana ficou gravemente enferma, Getúlio decidiu casar-se para poder ter o sítio.

[...] A estranha cerimônia constituiu a triste farsa de um homem reforçado e saudável que se ligava, picado de ambição, a uma infeliz mulher que perdia, com o derradeiro alento, as últimas ilusões, levando para a outra vida a mais forte impressão das baixezas da alma humana. [...] (MACHADO *apud* LACOMBE, 1941, p. 168)

No final das contas, Getúlio Gonçalves acabou por não conseguir herdar o sítio, porque os herdeiros da propriedade alegaram que “defunto não pode se casar” (MACHADO *apud* LACOMBE, 1941, p. 169). Tal relato descreve, igualmente, relação afetuosa entre senhor e escravo. No entanto, existem outros elementos a serem destacados, porque, enquanto foi enfatizada a bondade do senhor, Getúlio Gonçalves era homem indolente, interesseiro e trapaceiro. Dessa maneira, reiteram-se imagens negativas associadas aos escravizados, enquanto o senhor mostra-se como homem bom e generoso.

O relato sobre Getúlio Gonçalves continua. O liberto conta sobre os tempos em que o Imperador D. Pedro II foi morar em Petrópolis. Segundo ele,

[...] certo dia, mandei-lhe [D. Pedro II] uma carta, paramentei-me todo e animei-me a ir visitá-lo. Pois ele me recebeu muito bem. Recordou-se bem do antigo carroceiro da Samambaia, disse que apreciava muito a visita, fez-me muitas perguntas, lembrando coisas do tempo em ele era garoto. Convidou-me a que voltasse. Mas não tive coragem. [...] (MACHADO *apud* LACOMBE, 1941, p. 186)

Tal parte do relato sobre Getúlio Gonçalves corrobora representações de D. Pedro II e de toda família real como acolhedores, gentis e generosos para com escravizados e libertos. Assim, entendemos que a veiculação de tais imagens nos *Trabalhos da Comissão* reitera representações do Imperador contrário à escravidão produzida no período imperial e reproduzida na República inúmeras vezes, de inúmeras formas, como em livros didáticos, filmes, novelas.

Em “Crônicas Petropolitanas”, Alcindo Sodré diz que o parisiense Jean Baptista Binot havia escrito artigos, em 1858, para o jornal *Paraíba*, cujo título era “Passado, presente e futuro de Petrópolis”. Em um deles, fez “curiosa revelação”:

A Praça de Coblenz, hoje Passeio Público, (Palácio de Cristal) antes da fundação da colônia, isto é antes de 1838, estava ainda virgem de plantas humanas, a não ser de negros fugidos, porque no lugar onde está a casa do sr. comendador Bernardes, (esquina de 7 de Abril com Piabanha), descobriu-se um quilombo com uma grande porção de terreno cultivado. (BINOT, 1858 *apud* SODRÉ, 1943, p. 104)

Tal trecho faz menção à existência de quilombo nas imediações do que viria a ser a região central da cidade de Petrópolis. O quilombo, citado no fragmento, foi identificado na “Cartografia de Presenças”, empreendida pelo Museu Memória Negra de Petrópolis, como Quilombo Central. Desse modo, enfatizamos que, a despeito de ser pouco mencionado, a existência desse quilombo foi registrada no século XIX e reproduzida nos *Trabalhos da Comissão*, mesmo que não tenha sido analisado por Alcindo Sodré. Ou seja, ao mesmo tempo em que se privilegiava a memória da família imperial e dos imigrantes alemães na escrita da história hegemônica sobre Petrópolis, faziam-se algumas poucas menções aos esquecimentos. Assim, como comentários, tais menções não buscavam que os acontecimentos ligados a elas viessem à tona, mas sim continuassem soterrados no passado, porque tratados como sem importância.

Alcindo Sodré, no volume II dos *Trabalhos da Comissão*, relata “significativa ocorrência” no Palácio de Cristal:

A 1 de abril de 1888, comemorando-se festivamente a extinção do servilismo em Petrópolis houve ali a solenidade da entrega de 103 títulos de liberdade. A entrega foi feita pela Princesa, auxiliada pelos príncipes D. Pedro e D. Luiz. Estiveram presentes o presidente do Conselho, conselheiro João Alfredo, ministro do Império, conselheiro Costa Pereira, ministro da Agricultura e Obras Públicas, conselheiro Rodrigo Silva, corpo diplomático, Ramiz Galvão, José do Patrocínio e André Rebouças.

Deu-se assim o feliz termo da iniciativa da Princesa em favor da libertação dos escravos de Petrópolis, quando ela própria promovia e

participava de quermesses com esse fim, e seus filhos escreviam pelo jornalzinho *Correio Imperial*, em propaganda dessa nobre finalidade. (SODRÉ, 1939, p. 130)

Estamos diante de mais uma narrativa que relaciona o local onde se encontra o Palácio de Cristal atualmente com a memória positiva do período imperial, ligando a Princesa Isabel e família imperial ao abolicionismo. Como vimos no capítulo 1, o local onde instalou-se o Palácio de Cristal é atravessado por uma série de disputas de memória do Império, dos alemães e dos escravizados e seus descendentes. Nesse jogo de lembrar e esquecer, a memória da família imperial e do Império foi aquela atrelada ao local conhecido como Palácio de Cristal.

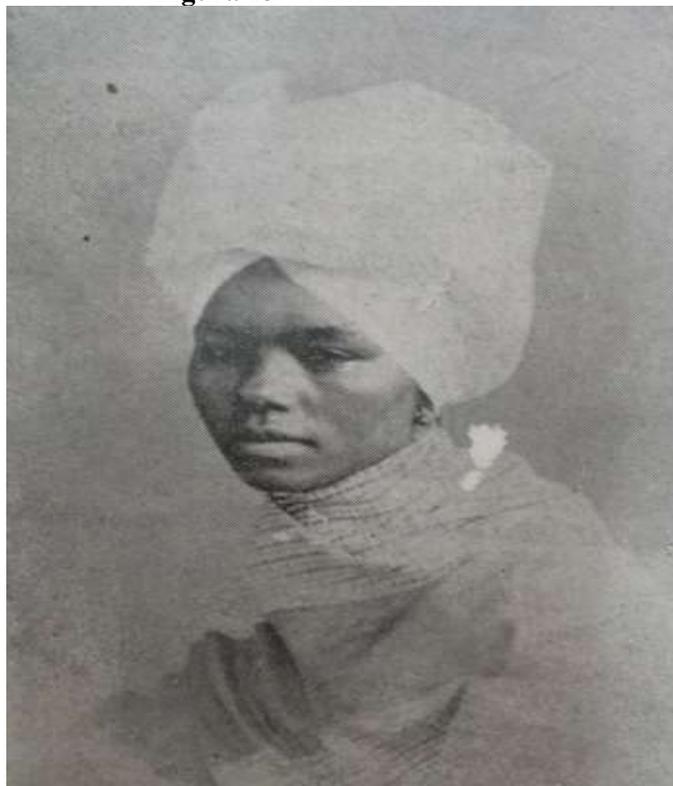
Antônio Machado, no final do estudo “Nomenclatura urbana de Petrópolis”, faz referência àqueles que lutaram contra a escravidão durante o Império. Segundo ele, as “figuras insignes” da abolição foram o Visconde do Rio Branco e a Princesa Isabel. Antônio Machado cita as homenagens na cidade para as datas da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871 pelo Visconde de Rio Branco; Lei Saraiva-Cotegipe, assinada em 1885, que libertava os escravizados maiores de sessenta anos; e, a Rua Treze de Maio, em homenagem à Lei Áurea. No entanto, segundo ele, “[...] não perpetuamos nenhum dos grandes nomes que particularmente se notabilizaram nas heroicas lutas, da imprensa e da tribuna, pela supressão do odioso regime.” (MACHADO, 1938, p. 257). O autor cita José do Patrocínio como uma dessas figuras e faz alusão às homenagens que já existiam no Alto da Serra, como a Escola Municipal Princesa Isabel, a Escola Municipal Joaquim Nabuco e, no bairro do Cortiço, a Escola Municipal André Rebouças.

Pierre Bourdieu chama a atenção para as hierarquias do espaço social que são construídas historicamente, apesar de serem apresentadas, dissimuladamente, de forma naturalizada. O espaço social reificado, segundo o autor, se retraduz no espaço físico, onde são observadas as diferentes distribuições de bens e serviços em consonância com o lugar social ocupado pelos agentes que habitam tais espaços fisicamente. Bourdieu entende que a distribuição desigual de agentes e bens no espaço define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 2012). Paola Dias compreende a cidade de Petrópolis como a concretização de um projeto de exclusão socioespacial, uma vez que os “elementos não desejados” eram empurrados para fora dos limites da cidade – afastando-se, assim, das áreas centrais – e iam ocupar as áreas rurais, que, aos poucos, se transformaram em distritos (DIAS, 2016, p. 52).

Não causa estranheza que a homenagem ao abolicionista André Rebouças localizava-se justamente em área afastada do centro de Petrópolis. As áreas centrais da cidade serviam para propagar e reafirmar imagens positivas da família real e dos estadistas do Império, além da memória da colonização alemã. Nessa espacialização da memória, a referência a André Rebouças daria nome a materialidades afastadas de onde era encenada a memória saudosa da família real abolicionista, em especial das figuras de D. Pedro II e da Princesa Isabel. Para Pierre Bourdieu (2012), o Estado tem papel crucial na distribuição de bens culturais e de recursos nos espaços sociais, isto é, o Estado – a partir de políticas de habitação e de distribuição de equipamentos públicos, por exemplo – mostra-se como produtor e legitimador de espaços sociais. As escolhas e a localização espacial dos homenageados pelas materialidades de Petrópolis partiram de decisões políticas que buscavam preservar na cidade as estruturas do espaço social construído historicamente desde o plano urbanístico de Koeler e reiteradas posteriormente, uma vez que quando se pensa em Petrópolis, remete-se justamente às áreas centrais da cidade.

No volume II dos *Trabalhos da Comissão*, no artigo “A Rua do Imperador” de João Duarte Silveira estampava-se a única fotografia de pessoa escravizada dos sete volumes da publicação. Uma mulher jovem, cujo nome era Maria Sofia.

**Figura 13** – Maria Sofia



Fonte: *Trabalhos da Comissão* (DUARTE, 1940, s./p.)

O artigo de Duarte Silveira dissertava sobre os estabelecimentos comerciais localizados na Rua do Imperador no século XIX. Nele, o autor menciona a quitanda de Manoel Alves Ribeiro Borba, onde davam-se aulas às cozinheiras da época, chefiadas por Maria Sofia. Muitos anos mais tarde, Henrique José Rabaço, em seu livro *História de Petrópolis*, cita nomes de “africanos natos ou descendentes” que ficaram registrados na história de Petrópolis. Além de citar Pantaleão Antônio Trigo – voluntário na Guerra do Paraguai – e André Rebouças – político e engenheiro ligado ao abolicionismo –, Rabaço (1985) cita a “[...] terna mãe preta, figura tradicional nas famílias patriarcais das velhas fazendas no seu trabalho humilde e dedicado de amas de leite e babás, chamadas mucamas. [...]” e

[...] Outra especialidade das negras africanas foi sempre a culinária, deleitando seus amos com quitutes deliciosos. Na Petrópolis imperial ganhou fama internacional a negra Maria Sofia, chamada de “cozinheira dos diplomatas”. (RABAÇO, 1985, p. 131)

Pelas fontes, não fica claro se Maria Sofia era liberta ou escravizada, mas importa notar a vinculação da mulher negra ao papel de cuidadora dos filhos do seu senhor e de exímia cozinheira. Tais relações foram estabelecidas na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e seriam reproduzidas como algumas das contribuições dos negros na formação do Brasil. Anos antes de Rabaço publicar seu livro *História de Petrópolis*, Lélia Gonzalez (1984) já discutia sobre as consequências que as ideias difundidas por Gilberto Freyre legaram à sociedade brasileira. A autora defende que para compreender os efeitos violentos sobre a mulher negra, na articulação entre racismo e sexismo, deveria se retomar as noções de mulata, doméstica e mãe preta. Lélia Gonzalez subverte a ideia de contribuição dos negros quando afirma que, ao exercer a função materna, a mãe preta “[...] passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série e outras coisas [...]” (GONZALEZ, 1979 *apud* GONZALEZ, 1984, p. 235). Portanto, a autora coloca a mulher negra no protagonismo da formação da sociedade brasileira, buscando subverter o mito da democracia racial.

Nos *Trabalhos da Comissão*, os indígenas, os escravizados e os libertos ficaram nas margens das narrativas sobre o passado da cidade de Petrópolis. Nas ideias de progresso, civilidade e civilização não cabiam tais povos, porém, mesmo que negados, as materialidades e os vestígios do passado lançam luz a esses esquecimentos empreendidos

na escrita da história para a cidade de Petrópolis. As ínfimas menções pouco aprofundadas e debatidas sobre acontecimentos ligados aos escravizados e libertos desdobram-se em silêncios sobre a memória negra em Petrópolis, uma vez que tais acontecimentos são tratados de forma pontual e sem a devida relevância.

### 2.3 Os saudosos do Império multiplicando seus lugares de enunciação: a fundação do Museu Histórico de Petrópolis e do Instituto Histórico de Petrópolis

No seio da Comissão do Centenário de Petrópolis seriam pensados e fundados o Museu Histórico de Petrópolis e o IHP.<sup>107</sup> Em janeiro de 1938, a Comissão do Centenário organizou a “Primeira Exposição de Iconografia Petropolitana”, sediada no salão da Câmara Municipal. A exibição despertou interesse das autoridades públicas, da imprensa e do grande público, e teve como consequência a criação do Museu Histórico de Petrópolis em 13 de maio de 1938, instalado no abandonado Palácio de Cristal (LACOMBE, 1960-70).

O Museu Histórico de Petrópolis seria dirigido por Alcindo Sodré<sup>108</sup> e, a partir de sua criação, seria impulsionada a reunião dos documentos e objetos relativos ao período imperial. Consoante Claudia Montalvão, a criação do museu foi importante para a elaboração da “memória histórica da cidade” (MONTALVÃO, 2005, p. 99). Nas fontes e nos trabalhos que tratam dessa temática, o Museu Histórico de Petrópolis recebe pouco enfoque, uma vez que deixou de existir dois anos depois de sua criação para dar lugar ao Museu Imperial.

---

<sup>107</sup> Esse assunto foi tratado na minha dissertação de mestrado no terceiro capítulo (SILVA NETO, 2018).

<sup>108</sup> No volume I dos *Trabalhos da Comissão*, Walter Bretz foi identificado como diretor do Museu Histórico de Petrópolis, porém, em todos os outros registros consultados sobre o assunto Alcindo Sodré aparece como diretor dessa instituição.

**Figura 14** – Museu Histórico de Petrópolis



Fonte: Acervo Digital – Museu Imperial.

Conforme podemos perceber na fotografia acima, o museu foi instalado no Palácio de Cristal, o qual havia passado por inúmeras modificações ao longo tempo.<sup>109</sup> Conforme Alcindo Sodré,

Na República, o Palácio de Cristal, que aos poucos ia tendo substituído os seus vidros por tijolos, e assim perdendo a razão de ser de seu nome inicial, passou a servir a vários misteres: rink de patinação, bailes elegantes da sociedade veranista, conferências, concertos, festas de beneficência, bailes populares, atos sociais, solenidades escolares, repartição municipal de obras, seção eleitoral, Liceu de Artes e Ofícios, exposição de flores, e finalmente, Museu Histórico de Petrópolis. (SODRÉ, 1939, p. 125)

Percebemos que os usos do Palácio de Cristal ao longo da República foram muitos. A escolha da sede do Museu Histórico de Petrópolis no Palácio de Cristal pode ter sido uma tentativa dos intelectuais à frente da Comissão do Centenário de restabelecer o elo que ligava aquele local à memória do império.

Em reunião da Comissão do Centenário, no dia 10 de setembro de 1938, foi sugerida a criação de um instituto de estudos históricos que teria o nome Pedro II. Em reunião posterior, discutiram-se os Estatutos e denominaram-no Instituto Histórico de Petrópolis. Para a instalação do IHP foi escolhida a data de 02 de dezembro, nascimento de D. Pedro II. Também seria definido que o instituto teria como presidentes de honra o

<sup>109</sup> Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/7038>. Acesso em 10 jan. 2023.

Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, o professor Manoel Cícero Peregrino da Silva e os prefeitos Mário Cardoso de Miranda e Iêdo Fiúza.<sup>110</sup> Tais escolhas para data de fundação e presidentes de honra mostram, além da clara vinculação do IHP com a memória do império, a estratégia de vincular a agremiação com os representantes dos poderes públicos da cidade.

O IHP não possuía sede própria quando começou seus trabalhos, tendo funcionado em sala na Câmara Municipal, no Museu Histórico de Petrópolis, no Grupo Escolar D. Pedro II, nas dependências do Museu Imperial. No ano de 1981, estabeleceu-se acordo entre a então presidente do IHP, Ruth Boucault Judice, e o diretor do Museu Imperial à época, Lourenço Lacombe, para que o IHP passasse a realizar suas atividades na Casa Cláudio de Souza. Nesse sentido, apesar de ser uma associação civil, o IHP, ao longo dos seus anos de funcionamento, utilizou-se de repartições públicas para sediar suas atividades. Deixando, dessa maneira, clara a vinculação da instituição com os poderes públicos municipais ao longo do tempo.

Na sessão de instalação do IHP, foi nomeada a primeira diretoria, que seria composta da seguinte forma: presidente Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; vice-presidente Paulo de Matos Rudge; Alcindo Sodré como primeiro secretário; Antônio Machado como segundo secretário; Pedro Calmon como orador; Gabriel Kopke Fróes ocupou a função de tesoureiro; Walter Bretz assumiu a função de bibliotecário; pela Comissão de Contas ficaram responsáveis Magalhães Bastos, Germana Gouveia e Paulino de Souza; a Comissão de História contou com Warderley de Araújo Pinho, Aristides Werneck e Rangel Pestana; por fim, a Comissão de Estatutos e Admissão de Sócios ficou sob responsabilidade de Ascânio da Mesquita Pimentel, Claudio Ganns e Américo Jacobina Lacombe. Destacamos, com a descrição dos integrantes da primeira diretoria eleita para o IHP, a concomitância da atuação de boa parte deles na Comissão do Centenário de Petrópolis, além da presença de membros do IHGB. Ao final desta solenidade, realizada na Câmara Municipal, Alcindo Sodré, Paulo de Matos Rudge e Walter Bretz depositaram no pedestal da estátua de D. Pedro II um “lindo ramo de flores”.<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> NETTO, Jeronymo. “Histórico (1938-1997)”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=554>. Acesso em: 08 jan. 2023.

<sup>111</sup> NETTO, Jeronymo. “Histórico (1938-1997)”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=554>. Acesso em: 08 jan. 2023.

Na ata de fundação, foram deliberados os Estatutos do IHP. O Artigo 1º vincula sua fundação por deliberação da Comissão do Centenário e sob os auspícios do IHGB. O instituto demarca-se como associação civil e assinala sua finalidade patriótica e científica. Dentre as atribuições do IHP, estavam: velar pelas tradições da cidade de Petrópolis; reverenciar a memória dos fundadores da cidade e de outros vultos que a mesma tenham prestado relevantes serviços, rendendo homenagens a D. Pedro II, patrono da instituição; realizar investigações históricas, coligir e publicar documentos de caráter histórico; incentivar os estudos sobre fundadores da cidade; estimular o estudo da História Pátria, em especial a relacionada às “gloriosas tradições” da antiga província e atual estado do Rio de Janeiro; cooperar com os poderes públicos para o engrandecimento material e cultural do município; e, auxiliar no desenvolvimento e na importância do Museu Histórico de Petrópolis.<sup>112</sup>

Outro assunto acordado na reunião de fundação do IHP foram as personalidades eleitas como patronos da instituição. Dentre elas, além de D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel, outras figuras públicas do Império e sócios do IHGB, estavam presentes nessa lista Júlio Koeler e Henri Raffard.<sup>113</sup> Como já foi dito anteriormente, o principal tema das discussões da Comissão do Centenário foi embasar a escolha da data de fundação de Petrópolis em 16 de março de 1843, relacionando-a com o Decreto Imperial de D. Pedro II. Para isso, os estudos de Henri Raffard, publicados no final do século XIX que defendiam a fundação de Petrópolis em 29 de junho de 1845, foram frontalmente criticados e negados. Apesar disso, figuras importantes para a versão da história de Petrópolis relacionada aos alemães – Júlio Koeler e Henri Raffard – foram eleitos como patronos do IHP. Tal escolha reitera nossa defesa sobre a permissão da memória dos alemães na escrita da história sobre Petrópolis, mesmo que não tenham sido admitidos

---

<sup>112</sup> “Ata de fundação, em livro próprio do Instituto”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=546>. Acesso em: 08 jan. 2023.

<sup>113</sup> Lista completa de patronos do IHP: Dom Pedro I, Dom Pedro II, Visconde de Itaboraí, Visconde do Uruguai, Affonso Celso, Alberto de Oliveira, Barão do Rio Branco, Visconde de Ouro Preto, Visconde de Taunay, Júlio Koeler, Visconde de Sepetiba, Paulo Barbosa, Caldas Vianna, Visconde de Mauá, Princesa Isabel, Príncipe Dom Luiz, Nilo Peçanha, Marques de Paraná, Marianno Procópio, Visconde de Bom Retiro, João Baptista da Costa, Conde de Baependi, José Thomaz da Porciuncula, Amaro Emilio da Veiga, Henrique Kopke, João Kopke, Bartholomeu Sudré, Antonio Thomaz de Aquino Corrêa, Paulino Affonso, Augusto da Rocha Fragozo, Albino de Siqueira, Alberto Torres, Augusto Meschik, Saturnino de Oliveira Coutinho, Sergio Marcondes de Castro, João Baptista Calógeras, Oliveira Bulhões, Henrique Raffard, Augusto Taunay, Bernardo Soares de Proença, D. João Francisco Braga, Balthazar da Silva Lisboa, José de Saldanha da Gama, Barão de Teffé, José Ferreira da Paixão, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Padre Siqueira, Paulo Carneiro, Hermogenio Pereira da Silva, Arthur de Sá Earp, Eugenio Werneck, Conselheiro Jobim, Francisco Rangel Pestana, Visconde Nogueira da Gama, João Roberto d’Escragnolle, Paulino José Soares de Souza Jor., Alberto de Faria. “Ata de fundação, em livro próprio do Instituto”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=546>. Acesso em: 09 jan. 2023.

como fundadores da cidade pelo grupo hegemônico de intelectuais responsáveis pela organização da Comissão do Centenário. Além disso, mostra as tensões e as disputas de memória, bem como as negociações possíveis. Isto é, memórias são sempre objeto de disputas, e, para criar consensos, algumas negociações mostram-se necessárias. Desse modo, buscando assegurar o poder da narrativa dominante, os intelectuais ligados ao Centenário da Comissão tiveram que negociar para se manterem nesse lugar.

No IHP, os sócios eram distribuídos nas seguintes categorias: efetivos ou deliberantes; correspondentes; e, honorários. A classe de sócios efetivos ou deliberantes era composta por aqueles que residissem em Petrópolis, inicialmente ocupada pelos fundadores do instituto. A categoria de sócios correspondentes seria composta por aqueles que residissem em outros estados do Brasil ou no estrangeiro, tendo prestado distintos trabalhos ou serviços à cidade de Petrópolis. Os sócios honorários seriam personalidades ilustres que tivessem prestado relevantes serviços ao instituto ou à cidade de Petrópolis. Além disso, os Estatutos de 1938 estabeleciam que o instituto contaria com três comissões permanentes, quais sejam: Comissão de Contas, Comissão de História e Comissão de Estatutos e Admissão de Sócios. Apenas os sócios efetivos ou deliberantes poderiam compor tais comissões e, também, os cargos da diretoria. Além das comissões permanentes, o IHP contaria com as comissões especiais designadas pelo presidente do instituto.<sup>114</sup>

Ao observar as categorias de sócios e as comissões do IHP, podemos perceber proximidade entre o nascente instituto de Petrópolis e o IHGB.<sup>115</sup> Segundo Lilian Schwarcz (2014), o IHGB seria o exemplo pioneiro e duradouro para os demais institutos históricos que se formaram no Brasil ao longo do século XX. A autora também destaca que o critério para escolha dos membros do IHGB era baseado, sobretudo, em relações sociais. Podemos perceber que os laços de camaradagem e de amizade embasaram, igualmente, as escolhas e os convites para integrarem o IHP. Dessa maneira, percebemos que se literalmente existiam os sócios “de fora” da cidade, simbolicamente todos estavam dispostos a defender certas visões do passado, narrando, em especial, a história de Petrópolis como atrelada à memória do Imperador e do Segundo Reinado. Ou seja, a dimensão “de fora” e “de dentro” da cidade tornava-se inoperante quando pensadas as

---

<sup>114</sup> “Ata de fundação, em livro próprio do Instituto”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=546>. Acesso em: 08 jan. 2023.

<sup>115</sup> Para saber sobre a organização do IHGB nas primeiras décadas do século XX, ver Jamile da Silva Neto (2018).

visões do passado para Petrópolis partilhadas por esses intelectuais. Mesmo que possamos identificar defensores de discursos dissonantes dentro do IHP – por exemplo, Antônio Buarque de Paula foi sócio do IHP –, identificam-se objetivos comuns, como inserir Petrópolis na história do Brasil a partir de generalizações e homogeneizações da história regional, como foi feito pelos *Trabalhos da Comissão*.

Jeronymo Ferreira Alves Netto, redigindo o histórico da instituição, enfatiza que passaram pelo IHP importantes figuras da historiografia brasileira, pertencentes igualmente ao IHGB, dentre eles estavam: Afonso Arinos, Américo Jacobina, Alberto Lamego, Arthur Cesar Ferreira Reis, Afonso D’Escragnole Taunay, Otávio Tarquínio de Souza, Hélio Viana.<sup>116</sup> Incluímos a esses nomes, apesar de não ter sido citado por Jeronymo Netto, Pedro Calmon, que foi orador tanto do IHGB quanto do IHP. Na sessão solene de instalação do instituto, realizada em 02 de dezembro de 1938, Pedro Calmon profere conferência sobre a personalidade de D. Pedro II. Conforme a ata, depois de discorrer por aproximadamente 50 minutos, com diversas interrupções de aplausos calorosos, o orador, ao final, foi vivamente cumprimentado.<sup>117</sup> Tal passagem sobre a participação de Pedro Calmon mostra-se como bastante ilustrativa das intenções e dos desejos desses intelectuais. Buscavam multiplicar seus lugares de enunciação a partir da integração de diferentes instituições científicas e culturais, como foi o caso de Pedro Calmon e não somente dele. Podemos citar, igualmente, o nome de Alcindo Sodré constituindo e dotando de sentidos a rede dos saudosos do Império que se forma em Petrópolis.

Cientes de seus papéis de guardiões da memória saudosa do Império, os intelectuais que compunham a Comissão do Centenário, o IHP, o IHGB e outras tantas instituições estavam interessados em multiplicar e ver representadas suas visões de mundo a partir do poder simbólico por eles desfrutado. Conforme nos lembra Pierre Nora,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

É a ameaça do esquecimento que cria as demandas para o estabelecimento de lugares de memória. No caso da memória imperial para Petrópolis, podemos pensar que

---

<sup>116</sup> NETTO, Jeronymo. “Histórico (1938-1997)”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=554>. Acesso em: 09 jan. 2023.

<sup>117</sup> “Ata de instalação”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=549>. Acesso em: 09 jan. 2023.

esses intelectuais estavam lutando para consolidarem e verem difundidas dada visão hegemônica do passado, porque entendiam que, naquele momento, o passado da cidade estava sendo disputado. Tal disputa encontrava dimensão a nível local, tendo os embates travados pela Comissão do Centenário com a APL como exemplo; e a nível nacional, pensando na fundação dos cursos superiores de ciências humanas e sociais nos anos 1930, que iriam se tornar concorrentes da produção historiográfica feita no IHGB e em outros institutos históricos pelo Brasil.<sup>118</sup> Apesar de essas duas dimensões poderem ser entendidas como distantes em um primeiro momento, ao analisarmos os homens que estiveram por trás da defesa de visões do passado imperial saudosista em Petrópolis, percebemos que eles multiplicam suas posições em diferentes instituições a nível local e nacional.

Depois da criação do IHP, as reuniões da Comissão do Centenário começaram a ser realizadas com intervalos de tempo maiores.

[...] O Instituto Histórico, aos poucos, foi assumindo a responsabilidade pela parte essencialmente histórica das atividades da Comissão, visto que os membros responsáveis pelo funcionamento de ambos eram, praticamente, as mesmas pessoas. (SILVA, 1960-70, p. 165)

Dessa maneira, o IHP mostrou-se como a institucionalização e da Comissão do Centenário de Petrópolis. Ou seja, os intelectuais que estiveram à frente da Comissão tinham interesse em dar sede fixa e vida longa para seu grupo e para suas concepções de passado. Além do IHP, buscaram materializar a história de Petrópolis fundando o Museu Histórico de Petrópolis que foi identificado como embrião do Museu Imperial.

Em janeiro de 1939, o presidente Getúlio Vargas conhece o Museu Histórico de Petrópolis, observando com “curiosidade a existente documentação fotográfica sobre Petrópolis” (LACOMBE, 1960-70, p. 170). Neste dia, Alcindo Sodré proporia ao presidente da República a criação de um museu no antigo Palácio Imperial. O sonho da instalação de um museu na residência de verão da família real já vinha sendo sonhado há algum tempo e representaria a concretização da dimensão nacional para a memória saudosa do Império em Petrópolis, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>118</sup> Para saber mais, ver Marieta Ferreira (2013).

## CAPÍTULO 3

### **Do local para o nacional, do nacional para o local: o Museu Imperial e o Sphan na construção da memória imperial para Petrópolis**

Como vimos no capítulo anterior, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, seria arquitetado grande projeto de escrita da história para Petrópolis na ocasião das comemorações do centenário da cidade. Protagonizado por intelectuais saudosos do Império de dentro e fora da cidade, a celebração de cem anos de fundação de Petrópolis renderia muitos frutos para a construção da memória imperial para a cidade, mas não somente para ela. Neste capítulo, buscaremos analisar como o projeto de construção de uma memória saudosa e positiva do Império, em especial do Segundo Reinado, ultrapassou a esfera local – no caso, a cidade de Petrópolis – e alcançou projeção nacional com a criação do Museu Imperial. O desejo dos intelectuais responsáveis pelos *Trabalhos da Comissão* em inserir Petrópolis no cenário nacional foi identificado ao longo da escrita da história para a cidade. Além disso, tal desejo de tornar a imagem positiva do passado imperial também foi patrocinado por ninguém menos que Getúlio Vargas, presidente da República à época. Concomitante à preservação do Palácio Imperial e à criação do Museu Imperial neste espaço, podemos identificar iniciativas do órgão federal de preservação auxiliando na construção da relação entre Petrópolis e a memória positiva do Império a partir dos tombamentos de bens na cidade. Em grande medida, a materialidade preservada na cidade de Petrópolis dos anos 1930 até os anos 1960, período de gestão do órgão de preservação por Rodrigo Melo Franco de Andrade, ratificou as imagens de passado produzidas pelos *Trabalhos da Comissão*.

No ano de 1937, às portas do Estado Novo (1937-1945), nasce o órgão de preservação brasileiro. Criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que dispunha quanto à organização do Ministério da Educação e Saúde (MES), o Sphan tinha como objetivo “[...] promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 107).<sup>119</sup> No momento de sua criação, arquitetava-se

---

<sup>119</sup> A Lei nº 378 criou também o Conselho Consultivo do órgão de preservação, que tinha a “última palavra” sobre os bens que seriam ou não tombados. No começo das atividades do Sphan, apenas os pedidos de tombamento impugnados pela sociedade eram enviados para o Conselho Consultivo. Quando um processo de tombamento era enviado ao Conselho, o seu presidente, diretor do órgão de preservação, distribuía o processo para um conselheiro que se tornaria relator de tal processo. Eram considerados critérios “técnicos”

amplo projeto de construção da nação e de modernização para o Estado brasileiro (CHUVA, 2003).<sup>120</sup> Desse modo, podemos entender que o órgão de preservação trabalharia, dentro do Estado, como construtor de visões que se tornariam hegemônicas sobre quais materialidades representariam o passado nacional brasileiro.

Em 30 de novembro de 1937, depois da instauração do Estado Novo, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25 que organiza o Sphan.<sup>121</sup> Dentre outras atribuições do Decreto-Lei, foram delimitados os bens passíveis de tombamento, que seria o

[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (PROTEÇÃO..., 1980, p. 111)

Tal delimitação dos possíveis bens que viriam a se tornar patrimônio histórico e artístico brasileiro faz entrever a marca da excepcionalidade que estaria presente nas ações de preservação do órgão. Notamos, além disso, que é o caráter monumental da história que está sendo valorizado, uma vez que seriam considerados patrimônios os bens ligados aos “fatos memoráveis” da história nacional, e seria justamente esse o critério primeiro para avaliar o quão excepcional os bens relacionados aos acontecimentos notáveis eram para a formação nacional.

Destacamos que o artigo 24 do Decreto-Lei nº 25 estabelece funções e insere os museus na política de preservação do patrimônio nacional. Conforme o artigo,

A União manterá, para conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares. (PROTEÇÃO..., 1980, p. 118)

Conforme Leticia Julião, os estudos sobre as políticas de preservação no Brasil raramente reconhecem o papel pioneiro ocupado pelos museus não somente na preservação do patrimônio, como também na formulação das ideias no que consistiria o

---

para distribuição desses processos, segundo palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Sphan. Para saber mais sobre o Conselho Consultivo na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ver Jamile da Silva Neto (2018).

<sup>120</sup> Existe consistente historiografia sobre as políticas de preservação no Brasil que discute essas ideias, podemos citar: José Reginaldo Gonçalves (1996); Márcia Chuva (2003; 2009; 2012); Maria Cecília Londres Fonseca (2009); Mariza Santos (1996); Silvana Rubino (1991; 1996).

<sup>121</sup> Para saber mais sobre o Decreto-Lei nº 25 e seus significados, ver Márcia Chuva (2009); Maria Cecília Londres Fonseca (2009); Marcia Sant’Anna (2014); Silvana Rubino (1991).

legado do passado nacional (JULIÃO, 2014). No Brasil, a trajetória das primeiras instituições museológicas começa no século XIX. O Museu Real, mais tarde Museu Nacional, foi criado em 1818 e seu acervo foi formado, inicialmente, por pequena coleção de história natural doada por D. João VI (JULIÃO, 2006).<sup>122</sup> Mais de um século depois, em 1922, seria criado o Museu Histórico Nacional (MHN).<sup>123</sup> Durante os anos em que Gustavo Barroso esteve à frente da direção do MHN, de 1922 a 1959, nota-se a tradição como “categoria-chave, associando-se notadamente à ideia de passado. O tempo passado, entendido como antiguidade, conferia legitimidade às coisas e aos homens.” (ABREU, 1996, p. 168). Na categoria positivada de tradição, Gustavo Barroso dava muita importância à origem familiar, traçando genealogias para reconstrução do passado da nobreza e da fidalguia. As bases da nação teriam sido edificadas por esse grupo social distinto que se encontrava no Império, por isso, Barroso pensava na República como continuidade em relação ao período anterior (ABREU, 1996). Servindo à construção da memória nacional e dedicando-se sobretudo à história do Império – incluindo personalidade militares do período imperial –, o MHN, na figura de Barroso, buscava incentivar o “amor à pátria” e moldar o “sentimento cívico” nos cidadãos (ABREU, 1991). Sendo assim, a proposta de museu em Gustavo Barroso tinha caráter cívico-pedagógico, cultuando a memória do Império e suas “figuras ilustres”.

No ano de 1934, o Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, cria a Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN),<sup>124</sup> no período em que Washington Pires esteve à frente do MES.<sup>125</sup> A IMN seria a “[...] primeira frente estatizada de proteção ao ‘patrimônio nacional’ [...]” (CHUVA, 2009, p. 126). Com a reforma administrativa do MHN, deu-se a criação da IMN e do curso de conservadores de museus, ligados ao MHN e à figura de

---

<sup>122</sup> Não será analisado neste trabalho o início da trajetória dos museus no Brasil. Além dos trabalhos de Leticia Julião (2006; 2014), ver também Lilian Schwarcz (2014).

<sup>123</sup> No ano de 1918, o IHGB, por meio de ação de Max Fleuiss e Edgard Roquette-Pinto, como apoio de Bruno Lobo – diretor do Museu Nacional –, encaminha à Câmara dos Deputados projeto de criação de um museu histórico (COSTA, 2013; JULIÃO, 2014). No entanto, seria a proposta de Gustavo Barroso acatada e seguida no governo do presidente Epitácio Pessoa. O Decreto nº 15.596 de 02 de agosto 1922 cria o MHN, ano das festividades em comemoração ao Centenário da Independência. O nascente museu estaria vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo sido instalado no antigo Arsenal de Guerra que havia recebido reformas por conta da Exposição Internacional do Centenário da Independência (SEPÚLVEDA, 2006; COSTA, 2013).

<sup>124</sup> No ano de 1930, José Wanderley de Araújo Pinho, deputado federal pela Bahia, elaborou projeto de lei para criação da Inspeção de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional. A Inspeção se vinculou ao MHN, cujo diretor ocuparia o cargo de inspetor (PROTEÇÃO..., 1980).

<sup>125</sup> De 1930 a 1932, Francisco Campos assumiu a direção do MES. A partir de 1932 até 1934, Washington Pires ocupa a posição de ministro. De 1934 até o fim do Governo Vargas, Gustavo Capanema fica à frente da direção do MES. Interessante notar que todos eram mineiros. Para saber mais sobre essa rede mineira que se articulou no Governo Vargas, ver Helena Bomeny (1994).

Gustavo Barroso. Segundo Aline Magalhães (2004), diferente dos projetos de lei anteriores que compreendiam ações conjuntas da esfera federal, estados, municípios e outras instituições, a IMN “[...] surge sob administração e responsabilidade de um único responsável, o diretor do Museu Histórico Nacional, que concentraria a autoridade e as atividades da repartição.” (MAGALHÃES, 2004, p. 76).

A principal finalidade da IMN era “exercer a inspeção dos Monumentos Nacionais e do comércio de objetos artísticos e históricos” (CHUVA, 2009, p. 126). Nos anos de existência da Inspetoria, suas ações centraram-se na cidade de Ouro Preto, tendo preservado fontes, chafarizes e igrejas.<sup>126</sup> De curta atuação, a IMN seria, três anos depois de criada, substituída pelo Sphan. Consoante Márcia Chuva, no momento em que estavam sendo executados os trabalhos da IMN, Gustavo Capanema, ministro do MES à época, “articulou pouco a pouco seu grupo”, tendo convidado, em 1936, Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, para elaborar projeto de lei para organização de um serviço nacional de defesa ao patrimônio brasileiro (CHUVA, 2009, p. 29).<sup>127</sup>

Letícia Julião assinala que “[...] do Museu Real ao Museu Histórico Nacional, as experiências museológicas ostentaram um arco de imagens que nutriram o imaginário da nacionalidade, percurso no qual foi sendo também forjada a ideia de patrimônio da nação.” (JULIÃO, 2014, p. 176). Desse modo, a criação do Sphan acontece em um cenário em que já havia ações e discussões sobre quais bens representariam o passado brasileiro, tendo o MHN importante papel nesse percurso. No entanto, com a subordinação dos museus ao órgão de preservação, as ideias preservacionistas de Gustavo Barroso encontraram forte concorrente, e, ao fim e ao cabo, Barroso sairia perdendo na disputa sobre os destinos do patrimônio com os intelectuais modernistas que estavam à frente do órgão de preservação.<sup>128</sup> Na leitura de Letícia Julião, o Sphan, além de ter rompido com a cultura museológica vigente até então, retiraria do museu o papel prioritário nas ações preservacionistas (JULIÃO, 2014). Para a autora, o papel dos museus teria sido negligenciado nas análises sobre as políticas públicas de preservação no Brasil, porque o próprio Sphan relegou a tais instituições papel secundário na

---

<sup>126</sup> Para saber mais sobre a IMN e sua atuação em Ouro Preto, ver o trabalho de dissertação de Aline Magalhães (2004), que estuda especificamente a criação e as ações da IMN.

<sup>127</sup> São vários os trabalhos que analisam e demarcam a importância do anteprojeto de Mário de Andrade para a criação e a estruturação do Sphan, dentre eles, citamos: Mário Chagas (2003); Márcia Chuva (2009); Maria Cecília Londres Fonseca (2001; 2009); Silvana Rubino (1991).

<sup>128</sup> Para saber mais sobre o assunto, ver Aline Magalhães (2004); Letícia Julião (2006; 2014); Márcia Chuva (2009).

preservação do patrimônio brasileiro. No entanto, tal dicotomia mostra-se infrutífera, uma vez que, como veremos, são muitas as relações entre patrimônio e museu.

Os museus, como os entendemos hoje, partem de concepções modernas que nascem no século XIX, relacionadas aos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa, e, além disso, são formas de escrita da história a partir de suas materialidades, especialmente aqueles mais intimamente ligados ao Estado e imprescindíveis para a imaginação da nação.

Letícia Julião (2006) assinala que, apesar de tímida se comparada com os tombamentos dos bens edificados, a atuação do Sphan no campo da museologia teve frutos importantes. A implantação do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro em 1937; o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto no ano de 1938; o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul em 1940; o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis em 1940; o Museu da República, no Rio de Janeiro em 1960. Em Minas Gerais, além do Museu da Inconfidência, o órgão de preservação empenhou-se em criar o Museu do Ouro (1945), o Museu Regional de São João Del Rei (1946) e o Museu do Diamante (1954).

A criação do Museu Imperial insere-se no contexto de construção da nação delineada no momento do Estado Novo. O Museu Imperial foi criado pelo Governo Federal junto a outros museus especializados, tais como o Museu das Missões, o Museu da Inconfidência, o Museu do Ouro. Ligados ao Sphan, tais museus se inseriam no projeto de construção de unidade nacional que teve Gustavo Capanema como um de seus principais artífices. Desse modo, “[...] era preciso escapar do individual, que era fragmentário, em busca do público ou do bem comum, unificador.” (CHUVA, 2003, p. 313). A construção da unidade partia da elaboração de narrativas homogeneizadoras que conformassem as diferenças, conflitos e dissidências do imenso Brasil.

O investimento nas políticas culturais no Estado Novo foi sentido no campo da preservação com a criação do Sphan e, logo em seguida, de dezenas de instituições museológicas pelo Brasil.<sup>129</sup> O Museu Imperial seria fundado justamente nesse período, tendo recebido apoio tanto de Getúlio Vargas quanto de intelectuais da cidade de Petrópolis, em especial Alcindo Sodr , como veremos mais adiante. Cientes do papel que patrimônio e museu têm para a constru o da memória coletiva, os intelectuais, que estiveram   frente das políticas culturais no Estado Novo, buscaram – dentre outras

---

<sup>129</sup> Em seu trabalho de mestrado, Bárbara Duarte (2021) apresenta uma tabela das institui es museológicas públicas e privadas criadas ao longo do Estado Novo.

formas – construir sentidos de passado para a nação a partir das materialidades representadas pelos patrimônios preservados e pelas exposições exibidas nos museus.

Para além do período do Estado Novo, as políticas de preservação no Brasil foram, desde seu início, gestadas e patrocinadas por agentes assentados no Estado. Desse modo, o Estado, tendo os agentes e as agências para representá-lo, cumpre papel central na dinâmica de sobreposição de memórias e construção de memórias hegemônicas. Entretanto, tais processos não se dão sem disputas, uma vez que, consoante Antonio Gramsci (1987), o Estado ampliado forma-se a partir da inter-relação entre a sociedade civil e a sociedade política. Enquanto aquela se relaciona à ideia de legitimidade, esta trabalha muito mais com o conceito de coerção. Neste sentido, entendemos o Estado como aquele que visa formar um consenso em busca da hegemonia. Os esforços feitos pelo Estado em busca de hegemonia estão relacionados com a sua legitimidade na construção do consenso a partir do monopólio da violência física e simbólica (MENDONÇA, 1996). Pierre Bourdieu (2012) entende o poder simbólico como sendo quase mágico, uma vez que consegue alcançar aquilo que se obtém com o uso da força física, mas sem precisar se valer dela. São as agências e os agentes assentados no Estado que têm seus enunciados legitimados justamente pela posição ocupada, e por isso são autorizados a construir visões que se tornam hegemônicas sobre o mundo. Cabe notar que o Estado não é apenas lugar do consenso, mas também das lutas de representação entre seus agentes, isto é, as posições e a legitimidade em tornar seus enunciados legítimos são frutos de disputas.

A materialização da nação por meio de patrimônios e museus está relacionada, dentre outros aspectos, às suas funções de darem visualidade ao passado a partir do que representam. Binômios como visível e invisível; material e imaterial são intrínsecos a essas categorias, uma vez que as materialidades não falam por si mesmas. Nas palavras de Manoel Salgado Guimarães,

Ao olharmos, portanto, para um objeto do passado – sejam aqueles colocados em exposição para o olhar nos museus, sejam aqueles materializados no espaço de nossas cidades – é a partir de uma outra gramática que o vemos, articulado como objeto histórico; como patrimônio histórico. Perdem o sentido para o qual foram criados e adquirem um novo, conferido pela qualidade de histórico, estabelecendo, por esse procedimento, uma relação entre o visível do tempo presente e o invisível do passado. (GUIMARÃES, 2007, p. 15)

A capacidade de evocação visual dos patrimônios e dos museus não pode ser apartada das relações de poder inerentes aos agentes e às instituições que estão por trás

dessas categorias nos Estados modernos. Desse modo, eleger as materialidades passíveis de representar o passado nacional e dar sentidos a elas mostra-se como ato de poder, que, no contexto brasileiro, esteve intrinsecamente relacionado às instituições e aos agentes ligados ao Estado. Patrimônio e museu criam um enredo para a representação da nação. Nessa empreitada, os intelectuais assentados no Estado são aqueles autorizados a se valer do “poder quase mágico”, do qual nos fala Pierre Bourdieu (2012), capaz de fazer algo existir pelo ato de dizer. Dessa forma, neste capítulo, busco analisar as ações do Museu Imperial e do Sphan, desde o momento de suas fundações, para a materialização da memória positiva do passado imperial para a cidade de Petrópolis. Tais agências, além de estarem vinculadas pelos significados em comum e por lei, uniam-se por meio dos intelectuais que integraram concomitantemente Museu Imperial e Sphan.<sup>130</sup> A fundação do Museu Imperial, seus desdobramentos e os tombamentos realizados na cidade pelo Sphan foram fundamentais para colocar Petrópolis como imagem potente para a representação do passado imperial brasileiro. Isso foi possível pelas ações de intelectuais em escala local, assim como por ações de agentes e agências do Estado em esfera nacional.

As principais fontes utilizadas ao longo do capítulo serão os catálogos de exposição do Museu Imperial, disponíveis na Biblioteca do Museu Imperial; o *Anuário do Museu Imperial*, que pode ser consultado pelo portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; e, os processos de tombamento, os quais se encontram no Arquivo Central do Iphan. Além desses, consultamos a documentação disponível na Série Inventário e Série Obras, disponibilizada no Arquivo Central do Iphan, relativa ao Palácio/Museu Imperial entre anos 1940 e 1970; e, os artigos no portal do IHP, na *Revista do IHGB*, dentre outros documentos.

### 3.1 O Museu Imperial e a encenação da memória do Império

#### 3.1.1 Local, nacional: a fundação do Museu Imperial e a sua dupla dimensão

Como vimos até aqui, na escrita da história sobre Petrópolis a construção de um palácio de verão para abrigar a família imperial mostrou-se como evento primordial para a fundação da cidade. Em 1830, D. Pedro I, buscando desfrutar da amenidade do clima e

---

<sup>130</sup> Para saber mais sobre esse tema, ver Jamile da Silva Neto (2018).

das belezas da região serrana, comprou a Fazenda do Córrego Seco. Anos mais tarde, o sonho da construção no local de um palácio de verão seria concretizado por D. Pedro II. Conforme o Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843, no local seriam construídos o palácio, o loteamento para a população e a Igreja de São Pedro de Alcântara, que ficaram a cargo do engenheiro Júlio Frederico Koeler.<sup>131</sup>

Como mencionado no capítulo 1, a construção do Palácio Imperial de Petrópolis foi, nas palavras de Alcindo Sodr  (1940), “desprovida de requinte arquitetônico”. Ou seja, na leitura que construíam acerca do Imperador, existe uma correla o entre a simplicidade do palácio e os hábitos simples de D. Pedro II, que não o impediam de exercer seu poder com autoridade e aristocracia (SANTOS, 2006). Para Alcindo Sodr , ao falar de D. Pedro II, era inevitável traçar considera es sobre Petrópolis, uma vez que a cidade e seu palácio eram os “[...] dois melhores adjetivos na defini o de Pedro II.” (SODR , 1940, p. 7). Além disso, das residências imperiais, seria o Palácio Imperial o único construído com a finalidade de abrigar a família real, diferente do Paço da Cidade, do Palácio de São Cristóvão e da Fazenda Santa Cruz (SODR , 1940). A personalidade do Imperador retratada por ele, isto  , do monarca filósofo, amigo do povo, pouco afeito a vaidades, mas que não descuidava de governar o Brasil com pulso forte estará representada em sua casa (SANTOS, 2006). Desse modo, as narrativas sobre o Palácio Imperial encarnariam na materialidade construída a personalidade do último monarca brasileiro. Já no exílio, D. Pedro II, escrevendo correspondência ao Visconde de Taunay, teria uma expressão exclamativa em forma de pedido que, segundo Alcindo Sodr  (1950), resumia a extensão do seu grande sentimento: “Fale-me de Petrópolis!”<sup>132</sup> A ideia construída pelo próprio monarca de que seria na cidade de Petrópolis onde ele encontraria a calma para uma vida tranquila e dedicada aos estudos foi amplamente difundida pelos saudosos do Império ao longo do século XX.

Após a Proclama o da República, em 1889, a família real seria obrigada a deixar o país e foi proibida de possuir imóveis no Brasil, dispondo do prazo de 2 anos para liquidar os bens que eram de sua propriedade no país (FAGUNDES, 2010). Com o fim da monarquia, a República tentaria, segundo Alcindo Sodr , quebrar o “silêncio

---

<sup>131</sup> No capítulo 1, buscamos analisar a constru o dessa narrativa para Petrópolis.

<sup>132</sup> Atualmente acontece nas dependências da Biblioteca do Museu Imperial encontro intitulado “Fale-me de Petrópolis”, título em homenagem às correspondências trocadas pelo antigo monarca no exílio com seus amigos brasileiros. O evento conta com uma personalidade da cidade e o público convidado. Cláudia Costa, idealizadora do projeto, relaciona o sucesso do encontro   informalidade que possibilita que os participantes se sintam “em casa”. Disponível em: <https://www.aconteceempetropolis.com.br/2019/10/30/encontro-do-fale-me-de-petropolis-acontece-nesta-quinta/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

nostálgico” do abandonado Palácio Imperial com a instalação dos trabalhos da Assembleia Constituinte no local e planos malogrados de transferir a capital do país para Petrópolis (SODRÉ, 1940). Três anos depois da partida da família imperial, o palácio seria ocupado pelo Colégio Notre Dame de Sion até 1908. De 1909 a 1940, o palácio abrigaria o Colégio São Vicente de Paulo.<sup>133</sup>

Um ano antes da visita de Getúlio Vargas ao Museu Histórico de Petrópolis, em 1938, Alcindo Sodré havia encaminhado ao Sphan pedido de tombamento da residência de verão. Ou seja, antes mesmo da criação do Museu Imperial, Alcindo Sodré solicitaria o tombamento do Palácio Imperial ao órgão federal de preservação. Segundo Alcindo Sodré, não havia necessidade de justificar o pedido de tombamento, uma vez que o elevado “espírito de V. Excia. [Rodrigo Melo Franco de Andrade]” compreenderia a “medida ora solicitada para salvaguarda da casa histórica em que viveu a maior parte da sua gloriosa existência o Fundador de Petrópolis” (ACI-processo nº 166-T-38). O Parecer do Sphan<sup>134</sup> destaca que o palácio teria “excepcional valor histórico” e, além disso, o interesse arquitetônico representado por ele estava “longe de poder ser considerado medíocre”. O processo de tombamento foi encaminhado ao Conselho Consultivo do Sphan, tendo como relator Afonso Arinos de Melo Franco que considera acertado o Parecer do Sphan e acrescenta que ao palácio estariam ligadas “algumas das mais puras e nobres tradições políticas e sociais do Império” (ACI-processo nº 166-T-38). O Palácio Imperial foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e dois anos depois abrigaria o Museu Imperial.<sup>135</sup>

De acordo com o Decreto-Lei nº 25, o órgão de preservação contaria com quatro Livros do Tombo, são eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e, Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Cabe notar que um mesmo bem poderia ser inscrito em um ou mais Livro do

---

<sup>133</sup> O Colégio São Vicente de Paulo foi fundado em Petrópolis no ano de 1890 por padres lazaristas. Mais tarde, teve sua direção transferida para a Ordem Premonstratense. A princípio, sua sede era na atual Avenida Barão de Rio Branco, tendo, em 1909, se mudado para o antigo Palácio Imperial, onde ficou até 1940. Para abrigar o colégio, foi construída nova sede à Rua Coronel da Veiga. Conforme Alessandra Fraguas, o Colégio São Vicente de Paulo “formou gerações não só de petropolitanos, mas de brasileiros vindos de toda parte, enquanto recebeu alunos em sistema de internato, semi-internato e externato.” “Vicentinos, sempre: memórias do Colégio São Vicente de Paulo”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=7067>. Acesso em: 18 maio 2023.

<sup>134</sup> Nas primeiras décadas de funcionamento do Sphan, alguns processos de tombamento contavam com os pareceres dos técnicos do órgão – parecer técnico –, o parecer do Sphan – parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade – e o parecer do relator do Conselho Consultivo do Sphan.

<sup>135</sup> O tombamento do Palácio Imperial e a fundação do Museu Imperial foram tratados na minha dissertação de mestrado. Ver Jamile da Silva Neto (2018).

Tombo. Nas primeiras décadas de funcionamento do órgão, nota-se a hierarquização dos livros do tomo. Conforme Márcia Chuva (2009), a escolha dos Livros do Tombo privilegiou o Livro de Belas Artes onde foram inscritos os bens considerados obras de arte, ligadas à arquitetura colonial-barroca localizada em Minas Gerais e em outros centros urbanos da antiga colônia. O Livro do Tombo Histórico foi o segundo mais valorizado pelos agentes do órgão de preservação. Neste, foram inscritos bens “[...] exemplares pertencentes a séries históricas, com a finalidade de documentá-las, assim como a de originário, que se pretendia alcançar em função da antiguidade do imóvel selecionado, mesmo que não contivesse dotes artísticos considerados de peso.” (CHUVA, 2009, p. 216). Nesse período, o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico contou com a inscrição de raríssimos bens arquitetônicos, tendo sido destinado à inscrição de sítios naturais e conjuntos urbanos que não possuíam os requisitos arquitetônicos valorizados pelos agentes de preservação. Já o Livro do Tombo de Artes Aplicadas caiu no esquecimento na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade.<sup>136</sup>

Percebemos que, mesmo não representando o barroco-colonial, ao referido palácio era atribuído valor arquitetônico – segundo os pareceres de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Afonso Arinos –, no entanto, tais características não foram suficientes para inscrevê-lo no Livro do Tombo de Belas Artes, tendo sua inscrição apenas no Livro do Tombo Histórico.<sup>137</sup> O valor histórico atribuído ao Palácio Imperial referia-se ao fato de guardar a memória do Império e de suas “grandes personalidades”, conforme assinalado pelo conselheiro Afonso Arinos.

As justificativas de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Afonso Arinos para o tombamento do antigo Palácio Imperial aproximavam-se das visões sobre o período imperial de Alcindo Sodrê. Não eram necessárias extensas justificativas para o tombamento porque o antigo Palácio Imperial, onde viveu o “fundador de Petrópolis”, era detentor de “valor em si”, relacionado à ideia de autenticidade que confere ao objeto uma “aura” sacralizada. Tal relação genuína do antigo Palácio Imperial com o passado monárquico seria estendida a Petrópolis como um todo, em especial à área central da

---

<sup>136</sup> Notamos que o Livro de Artes Aplicadas ainda é hoje o preterido dentro do órgão federal de preservação.

<sup>137</sup> No Guia de Bens Tombados (2009), consta que o Palácio Imperial está inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes. Não foi possível identificar quando e o porquê se deu a segunda inscrição, posto que, na documentação constante no processo de tombamento, o Palácio Imperial seria inscrito no Livro do Tombo n. 2, ou seja, Livro do Tombo Histórico. Sabe-se, a partir da documentação presente no processo de tombamento 0166-T-1938, que até 1959 o palácio esteve inscrito somente no Livro do Tombo Histórico.

cidade que foi privilegiada no plano urbanístico de Koeler e nas políticas públicas – incluindo as de memória – empreendidas na cidade ao longo do século XX.

Alcindo Sodré (1950), na publicação *Museu Imperial*, começa afirmando que o Museu Imperial foi um sonho que se tornou realidade. A concretização desse sonho aconteceu pelas ações do próprio Alcindo Sodré com iniciativas na Câmara Municipal de Petrópolis desde 1922. Sodré afirma que seu desejo era transformar o Paço de Petrópolis em um grande museu nacional (SODRÉ, 1950). Para ele, dois motivos eram fundamentais para a efetivação da construção do museu no antigo Palácio Imperial. Primeiro, “a expressão histórica do edifício” e, depois, o fato de “[...] reunir ali o brilhante passado de um século de vida brasileira sob o regime monárquico.” (SODRÉ, 1950, p. 7). Entendemos que Alcindo Sodré teve a perspicácia de perceber que Petrópolis contava com a materialidade indispensável para construção bem estruturada de narrativa que ligaria a cidade ao passado imperial. Além disso, enquanto arquitetava a vinculação de Petrópolis à memória saudosa do Império – a qual ele foi grande defensor e difusor ao longo da vida – construía para si mesmo o protagonismo e o empenho em concretizar a celebração do passado imperial na cidade de Petrópolis estando à frente da Comissão do Centenário de Petrópolis, da fundação do Museu Histórico de Petrópolis, do tombamento do antigo Palácio Imperial e das iniciativas para nele fundar o futuro Museu Imperial. Dessa maneira, além do interesse de Alcindo Sodré em concretizar o projeto de escrita da história para Petrópolis relacionando a cidade à memória positiva do Império, Sodré empenhou-se em relacionar sua própria imagem à construção dessa narrativa para a cidade. Temos como interpretação possível, pensando no empenho de Sodré em vincular sua imagem ao protagonismo e à autoria das ações de vinculação da cidade ao passado imperial, que o sonho da construção de Petrópolis foi protagonizado pelos monarcas brasileiros no século XIX, enquanto o sonho da vinculação da cidade ao passado monárquico adveio dos empenhos do próprio Alcindo Sodré.

O protagonismo de Alcindo Sodré mostra-se diluído quando o inserimos na rede de intelectuais articulada em torno das Comemorações do Centenário de Petrópolis.<sup>138</sup> Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, em discurso no IHGB, assinala que o Museu Imperial, antes de ter sido idealizado por Alcindo Sodré, já havia sido pensado por Oswaldo Cruz, quando era prefeito de Petrópolis. Teixeira Filho menciona esse “pormenor” com objetivo de “[...] somente não claudicar por omissão, falta ou cochilo

---

<sup>138</sup> Este assunto foi tratado no capítulo 2.

em que, por vezes, incorrem alguns historiadores.” (TEIXEIRA FILHO, 1955, p. 258). Muitos anos antes, no Colégio São Vicente de Paulo, que funcionava no antigo Palácio Imperial, estudaram alguns integrantes da rede dos saudosos do Império que se formaria décadas depois. No ano de 1955, Ascânio Mesquita Pimentel, diretor do IHP à época, faz alusão à “geração” do Colégio São Vicente de Paulo, da qual ele, Alcindo Sodré e outros faziam parte. Conforme Mesquita Pimentel, essa geração inventou “[...] o culto, a paixão por Petrópolis e todas as suas coisas e paisagens.” (PIMENTEL, 1955, p. 253). O diretor do IHP prossegue afirmando que o “amor” de Alcindo Sodré pela cidade relacionava-se com os colegas mais velhos que ele teve contato no Colégio São Vicente de Paulo, integrantes do grupo responsável pelo “culto” a Petrópolis (PIMENTEL, 1955). Ou seja, Alcindo Sodré, apesar de ter sido importante defensor e propulsor da rede dos saudosos do Império, não sonhou, pensou e planejou sozinho o projeto de vinculação da cidade de Petrópolis à memória positiva do Império. O sucesso da proposta de Alcindo Sodré, que demorou mais de uma década para se concretizar, esteve relacionado justamente ao encontro entre a estruturação da rede dos saudosos do Império com o momento histórico do Estado Novo, tendo grande relevância os interesses do próprio Getúlio Vargas em vincular sua imagem à do Imperador D. Pedro II. Por fim, cabe notar que essa rede contou com apoio de intelectuais de fora de Petrópolis ligados ao IHGB, como vimos no capítulo anterior.

Ao longo do Governo Vargas, em especial no Estado Novo, houve empenho na recuperação do passado imperial relacionando-o com o momento da República vivenciado com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Nesse sentido, o projeto do Estado Novo buscou estabelecer uma linha de continuidade entre D. Pedro II e o presidente da República, ambos seriam dois “mitos” eleitos pela nação e pela história (HEIZER, 1994). Tal aproximação entre Império e República mostrou-se como vontade pessoal de Vargas, uma vez que buscou aproximar sua figura com traços característicos da personalidade de D. Pedro II, que seria construída pelo próprio Imperador. Nesse sentido, Getúlio Vargas “[...] seria amigo das letras e das artes e daria pleno apoio do poder público aos intelectuais e artistas.” (MONTALVÃO, 2005, p. 75). Dessa forma, podemos notar que a concretização do projeto de consagrar Petrópolis na história nacional com a criação do Museu Imperial mostrava-se alinhado aos interesses do projeto do

Estado Novo, contando, inclusive, com o apoio e patrocínio do presidente da República.<sup>139</sup>

O Palácio Imperial pertencia à companhia Imobiliária de Petrópolis<sup>140</sup> no momento em que foi patrimonializado. Alcindo Sodr  fez contatos pessoais com várias figuras importantes do cenário político nacional para a efetiva o do projeto do Museu Imperial, dentre elas esteve o interventor do estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas. Em setembro de 1938, o diretor-presidente da Companhia Imobiliária de Petrópolis, Américo Mendes de Oliveira Castro, remete correspondência ao Secretário de Finanças do estado do Rio de Janeiro dizendo ter sido procurado diversas vezes por Alcindo Sodr  e Carlos Magalhães Bastos sobre o interesse de aforamento do edifício do Palácio Imperial e respectivo parque para nele ser instalado o Museu Histórico em homenagem ao Imperador Pedro II. Apesar de, a princípio, Américo Mendes não ter interesse em aforar o imóvel, acabou sendo convencido da proposta (MEC-Serviço de Documenta o, ACI-Série *Inventário* RJ 164/2, 1946).

No mês de janeiro de 1939, Getúlio Vargas visitou o Museu Histórico de Petrópolis, tendo demonstrado muita curiosidade e interesse. Foi nessa oportunidade que Alcindo Sodr  sugere ao presidente da República a cria o de um museu no antigo palácio de verão da família imperial. Em 03 de fevereiro de 1939, Ernani do Amaral Peixoto, pelo Decreto n  684, autoriza a aquisi o do denominado Parque Imperial. Meses depois, em 27 de novembro, pelo Decreto-Lei n  44, o estado do Rio de Janeiro transfere o palácio para União, “considerando que o Governo Federal resolveu instalar o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, onde teve histórica residência a antiga Família Real do Brasil.” (MEC-Serviço de Documenta o, ACI-Série *Inventário* RJ 164/2, 1946, p. 6).

Em janeiro do ano seguinte, em 1940, Getúlio Vargas faria nova visita ao Museu Histórico de Petrópolis, informando que seria efetivada a cria o do Museu Imperial. O Decreto-Lei n  2.096, de 29 de março de 1940, cria o Museu Imperial. Poucos dias depois, Alcindo Sodr  seria nomeado seu diretor. Os objetivos norteadores do museu, conforme o Decreto-Lei, eram:

---

<sup>139</sup> A cria o Museu Imperial não seria a única iniciativa que teve   frente Getúlio Vargas no que dizia respeito   valoriza o do passado imperial. A constru o e inaugura o do mausoléu na catedral de Petrópolis em 1939 e sua assiduidade no IHGB são outros exemplos de iniciativas empreendidas no Governo Vargas. Tratamos desse assunto no capítulo 2 desta tese.

<sup>140</sup> Sucessora da intitulada “Imperial Fazenda de Petrópolis” para o aforamento do antigo palácio e o seu respectivo parque (MONTALVÃO, 2005).

- I- recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artísticos referentes a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II;
- II- colecionar e expor objetos que constituam documentos expressivos da formação histórica do Estado do Rio de Janeiro e, especialmente, da cidade de Petrópolis;
- III- realizar pesquisas, conferências e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro, e particularmente, da cidade de Petrópolis (MEC-Serviço de Documentação, *ACI-Série Inventário* RJ 164/2, 1946, p. 7).

O Museu Imperial nasce como instituição voltada à história do Império e à história do Rio de Janeiro, em especial de Petrópolis. No entanto, o Museu Imperial, desde o início de seus trabalhos, mostrou-se como instituição especializada na história do Império. As pesquisas, as conferências, as publicações, o acervo e as exposições dedicaram-se a contar a história do Brasil Império e de suas “personalidades ilustres”, tendo destaque para a família imperial, em especial D. Pedro II. Nesse sentido, a narrativa da história do Império contada no Museu Imperial relacionava-se com a produção historiográfica elaborada pela Comissão do Centenário de Petrópolis, assim como corroborava visões de passado ligadas à historiografia produzida no IHGB,<sup>141</sup> a qual se mostrava zelosa pela imagem das “personalidades ilustres” do Império, impulsionando e propagando narrativas sobre o passado ligado às elites brancas europeias e seus descendentes.

Depois de obras de melhoramentos no antigo palácio, o Museu Imperial foi inaugurado em 16 de março de 1943, justamente no dia em que se celebrava o centenário de fundação da cidade de Petrópolis. Vale destacar que neste mesmo dia seria celebrada missa na Catedral da cidade, e, em seguida, “[...] realizou-se uma romaria ao túmulo de D. Pedro II, onde o prefeito depositou flores como homenagem da cidade ao seu fundador, igual homenagem foi feita ao túmulo do Major Koeler, colonizador de Petrópolis. [...]” (MONTALVÃO, 2005, p. 132). Ou seja, a construção da identidade para a cidade de Petrópolis relacionada também aos imigrantes não trazia grandes riscos à memória para o período imperial que se queria construir a partir, dentre outras ações, da fundação do museu.

Na inauguração do Museu Imperial, compareceram Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, Ernani do Amaral Peixoto, Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentre outras

---

<sup>141</sup> Durante as primeiras décadas do século XX, a historiografia brasileira seria marcada pela produção do IHGB, que prezava, em grande medida, pela escrita da história política, privilegiando “personalidades ilustres” e “grandes acontecimentos”. Para saber mais sobre o assunto, ver Angela de Castro Gomes (2009); Marieta Ferreira (2013); Jamile da Silva Neto (2018).

autoridades políticas (MONTALVÃO, 2005). Neste mesmo dia, o presidente foi homenageado com a estátua de sua cabeça em bronze que foi colocada na estrada principal do Museu Imperial (SODRÉ, 1950). Segundo Bárbara Duarte, essa homenagem significou a “[...] maior representação material da presença do presidente na instituição. [...]” (DUARTE, 2021, p. 85). Podemos pensar que, assim como D. Pedro II, Getúlio Vargas buscou imortalizar seu nome relacionando-o ao patrocínio da cultura nacional de diversas formas. No caso do Museu Imperial, além de seu fundador, Vargas prestaria assistência também depois de sua criação.

Na solenidade, Alcindo Sodré, enquanto diretor, fez discurso afirmando que o Museu Imperial era um novo museu de história nacional. Para Sodré, o Museu Imperial instalou-se em local ideal para suas finalidades, uma vez que era uma construção centenária, sendo a única erguida, até aquele momento, para abrigar um chefe de Estado. Alcindo Sodré assinala que o Brasil era o único país das Américas com um passado monárquico, o que era motivo de “orgulho patriótico” dos brasileiros e “acentuado ciúme de nossos vizinhos por esse passado que eles não tiveram.” (SODRÉ, 1950, p. 185).

Como nos fala Benedict Anderson (2008), os museus, junto aos censos e os mapas, são instituições de poder e intrinsecamente ligados à política. A partir do século XIX, essas instituições passaram a ser fundamentais para moldar a forma como o Estado colonial imaginava os seus domínios. Neste processo, os museus, assim como o censo e o mapa, criariam nos domínios coloniais representações do colonizado imaginadas pelo colonizador, isto é, as imagens do colonizado eram produções discursivas e materiais do colonizador. Para Anderson, houve uma linha de continuidade entre os estados independentes com os seus colonizadores. Segundo Lilian Schwarcz (2014), entre 1870 e 1930, os museus nacionais – o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense de História Natural – desempenharam importante papel nas pesquisas etnográficas e nos estudos das ciências naturais, os quais bebiam das teorias evolucionistas. A partir da década de 1930, em torno dos debates sobre a formação nacional, fortaleceu-se a ideia dos museus históricos, os quais tinham como motivação a construção da história da nação (MONTALVÃO, 2005). Nesse sentido, os museus passariam a ser, em grande medida, instituições fundadas para celebrar e criar ideais de nação. Entendemos que o Museu Imperial beberia nas concepções de classificação de mundo do pensamento colonial, aquele que coloca a Europa e os europeus como ideais a serem seguidos e imitados.

Busca-se atentar para o fato de que as relações coloniais de poder não se limitam aos aspectos econômico-político e jurídico-administrativo das regiões centrais sobre as

periferias, mas também possuem uma dimensão epistêmica, ou seja, cultural (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007). Em outras palavras, como assinala Luciana Ballestrin – conforme constatação de Aníbal Quijano –, “[...] as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. [...]” (BALLESTRIN, 2013, p. 99). Assim, mesmo que tenhamos tido o período monárquico logo depois da Proclamação da Independência com relação ao domínio colonial português, acreditamos que isso não impossibilita utilizar como categoria de análise o conceito de colonialidade, isto porque entendemos que o período imperial aprofunda as relações do Brasil com o legado da colonização, sendo o principal deles a escravidão. A saudade e o orgulho de ter sido uma nação herdeira de um passado monárquico esteve intimamente ligada à vinculação desse passado com as raízes europeias, mais especificamente portuguesas, legadas ao país desde a colonização. A citação de Ernest Renan feita por Alcindo Sodr  sintetiza esse sentimento:

O pior erro   acreditar que se serve a Pátria, caluniando os que a fundaram. Todos os séculos de uma na o são as folhas de um mesmo livro. Os verdadeiros homens do progresso são os que têm como ponto de partida um profundo respeito do passado. (RENAN *apud* Sodr , 1950, p. 185)

Ou seja, busca-se inserir o Brasil no curso do progresso das na es. Um passado glorioso rumo a um futuro grandioso esteve, de várias maneiras, presente na constru o da narrativa sobre o passado histórico de Petrópolis e, ao vincular tal narrativa   institui o de caráter nacional, intentava-se tornar essa ideia de passado e o que ela representava como fator fundamental na constru o nacional.

Ainda em seu discurso na solenidade de inaugura o do Museu Imperial, Alcindo Sodr  afirma que o objetivo do museu não se limitava a reunir e conservar a memória do período monárquico, mas também manter uma se o da cidade de Petrópolis (SODR , 1950). No momento das comemora es do centenário de Petrópolis, o Museu Imperial exibiu sua primeira exposi o especial, cuja temática era a história de Petrópolis. A mostra contou com documentos, fotografias e objetos que narravam a história da cidade, tendo como previsão a dura o de três dias, no entanto, tamanha foi a curiosidade do público que a visita o se prolongou por mais alguns dias (MEC-Serviço de Documenta o, ACI-*Série Inventário* RJ 164/2, 1946, p. 18).

A história de Petrópolis não se tornou a temática central do Museu Imperial. Apesar disso, a rela o umbilical que a história contada para Petrópolis guarda com a

fundação do Palácio Imperial no século XIX pode fazer entrever que o Museu Imperial se tornou símbolo de identidade para a cidade e para os petropolitanos. Desse modo, a despeito de não podermos considerar Petrópolis como um museu de cidade,<sup>142</sup> podemos refletir como o Museu Imperial acaba por formar e conformar na sua materialidade lugar onde as narrativas do passado para a cidade encontram abrigo. Assim, apesar de os moradores de Petrópolis não se verem, em geral, representados no Museu Imperial, este seria importante fator de representação para a vida social da cidade e para os seus moradores.

Para Ulpiano Bezerra de Menezes (2004), o museu de cidade deveria mostrar-se como referência para o conhecimento da cidade tanto no passado quanto no presente. No caso do Museu Imperial, a cidade não é conhecida exatamente pela narrativa contada em suas dependências, no entanto, a construção da história de Petrópolis vincula-se intrinsecamente à narrativa de passado elaborada para a cidade que tem sua centralidade na fundação da residência de verão da família imperial. Tal narrativa se construiu de maneira tão sólida e hegemônica que difícil seria para qualquer morador de Petrópolis descrever sua cidade sem fazer alusão ao Museu Imperial. O artefato, conforme Ulpiano Bezerra de Menezes, é composto não apenas

[...] pelos valores derivados da informação e dos sentidos que lhe são atribuídos, como também alimenta, ele próprio, informação e sentidos que se projetam nas práticas e outras esferas de atuação, produzindo efeitos consideráveis e tangíveis nos comportamentos e no ambiente físico. [...] (MENEZES, 2004, p. 263).

Dessa maneira, apesar de não podermos considerar o Museu Imperial como museu de cidade, podemos considerá-lo como artefato na e para a cidade de Petrópolis, uma vez que se mostra capaz de gerar sentidos para as práticas sociais e representações sobre a cidade para e pelos seus moradores.

Em junho de 1940, Alcindo Sodré envia relatório de atividades para Rodrigo Melo Franco de Andrade.<sup>143</sup> Nele, o diretor do museu começa por afirmar que estava “fora de

---

<sup>142</sup> Para Ulpiano Bezerra de Menezes, “[...] o museu de cidade deve ser referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e no presente), fruí-la, discuti-la, prever seu futuro, enfim, amá-la e preocupar-se com ela e agir em consequência.” (MENEZES, 2004, p. 257). Para o autor, o museu de cidade deve dar conta da cidade, entendida como artefato, campo de forças e representações sociais (MENEZES, 2004).

<sup>143</sup> A seção “Noticiário” do *Anuário do Museu Imperial* compõe-se de relatório anual das atividades do museu. No ano de 1940, o relatório foi destinado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan à época. Nos anos seguintes, o relatório anual seria encaminhado ao ministro do MES. A partir de 1953, surgiu o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

moda” o “museu-bazar”, no qual se encontravam “objetos díspares” com a finalidade de servirem como “mostruários” (NOTICIÁRIO, 1940). Tal ideia de museu deveria, nas palavras de Alcindo Sodré,

[...] ceder terreno ao critério de que o museu deve responder às necessidades de visitantes e conhecedores, isto é, ser um instrumento não só de acúmulo e preservação de um patrimônio espiritual, mas também, o instrumento de ciência, deleite e educação do grande público. [...] (NOTICIÁRIO, 1940, p. 322-3)

Provavelmente Alcindo Sodré busca afastar-se do modelo de museu ligado à Gustavo Barroso, embora não o mencione nominalmente. Aline Magalhães assinala que, nas primeiras décadas de funcionamento do MHN, “[...] a organização dos objetos nas salas respeitava a lógica colecionista de classificação e reunião das peças pela sua espécie. [...]” (MAGALHÃES, 2011, p. 13). Assim, as salas possuíam os nomes das coleções que exibiam, como Sala dos Troféus, Sala dos Trono, Sala dos Candelabros etc. (MAGALHÃES, 2011). Conforme Myrian Sepúlveda dos Santos, o Museu Imperial nasce de concepção inovadora, distinguindo-se da proposta de Gustavo Barroso, na qual se valorizava o “acúmulo de peças e antiguidades”, ao invés disso, preocupava-se em oferecer lazer e garantir a função educativa do museu (SANTOS, 2006).

Alcindo Sodré continua seu relatório criticando frontalmente o critério “antigo de museu”. Segundo ele, o Museu Imperial tinha caráter histórico, mas, naquele momento, os aspectos para esse tipo de museu haviam se alterado, uma vez que, por iniciativa do Governo Federal, foram criados os museus especializados, como Museu das Missões no Rio Grande do Sul, Museu da Inconfidência em Ouro Preto, Museu do Ouro em Sabará e o próprio Museu Imperial em Petrópolis. Isto é, Alcindo Sodré entendia o Museu Imperial como especializado. Nas palavras de Sodré, a instalação na cidade de Petrópolis de um museu no antigo Palácio Imperial foi iniciativa com “muita e rara felicidade”, isto porque

A postura geográfica, a situação climatérica, e, sobretudo, a condição histórica da cidade de Petrópolis, oferecem um ‘habitat’ de eleição para um museu dessa espécie. [...] E melhor acerto não se teria nesse local, que a instalação de um museu histórico especializado sobre o Império, num imóvel que foi a residência de predileção de Pedro II, e o único que até hoje se mandou construir no Brasil, para a moradia de um chefe de Estado. (NOTICIÁRIO, 1940, p. 324)

Segundo Letícia Julião (2009), parece desapropriado nomear os museus da Inconfidência, do Ouro, do Diamante e Regional de São João Del Rey como regionais. A

criação de tais museus estava inserida em uma política pública de preservação, conduzida pelo Sphan, que buscava construir narrativa universalizante para o passado nacional. Desse modo, esses museus lograram “[...] operar a transposição do regional em nacional, um desdobramento previsível no campo museal da concepção de patrimônio nacional desenvolvida pelo Sphan.” (JULIÃO, 2009, p. 155). Para Márcia Chuva, no Estado Novo, a vertente museológica formulada para o Sphan buscou conjugar “[...] as representações espaciais que ao imóvel-sede do museu pudessem ser atribuídas, com o acervo que nele seria exposto.” (CHUVA, 2009, p. 181). Assim, tais museus reuniam objetos considerados de valor histórico e artístico, mostrando-se como comprovatórios da história que se desejava construir. A partir da exibição do desenvolvimento técnico e tecnológico nacional, reivindicava-se a posição de herdeiros do legado pela presença portuguesa, considerada “[...] majoritária no processo de formação de uma herança material nacional.” (CHUVA, 2009, p. 185) Nesse contexto, o Museu Imperial nasce com caráter nacional, logo, podemos pensar na centralidade dele para demarcar a posição de Petrópolis no cenário nacional. Assim como o Museu Imperial conta a história do período monárquico, com enfoque para o Segundo Reinado e a família imperial, ele igualmente serve como catalizador das narrativas sobre o passado histórico de Petrópolis. Desse modo, o Museu Imperial serve, a um só tempo, à cidade e à história nacional.

Era prática do Sphan, consoante Maria Célia Santos, “dar utilidade aos monumentos públicos restaurados”, instalando museus em construções consideradas de valor histórico (SANTOS, 1996, p. 26). Esse foi o caso do Museu da Inconfidência e do Museu do Ouro, os quais foram instalados em prédios vinculados com o tema dos museus (CHUVA, 2009). Tais museus, conforme Alcindo Sodré, eram tidos como especializados, porém, buscavam inserir o tema ao qual se dedicavam na história nacional. Rodrigo Melo Franco de Andrade afirma que o Museu Imperial seria “[...] o exemplo entre nós de uma das mais excelentes adaptações de edifício histórico à finalidade de museu. [...]” (ANDRADE, 1955, p. 270). Há algo fundamental que deve ser notado: a relação umbilical entre a materialidade do antigo palácio de verão da família imperial e a iniciativa considerada bem-sucedida da instalação do Museu Imperial nesse local. Tal simbiose entre a materialidade e o que ela representa mostra-se como central para a compreensão da capilaridade da narrativa saudosa do Império ter encontrado lugar confortável na cidade de Petrópolis. A nostalgia imperial não está presente apenas em Petrópolis, mas foi nesta cidade onde ela encontrou lugar para se multiplicar a partir das

narrativas produzidas para as materialidades que celebram a memória positiva do Império.

Alcindo Sodr e continua seu relatório ponderando que não seria possível pensar na restaura o “pura e simples” da antiga residência de verão da família imperial, uma vez que

[...] o mobiliário, as alfaias e demais utensílios desse palácio, caracterizam-se pela sua modéstia, e outro tanto pelo fato de, em geral, não trazerem sequer o sinal de seu proprietário. O que existia, em número relativamente exíguo, e de maior valor em qualidade e arte, e devidamente autenticado, encontrava-se nos Paços da Corte, e hoje estão disseminados por dois ou três museus, algumas reparti es federais ou nas mãos de poucos colecionadores. [...] (NOTICIÁRIO, 1940, p. 325)

Relatos de época e alguns historiadores que se dedicaram a estudar o cotidiano no palácio atestam que a realeza brasileira teve bem menos rigor nos rituais executados neste lado do hemisfério que naqueles realizados na Europa. Em Petrópolis, tais rituais eram menos rigorosos que na capital do Império (SANTOS, 2009). Nas palavras de Myriam Sepúlveda dos Santos, “[...] A pompa imperial encenada no MI [Museu Imperial] não procurava (como ainda não o faz) refletir a vida palaciana, mas ampliar o cenário teatral. [...]” (SANTOS, 2009, p. 126). Essa teatraliza o do passado encenada no Museu Imperial busca, ao fim e ao cabo, reconstruir o “espírito” de uma época com objetivo de ensinar e entreter os seus visitantes.

Alcindo Sodr e continua o relatório assinalando que o Museu Imperial se mostrava como a “mais adequada casa histórica do país”, e objetivava-se reproduzir “de forma original” cômodos especiais, tais como a Sala do Trono, o Gabinete de trabalho de Pedro II, a Sala de Jantar e o Quarto de Dormir dos Imperadores, contando com as “mesmas peças características” do antigo palácio de verão. Para isso, conforme Sodr e,

Essas peças, de acordo com os traços que lhes são próprios, deverão por isso mesmo oferecer nas disposi es dos objetos, certos detalhes que lhe componham o todo indispensável, como sejam lustres, tapetes, cortinas e reposteiros. (NOTICIÁRIO, 1940, p. 325)

A reunião dos objetos t picos do período imperial para comporem a cole o do Museu Imperial, teria, segundo Alcindo Sodr e, caráter original. Nesse sentido, apesar de o diretor do museu não compactuar com a reprodu o “pura e simples” do antigo Palácio Imperial, ele estava preocupado com a autenticidade das peças e com o caráter original na disposi o dos objetos. Para José Reginaldo Gonçalves, “[...] a ‘aura’ de um objeto

está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. [...]” (GONÇALVES, 1988, p. 265). Segundo o autor, a autenticidade do patrimônio nacional apresenta-se como fundamental para atestar a existência da nação. Os intelectuais do Sphan preocupavam-se com a autenticidade dos monumentos preservados e eram contrários à preservação de bens considerados imitações ou cópias.<sup>144</sup> Dessa forma, cabe colocar o Museu Imperial dentro das políticas públicas de patrimônio da época. Tal busca pela autenticidade sem reprodução de cópias pode ser percebida nas obras de restauração do antigo Palácio Imperial, que não deixou sem alterações a sua estrutura arquitetônica.

Por fim, para concluir seu relatório, Alcindo Sodr  diz serem necessárias medidas legais permitindo os diretores de museus nacionais a requisi o de objetos tidos como de “caráter essencial” existentes em outros estabelecimentos públicos, tais a oes deveriam ser fundamentadas e dirigidas pelo Sphan (NOTICIÁRIO, 1940). A maioria desses objetos foram a leilão e encontravam-se nas mãos de colecionadores, tais como Guilherme Guinle, Lineu de Paula Machado, família Conde Modesto Leal, Vasco de Azevedo Lima, Pedro Paranaguá, dentre outros (SODR , 1950). Conforme Cláudia Montalvão (2005), foram transferidas ao museu peças provenientes do Palácio do Catete, do Palácio Rio Negro, do Ministério das Rela oes Exteriores, do Ministério de Guerra, do Tesouro Nacional, da Casa da Moeda, do Museu Histórico de Petrópolis, do Museu Histórico Nacional, do Museu Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes, da Escola Nacional de Belas Artes, da Faculdade Nacional de Medicina, da Escola Nacional de Engenharia, da Casa de Rui Barbosa e do Parque da Cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Claudia Montalvão (2005), a aquisi o de peças para o Museu Imperial foi realizada através da transferência, da doa o, da aquisi o e da permuta. Conforme a autora, as transferências eram feitas por meio de ofícios que passavam principalmente pelo MES e pelo Sphan. O MHN seria um dos lugares onde se encontravam peças reivindicadas pelo diretor do Museu Imperial. Conforme Aline Magalhães (2004), o MHN teria perdido espaço na representa o do passado imperial com a cria o do Museu Imperial. A partir desse momento, o MHN não seria o único a guardar a memória do Império e teria, por isso, que dividir seus objetos com outros museus, tais como o Museu Imperial e o Museu da Inconfidência (MAGALHÃES, 2004). Claudia Montalvão (2005) destaca que para transferência de peças do MHN para o Museu Imperial foram necessárias

---

<sup>144</sup> Para saber mais sobre esse assunto, ver Márcia Chuva (2009); José Reginaldo Gonçalves (1996; 1988).

intervenções do órgão de patrimônio, na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, do MES, representado por Gustavo Capanema, e, algumas vezes, do presidente Getúlio Vargas. Para Aline Magalhães (2004), essa representaria mais uma derrota de Gustavo Barroso frente ao grupo liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade.<sup>145</sup> Além disso, pode-se pensar que o MHN teria sido preterido logo após a criação do Museu Imperial.

De 1940 a 1952, o Museu Imperial foi dirigido por Alcindo Sodr . Com o falecimento de Sodr , assumiu a dire o por curto período, de 1952 a 1954, Paulo Maurity.<sup>146</sup> Logo em seguida, o Museu Imperial foi dirigido, entre 1954 e 1967, pelo renomado colecionador Francisco Marques dos Santos. No ano de 1955, Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve no Museu Imperial como representante da Se o Brasileira do Conselho Internacional de Museus (Icom). No encerramento desta visita, o diretor da então Dphan e o diretor do Museu Imperial proferiram discursos sobre o encontro. Vale destacar alguns elementos das falas de ambos na ocasião. Nas palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Museu Imperial foi o maior empreendimento promovido pelo Governo Federal no campo dos museus, desde a cria o do MHN. Destaca o fato de a institui o ter sido a mais beneficiada dentre as suas cong neres (ANDRADE, 1955). O diretor do Sphan diz mencionar tal questão “[...] não com o sentimento semelhante ao despeito de irmão menos estremecido [sic] em rela o ao caçula aquinhoado pela predile o paterna [...]” (ANDRADE, 1955, p. 270), mas com o propósito de destacar o papel acertado dos poderes públicos nos investimentos destinados ao Museu Imperial. No começo do discurso, Rodrigo Melo Franco de Andrade destaca que as visitas realizadas periodicamente aos museus nacionais naquele momento tinham como objetivo não são conhecê-los melhor, assim como estreitar rela es com o quadro pessoal destas institui es. Tais falas de Rodrigo Melo Franco de Andrade fazem supor certa distância estabelecida entre o  rgo de preserva o e os museus, uma vez que, ao justificar sua fala sobre os investimentos do Governo Federal no Museu Imperial negando, de antemão, que estava dando ao  rgo de preserva o o lugar de irmão mais velho preterido pelo pai, pode fazer entrever certa rela o de distância traçada entre a Dphan e o Museu Imperial. Além disso, o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade assinala que havia certo desconhecimento e afastamento do  rgo de preserva o em rela o aos museus

---

<sup>145</sup> Para saber mais sobre as disputas que envolveram Gustavo Barroso com o  rgo de preserva o, ver Aline Magalhães (2004).

<sup>146</sup> Paulo Maurity foi presidente da Câmara Municipal de Petrópolis durante alguns dias do mês de outubro de 1949. Não participou da cria o do IHP nem foi membro deste instituto (SILVA NETO, 2018).

nacionais. Nos estudos sobre as políticas públicas de preservação, notamos certo distanciamento nas análises das temáticas que tratam de patrimônio e museu. Podemos nos perguntar em que medida isso ocorreu por conta de afastamento produzido pelo próprio órgão federal de preservação na gestão de patrimônio e museu.

Francisco Marques dos Santos, proferindo discurso logo depois de Rodrigo Melo Franco de Andrade, aproxima a temática de patrimônio e museu quando diz que

O surto da criação de Museus data de 1930 para cá, pela necessidade de proteção do opulento patrimônio histórico e artístico nacional. Assim vimos criados a Diretoria do Patrimônio do qual V. S. é o provecto Diretor, os Museus da Inconfidência, do Ouro e das Missões, além do estímulo e outros em elaboração (SANTOS, 1955, p. 273).

Ou seja, nas palavras de Francisco Marques dos Santos o órgão de patrimônio e os museus estavam inseridos em uma política pública de preservação e serviam ao mesmo interesse, qual seja: proteger o patrimônio histórico e artístico nacional.

Em seu discurso, Rodrigo Melo Franco de Andrade destaca o papel de Getúlio Vargas nos rumos do Museu Imperial, afirmando que

O presidente Getúlio Vargas foi realmente não apenas chefe do governo que assinou o decreto instituindo este Museu e expediu os demais atos administrativos promovendo-o dos recursos que lhe permitiram tornar-se no que é hoje em dia, mas o grande animador da obra aqui realizada. Sua presença pessoal frequente nesta casa, o interesse espontâneo que demonstrou sempre pelo desenvolvimento da instituição assim como a predileção manifesta com que a tratava, fazem do ilustre Chefe de Estado extinto benemérito e inesquecível patrono do Museu Imperial. (ANDRADE, 1955, p. 271-2)

Além das benesses do presidente Getúlio Vargas, o Museu Imperial contaria com inúmeras doações. Segundo Claudia Montalvão (2005), a maior parte do acervo do museu adveio de doações. Francisco Marques dos Santos, concordava que o Museu Imperial havia nascido “sob os melhores auspícios”. Para ele, isso se deu sobretudo pelas ações de Alcindo Sodré, o qual “[...] deixou elaborada a organização e o regimento deste Museu, e de tal modo se houve que até nos parece que nada mais se poderia acrescentar! [...]” (SANTOS, 1955, p. 274). Conforme Cláudia Montalvão (2005), ao longo da sua existência, o Museu Imperial não sofreu grandes modificações na sua concepção, tendo preservado as características impressas pelo seu primeiro diretor.

Francisco Marques dos Santos assinala, em seu discurso, que, do ponto de vista do interesse histórico, a maior emoção mostrava-se quando a motivação das visitas residia

na “[...] evocação do passado e suas figuras, a evocação do ambiente imperial, sua sociedade, homens e costumes.” (SANTOS, 1955, p. 275). O então diretor encontrava satisfação ao ver os visitantes perplexos com o telefone de D. Pedro II, o mobiliário imponente do Senado do Império, a coroa do último monarca brasileiro, adornada com centenas de brilhantes e girando dentro de uma vitrine iluminada. O apelo da exposição da coroa de D. Pedro II pode ser notado não somente pelo seu valor material, assim como por seus significados simbólicos. Conforme Cláudia Montalvão (2005), as peças consideradas mais valiosas para o acervo do museu foram aquelas que representavam o poder imperial, com destaque para as coroas, os cetros, o manto e o trono. Segundo Francisco Marques dos Santos, “[...] Não se dirá que a admiração seja do efeito cenográfico, pois é oriundo do que a coroa representa como fator de evocação histórica.” (SANTOS, 1955, p. 275). Apesar de Marques dos Santos tentar se distanciar da ideia de encenação do passado, a disposição dos objetos e a forma como eles eram ornados dentro do Museu Imperial criavam – e ainda criam – a montagem cenográfica de um passado majestoso para a história do Brasil. A verdade, na concepção de Francisco Marques dos Santos, é que o Museu Imperial “[...] como as paisagens e as riquezas de nossa terra, produzem uma impressão decisiva a respeito de nossa nacionalidade. [...]” (SANTOS, 1955, p. 275). Ricardo Salles, analisando a construção da nostalgia imperial, assinala que alguns mitos sobre o Brasil e os brasileiros foram criados ao longo do Segundo Reinado, sendo relativos à formação da nacionalidade brasileira. Mitos como a grandeza territorial e as riquezas naturais perduraram no imaginário nacional (SALLES, 2013). Dessa maneira, tais mitos da construção nacional seriam reiterados no Museu Imperial, uma vez que, nas palavras de Francisco Marques dos Santos, a exposição do museu era como um portal para o passado imperial, uma vez que “[...] o passado é passado vivo – se há reminiscências, há vida em movimento. [...]” (SANTOS, 1955, p. 275). Assim, no Museu Imperial, a memória confunde-se com a história em um eterno *continuum*. A imagem principal desse cenário são o Imperador e a sua família, duques, marqueses, condes, viscondes, barões compondo a majestosa cena do passado imperial brasileiro. Os escravizados e seus descendentes não participam desse cenário, estão atrás das cortinas, tornando possível e longeva toda cena atuada no palco do Museu Imperial.

Myriam Sepúlveda dos Santos afirma que o Museu Imperial nunca procurou ser uma casa histórica (SANTOS, 2009). Enquanto Cláudia Montalvão (2005) assinala que, conforme os desejos de Alcindo Sodré, o museu tinha como objetivo reunir a memória de personagens e fatos da monarquia brasileira em uma casa histórica. O folheto “Museu

Imperial – Histórico”, publicado no ano de 1946, apresenta<sup>147</sup> a preocupação principal do museu, qual seja: “[...] reconstruir, tanto quanto possível, o que era a antiga residência do Imperador D. Pedro II, em Petrópolis.” (MEC-Serviço de Documentação, *ACI-Série Inventário RJ 164/2*, 1946, p. 3). Neste mesmo folheto, nos informes sobre as obras executadas no museu, orientadas pelo Sphan, esclarecia-se que estavam sendo remodeladas as dependências externas para as futuras instalações das seções de Petrópolis e estado do Rio de Janeiro (MEC-Serviço de Documentação, *ACI-Série Inventário RJ 164/2*, 1946). Podemos notar que, apesar de não ser consensual entre os trabalhos que tratam do Museu Imperial, alguns indícios na documentação que trata da instituição levam a crer que houve preocupação em reconstruir um cenário no interior da antiga residência de verão aproximando-se, em alguma medida, de como era o palácio enquanto foi habitado pela família imperial. No começo dos trabalhos do Museu Imperial, o projeto das dependências para as exposições sobre Petrópolis e o estado do Rio de Janeiro se localizavam na parte externa ao museu, uma vez que seu interior servia para celebrar as “personalidades ilustres” do Império, em especial D. Pedro II e sua família. Isso não quer dizer que houve interesse em retratar o passado imperial tal qual ocorreu, uma vez que se buscava exibir o espírito de uma época, levando em consideração as formas de viver da sociedade imperial do século XIX. Desse modo, a dimensão visual da encenação do passado imperial no museu deve ser levada em consideração, porque seria a partir dela que se alcançaria o objetivo de entreter e educar os seus visitantes.

### 3.1.2 Formas de visualização do passado no Museu Imperial

Ulpiano Bezerra de Menezes (1994) chama a atenção para a centralidade desempenhada pelos acervos nos museus. Segundo ele, a “cultura material” exerce papel crucial na produção e reprodução social. Assim, a cultura material seria fundamental para a apreensão sensorial, empírica, corporal no museu. Desse modo, conforme o autor, a dimensão afetiva mistura-se com a dimensão cognitiva nos museus. Nessa perspectiva, Ulpiano Bezerra de Menezes (1994) entende as exposições como “convenção visual”, nas quais se organizam peças museológicas para produção de sentido. O museu seria, essencialmente, o espaço da representação, que significa apresentar de novo. O ato de

---

<sup>147</sup> A apresentação do folheto foi feita por Luís Afonso d’Escragnolle, o qual dirigiu o Museu Imperial enquanto Alcindo Sodré ocupava o cargo de Interventor da cidade de Petrópolis de 14 de abril de 1945 a 20 de novembro de 1945.

apresentar de novo algo implica a consciência da ausência na representação do que não é mais presente. Nesse sentido, a presença da ausência está em jogo nas representações empreendidas pelos museus e são inescapáveis a essas instituições (MENEZES, 2002). Cabe notar as relações de poder e escolhas envolvidas nas representações do ausente. Os critérios de seleção de objetos, imagens e escritos para comporem uma exposição está intrinsecamente vinculado com relações e posições de poder ocupadas pelos agentes legitimados a fazerem tais escolhas.

O primeiro catálogo do Museu Imperial foi publicado em 1947, não constando autoria, mas provavelmente foi Alcindo Sodr  que o redigiu, isto porque o ano de publicação insere-se no período em que dire o o museu.<sup>148</sup> Consultamos o catálogo na Biblioteca Nacional de Portugal, no entanto, ele também está disponível na Biblioteca do Museu Imperial. O primeiro catálogo foi publicado pelo MES e conta com 44 páginas, sem qualquer imagem para ilustrar as peças que descreve. A publica o inicia-se com um breve histórico da cidade de Petrópolis que vincula a cria o do Palácio Imperial às a es de D. Pedro II, estabelecendo a data de funda o da cidade em 16 de março de 1843 pelo Decreto Imperial – a qual relaciona-se   vitória da rede dos saudosos do Império na querela sobre a data de funda o da cidade no momento das comemora es do centenário de Petrópolis. Faz-se men o às fun es que assumiu a antiga residência da família imperial durante a República e   instala o do Museu Imperial no local. Descrevem-se o plano paisagístico dos jardins de autoria de Auguste Glaziou<sup>149</sup> e execu o de João Batista Binot, assinalando a predominância de plantas exóticas ao “gosto da época”, como palmeiras reais, ciprestes do México, p ndanos de África, palmeiras da Austrália e assim por diante. Além de destacar a Fonte do Sapo, onde as “pessoas de todas as classes” vinham buscar água de D. Pedro II. Ou seja, tanto o caráter admirador de outras culturas e generoso do monarca estavam presentes nos jardins do antigo palácio. A sucinta descri o do plano arquitetônico do palácio mencionava os artistas – João Cândido

---

<sup>148</sup> Cláudia Montalvão (2005) atribui a autoria ao conservador Paulo Olinto de Oliveira.

<sup>149</sup> Auguste François Marie Glaziou nasceu na França em 1833. Formou-se em engenharia civil, tendo estudado botânica no Museu de História Natural de Paris, quando aprofundou seus conhecimentos de agricultura e horticultura. Em 1858, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde acumulou os cargos de Diretor de Parques e Jardins da Casa Imperial e Inspetor dos Jardins Municipais. Teve liga o direta com o Imperador D. Pedro II, o que lhe permitiu participar da maior parte dos projetos paisagísticos empreendidos ao longo do Segundo Reinado, como as reformas do Passeio Público, da Quinta da Boa Vista e do Campo de Santana. Sua atua o em projetos de jardins, praças e parques foi capaz de transformar a paisagem brasileira na segunda metade do século XIX. Permaneceu no Brasil até 1897, aposentou-se e retornou   França, onde morreu em 1906. “Glaziou: o paisagista do Império”. Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/biografia.htm>. Acesso em: 20 maio 2023.

Guilhobel, José Maria Jacinto Rebelo e Manuel de Araújo Porto-Alegre – que haviam dado prosseguimento à obra do major Koeler após sua morte e enfatizava a simplicidade junto à graciosidade da construção. Tal forma de narrar a história do palácio e vinculá-lo à fundação de Petrópolis foi construída e defendida pelos saudosos do Império, como já vimos no capítulo anterior, e seria reproduzida incontáveis vezes e de diferentes formas para contar a história da cidade.

Em seguida, passa-se a apresentação das salas de exposição do museu, contando com descrição dos objetos expostos, e, por vezes, com detalhes de fabricação. Eram elas, conforme a ordem apresentada no catálogo: no primeiro pavimento, o Vestíbulo, a Sala da Imperatriz, a Sala dos Embaixadores, a Sala das Joias, o Corredor Geral – ala esquerda –, a Sala dos Cristais, a Sala de Jantar, as Salas das Porcelanas, a Sala das Conferências – antes Sala de Festas ou de Baile e Música –, a Sala de D. João VI, o Gabinete de D. Pedro Augusto, a Sala do Primeiro Reinado, a Sala das Pratas, o Corredor Geral – ala direita –, a Sala de Miniaturas e Condecorações – conhecida como Sala Dourada –, a Sala do Manto, o Sobrado. No segundo pavimento, a Galeria, a Sala do Berço, o Quarto de Dormir da Princesa Isabel, a Antessala, a Capela – em organização à época da publicação do catálogo –, o Corredor, o Quarto de Dormir de Suas Majestades, a Sala do Trono, a Antessala e o Gabinete de Estudo do Imperador (CATÁLOGO..., 1947).

A descrição das peças das salas de exposição faz entrever o objetivo de se criar uma ambiência da época do Império para o antigo palácio de verão, por exemplo, a Sala de Jantar e a Sala dos Embaixadores contava com mobília que pertenceu ao Paço de São Cristóvão. Além disso, as salas de exposição contavam com vários retratos da família imperial e telas a óleo de acontecimentos e personagens do Brasil Império. A exposição também contava com objetos para ornamentação como cortinas, lustres, candelabros, tapetes. Tais objetos ajudavam a compor a temática das salas junto ao mobiliário. Parte das peças em exposição pertenceram à família imperial, porém, como já foi mencionado, o acervo do museu também foi composto por doações de objetos de colecionadores. Os doadores foram nominalmente mencionados no catálogo do museu, acreditamos que o ato de nomear assume uma dupla função. A primeira diz respeito a relacionar a legitimidade dos renomados colecionadores com a autenticidade das peças em exibição. Além disso, esses doadores, ao serem nomeados, eram reconhecidos pela benfeitoria da doação. Todos saíam ganhando nessa dupla dinâmica de dar ao objeto autenticidade e imortalizar seus nomes como benfeitores da grande obra de comemoração do passado imperial. Tais dinâmicas dos processos de doação, quando problematizadas, dizem

respeito às crenças, valores e formas de ver o mundo de seus autores e daqueles que as recebem (ABREU, 1996).<sup>150</sup>

Além da descrição das salas, o catálogo do Museu Imperial contava com planta baixa dos espaços de exposição. Tanto a descrição dos objetos quanto a planta baixa buscavam dar visualidade da exposição para os leitores do catálogo do museu. Ao final, a publicação contava a impressão de brasileiros e estrangeiros sobre o Museu Imperial. Desse modo, podemos pensar o catálogo da exposição como mais uma forma de materializar e divulgar narrativa sobre o passado imperial brasileiro. O objetivo da publicação dos catálogos era ser distribuído entre instituições brasileiras e estrangeiras, além de ser entregue aos visitantes do museu. Conforme o catálogo, o Brasil Império foi marcado por “grandes acontecimentos” e “figuras imponentes” que dirigiam e povoavam o Brasil. Nessa imaginação do período imperial, não havia espaço para as representações do passado escravista. Apesar disso, devemos citar duas pinturas que indiretamente marcam a presença da temática da escravidão no Museu Imperial. A primeira encontrava-se no Corredor Geral, na ala direita, intitulada “Primeira Emancipação Municipal” de autoria de Pedro Peres. Conforme a descrição da obra,

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro faz, por mãos da Princesa Isabel, a primeira entrega de cartas de liberdade, em número de 54, aos escravos do Município Neutro. A cerimônia realizou-se com toda a solenidade no Salão Nobre daquela Corporação, a 29 de Julho de 1885, dia de aniversário da Augusta Senhora. [...] (CATÁLOGO..., 1947, p. 27)

Já a segunda estava exposta na Sala do Berço, cujo título era “Dom Pedro II ao colo de sua ama”, a autoria da tela foi “atribuída” a Jean Baptista Debret. Cabe notar que, logo após o título da tela, abre-se parênteses com as informações de que o título da obra havia sido “consagrado segunda a tradição e tendo assim figurado na Exposição de Arte Retrospectiva e Monárquica do Brasil, em 1921, e na Exposição Artística Francesa de 1816, esta organizada pelo Museu Nacional de Belas-Artes, em 1940.” (CATÁLOGO..., 1947, p. 32). No livro *Museu Imperial*, Alcindo Sodr  assinala que essa interpretação sobre a referida tela lhe foi dada e repetida por muito tempo. Ao falar da autoria da obra, utiliza a palavra “atribuída”, a mesma usada no catálogo de 1947, logo em seguida assinala que existiam três motivos que iam ao encontro de tal informação, eram eles:

---

<sup>150</sup> Para saber mais sobre os jogos de poder e legitimação que implicam os processos de doação de peças e coleções a museus, ver o estudo de Regina Abreu (1996).

[...] o menino não apresenta os olhos azuis de Pedro II, característica que não escaparia a um artista como Debret, na época residindo entre nós, assim como os cabelos não tem o louro, específico que fora do imperador menino. Por fim, pelo sabido, dom Pedro II não teve ama preta. (SODRÉ, 1950, p. 103-4)

Portanto, no Catálogo de 1947, ambas as peças que fazem, indiretamente, alusão à escravidão reiteram as representações da família imperial abolicionista. A tela que retrata a Princesa Isabel concedendo cartas de alforria vai ao encontro do título de “Redentora” a ela atribuído. Notamos, no entanto, que – a despeito da crítica de Sodré – a tela “Dom Pedro II ao colo de sua ama” foi exposta aos visitantes do museu sem uma legenda criticando tanto a autoria da obra, quanto o fato de D. Pedro II, nas palavras de Sodré, não ter possuído “ama preta”. Pelo contrário, a legenda da tela buscava embasar a autoria da obra atribuída a Debret. Conforme nos fala Michel-Rolph-Trouillot (2016), os silêncios produzem-se a partir de menções. O silenciamento do passado dá-se justamente nessa equação do quanto e como mencionar aquilo que está sendo silenciado. Desse modo, tais pequenas menções ao regime escravista não altera em nada a narrativa principal que se quer contar com a exposição do museu. Stephen Greenblatt entende encantamento como “[...] o poder do objeto exibido de pregar o espectador em seu lugar, de transmitir um sentimento arrebatador de unicidade, de evocar uma atenção exaltada. [...]” (GREENBLATT, 1991, p. 250). O Museu Imperial, desde sua fundação, é cercado por uma aura de autenticidade e excepcionalidade do que exhibe. Assim, mesmo que os objetos expostos não tenham todos pertencido à família imperial, houve preocupação em ser fiel ao espírito de uma época, e, por isso, buscava-se a autenticidade. A partir do catálogo, podemos perceber que as peças expostas contam com poucas legendas e parece que ali os objetos falavam por si mesmos.

O Catálogo de 1967 foi publicado pelo MES, contando com 75 páginas e com imagens em preto de branco. Semelhante ao Catálogo de 1947, traça-se narrativa que liga a fundação de Petrópolis ao ato do Imperador. Além disso, descrevem-se o palácio, o parque e o museu em si, que além de contar com arquivo, biblioteca e auditório, possuía edifício anexo, o qual se localizava próximo ao palácio. No século XIX, o edifício destinava-se à ucharia, à cozinha e às acomodações para os criados do Paço. A partir de 1930, sofreria adaptações e seria transformado nas Salas do Soldado, das Viaturas e da Cidade de Petrópolis, além de abrigar a oficina de restauração e a reserva técnica (CATÁLOGO..., 1967).

O texto introdutório do Catálogo de 1967 mostra-se mais direto e claro quando comparado ao do Catálogo de 1947. Vale notar que tal texto é uma cópia do Guia do Museu Imperial publicado no ano de 1959. Carina Martins Costa destaca que nos guias do Museu Imperial houve “abordagem muito tímida” de temas importante da história do Brasil Império, como a escravidão. Em sua análise, a autora assinala a presença, no Guia do Museu Imperial de 1959, da tela intitulada “Nhonhô ao colo de sua mucama” de autoria desconhecida e sem descrição (COSTA, 2011).<sup>151</sup> Esta é justamente a tela intitulada “Dom Pedro II ao colo de sua ama” presente no Catálogo de 1947. Tal tela não aparece no Catálogo de 1967, enquanto a obra “Primeira Emancipação Municipal” continua a ser exibida na exposição do museu. A pergunta que podemos nos fazer sobre a tela que retrata D. Pedro II no colo de sua ama é o porquê a mesma tela foi exibida com denominações diferentes no intervalo de um pouco mais de uma década. Devemos nos atentar para o momento da publicação dos catálogos: enquanto o primeiro foi publicado em 1947, momento em que Alcindo Sodr  era diretor do Museu Imperial; o outro foi publicado em 1967, quando Francisco Marques dos Santos dirigia o museu. Levantamos a suposi o de que Marques dos Santos, como colecionador e conhecedor de obras de arte, pode não ter concordado em exibir a peça atribuindo-lhe a autoria a Debret. A pergunta que fica   por que, em 1959, a tela estava sendo exibida com o nome “Nhonh o ao colo de sua mucama” e não “Dom Pedro II ao colo de sua ama”? Independente disso, no Catálogo de 1967, reduziu-se   tela “Primeira Emancip o Municipal” a men o, mesmo que indireta,   escravidão. Ao final do Catálogo de 1967, consta o “ ndice de Fotografias”. Nele, podemos perceber que os objetos exibidos por meio de imagens no catálogo eram aqueles relacionados ao período monárquico – em especial o Segundo Reinado – e às insígnias do Império: o manto, a coroa e o cetro. Ou seja, no final dos anos 1960, a exposi o do Museu Imperial continuava contando a história do Brasil Império valorizando as “figuras ilustres” e os “grandes acontecimentos”, com destaque para a família imperial, sobretudo D. Pedro II.

Conforme Myriam Sepúlveda dos Santos, nas exposi es não se preocupou com uma reconstitu o histórica em base científica para retratar o passado imperial. Para a autora, o Museu Imperial não se preocupou em dar explica es ou contar a história do

---

<sup>151</sup> Carina Martins Costa analisa os guias do Museu Imperial em seu trabalho de doutorado. Além dela, Cláudia Montalvão faz sucinta análise dos catálogos e guias do Museu Imperial. Cabe notar que ambas as autoras não fazem distin o entre as publica es catálogos e guias. Para saber mais, ver Carina Martins Costa (2011) e Cláudia Montalvão (2005).

Império, mas sim apresentar aos visitantes uma montagem do que poderia ter sido a residência do Imperador. A história contada no museu não estava interessada nas noções de progresso e evolução, assim, o Museu Imperial escaparia aos cânones atuais da história, que seria reconstituir o passado criticamente do ponto de vista do presente (SANTOS, 2006). Nesse sentido, Myriam Sepúlveda dos Santos afirma que

Os novos caminhos tomados pela historiografia brasileira não parecem ter tido reflexos na concepção adotada pela instituição, que se caracterizou pelo indisfarçável saudosismo de uma época. A partir da década de 30, diversos intelectuais da academia brasileira passaram a criticar o idealismo dos homens do passado e sua alienação em prol de uma análise que, além dos fatores políticos, considerasse as transformações econômicas e sociais. (SANTOS, 2006, p. 101)

Apesar dessas transformações pelas quais a escrita da história começaria a passar mais intensamente a partir dos anos 1930 com a criação dos cursos universitários de ciências humanas e sociais, tais mudanças seriam permeadas de permanências com relação à forma de se conceber o conhecimento histórico anteriormente, intimamente ligado aos institutos históricos, em especial ao IHGB.<sup>152</sup> Nas palavras de Ricardo Salles, a tendência da valorização do período imperial prosseguiria até a década de cinquenta, tendo as décadas de 1970 e 1980 vivenciado uma significativa produção historiográfica sobre o século XIX, em especial no que dizia respeito à escravidão (SALLES, 2013). Tais trabalhos seriam fundamentais para se lançar novas abordagens sobre o período imperial, cabe ressaltar, porém, que o caminho foi longo para se alcançar no campo da escrita da história acadêmica abordagens de relevância e circulação que rivalizassem com a produção historiográfica elaborada pelos intelectuais ligados ao IHGB. Desse modo, mesmo não se preocupando com explicação progressiva da história, entendemos que existe uma narrativa com pretensão histórica que estava sendo contada pela exposição do Museu Imperial, ainda que ela se preocupasse com “[...] um conjunto de objetos que se encontram envolvidos por um forte conteúdo simbólico, com base principalmente na memória dos herdeiros da elite e na moral vigentes no período [...]” (SANTOS, 2006, p. 112). Assim, ao analisarmos o catálogo da exposição do Museu Imperial, notamos que memória e história são amalgamadas. Entretanto, devemos levar em consideração que ao escolher os objetos, planejar, montar a exposição havia ali pretensão de se narrar materialmente a história do período imperial brasileiro. Acreditamos que são essas

---

<sup>152</sup> Esse tema foi analisado detidamente por Marieta de Moraes Ferreira (2013) em *A história como ofício: a construção de um campo disciplinar*.

intensões e possibilidades delas perdurarem no tempo que devem ser levadas em consideração, assim como seus significados para a divulgação da história do Império para o grande público, uma vez que as narrativas sobre o passado não são monopólio dos historiadores acadêmicos.<sup>153</sup>

O museu não foi criado para narrar somente e especificamente a história do Império enquanto D. Pedro II reinou de 1840 a 1889. Apesar disso, o Museu Imperial acabaria por dedicar-se a contar, principalmente, narrativa positiva e saudosa do Segundo Reinado.<sup>154</sup> A teatralização de exposições em museus é reforçada pela relação entre conhecimento e observação, isto é, nessa abordagem, a visão coincide com o conhecimento (MENEZES, 1994; 2002). A escolha das peças e a disposição delas nas dependências do Museu Imperial cria um cenário cheio de símbolos e significados para a evocação do passado imperial. Segundo Cláudia Montalvão,

Essas imagens são resultado de uma construção intelectual, constituem uma estrutura pensada com objetivo de elaborar um lugar artificial de memória, em que as coleções museológicas oferecidas ao olhar, à apreciação estética, devem promover a imaginação histórica como artifício mnemônico e instrumento pedagógico. (MONTALVÃO, 2005, p. 217)

Nesse sentido, o Museu Imperial pode ser pensado como o teatro da memória, mas não devemos descuidar da pretensão desses intelectuais na busca por contar a história do Brasil Império a partir de sua exposição. Cabe notar que o Museu Imperial conta com grande quantidade de visitantes desde o momento de sua criação, atingindo números raramente alcançados por instituições museológicas do país (SANTOS, 2009). Portanto, não foram – e não são – poucas as pessoas que calçaram as pantufas e assistiram ao espetáculo exibido pela exposição do museu. Não podemos perder de vista que o Museu Imperial, desde sua fundação, foi considerado um museu nacional ligado ao Governo Federal. Portanto, a narrativa sobre o período monárquico contada pela exposição do museu almejava ser de caráter nacional – assim como o Museu Paulista e o MHN –, mesmo que possamos questionar tais objetivos em um país de dimensões continentais e com realidades tão díspares pelo território. A despeito disso, notamos que o Museu

---

<sup>153</sup> Além disso, cabe notar as dificuldades inerentes da apropriação dos conhecimentos históricos produzidos dentro da academia. Ulpiano Bezerra de Menezes (2002) e Cecília Helena de Salles Olivera (2013) mencionam tal dificuldade nos museus universitários. A história pública tem como um de seus objetivos diminuir os impactos desses entraves e ajudar na difusão da produção historiográfica acadêmica para o grande público.

<sup>154</sup> Esse assunto foi tratado nos trabalhos de Cláudia Montalvão (2005) e Myrian Sepúlveda dos Santos (2006).

Imperial busca narrar a história hegemônica sobre o passado imperial, a qual se vincula com a própria fundação da cidade de Petrópolis.

Pelos catálogos das exposições podemos notar uma forma de materialização do passado imperial a partir de exibição de objetos. Se nas exposições não se mostrava tão claramente a preocupação com a construção de conhecimento científico, isso ficaria claro nas páginas do *Anuário do Museu Imperial*.<sup>155</sup> Desde o ano de 1940, seria publicado o *Anuário do Museu Imperial*. Segundo o artigo 2º do Decreto-Lei nº 2.096, que criou o Museu Imperial, uma das finalidades da instituição seria:

Realizar pesquisas, conferências e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro, e particularmente, da cidade de Petrópolis. (MEC-Serviço de Documentação, ACI-Série Inventário RJ 164/2, 1946, p. 7)

Assim, podemos perceber que o *Anuário do Museu Imperial* enquadrava-se na finalidade da produção de pesquisas na instituição. Ao longo de suas publicações, será notada preocupação com a produção e divulgação de trabalhos com embasamento científico. Alcindo Sodré, no segundo número do *Anuário*, orgulha-se quanto a sua difusão:

Remetido o primeiro número a várias instituições culturais do país, a conhecidos estudiosos de assuntos históricos, bem como a grande número de bibliotecas, foi ele também distribuído a todas as pessoas que, por escrito, ou verbalmente, manifestaram interesse em obtê-lo. Neste particular, é auspicioso assinalar a grande quantidade de pedidos, vindos de todo território nacional, e mesmo do estrangeiro, como sejam Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Equador. (SODRÉ, 1941, p. 3)

Além de difundir o conhecimento sobre os assuntos tratados no *Anuário*, principalmente relativos ao Império, o então diretor assinala o caráter importante da publicação, qual seja: tornar-se obra de referência científica, a qual interessaria aos

---

<sup>155</sup> O *Anuário do Museu Imperial* foi publicado de 1940 a 1959 sem interrupções. De 1960 a 1970, a publicação contou com edição única, a qual abarcou toda a década de 1960. O *Anuário* dividia-se em duas partes: a primeira composta por artigos do diretor do museu, de funcionários e de colaboradores; e, a segunda intitulava-se “Noticiário”, na qual se descrevia as atividades do museu com a função de ser remetido ao ministério ao qual o museu estivesse ligado. Neste relatório, davam informações sobre o número de visitantes do museu; depoimentos de visitantes brasileiros e estrangeiros; solenidades realizadas nas dependências do museu ao longo do ano etc. Dos anos 1940 a 1970, a publicação manteria seu formato editorial, contando em média com 300 páginas, às vezes publicava imagens em preto e branco, como ilustrações referentes aos artigos e, também, por vezes contava com a impressão de fotografias de visitantes ilustres e eventos realizados no museu. Os números do *Anuário do Museu Imperial* consultados foram aqueles disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Com exceção do ano de 1945, todos os demais anos estão disponíveis. Acesso em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

pesquisadores e às instituições brasileiras e estrangeiras. Ao longo dos anos, a difusão do *Anuário do Museu Imperial* aumentaria, demarcando sua relevância como publicação especializada na história do Brasil Império. Os artigos impressos nas páginas do *Anuário* fundamentavam-se, principalmente, em documentação disponível no Museu Imperial. O museu dispunha de arquivo histórico, biblioteca e discoteca que reunia vasta documentação sobretudo do período imperial.<sup>156</sup>

A preocupação com a produção de conhecimento de base científica esteve presente no *Anuário* desde seus primeiros números. Podemos citar como exemplo o artigo “O grito do Ipiranga na concepção dos artistas”, que conta com imagens em preto e branco, escrito por Alcindo Sodr e e publicado em 1946. Nele, Sodr e faz uma criteriosa análise do contexto histórico em que François Ren  Moreaux e Pedro Américo pintaram a cena histórica denominada Grito do Ipiranga, destacando que o primeiro pinta em 1844, “no amanhecer do Segundo Reinado”, enquanto a obra do segundo data de 1888, “ao apagar das luzes da Monarquia no país”. O então diretor do museu faz pondera es sobre o momento da Independência do Brasil, retratado pelas pinturas, e relaciona com os aspectos da obra de cada artista. Ao final, Sodr e chega   conclusão que era a tela de Moreaux – peça de exposi o da exposi o do museu – que se aproximava mais da “verdade histórica” (SODR E, 1946).

O conhecimento produzido pelos funcionários e colaboradores do Museu Imperial seria divulgado nas escolas. No ano de 1946, Alcindo Sodr e menciona no relatório ao ministro o programa *Em visita ao Museu* que seria transmitido pela Rádio Roquette-Pinto, objetivando nortear professores na orienta o dos alunos nas visitas aos museus (NOTICIÁRIO, 1946). Além disso, no mesmo relatório, o diretor trata das palestras para estudantes que tinham como objetivo o “intuito de despertar entre a juventude, o interesse pelas coisas da História e da Arte do Brasil, estabeleceu o Museu Imperial uma série de palestras para estudantes de curso secundário. [...]” (NOTICIÁRIO, 1946, p. 269). No cont do do curso, podem-se notar as concep es de história presentes no museu. Os assuntos versavam sobre: Heráldica; Armas e bandeiras do Brasil; Arte em geral; Ordens honoríficas brasileiras; D. Pedro II, protetor das ciências, letras e artes; Manuscritos, livros e incun bulos; Arquitetura; Artes industriais: cerâmica, leques e ourivesaria; e, A

---

<sup>156</sup> Os trabalhos publicados no *Anuário do Museu Imperial* dos anos 1940 aos anos 1970 versaram sobre o período monárquico brasileiro. Dedicaram-se, sobretudo, ao Segundo Reinado, com destaque para a figura de D. Pedro II, estadistas e figuras reconhecidas desse período. O processo de forma o de Petrópolis e temas relativos ao Rio de Janeiro encontram-se em poucos títulos da publica o. Nas páginas do *Anuário*, fazia-se questão de se traçar essa ótima rela o entre o monarca e a cidade de Petrópolis.

moeda através dos tempos. Pelos assuntos tratados no curso, notamos que havia interesse em divulgar conhecimento comprometido com a história do Brasil ligada aos “grandes acontecimentos” e “personalidades ilustres”, em que D. Pedro II, os grandes estadistas, as honrarias e o luxo dominavam a cena do passado brasileiro, nutrindo o sentimento nostálgico desses tempos idos.

Na gestão de Francisco Marques dos Santos, também houve iniciativas para aproximação entre escola e museu. Em dezembro de 1956, o diretor relata sobre a reunião com professores secundários que havia acontecido no museu. Por determinação do 1º Congresso de Museus, no qual foi enfatizada a necessidade de integração entre escola e museu, a reunião realizada no Museu Imperial teve como resultado a proposta de curso para professores secundários com objetivo de promover “melhores conhecimentos do acervo do museu” para nortear a visita dos professores com seus alunos (*ACI-Série Obras*, nº 2238, 1957-1958).

No ano de 1955, Marques dos Santos menciona um filme, produzido pelo Museu Imperial, em que apareciam as salas de exposição com a descrição dos “mais importantes” objetos nelas encontrados. Foram feitas reproduções desse filme para ser divulgado em regiões onde ainda não fosse conhecido. Além disso, o então diretor assinala que desejava distribuir a cada universidade ou faculdade dos estados um exemplar para, assim, proporcionar a divulgação do patrimônio histórico e artístico da casa de D. Pedro II. Francisco Marques dos Santos acreditava na divulgação do acervo do museu a partir da produção destas películas. Para ele, deveria ser mostrado aos estudantes brasileiros

[...] a nossa pinacoteca, descrevendo suas telas e trançando o esforço biográfico dos nossos artistas; o histórico das nossas condecorações, das nossas medalhas e seus gravadores, bem como o histórico da porcelana antiga do Brasil, da louça imperial e dos titulares da Monarquia, e ainda o histórico do mobiliário. Estamos certos de que os filmes desta categoria promoverão o conhecimento pela imagem das nossas artes plásticas, e deveriam incorporar-se às filmotecas das instituições culturais, notadamente as universitárias (SANTOS, 1955, p. 274-5).

As concepções do que seria o conhecimento histórico para Francisco Marques dos Santos estavam relacionadas às “grandes personalidades” e aos objetos ligados a elas. Marques dos Santos era um renomado colecionador e conhecedor dos objetos relativos ao período monárquico, inclusive foi importante doador de peças para o Museu Imperial. Em meados dos anos 1950, Francisco Marques dos Santos estava interessado em, além

de divulgar o acervo do museu para as universidades, difundir as visões de história do passado monárquico presentes no Museu Imperial. As lutas de representação do passado imperial para os saudosos do Império deram-se de diferentes maneiras, tendo sido o Museu Imperial um dos redutos onde conseguiram defender e difundir suas concepções de história.

Cabe notar que, nas dependências do museu, foram realizadas palestras, conferências e cursos. Enquanto Alcindo Sodr  esteve   frente da dire o do museu, somente o IHP utilizou o espaço da institui o para tais eventos. No entanto, nos anos de dire o de Francisco Marques dos Santos, o Museu Imperial abrigou atividades tanto do IHP quanto da APL. Provavelmente, os membros da APL não utilizavam o espaço do Museu Imperial para suas atividades enquanto o primeiro diretor dirigiu a institui o por conta dos desentendimentos relativos   data de funda o da cidade de Petrópolis entre Alcindo Sodr  e Ant nio Joaquim de Paula Buarque. Como vimos no capítulo anterior, tais disputas não se reduzem pura e simplesmente   defini o de uma data de funda o para a cidade, mas sim   legitimidade para narrar a história de Petrópolis de acordo com interesses próprios e do grupo ao qual pertenciam. Por fim, nota-se que a UCP, fundada em 1953, também utilizaria as dependências do museu para realiza o de cursos. No ano de 1966, foi oferecido o Curso Varnhagen promovido pela UCP e pelo IHP no Museu Imperial.

Portanto, ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, podemos notar que o Museu Imperial buscou ser local de divulga o e produ o de conhecimento histórico sobre o passado imperial para as escolas e as universidades. Além disso, incentivou eventos e debates sobre temas relativos ao Império em suas dependências, como aqueles organizados pelo IHP e pela APL.

Por fim, o *Anuário* dos anos 1960-1970 traz informa es relativas às comemora es da eleva o de Petrópolis   cidade no ano de 1957. Segundo Cláudia Montalvão (2005), tais comemora es e as atividades ligadas a elas foram promovidas pela Cultura Artística de Petrópolis, pela APL, pelo IHP e pela Comissão do Centenário de Petrópolis. A Comissão do Centenário solicitou colabora o do Museu Imperial, através da Divisão de Documenta o Histórica, para a elabora o do “Curso de Informa es sobre Petrópolis”. Além disso, o Museu Imperial cedeu peças   “Exposi o Industrial e Histórica”, realizada no Palácio de Cristal pela Comissão do Centenário. Neste mesmo ano, seria inaugurada a Sala Petrópolis, destinada a guardar e expor “reliquias históricas sobre a cidade” (NOTICIÁRIO, 1960-1970). Desse modo, podemos

perceber que as iniciativas da Comissão do Centenário de Petrópolis não se restringiram às ações relativas à comemoração do centenário de fundação da cidade, continuando a ser atuante em Petrópolis.

Sem nenhuma menção explícita à escravidão, a narrativa do passado imperial contada no Museu Imperial tem as marcas das ausências. Conforme Ana Cláudia Fonseca Brefe,

[...] uma história dos museus bem equilibrada deve preocupar-se não-somente com aquilo que é preservado, mas também com os restos, ou seja, com tudo aquilo que foi excluído do universo da exposição e da instituição museológica. Balizada entre esses dois polos, mas igualmente preocupada com o universo da recepção, isto é, do público, essa história permitiria perceber quais os interesses e redes sociais que estão em jogo e seus entrecruzamentos com o político. (BREFE, 1998, 287)

O Museu Imperial construiu uma imagem para o Império, e para a cidade de Petrópolis, que valoriza as personalidades da elite do período imperial e ignora, quase excluindo, outros grupos sociais, em especial os escravizados que sustentavam a dinâmica político-econômica do Império. Entendemos que a história do museu não pode ser apartada da história da cidade, uma vez que, conforme a narrativa construída, antes da existência da cidade foi necessário o desejo de se construir um palácio de verão para a família imperial naquele local. Assim, museu e cidade materializam o sonho de um monarca ilustrado e liberal, preocupado com as ciências, com as artes, com o trabalho livre, em suma, com o progresso nacional. Seria também essa ideia de progresso construída para o Segundo Reinado que Getúlio Vargas buscou se apropriar e relacioná-la ao seu governo.

Myrian Sepúlveda dos Santos entende as cidades como espaços de construção da memória coletiva. Para ela, “[...] Se podemos ver a cidade como um teatro da memória, podemos também vê-la representada no museu a partir dessas práticas que dão lhe vida. [...]” (SANTOS, 2007, p. 358). Ao longo dos anos, o público recebeu muito bem tal “fábula do Império”, nas palavras de Myrian Sepúlveda dos Santos, o que “[...] provavelmente fortaleceu a ação de seus sucessores [Alcindo Sodr ], no sentido de preservar a ‘imagem’ em vez de o ‘retrato’ do Império.” (SANTOS, 2009, p. 129). Entendemos a materialidade preservada na cidade de Petrópolis como cenário de inscrição da memória positiva do Império, enquanto o Museu Imperial seria o palco onde acontece a “mágica” da encena o.

### 3.2 O Sphan e os tombamentos em Petrópolis (1930-1960): a reificação da história a partir da materialidade preservada

Para redigir esta seção, partimos do entendimento que as materialidades patrimonializadas pelo órgão de preservação necessitam, antes de qualquer coisa, de uma narrativa histórica para justificar seu valor enquanto bem patrimonial. Se somente em 1981 Petrópolis recebe o título de Cidade Imperial, podemos nos perguntar quais os significados para as materialidades preservadas em Petrópolis ao longo de suas primeiras décadas de atuação do Sphan? Em que medida tais materialidades reiteraram ou não a imagem de Petrópolis ligada ao período imperial? As justificativas para os tombamentos relacionavam-se com o projeto de escrita da história para Petrópolis pensado e difundido pelos saudosos do Império? Para responder a essas perguntas, utilizamos principalmente os processos de tombamento, os quais se mostram como uma das principais fontes utilizadas pelos pesquisadores das temáticas relacionadas às políticas públicas de preservação no Brasil. Tais documentos podem ser entendidos como uma trajetória do bem antes, durante e depois do tombamento. Cabe notar que existem processos de tombamento arquivados – quando um imóvel não é considerado patrimônio nacional, conforme critérios dos agentes do órgão – e cancelados.<sup>157</sup> Os processos de tombamento contam com variados tipos de documentação, como plantas, mapas, fotografias, correspondências, atas de reuniões, artigos de jornal, além dos pareceres dos agentes do órgão de preservação.

Acerca do período da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dirigiu o órgão de preservação de 1937 a 1967, há considerável quantidade de estudos que buscaram analisar as práticas e os significados das ações da instituição e de seus intelectuais no que concerne ao tombamento de um patrimônio material no Brasil. Pode-se dizer que a historiografia sobre as políticas de preservação no Brasil enfatiza a centralidade do período colonial e da arte barroca nas escolhas dos intelectuais que estiveram à frente do órgão de preservação.<sup>158</sup>

Cabe notar, igualmente, a atuação no órgão de preservação dos arquitetos modernistas – técnicos do Sphan – ligados à figura de Lucio Costa, que tornariam sua

---

<sup>157</sup> A partir do Decreto-lei 3.866, de 29 de dezembro de 1941, passou a ser permitido ao presidente da República cancelar tombamentos.

<sup>158</sup> Tais ideias já foram amplamente debatidas nos trabalhos sobre o órgão de preservação brasileiro. Para saber mais, ver: Márcia Chuva (2003; 2009); Maria Cecília Londres Fonseca (2009); José Reginaldo Gonçalves (2002); Silvana Rubino (1996); Mariza Santos (1996).

representação de passado hegemônica na narrativa histórica do órgão de preservação (CHUVA, 2012).<sup>159</sup> Tal visão do passado consistia na ideia de que a arquitetura moderna seria herdeira da arquitetura colonial barroca – presente principalmente na região de Minas Gerais –, pois esta representava a forma “autêntica”, “pura” de construir do brasileiro. Os arquitetos modernistas que estiveram à frente do órgão federal de preservação durante muitas décadas entendiam que era necessário criar uma “nova arte”, inserindo, assim, o barroco mineiro na história da arte universal e a arquitetura moderna como sua herdeira (CHUVA, 2009).

Apontar a centralidade desse período e dessa interpretação para as políticas desenvolvidas pelo órgão de preservação brasileiro acabou se tornando lugar comum nas análises sobre a atuação e os significados das práticas da instituição. Segundo Flávia Nascimento (2016),

A escrita da história era pressuposto da atividade de preservação do patrimônio cultural no Brasil. [...] No caso dos arquitetos ‘modernos da repartição’, fundadores das práticas de preservação, a relação entre materialidade e escrita da história esteve lado a lado das justificativas por proteções legais dos bens selecionados. (NASCIMENTO, 2016, p. 123)

Walter Lowande (2012) destaca o quanto a produção historiográfica ligada ao Sphan tem sido colocada em segundo plano nas análises sobre o órgão. Conforme Lowande, as práticas preservacionistas apoiam-se em uma produção historiográfica, uma vez que “[...] o que deve ou não ser preservado se dá no nível da escrita de sua história, estando então já definidas antes que sejam tombadas oficialmente.” (LOWANDE, 2012, p. 85).

Ou seja, a materialidade preservada por meio das políticas públicas de preservação não prescindia de uma narrativa histórica para justificar sua relevância enquanto patrimônio brasileiro. Tais narrativas eram baseadas, em grande medida, na historiografia construída e difundida pelo IHGB ao longo do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, uma vez que foi o Instituto Histórico o principal e maior produtor de narrativas históricas sobre o Brasil. Mesmo considerando as mudanças sofridas na historiografia produzida pelo IHGB durante as primeiras décadas da República, nesse

---

<sup>159</sup> Conforme Márcia Chuva, essa “primeira versão oficial” da história do órgão de preservação foi publicada, em 1980, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória), intitulada *Proteção e revitalização do patrimônio cultural Brasil: uma trajetória* (CHUVA, 2012, p. 147).

momento, ainda podemos notar significativa preocupação com os “grandes acontecimentos” e “personalidades ilustres” na escrita da história produzida pela instituição.<sup>160</sup>

Apesar do órgão de preservação, nas primeiras décadas de atuação, ter dado destaque ao legado identificado com o barroco-colonial, as concepções de história manejadas pelos agentes do Sphan estavam intimamente relacionadas à escrita da história política. Ademais, cabe destacar que, consoante Silvana Rubino (1996), o “tempo passado” representado pelo Sphan centrava-se nos séculos XVII, XVIII e XIX. Neste sentido, para além dos tombamentos dos bens representativos dos séculos que compreendem o período colonial, a materialidade do Império também receberia destaque dentro do Sphan.

Como vimos no início deste capítulo, o primeiro tombamento em Petrópolis pelo órgão de preservação foi do palácio de verão da família imperial, em 1938, tendo o pedido partido de Alcindo Sodr , que, à época, dirigia o Museu Histórico de Petrópolis em funcionamento no Palácio de Cristal.

No ano seguinte, em 1939, o Palácio da Princesa Isabel, situado na Avenida Koeler, seria inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico. Lucio Costa, que integrava o Conselho Consultivo nesse momento, foi relator do processo de tombamento em questão. Segundo o arquiteto,

[...] considerando, ainda, que as razões existentes para o tombamento do imóvel em questão são de ordem histórico-artística, isto  , que não   apenas a circunstância de estar vinculado a fato ou personalidade memorável da nossa história que determina o tombamento, mas, igualmente ligada a essa, a de ser o edifício um exemplar valioso e característico de certo tipo de constru o e de residência, cuja situa o no terreno constitui elemento integrante do conjunto, como documento arquitetônico e social, e cuja visibilidade deve ser assegurada de ambos os lados da edifica o. (ACI-processo n  194-T-39)

Lucio Costa assinala em seu parecer que o tombamento não tem rela o apenas com o imóvel pertencer às personalidades ligadas ao Império, como também destaca suas características de valor histórico-arquitetônico. O teor desse parecer no final da década de 1930 faz refletir como as correntes de pensamento e a inser o nas redes em que se encontrava o intelectual Lucio Costa podiam trazer características diferentes ao seu

---

<sup>160</sup> Para saber sobre a escrita da história produzida pelo IHGB, ver Angela de Castro Gomes (1996; 2009); Lucia Paschoal Guimarães (1999; 2006; 2011); Manoel Salgado Guimarães (1988; 2011). Para saber sobre a funda o dos cursos superiores de ciências humanas e sociais, ver Marieta de Moraes Ferreira (2013).

parecer daquelas que serão identificadas nos discursos dos intelectuais<sup>161</sup> inseridos no Conselho Consultivo, os quais foram capazes de formar e dar continuidade às redes interessadas em guardar, e ao mesmo tempo difundir, uma versão positiva da história e da memória do Império e de suas figuras políticas. Assim, Lucio Costa, como grande idealizador dos parâmetros estético-estilísticos que nortearam as práticas do órgão de preservação,<sup>162</sup> enfatizará o caráter arquitetônico do bem, sem desprezar o valor histórico da construção.

Data do mesmo ano da patrimonialização do Palácio da Princesa Isabel, o processo de tombamento da Casa do Padre Correia ou Fazenda da Posse, situada à Rua Castro Alves, em Correias. A propriedade foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, não constando, no diminuto processo de tombamento, a justificativa para a preservação da propriedade (ACI-processo nº 196-T-39). Cabe ressaltar que a Fazenda do Padre Correia foi justamente aquela visitada, no começo dos anos 1820, pelo Imperador D. Pedro I. Isto é, a preservação dessa propriedade seria uma das marcas da materialização do projeto de escrita da história para Petrópolis que estava sendo redigido pelos intelectuais da Comissão do Centenário de Petrópolis, como vimos no capítulo anterior.

No ano de 1947, o museólogo e colecionador Sérgio Ferreira da Cunha solicita à Dphan o tombamento de sua coleção de armas, a qual se encontrava em sua propriedade no município de Petrópolis. O chefe da Seção de História, Carlos Drummond de Andrade, opina que o conjunto seria “digno de interesse quanto são raras entre nós as coleções desse gênero”. Sugere a inscrição no Livro do Tombo Histórico e, por último, diz: “sobre a matéria se ouça um especialista douto, senão o próprio Conselho Consultivo” (ACI-processo nº 372-T-47). Colecionador tal qual Ferreira da Cunha, o conselheiro Francisco Marques dos Santos seria escolhido por Rodrigo Melo Franco de Andrade como relator do processo. Anos depois, em 1953, Francisco Marques dos Santos emite parecer favorável ao tombamento da coleção de armas, assinalando que

[...] raros são os colecionadores de objetos de valor histórico ou artístico, existindo aqueles que apenas buscam as coisas decorativas. Raríssimos são os colecionadores de armas norteados por uma

---

<sup>161</sup> No Conselho Consultivo do Sphan, Alcindo Sodré, Américo Jacobina Lacombe, Francisco Marques dos Santos, Pedro Calmon, dentre outros. Ou seja, representantes da rede dos saudos do Império tiveram assento garantido no Conselho do Sphan. Minha dissertação de mestrado analisa esses intelectuais e as redes formadas por eles, em especial o capítulo 3, intitulado “Fundando instituições, expandindo redes: o Palácio/Museu Imperial e o Instituto Histórico de Petrópolis”.

<sup>162</sup> Para saber mais, ver Márcia Chuva (2003; 2009); Maria Cecília Londres Fonseca (2009); Silvana Rubino (1991;1996).

preocupação pelas peças históricas ou artísticas, ou reunindo as duas qualidades. (ACI-processo nº 372-T-47)

A coleção de armas Ferreira da Cunha foi inscrita no Livro do Tombo Histórico em 1953. Em 1957, Sérgio Ferreira da Cunha comunicou ao órgão de preservação que havia transformado a coleção de armas nacionais e estrangeiras em um “museu permanente” em construção que se localizava na estrada Rio-Petrópolis. Cabe notar que no caso desse processo, apesar de haver armas do período imperial, a justificativa para o tombamento da coleção esteve alicerçada no caráter exemplar único dos objetos reunidos pelo colecionador Ferreira da Cunha.

No início dos anos 1950, a Fazenda Samambaia (ACI-processo nº 424-T-50) e a Fazenda Santo Antônio (ACI-processo nº 445-T-51), ambas localizadas no município de Petrópolis, seriam inscritas no Livro do Tombo de Belas Artes. Ambos os processos de tombamento contêm poucas folhas e não deixam exatamente claro de quem partiu a proposição de tombamento. Porém, tanto o processo relativo à Fazenda Samambaia quanto o relacionado à Fazenda Santo Antônio contariam com o mesmo parecer de Lucio Costa, no qual diz proceder a sugestão de tombamento, assinalando que o parque seria um “projeto original” de Glaziou e a casa ainda “guardava as feições primitivas”, incluindo o salão que contava com “valiosa pintura de foro e mobiliário característico da época (2ª metade do século XIX) e deve ser incluído no tombamento alvitado pelo Dr. Calmon” (ACI-processo nº 424-T-50; ACI-processo nº 445-T-51). Ou seja, muito possivelmente o pedido de tombamento da Fazenda Samambaia teria partido do conselheiro Pedro Calmon, embora o processo não conte com a documentação da proposição de tombamento.

O chefe da Seção de Arte, Alcides da Rocha Miranda,<sup>163</sup> encaminha, no final do mês de janeiro de 1950, parecer ao diretor da Divisão de Estudos e Tombamento (DET), Lucio Costa, sugerindo a inclusão da Fazenda Samambaia no Livro do Tombo de Belas Artes, assinalando ser a propriedade uma “Construção do século XVIII, situada no caminho das Minas, nela pousaram viajantes ilustres, como Saint-Hilaire, Mave, Eschwege, Luccock e Castelnau, quase todos sensíveis à beleza do sítio onde se instalara o estabelecimento rural” (ACI-processo nº 424-T-50). Cabe notar que os relatos de tais

---

<sup>163</sup> Alcides da Rocha Miranda nasceu no Rio de Janeiro em 1909. Formou-se em 1932 pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). No órgão de preservação, dirigiu a seção de arte da DET de 1940 a 1978. Foi professor de Arquitetura e Urbanismo da USP. Participou do Conselho Diretor da fundação da Universidade de Brasília (UnB). Faleceu no Rio de Janeiro em 2001 (CHUVA, 2009).

viajantes estavam presentes nos *Trabalhos da Comissão* e serviram como fontes para a escrita da história de Petrópolis.

Quase um mês depois, Lucio Costa responderia o parecer de Alcides da Rocha Miranda emitindo posicionamento que se aproximava ao defendido pelo diretor da Seção de Arte. Lucio Costa assinala em seu parecer que,

Tratando-se de arquitetura residencial no Estado do Rio, convirá inscrever igualmente no Livro do Tombo os dois exemplares de casas de fazenda do século XVIII há muito inventariados com propósito de tombamento: a casa da fazenda de Santo Antônio, de propriedade do Sr. Argemiro Hungria Machado, e a casa de fazenda Samambaia, propriedade do Sr. Antônio Leite Garcia, ambas igualmente reformadas num ou noutro pormenor, mas tanto uma quanto outra exemplares autênticos da melhor arquitetura rural setecentista. (ACI-processo nº 424-T-50)

De acordo com os pareceres, podemos perceber que as justificativas para o tombamento da Fazenda Samambaia e da Fazenda Santo Antônio tiveram relação com as características histórico-arquitetônicas dos bens, uma vez que eram reconhecidas como exemplares de construções rurais do século XVIII. Convém notar que Lucio Costa destaca em seu parecer o fato do jardim da Fazenda Samambaia ter sido projetado por Auguste Glaziou, reconhecido botânico do século XIX responsável pelo projeto paisagístico dos jardins da residência de verão da família imperial. Além disso, o arquiteto Lucio Costa destaca que a pintura do foro e o mobiliário preservado na fazenda eram característicos da segunda metade do século XIX. Igualmente, as personalidades históricas, citadas por Alcides da Rocha Miranda, que haviam estado na mesma fazenda são todas elas pertencentes ao século XIX. Interessante perceber que apesar de todas essas relações dos imóveis com o século XIX, em especial da Fazenda Samambaia a qual se faz tais referências no processo de tombamento, tanto a Fazenda Samambaia quanto a Fazenda Santo Antônio seriam inscritas no Livro do Tombo de Belas Artes, conforme palavras de Lucio Costa, por serem tais edificações “exemplares autênticos da melhor arquitetura rural setecentista”. Apesar disso, tais tombamentos ratificam as visões hegemônicas de passado construídas para Petrópolis, uma vez que preservam as fazendas identificadas na escrita da história para a cidade como embrionárias no processo de ocupação do que viria a ser Petrópolis.

Como vimos no capítulo 1, a Fazenda Santo Antônio foi uma importante propriedade rural escravista, tendo relação com a origem do Quilombo da Tapera. Lourenço Luiz Lacombe escreve artigo, em 1944, para a *Revista do Patrimônio* sobre a

Fazenda Santo Antônio, enfocando a sucessão de proprietários da referida fazenda dando destaque para Agostinho Correia da Silva Goulão, o qual teria prosperado enquanto geriu a fazenda. O artigo de Lourenço Lacombe fala sobretudo do momento em que a Fazenda Santo Antônio pertenceu a Agostinho Goulão durante o século XIX. Lourenço Lacombe integrava-se à rede dos saudos do Império, que buscavam preservar a memória positiva sobre o período imperial e sobre seus personagens. Entretanto, ao passo que estava escrevendo para a *Revista do Patrimônio* nos anos de 1940, não deixou de mencionar as características arquitetônicas do bem em questão, dando parecer que ia ao encontro das observações feitas por Lucio Costa anos mais tarde. Segundo Lourenço Lacombe, com a mudança de proprietário, “A velha casa muito sofreu então, ficando completamente danificada”, porém, depois que passou para as mãos de Argemiro Hungria Machado teria “florescido novamente [...] A casa foi remozada e reformada – restaurada em vários pequenos pormenores que haviam sido mutilados pelos antecessores.” (LACOMBE, 1944, p. 188). Desse modo, percebemos que os intelectuais que integravam a rede dos saudos do Império partilhavam de concepções de patrimônio difundidas pelo órgão de preservação, levando em consideração o critério de restauração que seguia as características tidas como originais do bem.

Ainda na década de 1950, a casa do aviator Alberto Santos Dumont, construída no século XX, seria inscrita no Livro do Tombo Histórico. Conforme Carlos Drummond de Andrade, a vida do “pai da aviação” estaria presente na casa a partir dos “objetos de seu uso e no quadro doméstico que ele idealizou ao seu gosto e feição”. Para o chefe da Seção de História, Santos Dumont era um grande nome para a “História da nossa civilização” (ACI-processo nº 460-T-52). De acordo com levantamento, a casa de Santos Dumont seria o único bem tombamento em Petrópolis pertencente ao período republicano. Cabe notar que o órgão federal de preservação, nas suas primeiras décadas de atuação, esteve interessado em marcar rupturas com o passado recente, isto é, a Primeira República (RUBINO, 1991). Nesse sentido, o Império, mesmo que de forma diminuta se comparado ao período colonial, estaria dentre as preocupações de preservação e construção de narrativas dentro do órgão, sendo o Rio de Janeiro o “lugar da cidade e do estado imperial” (RUBINO, 1991).

Conforme Márcia Chuva, a intenção em inserir o Brasil no rol das nações civilizadas por meio das características da arte brasileira seria preocupação dos arquitetos modernistas que estiveram à frente do órgão de preservação (CHUVA, 2003; 2009). Segundo a autora, intelectuais como Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e

Carlos Drummond de Andrade seriam responsáveis por dar contornos ao patrimônio brasileiro.

Esses intelectuais tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do SPHAN, onde consolidaram todo um pensamento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro, e os gênios fundadores da nação moderna, que se identificavam na crença comum que possuíam acerca da universalidade da cultura e da arte. (CHUVA, 2003, p. 314)

Em seu trabalho, Márcia Chuva está analisando o funcionamento do órgão federal de preservação nas décadas de 1930 e 1940 ao referir-se às intenções de inserir o Brasil no rol das nações civilizadas a partir das concepções de arte e arquitetura construídas e defendidas por tais intelectuais. Contudo, acreditamos que seja possível abranger o entendimento dessa prática de preservação para além dos bens de predileção dos intelectuais do Sphan. Isto é, a despeito da casa de Santos Dumont não ter relação com o legado barroco-colonial, nota-se que o fato de o imóvel ter pertencido ao “pai da aviação” seria suficiente para colocar a residência e seu proprietário no rol da *nostra* civilização, a qual se ligava diretamente com a história da civilização europeia. Além disso, notamos que a preservação da casa de Santos Dumont vai ao encontro da vinculação da cidade ao progresso e ter papel de vanguarda no que diz respeito aos meios de transportes, uma vez que a Estrada de Ferro Petrópolis, primeira construída no Brasil, teve o trecho Porto Mauá - Fragoso inaugurado em 1854 por D. Pedro II, tendo chegado efetivamente a Petrópolis em 1886.

Na década seguinte, em 1960, o historiador Guilherme Auler solicita ao órgão de preservação o tombamento da Praça da Confluência ou de Koblenz, onde se localizava o Palácio de Cristal. Guilherme Auler redige a proposição de tombamento se apresentando, dentre outras coisas, como professor catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Manuel Nóbrega”, do Recife, e sócio de diferentes institutos históricos pelo Brasil, inclusive sócio efetivo do IHGB. Por fim, cita algumas de suas obras, tais como: *Viagem a Pernambuco em 1859 - Diário de Dom Pedro II, A Princesa e Petrópolis, O Imperador e os Artistas, Os bolsistas do Imperador, A construção do Palácio de Petrópolis e O Palácio da Princesa em Petrópolis* (ACI-processo nº 612-T-60).

No ano de 1966, Helio Vianna redige na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* homenagem ao jornalista e historiador Guilherme Martinez Auler. Começando por sua descendência alemã e espanhola, Helio Vianna disserta sobre a trajetória de vida do falecido. Guilherme Auler, nascido no Recife em janeiro de 1914,

estudou no Colégio dos Maristas e, segundo Vianna, “ainda estudante foi, em 1932, um dos fundadores do mensário sintomaticamente intitulado *Monarquia* [...]” (VIANNA, 1966, p. 204). Ao longo da vida, teria dirigido outros periódicos cuja temática relaciona-se ao período imperial, como *Correio Imperial e Tradição*. No ano de 1947, Guilherme Auler passou a residir em Petrópolis, “[...] onde passou a dirigir o diário *Tribuna de Petrópolis*, de propriedade de seu amigo, o Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans-Bragança, atividade em que se manteve até a morte.” (VIANNA, 1966, p. 204). Somado a isso, o referido príncipe ofereceu-lhe o cargo como diretor da Companhia Imobiliária de Petrópolis. Guilherme Auler escreveu e divulgou a história de Petrópolis em diversos espaços, como no *Anuário do Museu Imperial*, na revista *Vozes de Petrópolis* e em conferências no IHP, preocupando-se com as relações entre Petrópolis, o Império e a colonização alemã.

Guilherme Auler redige longa proposição de tombamento elencando as justificativas históricas, além do fato de ser a Praça da Confluência local de lazer para os cidadãos de Petrópolis. Do ponto de vista do interesse histórico da praça, Guilherme Auler retoma o século XIX, levando em consideração: o projeto do major Koeler; ter sido, mais de uma vez, sede de exposições hortícolas realizadas “sob a proteção do Imperador Dom Pedro II, mas de iniciativa da Princesa Dona Isabel”; e, por fim, local onde se instalou, em 1884, o Palácio de Cristal fabricado na França (ACI-processo nº 612-T-60, p. 5). Para embasar seu pedido, o historiador utilizou obras produzidas no século XIX – como *Guia de Viagem* de José Tinoco – e os *Trabalhos da Comissão*.

Ao final de sua justificativa, Guilherme Auler demonstra preocupação quanto ao patrimônio de Petrópolis, uma vez que

Petrópolis tem sofrido as mais impiedosas destruições no seu patrimônio histórico e artístico. A velha Matriz, de construção concluída em 1848, foi demolida em 1926, para abrir-se em rua desnecessária.

A casa-grande de Fazenda do Córrego Seco, em 1943, justamente no centenário do decreto de 16 de março, desapareceu.

E, agora decorridos 115 anos de existência, acha-se ameaçada a Praça da Confluência ou de Koblenz, o local de maior tradição na vida religiosa e na vida social da cidade. (ACI-processo nº 612-T-60)

A Praça da Confluência estaria ameaçada por conta de um acordo feito entre a Prefeitura de Petrópolis e o Ministério da Educação que cedia o seu espaço à Campanha Nacional de Educação Física para construção de uma área destinada à realização de esportes, o Centro de Cultura Física.

Carlos Drummond começa seu parecer afirmando ser Guilherme Auler “autor de valiosos trabalhos sobre aspectos culturais do Segundo Reinado e, notadamente, sobre Petrópolis”. Em seguida, o chefe da Seção de História, emite a seguinte opinião sobre a proposição:

Trata-se, a seu juízo, devidamente fundamentado, do ‘local de maior tradição na vida religiosa e na vida social’ de Petrópolis, ligado como se acha à fundação da colônia germânica e à primeira concentração cívico-religiosa dos colonos ali estabelecidos. E é, além do mais, um dos recantos petropolitanos, cada vez mais raros, em que se oferece à fruição pública um belo conjunto arborizado. (ACI-processo nº 612-T-60)

Carlos Drummond recomenda o tombamento da Praça da Confluência, porém, ao final de seu parecer, diz caber o pronunciamento do Conselho Consultivo. Pouco tempo depois, Rodrigo Melo Franco de Andrade escolhe como relator do processo o conselheiro Miran Latif de Barros, o qual foi favorável ao tombamento. Segundo o relator,

Quanto ao tombamento do Palácio de Cristal, bem como de toda a área arborizada que lhe é contígua, opino em favor do tombamento pelas muitas razões invocadas pelo requerente historiador Guilherme Auler e principalmente por representar no mundo inteiro o Palácio de Cristal marco de uma época. (ACI-processo nº 612-T-60)

Miran Latif continua sua justificativa defendendo a importância do Palácio de Cristal frente às nações europeias, uma vez que o objetivo de empreendimentos desse tipo era “mostrar que no Novo Mundo tudo já não tão imaturo, para assim atrair maior massa de imigrantes de uma Europa superpovoada e super capitalizada.” Além disso, o conselheiro destaca que “O Palácio de Cristal seria, além do mais, cenário das mais belas festas de verão da corte imperial e nos primeiros anos da república” (ACI-processo nº 612-T-60). Desse modo, o Palácio de Cristal, conforme o pedido e as justificativas para o tombamento, estava ligado ao progresso, à família imperial, aos colonos alemães, e, por último, destaca-se também as características naturais do bem, quando se faz menção às árvores. Podemos notar, assim, que a preservação do Palácio de Cristal consubstanciava características caras à escrita da história para a cidade.

Curioso notar que o processo de tombamento conta também com parecer de Pedro Calmon sobre o assunto, apesar deste não ter sido relator do processo. Diferente do engenheiro Miran Latif de Barros, que dá mais enfoque para a questão de ser o Palácio de Cristal uma moderna construção de seu tempo, o historiador Pedro Calmon enfoca o fato de ser aquele local

[...] muito mais do que uma relíquia arquitetônica: é uma reminiscência rara e valiosa dos costumes, da educação social, da civilização pioneira que fizeram daquela corte serrana um fator de alta importância para o progresso material da nação. (ACI-processo nº 612-T-60)

Assim como o historiador Guilherme Auler, Pedro Calmon, mais um integrante da rede dos saudos do Império, levava em consideração ter sido a Praça da Confluência em Petrópolis local da memória do período monárquico, enfatizando o quanto a cidade esteve intimamente ligada ao ideal de progresso nacional. Ou seja, tais justificativas reiteram as narrativas para o passado de Petrópolis que o relacionam aos ideais de progresso e civilização, representados pela presença da corte e dos imigrantes alemães na cidade.

O processo de tombamento nº 612-T-60 conta com várias páginas, sendo a maioria delas artigos de jornais da cidade de Petrópolis. Houve intensa discussão à época nos periódicos petropolitanos, em que claramente os jornais colocavam-se favoráveis à construção do Centro de Cultura Física e contra a preservação do local. Em mais de um artigo de jornal, a proposição de tombamento foi identificada como uma atitude ligada aos “tradicionalistas”. No *Jornal de Petrópolis*, com o título “Confissão de um defensor omissos”, Guilherme Auler foi acusado de “sabotador” e de ter sido “autor da qualificada manobra tradicionalista” (ACI-processo nº 612-T-1960, fl. 68). O historiador Guilherme Auler também usaria a imprensa para se defender, tendo, inclusive, tornado pública sua justificativa para o pedido de tombamento da Praça da Confluência.

De acordo com os jornais, a preservação do patrimônio seria um empecilho para o progresso de Petrópolis. No *Jornal de Petrópolis*, em agosto de 1960, a matéria “Faremos um ginásio à altura de Petrópolis” coloca em oposição os “defensores do Palácio de Cristal e da Praça da Confluência” e os defensores da construção do Centro de Cultura Física, aqueles que defendiam e homenageavam “a memória dos colonos e que, decerto, receberia a aprovação do major Koeler, que era um espírito progressista.” (ACI-processo nº 612-T-60, fl. 136).

Relacionar a preservação do patrimônio à limitação do progresso não é uma especificidade do caso do tombamento da Praça da Confluência/Palácio de Cristal. Porém, cabe notar que, nos artigos dos jornais de Petrópolis, o progresso e o desenvolvimento relacionam-se aos colonos, enquanto a tentativa de manter a tradição estava ligada àqueles que buscavam preservar a memória do Império em Petrópolis. As manchetes dos jornais falavam muito mais em nome do “povo” que em nome próprio,

poucos artigos tinham autoria, como em “O povo deseja conhecer o projeto do ginásio”, veiculada pelo *Diário de Petrópolis*. Contudo, quando se faz a leitura do processo de tombamento, notamos que esse “povo” não se mostra como um bloco homogêneo, e sim identificamos disputas por qual memória e quais interesses seriam levados em consideração no desfecho dos eventos relacionados à construção do Centro de Cultura Física ou à preservação do conjunto urbano e paisagístico da Praça da Confluência. Nesse sentido, apesar de o projeto de escrita da história dos saudos do Império ter conseguido se impor como hegemônico, as disputas pelos significados da memória construída para a cidade de Petrópolis podem ser identificadas ao longo do tempo. Inclusive, a disputa pelo nome do local proposto para tombamento pode ser notada neste momento, uma vez que ora era denominado como Praça da Confluência – nome ligado aos alemães –, ora como Palácio de Cristal – denominação relacionada à família imperial.

Os conflitos quanto à preservação da Praça da Confluência/Palácio de Cristal também se davam a partir de representantes políticos, primeiramente pelo próprio prefeito, Nelson de Sá Earp, que era notoriamente contra o tombamento da praça e favorável à construção do Centro de Cultura Física. Mas não apenas o prefeito era contra a preservação. Em artigo veiculado pelo *Jornal de Petrópolis*, tendo por título “Foi uma vitória da Monarquia”, emite-se a opinião do vereador Oliveira Costa quanto ao tombamento do Palácio de Cristal: “Isso foi uma vitória da Monarquia em Petrópolis!” (ACI-processo nº 612-T-60, fl. 149). Isto é, a construção do Centro de Cultura Física estava sendo relacionada aos alemães, os quais representavam o progresso na cidade; enquanto a preservação da Praça da Confluência/Palácio de Cristal relacionava-se aos defensores da memória do Império na cidade. Portanto, podemos notar as lutas entre diferentes agentes – incluindo representantes do Estado – na construção de narrativas para as materialidades que representariam a cidade. O grupo que pudesse impor sua visão de mundo sobre o passado da cidade poderia, mais que ter seus enunciados aceitos e partilhados, arbitrar sobre o futuro das materialidades. Apesar de o anúncio da vitória da monarquia ter se dado no jornal no ano de 1960, somente em 1967 o prefeito de Petrópolis, à época Paulo Gratacós, anuiu o tombamento do Praça da Confluência/Palácio de Cristal, conjunto que seria inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo de Belas Artes.

A *Tribuna de Petrópolis*, em maio de 1967, veicularia reportagem sobre a restauração do Palácio de Cristal, cuja reforma deu-se a partir de um convênio entre a

Prefeitura de Petrópolis e o Ministério da Indústria e Comércio. Seu ministro, Edmundo Macedo Soares, diria sobre a cidade que

[...] Petrópolis é um brinco; Petrópolis é uma joia; isto está nas mãos dos Poderes Municipais, aqui presentes. Eu os felicito e lhes digo: em tudo que estiver ao alcance deste Ministério, nas minhas mãos, eu farei para auxiliar a sua administração e para que Petrópolis mantenha o lugar que ela tem entre as cidades de veraneio do Brasil, que é um dos prediletos que ela possui, não sendo o único, pois hoje é também uma cidade universitária, além de ser uma cidade industrial e uma cidade que serve de abrigo a milhares e milhares de fluminenses e de filhos de outros Estados, que ali produzem para o nosso país. (ACI-processo nº 612-T-60, fl. 161)

Pelo discurso do ministro, e não só por este como também pelas matérias de jornal veiculadas à época das discussões sobre o tombamento da Praça da Confluência/ Palácio de Cristal, podemos identificar as disputas pela memória de Petrópolis. Ou seja, o empenho da rede dos saudosos do Império em construir e tornar hegemônica a narrativa sobre o passado de Petrópolis vinculado diretamente ao Império gerou muitos frutos, sendo o Museu Imperial um deles. No entanto, isso não quis dizer que as disputas em torno das memórias que melhor representariam o passado de Petrópolis cessariam. Assim, mesmo que a memória dos alemães fosse autorizada pela história construída para a cidade, alguns grupos não se mostravam satisfeitos, uma vez que vinculavam as raízes de Petrópolis ligadas diretamente ao passado imperial como sinônimo de atraso. Por isso, buscavam outros atributos e características para valorar Petrópolis que não somente o fato de ter sido local onde a família imperial e renomados estadistas do Império encontravam-se no século XIX principalmente nos meses de verão.

No *Diário de Petrópolis*, em 21 de agosto de 1960, exige-se posicionamento do IHP, alegando que a “[...] opinião, também seria útil, nesse famoso e irrequieto vandalismo, praticado contra um excelente repositório de amor aos inolvidáveis colonos, nossos ancestrais [...]” (ACI-processo nº 612-T-60, fl. 77). A derrubada de árvores na Praça da Confluência, autorizada por José Kopke Fróes, inspetor de Ensino e membro do Conselho Municipal de Desportos, foi interpretada como ato de vandalismo, conforme trecho da matéria do jornal. Não temos informação se o IHP manifestou-se quanto ao corte das árvores centenárias, porém, podemos pensar que uma forma de resposta aos eventos relacionados às discussões sobre o tombamento da Praça da Confluência/ Palácio de Cristal seria dada pelo instituto dois anos depois, quando fez sugestão ao órgão de

patrimônio para a preservação da Avenida Koeler em 1962, colocando-se, assim, favorável à preservação dos bens localizados na cidade.

Os tombamentos realizados pelo órgão de preservação entre 1930 e 1960 em Petrópolis reiteraram, em grande medida, a narrativa construída para vincular a cidade ao passado imperial. Mesmo que tal relação não tenha sido feita de forma direta pelas justificativas dos bens tombados, percebemos que a materialidade preservada contava a história de uma cidade ligada ao Império, aos imigrantes alemães, ao progresso. Os tombamentos vão ao encontro das narrativas sobre a ausência de escravizados e seus descendentes na cidade de Petrópolis, visto que nenhum deles faz qualquer alusão a essa população na materialidade da cidade. Cabe notar que ignorar a participação de escravizados, seus descendentes e indígenas na materialidade preservada pelo órgão federal de preservação foi uma constante para os tombamentos realizados nesse período. Tal situação começaria a passar por algumas transformações no final dos anos 1970. Portanto, o órgão federal de preservação corroborou, a partir da materialidade preservada, com a narrativa saudosa do Império para Petrópolis.

Desse modo, o patrimônio preservado e o Museu Imperial narravam o passado da cidade de forma a fazer coro à escrita da história produzida para Petrópolis no final dos anos 1930 e início da década de 1940. Tais formas de narrar o passado – pela escrita da história, pelo museu e pelo patrimônio – intercambiavam-se e eram dependentes umas das outras. A fundação do Museu Imperial e os tombamentos para a cidade davam dimensão nacional às visões do passado imperial para Petrópolis. Entretanto, os significados sobre o passado estão sempre em disputa e, por isso, veremos no próximo capítulo que a memória para a cidade de Petrópolis continuaria em discussão no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Cabe notar que essas disputas são atravessadas pelo peso e pela longevidade da narrativa para Petrópolis ligada à memória positiva e saudosa do Império.

## CAPÍTULO 4

### **Entre permanências e mudanças: a Spahn e o Museu Imperial na reatualização da memória do Império em Petrópolis**

Vinculada, como nenhuma outra, ao período imperial brasileiro e a tantos fatos memoráveis da história política do país (sede, inclusive, de tratados internacionais), na qualidade de capital da República que foi, por uma temporada e, a partir de então, sede das decisões governamentais nos meses de verão, Petrópolis possui excepcionais méritos históricos.

Dora Alcântara, Processo nº 662-T-62, v. III

No ano de 1962, o IHP, na figura de Lourenço Luiz Lacombe, solicitou ao órgão federal de preservação, o tombamento de parte da Avenida Koeler na cidade de Petrópolis. A história da preservação no município começaria décadas antes com a preservação do antigo Palácio Imperial, que logo em seguida abrigaria o Museu Imperial, como vimos no capítulo anterior. Anos mais tarde, em 1977, parte do Conselho Municipal de Cultura de Petrópolis pediu de extensão de tombamento da cidade serrana. Entendemos que a construção da imagem positiva do Império e de sua família, alicerçada e reiterada nas narrativas para a materialidade da cidade começam a ser amplamente disputadas e discutidas, durante o período republicano,<sup>164</sup> com a Comissão do Centenário de Petrópolis que foi responsável por construir um projeto de escrita da história para Petrópolis e seria responsável também por vários desdobramentos no que dizia respeito à multiplicação de espaços de circulação e de difusão dessas narrativas positivadas para o passado imperial, vinculando-o à fundação de Petrópolis. Algumas dessas iniciativas já foram tratadas em capítulos anteriores, como a fundação do IHP e do Museu Imperial. Nesse sentido, identificamos a criação da Comissão para as comemorações do centenário da cidade de Petrópolis como momento de disputa pelos significados de fundação da cidade e articulação de redes capazes de sustentar a narrativa que ligava Petrópolis a D. Pedro II e ao Império de maneira saudosa, enquanto o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi identificado como momento de reatualização e consagração dessa memória, uma vez que, em 1981, Petrópolis recebeu o título de Cidade Imperial em meio às discussões sobre a extensão de tombamento da cidade.

---

<sup>164</sup> Tais investimentos na memória positiva do Império partiram também do próprio Imperador. Assim como a relação entre Petrópolis e o passado imperial já vinha sendo construída desde o século XIX com a produção de narrativas sobre a cidade de Petrópolis pelos relatos de viagem e pelo IHGB. Esse tema foi sucintamente tratado no capítulo 2 desta tese.

Neste capítulo, nos interessa, além de investigar os significados atribuídos às materialidades preservadas na cidade de Petrópolis no final dos anos 1970 começo dos anos 1980, também analisar a atuação do Museu Imperial nesse processo de reatualização da memória imperial para a cidade de Petrópolis neste período, levando em consideração o papel do seu diretor, Lourenço Lacombe, como importante agente nesse processo. Entendemos que tal memória vinha sendo delineada para Petrópolis desde os anos 1930, sendo a força dessa narrativa alicerçada nos múltiplos espaços de difusão para ela construídos. A primeira pergunta que nos fizemos para a construção desse capítulo foi: como em momento de diversas transformações no campo do patrimônio e do museu – transformações que estavam em direto diálogo com as mudanças vividas na esfera social e cultural – encontramos, na cidade de Petrópolis, narrativa para as materialidades preservadas e exibidas no Museu Imperial que reiteravam memória saudosa e positiva do passado imperial? Neste capítulo, buscaremos mostrar a capilaridade no tempo e no espaço da narrativa saudosa do Império para a cidade de Petrópolis, mesmo que sofram algumas alterações nesse momento. Portanto, estamos também interessados em identificar e analisar as mudanças na forma de significar as materialidades preservadas pela Sphan e expostas no Museu Imperial. Além de, por meio dessas agências, ser possível dimensionar o alcance nacional de tais narrativas, porque se tratam de órgãos nacionais de salvaguarda do patrimônio.

Mudanças nos paradigmas da preservação já vinham sendo anunciadas desde a gestão de Renato Soeiro, que dirigiu o Iphan de 1967 até o ano de 1979, apesar disso pouco ser evidenciado na historiografia sobre patrimônio brasileiro. O processo de realização do binômio *regionalismo e descentralização*, que se fazia presente tanto no órgão de preservação quanto na estruturação do Estado, encontraria em Renato Soeiro “peça chave nesse contexto com seu protagonismo nas redes de agentes envolvidos com as novas diretrizes das políticas culturais.” (CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 86).

Se a atuação de Renato Soeiro mostra-se pouco explorada e obscurecida na historiografia sobre o campo da preservação no Brasil, o curto período da gestão de Aloisio Magalhães, de 1979 a 1982, é tratado como central para o começo das transformações e das renovações no campo das políticas públicas de preservação no Brasil.<sup>165</sup> Com Aloisio Magalhães na direção da Sphan, essa historiografia afirma ter

---

<sup>165</sup> A gestão de Aloisio Magalhães foi tratada, dentre muitas outras obras, nestes trabalhos: Maria Cecília Londres Fonseca (2009); Lia Motta (2000); Marcia Sant’Anna (2014); Laís Lavinias (2014).

havido destaque para a participação da comunidade no processo de seleção e significação do que seria patrimônio cultural. Além disso, Aloisio Magalhães teria procurado se empenhar na construção da noção antropológica de patrimônio, a partir do alargamento da noção de bem cultural (SANT'ANNA, 2014).<sup>166</sup>

Cabe notar que os sítios urbanos se tornarão foco na gestão de Aloisio Magalhães, tendo como consequência o início do processo de valoração das cidades pelo seu caráter documental, e não mais apenas pelo seu valor estético-estilístico. Em outras palavras, os agentes do órgão de preservação começaram a subverter o paradigma da cidade-monumento, preso aos padrões estéticos baseados em dada visão da “boa arquitetura” (CHUVA, 2009), passando ao emprego do conceito de cidade-documento, levando em consideração o caráter histórico do processo de formação das cidades.<sup>167</sup> Segundo Marcia Sant'Anna, no final dos anos 1970, já se percebia a preservação de sítios urbanos como “instrumento de política urbana destinado a suprir necessidades e solucionar desigualdades sociais.” (SANT'ANNA, 2014, p. 253).

No seio dessas discussões dentro do órgão de preservação, seria debatido o processo de extensão de tombamento da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, no final dos anos 1970 e início da década de 1980. Nesse processo, participaram, além do órgão federal de preservação, vários outros agentes e agências que discutiram e disputaram quais bens seriam representativos da Cidade Imperial, título que Petrópolis receberia em meio às discussões em torno da extensão de tombamento encabeçada pela Sphan.<sup>168</sup>

A primeira pergunta que poderá vir à cabeça do(a) leitor(a) será: Petrópolis receberia o título de Cidade Imperial apenas no começo dos anos 1980? Talvez a forma como Petrópolis apresenta-se hoje aos olhos dos turistas, quiçá também dos moradores

---

<sup>166</sup> O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi fundado em 1975, dentro do ministério da Indústria e Comércio, e dirigido por Aloisio Magalhães. Segundo Márcia Sant'Anna, dentre os objetivos do CNRC estava “[...] colocar a questão da identidade nacional a serviço da elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado à realidade nacional.” (SANT'ANNA, 2014, p. 263). No ano de 1979, o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fundiu-se com o CNRC e com o Programa Cidades Históricas, estabelecido em 1973. Criou-se, neste momento, a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) pela Lei nº 6.757 do ano de 1979, inclusive foi nesse momento que o Iphan – ou seja, instituto – seria transformaria em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aloisio Magalhães assumiria a direção da FNPM e, com isso, segundo Sant'Anna, haveria uma renovação administrativa e conceitual no órgão federal de preservação (SANT'ANNA, 2014).

<sup>167</sup> Para saber mais detidamente sobre os conceitos cidade-monumento e cidade-documento, ver Marcia Sant'Anna (2014).

<sup>168</sup> Outras agências se envolveram nesse processo, tais como o Inepac, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), a Prefeitura Municipal de Petrópolis, além da comunidade petropolitana com destaque para a Appande. Neste capítulo, vamos tratar especificamente das ações da Sphan e do Museu Imperial nesse processo. No entanto, outros enfoques podem ser dados para tratar da temática da extensão de tombamento de Petrópolis, como as relações dessas ações com questões de política urbana, assim como o interesse do turismo nessas discussões.

mais jovens, é como uma cidade longeva e indubitavelmente comemorativa dos tempos do Império brasileiro e, em menor medida, cidade de imigrantes alemães. Busco destacar neste capítulo a continuidade das disputas pelas memórias que melhor representariam a cidade de Petrópolis, e que ainda assim foi sobretudo a memória saudosa do Império celebrada nas materialidades preservadas e nas exposições do Museu Imperial no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, momento que pode ser identificado como de afirmação e de reatualização da memória elitista e saudosa do Império para a cidade petropolitana. Memória essa que celebrava o fausto do período monárquico, a grandeza da família real, sobretudo de Pedro II, e ignorava as marcas da sociedade escravista no passado – e conseqüentemente no presente – brasileiro. Desse modo, algumas das perguntas que nos movem são: como em momento de efervescência de mudanças no cenário nacional e no órgão de preservação, teria sido, principalmente, a memória elitista, branca e europeia celebrada com a extensão de tombamento da cidade de Petrópolis? Qual foi o papel do Museu Imperial nesse processo? Para se consolidar uma memória hegemônica, outras memórias tornaram-se secundárias ou rejeitadas. Que memórias foram essas?

Para responder tais questões, utilizaremos, sobretudo, o processo de tombamento nº 662-T-62, disponível no Arquivo Central do Iphan. Composto por nove volumes e dois anexos com generoso número de páginas, essa documentação foi a principal fonte utilizada para construção do entendimento do papel do órgão federal de preservação na reatualização da memória saudosa do Império para Petrópolis por meio dos sentidos atribuídos às materialidades preservadas na cidade, além de possibilitar a compreensão das agências e dos agentes envolvidos nesse processo. Para analisar o papel do Museu Imperial nesse momento, utilizamos catálogos de exposições exibidas no museu, que nos permitiu analisar os sentidos das materialidades expostas e relacioná-los com a memória em construção a partir da extensão do tombamento da cidade. Além dos processos de tombamento e dos catálogos de exposição, utilizamos artigos da *Revista do IHGB*, do portal *online* do IHP e o *Anuário do Museu Imperial*.

**4.1** O tombamento do conjunto urbano-paisagístico da cidade de Petrópolis: o processo de materialização da memória positiva do Império para Petrópolis

**4.1.1** A mobilização pela defesa de Petrópolis: os saudosos do Império dando o pontapé inicial

No ano de 1962, Lourenço Luiz Lacombe, diretor do IHP à época, envia à Sphan pedido de tombamento do imóvel à Avenida Koeler, que havia pertencido ao Visconde de Silva. Além do palacete, Lourenço Lacombe sugere que seja tombada toda a Avenida Koeler e a Praça Princesa Isabel, tendo em vista preservar o conjunto que tinha como limites a UCP e a Catedral de Petrópolis. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 2)

Paulo Thedim Barreto, diretor da DET à época, opina contra o tombamento específico do edifício, uma vez que, segundo ele, não possuía as características previstas no Decreto-Lei nº 25/37. Porém,

Julgamos de interesse o tombamento urbano-paisagístico das vias centrais seguintes: Praça D. Pedro II, Av. Sete de Setembro, Praça Visconde de Mauá, Av. Tiradentes, Rua Raul de Leoni, Rua Ipiranga, Rua São Pedro de Alcântara, Praça Princesa Isabel, Av. Koeler, Praça Rui Barbosa (atual da Liberdade), Rua Barão do Amazonas e Rua Roberto da Libeira (atual Primeiro de Março). Esses são os logradouros mais nobres da urbanização petropolitana com fundo paisagístico ainda pouco alterado, dignos de serem preservados no desenvolvimento natural [ilegível] à cidade. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 3)

Diferente da posição do diretor da DET, a sugestão do diretor do IHP foi acatada por Rodrigo Melo Franco de Andrade que enviou, em 1964, depois de passados quase dois anos do pedido, correspondência para o prefeito de Petrópolis informando sobre a possibilidade da inscrição da “área urbanística da Avenida Koeler” e pedindo posicionamento sobre a proposta de tombamento, levando em consideração, segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, “os objetivos da administração municipal, bem como o interesse público da preservação do aspecto tradicional de um dos mais expressivos logradouros de Petrópolis” (ACI-processo nº 662-T-62). Apesar de ter tido resistência ao tombamento,<sup>169</sup> o prefeito de Petrópolis, Flávio Castrioto de Figueiredo e Mello,<sup>170</sup>

---

<sup>169</sup> O prefeito alega que “não nos parece fundamental o tombamento em causa, tendo em vista as precauções contidas no Código de Obras local, que previnem as deturpações urbanísticas do logradouro em foco” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 7). Renato Soeiro, responsável à época pelo Departamento de Conservação e Restauro, utiliza-se do argumento do prefeito para colocar-se favorável ao tombamento. Segundo ele, o tombamento urbano paisagístico seria capaz de evitar “deturpações urbanísticas do logradouro em foco”, portanto, indo ao encontro do desejo do prefeito (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 9).

<sup>170</sup> Flávio Castrioto de Figueiredo e Melo nasceu em Niterói em 1913. Formou-se, em 1935, pela Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Foi prefeito de Petrópolis de 1946 a 1951. Em 1950, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro. No ano de 1954, foi novamente eleito prefeito de Petrópolis, tendo ocupado o cargo até 1959. Dirigiu a Companhia Nacional de Alcalis. Em 1962, foi eleito prefeito de Petrópolis pela terceira vez, cargo que ocupou até 1966, quando teve seu mandato cassado por conta da decretação do Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965. Foi membro da APL, do IHP e da Associação Brasileira de Imprensa, tendo colaborado com o *Jornal de Petrópolis*. Faleceu em Petrópolis em 1988.

posiciona-se favoravelmente ao tombamento, comprometendo-se a resguardar “de mutilações lastimáveis e deformações chocantes a nossa av. Koeler” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 12). Logo em seguida, o diretor do órgão de preservação encaminha o processo ao Conselho Consultivo e escolhe como relator o conselheiro Alfredo Galvão.

O parecer de Alfredo Galvão constitui-se em um compilado dos pareceres dos técnicos do órgão e das correspondências trocadas entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e o prefeito de Petrópolis para, ao final, declarar-se “mui favoravelmente pelo tombamento da Av. Koeler, lamentando não ser possível aproveitar a sugestão do Dr. Paulo Thedim Barreto” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 16). Por unanimidade de votos, o conjunto urbano-paisagístico da Avenida Koeler foi inscrito, em 1964, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Mais de uma década depois do tombamento da Avenida Koeler, em maio de 1977, a presidente do Conselho de Cultura de Petrópolis, Norma Fontes de Oliveira, envia carta para Renato Soeiro, então diretor da Sphan, alegando ter tomado ciência por Lourenço Lacombe da venda de terreno na Rua São Pedro de Alcântara, o qual era o último sem construção e se houvesse alguma edificação no local impediria a visão da Catedral pelos transeuntes da Avenida Tiradentes. Prossegue assinalando que

Não é a Catedral de Petrópolis Monumento tombado, muito embora guarde em seu interior os túmulos dos Imperadores, da Princesa Isabel e do Conde d’Eu.

É, pois, para preservar a integridade desse cenário que vem o Conselho Municipal de Cultura apelar para o IPHAN, no sentido de estudar a possibilidade de estender o tombamento do conjunto paisagístico da Av. Koeler, abrangendo a Praça Princesa Isabel e o local onde se encontra a Igreja. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 19)

Podemos notar que a valoração do bem está sendo feita a partir de seus atributos históricos, e não arquitetônicos. Apesar disso, deve-se observar que Norma Fontes de Oliveira destaca a importância em se preservar a integridade do cenário, o que pode ser relacionado aos debates no campo do patrimônio interessados na preservação do “entorno ou vizinhança”,<sup>171</sup> assim como ao interesse em patrimonializar o cenário de uma

---

Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flavio-castrियो-de-figueiredo-e-melo>. Acesso em: 24 maio 2023.

<sup>171</sup> A preocupação com as áreas próximas aos bens tombados foi expressa no Decreto-Lei nº 25/37, que, em seu Artigo 18, diz que na vizinhança tombada, sem a prévia autorização do órgão federal de preservação, não está permitido fazer construções, colocar anúncios ou cartazes que afetem a visibilidade do bem, sob pena de multa caso não se cumpra a lei (PROTEÇÃO..., 1980). Segunda Lia Motta e Analucia Thompson (2010), o percurso da ideia de vizinhança até a noção de entorno envolve uma longa trajetória. As autoras atentam para o vocábulo “entorno” ter sido cunhado pelos técnicos do órgão federal de preservação ao

representação do passado imperial para a cidade. Nesse sentido, atentamos para a direta vinculação da importância da Catedral de Petrópolis estar vinculada ao fato de guardar os restos mortais de membros da família imperial. Conforme Maria Cecília Londres Fonseca (2009), nas décadas anteriores a 1970, os pedidos de tombamento partiam majoritariamente do órgão de preservação, a partir dessa década haveria aumento relevante das proposições de preservação externas ao órgão. Segundo a autora, “assembleias legislativas e prefeituras, por iniciativa pessoal de congressistas e prefeitos ou como intermediárias de grupos locais, encaminharam vários pedidos, do mesmo modo que instituições culturais.” (FONSECA, 2009, p. 196). Apesar da proposição de tombamento não ter partido da sociedade civil, no caso de Petrópolis percebe-se que houve destacada participação dos petropolitanos ao longo das discussões sobre a abrangência e significados dos bens que seriam preservados, tendo papel central a Appande.

Meses depois da proposta de tombamento, em agosto de 1977, Alfredo de Sá Earp Hertz, membro da Appande, remete correspondência ao órgão federal de preservação relatando que a Prefeitura Municipal de Petrópolis havia aprovado a construção de um edifício de dez andares na Rua Barão do Amazonas, na área central de Petrópolis. Segundo ele, “[...] a construção virá ainda mais, acentuar o rompimento de escala do conjunto paisagístico da Av. Koeler, criando paredão que cortará toda a perspectiva do local desde a Rua Monsenhor Bacelar até a Av. Ypiranga.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 20).

O arquiteto Alfredo de Sá Earp anexa, junto à correspondência, cópias de decretos municipais que haviam sido aprovados recentemente. Segundo ele, as posturas e os decretos municipais eram capazes de preservar a Avenida Koeler, “[...] sobretudo observando que o decreto nº 13 de 02/05/1977, reduz o gabarito de 10 para 4 andares, mostrando um desejo de harmonizar o local; no entanto, a aprovação do projeto para os [números] 49 e 59 da Rua Barão do Amazonas é anterior a esta data [...]” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 20).

Nesse período, diversas modificações das posturas municipais para a área central de Petrópolis estavam relacionadas aos incômodos causados pelos bens preservados,

---

longo da década de 1970. Interessante notar que esse “neologismo” utilizado para se referir às áreas vizinhas aos bens patrimonializados teria sido utilizado na Portaria nº 5, de 24 de junho de 1981, referente ao tombamento de Petrópolis (MOTTA; THOMPSON, 2010). Tal Portaria delimitaria as áreas de entorno dos conjuntos, paisagens e edificações em Petrópolis, enquanto o Decreto nº 90, de 25 de junho de 1981, instituiria o zoneamento do uso do solo no município serrano.

localizados em espaço de maior especulação imobiliária da cidade.<sup>172</sup> Os embates entre prefeituras e decisões do órgão federal de preservação estiveram presentes durante toda a existência do órgão, uma vez que o Decreto-Lei nº 25/37 limita o direito de propriedade e impõe restrições às áreas que circundam os bens patrimonializados. Contudo, tais embates intensificaram-se com a implementação da política nacional-desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo como consequência o aumento da malha rodoviária e seus impactos no cenário urbano (MOTTA, 2017). Seria nesse contexto, na primeira metade da década de 1960, que a Dphan recorreria à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em busca de apoio técnico de consultores estrangeiros. Conforme Lia Motta, as transformações urbanas alcançaram tanto pequenos quanto grandes centros históricos preservados (MOTTA, 2017, p. 38). Nesse contexto, destaca-se a missão de Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, entre 1966 e 1967, que em seu relatório destacou o valioso patrimônio brasileiro e sugeriu como forma de promoção desses bens a integração entre planejamento urbano e aproveitamento do turismo (LEAL, 2008).<sup>173</sup>

No contexto de intensificação da especulação imobiliária, no final dos anos 1970, seria arquitetado projeto de regulamentação do uso do solo para o município de Petrópolis assinado pelos arquitetos Marcos Mayerhofer e Paulo Machado Hungria.<sup>174</sup> Tal projeto liberava gabaritos e permitia adensamento indiscriminado na área central de Petrópolis sendo claramente nocivo aos bens patrimonializados na Avenida Koeler.

---

<sup>172</sup> Na gestão de Paulo José Alves Rattes, o Decreto nº 189, de 24 de novembro de 1976, determinava que o gabarito máximo na Rua Monsenhor Bacelar seria de quatro pavimentos, não fazendo menção a mais nenhum outro logradouro. No dia 20 de fevereiro de 1976, em matéria do jornal *O Globo*, expõem-se as ideias de Paulo José Alves Rattes de crescimento para Petrópolis. Segundo o prefeito, um Conselho de Desenvolvimento Urbano iria determinar “normas de desenvolvimento harmônico e planejado da cidade e, em trinta dias, um novo Código de Obras disciplinará as construções residenciais e localização de indústrias.” (ACI-processo nº 662-T-62, *O Globo*, v. I, fl. 38). O prefeito entendia que a cidade era essencialmente residencial e que deveriam ser preservadas suas características de cidade de lazer e de turismo. No ano seguinte, o Decreto nº 6 de 22 de março de 1977, sob a prefeitura de Jamil Miguel Sobrá, definia que no Setor Central da cidade de Petrópolis o gabarito máximo seria de dez pavimentos ou trinta metros de altura. Na gestão do mesmo prefeito, menos de dois meses depois, em 02 de maio de 1977, o Decreto nº 13 determina o gabarito máximo de quatro pavimentos ou dezessete metros nos seguintes logradouros: Barão de Amazonas; Benjamin Constant (até a confluência com a Rua Buenos Aires); e, Santos Dumont (até a confluência com a Rua Figueiredo de Mello) (ACI-processo nº 662-t-62, v. I, fl. 46). Para um enfoque maior das questões urbanísticas e da participação da comunidade no processo de extensão de tombamento de Petrópolis, ver o trabalho de mestrado de Raíssa Rangel Damiano (2020).

<sup>173</sup> Sobre esse tema, ver trabalho *As Missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent, organizado por Claudia Leal (2008).

<sup>174</sup> Carta de Dora Alcântara a Aloisio Magalhães: “Desconheço o plano de zoneamento feito por Paulo L. Machado. Conversei com Marcos Mayerhofer. O que me informou é que teria sido chamado pela FUNDREM para organizar um plano; vendo, porém, que já havia um (o anteriormente citado), propôs-se a estudar a legislação para aplicação do mesmo. O que foi feito.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 80)

Alguns meses depois da proposição de extensão de tombamento, Eurico Calvente, então chefe da Seção de Projetos Arquitetônicos da Divisão de Conservação e Restauração, envia correspondência ao diretor do órgão de preservação, relatando que em reunião realizada na cidade de Petrópolis, promovida e presidida por Lourenço Lacombe, presidente do Conselho de Cultura da cidade, foi proposta a criação de uma comissão, composta de membros da Sphan, do Inepac e da Prefeitura para realizar estudos sobre o entorno dos bens tombados (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl.51).

Possivelmente, a presidência do Conselho de Cultura de Petrópolis havia sido alterada, porque o pedido de extensão enviado à Sphan foi assinado por Norma Fontes de Oliveira, enquanto Eurico Calvente cita, alguns meses depois, que Lourenço Lacombe presidia o Conselho de Cultura. Importante notar que Lourenço Luiz Lacombe dirigia, ao mesmo tempo, o Conselho de Cultura e o Museu Imperial. Além disso, foi esse mesmo intelectual que, à frente do IHP, solicitaria, em 1962, o tombamento do palacete do Visconde de Silva e a sugestão de tombamento da Avenida Koeler.

Em agosto de 1978, depois de criada a Comissão para debater sobre o entorno dos bens tombados, Lourenço Lacombe envia preocupada carta para o prefeito de Petrópolis falando sobre as dificuldades e morosidade em se definirem as áreas de vizinhança dos bens tombados. O presidente do Conselho Municipal de Cultura diz que para deliberar sobre a questão teria sido criado um grupo de trabalho, presidido por ele, composto por um representante da Sphan, do Inepac, da Secretaria de Obras e da Assessoria de Planejamento da Prefeitura. Apesar desse Grupo de Trabalho reunir-se com assiduidade, os estudos não conseguiam ser desenvolvidos com a necessária rapidez, porque demandavam trabalho *in loco*. Nesse sentido, Lourenço Lacombe solicita ao prefeito que estabeleça providência acauteladora com a definição de zonas provisórias que determinasse que todos os pedidos de demolição e construção nessas áreas passassem antes pelo Conselho Municipal de Cultura para serem estudados pelo Grupo de Trabalhos (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 59-61). Desse modo, notamos que, além de dirigir o Museu Imperial, Lourenço Lacombe ocupava posto político na Prefeitura de Petrópolis. Sendo assim, podemos perceber membros da rede dos saudos do Império demandando políticas públicas para a cidade, explicitando como essa rede continuou a se articular em Petrópolis. Ocupando lugares políticos e sociais de destaque, tais intelectuais garantiam seus espaços de enunciação de narrativas positivas para o passado imperial brasileiro.

Ao longo da análise do processo de tombamento nº 662-T-62, nota-se que tanto no pedido quanto nas discussões sobre a extensão de tombamento da cidade serrana

estariam envolvidos moradores de Petrópolis, ligados a associações e, também, a instituições culturais públicas e privadas petropolitanas. A suspensão do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), em 1978, e o contexto de redemocratização favoreciam a associação e a mobilização tanto de grupos mais pobres quanto das classes médias urbanas. Renato Boschi assinala que enquanto as classes populares da periferia e das favelas demandavam questões redistributivas, como a posse da terra, as camadas médias reivindicavam por direitos distributivos, sendo muitas dessas organizações fundadas “[...] em algum critério de identidade de base – como sexo ou cor – além de movimentos ligados à preservação da natureza e afins.” (BOSCHI, 2016, p. 227). Lia Motta assinala que esse amplo contexto de movimentos sociais urbanos, nas décadas de 1970 e 1980, mostra-se importante para compreensão das demandas externas ao órgão federal de preservação (MOTTA, 2020).

Concomitante ao pedido de extensão de tombamento para Petrópolis, no ano de 1978, a deputada federal Lygia Lessa Bastos<sup>175</sup> envia à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.330, o qual tinha como finalidade, sobretudo, atribuir à cidade de Petrópolis o título de Monumento Nacional. Outro objetivo do Projeto de Lei era a

[...] execução de projetos de expansão urbana e o licenciamento de obras de construção e demolição, pela Prefeitura, na área do município, dependerão de parecer autorizativo dos órgãos incumbidos da preservação cultural, florestal e ecológica da União, Estado do Rio de Janeiro e Município de Petrópolis. (processo nº 662-T-62, v. I, fl. 60)

Na justificativa, fica clara a relação deste objetivo com a motivação da redação do Projeto de Lei. Segundo a deputada federal, se antes a construção de edifícios era uma marca para o progresso, naquele momento o “povo brasileiro” já havia se dado conta de que o progresso deve levar em consideração a preservação da fauna, flora e dos monumentos (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 59-60).

Dando prosseguimento à justificativa para o Projeto de Lei, Lygia Lessa Bastos destaca que

---

<sup>175</sup> A deputada federal Lygia Lessa Bastos tinha uma longa trajetória em cargos políticos, já tendo sido vereadora e deputada estadual. Filha e neta de militares, ingressaria na política na União Democrática Nacional (UDN), tendo sido considerada “a única sobrevivente ‘da expressão pura do lacerdismo’”. Com o início da ditadura militar, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar brasileiro dentro do sistema bipartidário instaurado pelo Ato Institucional Número Dois (AI-2). Informações extraídas do verbete bibliográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/ligia-maria-lessa-bastos>. Acesso em: 14 abr. 2021.

A cidade de Petrópolis é um retrato vivo da fase histórica em se forjou a nacionalidade – o Império. É um caso raro em que o valor histórico se conjuga com a importância econômica, sem perder-se de vista sua invejável localização geográfica. Criada com o fim específico de lazer, constitui-se hoje um centro industrial, cultural e turístico de significativa importância. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 60)

Nas palavras de Lygia Lessa Bastos, a história de Petrópolis estaria diretamente relacionada ao passado da nação, uma vez que a cidade foi fundada quando teria se forjado o ideal de nacionalidade. Esse argumento foi amplamente defendido pela rede dos saudos do Império no momento das comemorações do centenário de Petrópolis. A criação do Museu Imperial foi fruto do desejo de tal vinculação da rede dos saudos do Império junto aos interesses de Getúlio Vargas, ou seja, a história da cidade encontrava sua dimensão realmente nacional com a fundação do museu, uma vez que, na narrativa hegemônica para o passado de Petrópolis, a cidade existiria justamente por conta da construção da residência de verão da família imperial. Além disso, a fala da deputada destaca valores ligados ao desenvolvimento econômico, relacionado às indústrias, e à vocação de ser cidade destinada à viliégiatura, ligado à localização geográfica e ao seu potencial turístico. Tais formas de valorar Petrópolis foram igualmente fruto das narrativas consolidadas para a cidade no final dos anos 1930 e início dos anos 1940 e seriam reatualizados no final da década de 1970 e começo dos anos 1980.

Ouro Preto seria a primeira cidade brasileira a receber o título de monumento nacional em 1933. Igualmente, seria pioneira no mundo a ser declarada oficialmente como um monumento nacional. O Decreto nº 22.928 de 02 de julho de 1933 reconhece a cidade como de relevância histórica para os acontecimentos nacionais e detentora de exemplares da arquitetura colonial, considerada “verdadeiras obras de arte”.<sup>176</sup> Nesse sentido, Marcia Sant’Anna afirma que o título de monumento nacional não implicou na transformação da área urbana como bem patrimonial em sua amplitude, contudo, os fundadores da Sphan dariam continuidade para esse caminho aberto com a monumentalização de Ouro Preto (SANT’ANNA, 2014). A IMN atuou na cidade de Ouro Preto, realizando trabalhos de restauração e conservação na área urbana, como igrejas, chafarizes e pontes, tendo sido extinta com a criação do órgão de preservação em 1937 (MAGALHÃES, 2004).<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

<sup>177</sup> No capítulo 3, mencionamos o processo de criação da Inspeção de Monumentos Nacionais. Sobre a IMN, ver Aline Montenegro Magalhães (2004).

Após a criação da Sphan, além de Ouro Preto, outras cidades mineiras seriam inteiramente tombadas, como Diamantina, Serro, Tiradentes, São João Del Rei e Mariana. Tais cidades seriam valorizadas pela integridade do conjunto que preservava a arquitetura colonial barroca dos séculos XVII e XVIII. Marcia Sant’Anna assinala que além de representarem as características estético-estilísticas valorizadas pela Sphan, essas cidades eram entendidas como estagnadas economicamente, por isso, o tombamento não traria para elas grandes inconvenientes. Além disso, os arquitetos que ocupavam postos de prestígio na Sphan comprometiam-se com a ideia de urbanismo moderno, nesse sentido, procuravam não tombar cidades em processo de desenvolvimento ou que ocupassem lugar central na economia (SANT’ANNA, 2014).

Cabe notar que o título de monumento nacional seria pouco utilizado como instrumento de preservação. Conforme Marcos Paulo Miranda, apenas 14 bens foram inseridos nesta categoria até hoje. Além de Ouro Preto, são eles: Mariana, em Minas Gerais (1945); Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres, em Pernambuco (1948); Alcântara, no Maranhão (1948); Igarassu, em Pernambuco (1953); monumento aos mortos da Segunda Guerra Mundial (1959); Paraty, no Rio de Janeiro (1966); Cachoeira, na Bahia (1971); Porto Seguro, na Bahia (1973); Olinda, em Pernambuco (1980); São Cristóvão, em Sergipe (1986); Serra da Barriga, em Alagoas (1988); Oeiras, no Piauí (1989); e, Cemitério do Batalhão, município Campo Maior, no Piauí (1990). Miranda assinala que os poucos bens considerados monumentos nacionais evidenciam a “alta seletividade na utilização do instrumento” (MIRANDA, 2020).<sup>178</sup>

Ao atentarmos para as cidades que receberam o título de monumento nacional, parte delas está justamente relacionada ao período colonial brasileiro e guardam em suas construções elementos da arte colonial barroca, que seria considerada pelos agentes da Sphan como a arte genuinamente brasileira. São muitos os trabalhos que tratam desse tema na historiografia do patrimônio brasileiro, isto porque essas características arquitetônicas se tornariam fundamentais para atribuição de significados aos bens preservados, assim como para construção de hierarquias de valoração de bens dentro das práticas da Sphan.<sup>179</sup> Tal *modus operandi* foi pensado e concebido nas primeiras décadas de atuação do órgão, e seria difundido largamente nas suas ações para além do período

---

<sup>178</sup> Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-20/ambiente-juridico-monumentos-nacionais-instrumentos-protecao-patrimonio>. Acesso em: 22 abr. 2021.

<sup>179</sup> Para saber mais sobre o assunto, ver José Reginaldo Gonçalves (1996); Márcia Chuva (2003; 2009); Maria Cecília Londres Fonseca (2009); Silvana Rubino (1991; 1996).

inicial de atuação. A cidade de Petrópolis, além de não ser cidade ligada ao período colonial, seria entendida pelos agentes da Sphan como dinâmica, uma vez que ligada ao desenvolvimento econômico, tanto pelo seu processo de industrialização quanto pelo turismo. Ou seja, a cidade de Petrópolis, segundo os cânones do órgão federal de preservação, não possuía os atributos necessários para se tornar monumento nacional.

## 4.2 A extensão de tombamento de Petrópolis na gestão de Aloísio Magalhães

### 4.2.1 Os limites das práticas nos novos discursos

No ano seguinte ao Projeto de Lei nº 5.330 – que buscava, dentre outras coisas, dar a Petrópolis o título de Monumento Nacional –, Aloísio Magalhães começaria sua curta direção da Sphan, tendo início em 1979 e terminando em 1982 com o seu falecimento. A forma como foi tratado o caso da extensão de tombamento de Petrópolis mostra-se como bastante significativa da tentativa de se colocar em prática as intenções de aplicação de diferentes abordagens e metodologias com relação aos bens patrimoniais tombados. A descentralização das práticas da Sphan – movimento que já vinha acontecendo desde a gestão de Renato Soeiro –, a ampliação da compreensão da preservação – não mais apenas como um discurso puramente técnico interessado em concepções estético-estilísticas da materialidade preservada –, e a participação da comunidade nos debates sobre os significados dos bens a serem patrimonializados seriam marcas desses tempos na tentativa de moldar novas ações e diferentes parâmetros teórico-metodológicos para o órgão federal de preservação.<sup>180</sup> Apesar desses esforços, nota-se que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, como “um momento de coexistência e, em certos momentos, de confronto, entre orientações distintas, o que se expressou muito mais no nível das práticas que do discurso.” (FONSECA, 2009, p. 224). Nesse sentido, a autora entende, em uma perspectiva de longo prazo, que esse período se tratou de momento de transição dentro da instituição. Veremos que o caso da extensão da preservação do conjunto urbano-paisagístico da cidade de Petrópolis mostra-se como emblemático desse momento de transição em que se busca colocar em prática novas abordagens e concepções de

---

<sup>180</sup> Discussões sobre esses temas podem ser encontradas em Márcia Chuva; Laís Lavinas, (2016); Maria Cecília Londres Fonseca (2009); Laís Lavinas (2014); Lia Motta (2000; 2017); Marcia Sant’Anna (2014).

patrimônio, contudo, encontram-se inúmeras dificuldades principalmente quando se percebe os embates na convivência de antigas e novas abordagens nas ações e nos discursos dos intelectuais da Sphan e naqueles de fora da instituição.

Na primeira metade dos anos 1980, o conjunto urbano de Laguna, em Santa Catarina, será o “caso mais emblemático e inaugural” do distanciamento das concepções de patrimônio representativo dos padrões de ancianidade e de belas-artes. Ao invés de perseguir tais valores, o conjunto urbano de Laguna trará para o campo da preservação as discussões da história social, momento no qual o centro histórico seria preservado pelo seu valor documental (NASCIMENTO, 2016). Entretanto, conforme destaca Lia Motta, antes da preservação de Laguna, “o tombamento de Petrópolis, no Rio de Janeiro, foi desenvolvido com base na leitura da ocupação do território como um documento, embora anterior à sua teorização da *cidade-documento*” (MOTTA, 2020, p. 12). Além disso, a autora afirma que os casos de Petrópolis e Laguna foram

[...] exemplares e pioneiros numa nova narrativa de valorização dos sítios urbanos com a inclusão de outros elementos definidores da forma urbana como patrimônio, dando um sentido cultural e histórico à geografia, às paisagens e às formas de apropriação e uso dos territórios. Atenderam as novas possibilidades de preservação dos espaços, superando a atribuição de valores, até então, com predominância dos estilos arquitetônicos. (MOTTA, 2020, p. 16-7)

Apesar de concordarmos que seja possível notar algumas mudanças na forma de tratar conceitualmente os bens propostos para tombamento, discordamos quando Lia Motta menciona a superação da atribuição de valores a partir das características estético-estilísticas no caso de Petrópolis, isto porque se percebe, em muitos momentos, conceitos enraizados nas práticas da Sphan sendo empregados para tratar de novas demandas de preservação, como será abordado a seguir.

No ano de 1979, Aloisio Magalhães recebe correspondência, enviada por Márcio Tavares D’Amaral, secretário de Assuntos Culturais do MEC, dizendo que acabara de receber “[...] um apelo dramático através de carta [...] transmitindo-me as preocupações dos moradores e admiradores de Petrópolis, com a preservação da cidade, em perigo, cuja história e arquitetura deverão ser preservadas, com o devido respeito” (processo nº 662-T-62, v. I, fl. 78). Francisco Antonio Doria, membro da Appande e redator da carta em questão, cita sua preocupação quanto ao novo projeto de zoneamento anunciado pela Prefeitura. Segundo Francisco Doria, os “competentes e experientes” arquitetos Paulo Hungria e Marcos Mayerhofer “comeram mosca feio”, uma vez que o plano que fizeram

poderia “acabar de destruir a cidade”. Antonio Dória expõe as duas principais razões para ir contra o referido plano:

a) Visão limitada do que seja patrimônio. Para eles, patrimônio são casas bonitas, apenas; casas de luxo. Em termos de Petrópolis, os arredores do Museu Imperial. No entanto sabemos que muito da arquitetura típica trazida pelos colonos da Renânia para Petrópolis está nos bairros ‘feios’. A coisa é mais um problema de posturas municipais, e de fiscalização, que de zoneamento. E os bairros ‘feios’, os bairros de classe média local, podem ser destruídos com esta nova lei.

b) Visão pessimista. Restringindo-se assim a ideia do que seja patrimônio, é claro que os autores do plano encaram a cidade como ‘perdida’. No entanto, temos estudos realizados por gente competente (Alfredo de Sá Earp Hertz, arquiteto e urbanista por Paris VII, e que pretende se doutorar lá com uma tese sobre Petrópolis, e Luiz Antonio Ewbank, historiador especializado em Louvain a respeito de história da arquitetura) mostrando que de 80 a 90% do patrimônio arquitetônico e urbanístico de Petrópolis ainda estão preservados. Feios, maltratados, mas preservados. E, em particular, o plano original da cidade, o Plano Koeler-Reimarus, tanto na sua divisão das terras da Fazenda Imperial quanto em seu traçado urbanístico. Isso foi também ignorado. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I)

O membro da Appande deixa clara sua preocupação com os possíveis impactos que seriam causados pelo novo plano de zoneamento, colocando-se contra a “visão limitada” de patrimônio. Na carta, Antonio Dória mostra-se preocupado sobretudo com o patrimônio ligado aos colonos alemães, localizados nos “bairros de classe média local” entendidos em suas palavras como “bairros feios”. Cabe frisar que Francisco Antonio Doria era membro da Appande, a qual, no processo de tombamento, mostra-se como a principal associação dos cidadãos petropolitanos. Antonio Dória cita na correspondência Alfredo de Sá Earp, que também havia enviado correspondência para a Sphan e era, igualmente, membro da Appande. Nesse sentido, podemos pensar em ações e decisões integradas entre os membros dessa associação de moradores de Petrópolis.

No dia 05 de junho de 1979, foi criada, pela Portaria nº 13, Comissão para estudar o Projeto de Lei que atribuía a Petrópolis o título de Monumento Nacional e, além disso, designar as áreas da cidade que seriam tombadas. No mesmo mês, Aloisio Magalhães designaria os membros da referida Comissão: arquitetos Alcides Áquila da Rocha Miranda, Alfredo Luiz Porto de Britto e Dora Monteiro e Silva de Alcântara, juntamente com o arquiteto Eurico Calvente. Algum tempo depois, a socióloga Ana Maria Amorim seria integrada à equipe da Comissão (ACI-processo nº 662-T-62, v. I).

No dia anterior à criação da Comissão da Sphan, Lourenço Lacombe envia correspondência ao diretor do órgão de preservação reiterando o pedido inicial de

preservação – Praça Princesa Isabel e Catedral de São Pedro de Alcântara – e acrescentando outros logradouros ao pedido inicial. São eles, Avenida Ipiranga, Sete de Setembro, Tiradentes e o trecho da Piabanha até a ponte da Rua Kopke. Segundo Lourenço Lacombe, a preservação da Praça Princesa Isabel seria justificada pelo fato de nela erguer-se monumento com os restos mortais de Júlio Koeler. A catedral deveria ser patrimonializada porque guardava no seu interior as sepulturas do Imperador, da Imperatriz, da Princesa Isabel e do Conde d’Eu. O historiador continua sua justificativa afirmando que

Na Avenida Ipiranga, ainda podem ser vistos exemplares da arquitetura característica de Petrópolis, incluindo-se alguns imóveis de maior importância para a História e a Arte, tais como a casa na qual faleceu Rui Barbosa e a em que residiu o Coronel Amaro Emílio da Veiga, a tradicional Igreja Evangélica – que vem dos primórdios da colonização – e as residências das Famílias Tavares Guerra (cujo parque foi projetado por Glaziou) e do Dr. Celso da Rocha Miranda, com Jardim desenhado por Burle Marx. (ACI-processo nº 662-T-1962, v. I, fl. 85)

Lourenço Lacombe conclui sua carta assinalando que as Avenidas Sete de Setembro, Tiradentes e o trecho da Piabanha estavam inseridos nas “áreas de vizinhança” dos Palácios Imperial, da Princesa Isabel e de Cristal, destacando que, nas duas primeiras avenidas, havia “[...] edifícios que lhes desfiguram a fisionomia, mas ainda possuem prédios de interesse para a arquitetura da cidade.” (ACI-processo nº 662-T-1962, v. I, fl. 85). A justificativa de Lourenço Lacombe para a extensão de tombamento do município de Petrópolis, focando nos imóveis ligados à memória da família imperial e aos estadistas do Império, tem íntimas relações com as concepções de história defendidas por ele e pelo grupo do qual fazia parte. Variadas seriam as formas da rede dos saudosos do Império para a perpetuação da memória positiva do período imperial brasileiro, tendo na preservação da cidade de Petrópolis uma oportunidade fundamental na concretização e difusão de narrativas nostálgicas do Império e seus principais representantes a partir da história contada pela materialidade tombada.

Lygia Martins Costa, diretora da DET, em agosto de 1979, em documento enviado ao diretor da Sphan, destaca que, apesar da área central de Petrópolis encontrar-se “comprometida”, parte ainda fazia “jus à preservação” e a demora das decisões do órgão de preservação poderiam significar “a destruição de remanescentes oitocentistas que tiveram, em Petrópolis, caráter peculiar”. Por isso, Lygia Martins Costa propõe que se atenda a proposta do Conselho Municipal de Cultura e, além disso, sejam incluídos outros bens com intuito de dar “certa flexibilidade, amarrar os conjuntos a serem protegidos”

(ACI-processo nº 662-T-1962, v.I, fl. 87). A proposição de Lygia Martins Costa restringia-se à preservação nas imediações da área central da cidade, não fazendo nenhuma menção ao patrimônio ligado à imigração alemã, assim como aquele relacionado às indústrias.<sup>181</sup>

Em novembro de 1979, Alcides da Rocha Miranda envia ao diretor do órgão relatório das atividades desenvolvidas pela Comissão da Sphan. Reproduziremos alguns parágrafos da justificativa para preservação de Petrópolis por considerarmos importantes os elementos elencados pelo arquiteto que presidia a Comissão. Segundo Alcides da Rocha Miranda,

Em princípio consideramos a especificidade do tombamento em apreço. Petrópolis não é como as cidades do ciclo do ouro, parada no tempo e limitada no espaço físico. Ela vive e se renova com rapidez espantosa. Petrópolis nasce após a independência, com outras raízes, e sincretismo equilibrados por saudáveis tradições.

Gloriosos vestígios ainda marcam, no caminho das minas, casas de fazenda com largos alpendres, linhas longas de boa proporção, reminiscências bem nítidas do século XVIII, o século do ouro.

O povoado principia com uma colônia de alemães artesãos e agricultores, semelhante a tantas outras radicadas e desenvolvidas no sul do país. Uma característica original reside nos nomes dos quarteirões por eles ocupados, iguais ou semelhantes aos das regiões de onde provinham. Além de tradições alimentares, aqueles colonos trouxeram ainda um gosto acentuado para a música, sobretudo os corais, cantos festivos e sacros.

Cidade de clima ameno e belas montanhas, parecia destinada à vilegiatura dos mais afortunados, que se beneficiavam ainda de uma infraestrutura hortigranjeira em franca evolução. Em meados do século XIX, o terrível flagelo da febre amarela desloca para a serra parte considerável da população do Rio. Petrópolis começa então a adquirir nova fisionomia transformando-se num importante centro de decisões, tanto no âmbito nacional quanto internacional (ver Tratado de

---

<sup>181</sup> “Na área de extensão da Avenida Koeler, por sugestão do arquiteto Silva Telles, que nos forneceu o croquis anexo, indicaríamos para tombamento urbano-paisagístico não só a Praça Princesa Isabel, a Catedral, as Avenidas Ipiranga (com referência especial à Casa da Família Guerra, que tem seu jardim desenhado por Glaziou), Tiradentes e Sete de Setembro, mas acrescentaríamos, de um lado, as ruas S. Pedro de Alcântara, Raul Leone (embora essa apenas por sua situação), e, como complemento da Sete de Setembro, atendendo a alvitre do arquiteto Eurico Calvente, a Praça Visconde de Mauá com o prédio da Prefeitura; e do outro lado, junto a Praça Barbosa, ainda por insinuação desse arquiteto, as duas casas contíguas ao prédio nº 376 da Avenida Koeler, que embora situados à entrada da Rua Roberto da Silveira incorporam-se à Praça no lado que dá acesso àquela via tombada, completando visualmente a banda já defendida com a recente inscrição no Livro do Tombo da residência de Franklin Sampaio. Com relação à 2ª área a ser resguardada, de extensão de tombamento da Praça Koblenz (ou da Confluência), aceitamos a sugestão do mesmo arquiteto, que aconselha abranger a Av. Piabanha desde o nº 148 (antiga Casa do Visconde de Mauá com o respectivo bosque individualmente incluída no tombamento), até a casa nº 480, no lado par, e do nº 53 até o nº 381, no lado ímpar, estendendo-se a proteção portanto além dos limites da Rua Kopke, de modo a defender significativamente a parte mais pitoresca de Petrópolis antiga. Recomendamos, para controle futuro, documentação fotográfica bastante elucidativa, como também o restabelecimento dos nomes tradicionais das vias nas zonas tombadas, como o da Av. Piabanha, injustificadamente alterado, medida essa que constitui aliás um anseio do Instituto Histórico de Petrópolis.” (ACI-processo nº 662-T-1962, v. I, fl. 87-8). Ou seja, Lygia Martins Costa aponta aspectos estéticos, formais, “pitorescos” da “Petrópolis antiga”.

Petrópolis). Um grande número de funcionários se desloca para aquela cidade, onde o Imperador Pedro II e seus ministros passam a maior parte do ano.

Petrópolis se torna sede de fato do corpo diplomático. Suas construções aumentam em volume adotando-se técnicas mais apuradas. No entanto não é a arquitetura o principal elemento a caracterizá-la, mas sua integração na paisagem nascente. A defesa florestal conscientemente estabelecida por seu planejador, major Koeler, com a colaboração posterior dos paisagistas e botânicos Glaziou e Binot, transforma a antiga fazenda de matas destruídas pelas queimadas (e fazenda do Córrego Seco) numa região verde, plena de saúde e empatia. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 115-6)

Muitos elementos podem ser destacados na justificativa para preservação de Petrópolis estabelecida pela Comissão da Sphan, tais argumentos serão frequentemente evocados ao longo das discussões sobre quais bens e qual seria a extensão do tombamento da cidade de Petrópolis. Primeiro, o arquiteto destaca que Petrópolis tratava-se de cidade diferente daquelas do ciclo do ouro, porque ela não estava “parada no tempo e limitada no espaço físico”. Ao ler o processo de tombamento, percebe-se que, em vários momentos, essa justificativa estava sendo manejada de diferentes formas. Dado o momento de transformações institucionais, os agentes do órgão de preservação vivenciavam momentos de disputas quanto às atribuições de significados para conjuntos urbanos que seriam tombados futuramente. No caso da extensão de tombamento de Petrópolis, esforçaram-se para deixar clara a conjugação entre a dinâmica de crescimento da cidade e a preservação de seus monumentos arquitetônicos integrados aos aspectos naturais. A relação de Petrópolis com a ideia de progresso esteve presente na escrita da história hegemônica para a cidade, como vimos no capítulo 2. Devemos atentar para o fato de que as narrativas históricas são imprescindíveis para dar significados aos bens a serem patrimonializados. Ou seja, a construção da ideia de patrimônio contava, além de com seus atributos arquitetônicos, com a história para valorar os bens que seriam considerados patrimônios nacionais.

Outra ideia cara defendida pela Comissão: Petrópolis ser uma cidade integrada ao meio natural, sendo essa uma especificidade herdada do projeto urbanístico desenvolvido pelo engenheiro Júlio Koeler para Petrópolis. Assim, podemos pensar também que a justificativa da Comissão leva em consideração as raízes e herança alemã na construção física e social da cidade de Petrópolis. Tais raízes estariam assentadas no século XIX, momento identificado na historiografia sobre Petrópolis como de fundação da cidade. Seria neste século, conforme a justificativa, que Petrópolis se transformaria em centro de

decisões políticas, atraindo grandes estadistas do Império, sobretudo, o próprio Imperador.

Os significados presentes nestas justificativas para a preservação da cidade de Petrópolis relacionavam-se com um entendimento linear e progressivo da história, no qual se enquadram visões elitistas, europeias e patriarcais, sendo elas semente e fruto dessa forma de conceber a história. Segundo Paulo Henrique Machado, a visão aristocrática para a cidade serrana foi “construída através dos anos pela elite local, que sempre tentou criar a imagem de uma cidade pacífica, de um povo ordeiro e disciplinado no trabalho” (MACHADO, 2005, p. 19). Cabe nos questionar qual o papel e os significados do órgão federal de preservação na construção desse “consenso social”, como nomeado por Paulo Henrique Machado, para a cidade de Petrópolis.

Em 17 de janeiro de 1980, Alcides da Rocha Miranda envia a Aloisio Magalhães um roteiro de trabalho da Comissão. Tal roteiro é rico em informações e elementos que podem ser desdobrados na pesquisa, mas gostaria de enfatizar alguns aspectos considerados importantes.

No começo do roteiro, Alcides da Rocha Miranda assinala que os estudos de preservação iriam se concentrar, inicialmente, no 1º Distrito. Como justificativa para tal ação, o arquiteto destaca o fato que seria esse local onde foi implantado o Plano Koeler, sendo considerada, assim, “área com caráter próprio”. Buscava-se, dessa forma, preservar os princípios do Plano Koeler por meio de “quadros ou situações urbanas, ou mesmo edificações isoladas” (ACI-processo nº 662-T-1964, v. I, fl. 122). Além disso, Alcides da Rocha Miranda cita edificações ou residências que tenham pertencido a personalidades da História do Brasil e aquelas que “ainda conservem elementos característicos da vida do imigrante, alemão e italiano” (ACI-processo nº 662-T-64, v. I, fl. 123). Comum a todos os bens que seriam objetos de estudos da Comissão da Sphan estava o interesse na notoriedade e exemplaridade. Nesse sentido, segundo relatório, à Sphan caberia a preservação de bens de “valor excepcional”, enquanto ao Inepac ficaria a função de proteger “valores típicos”. Isto é, ao órgão federal de preservação caberia arbitrar sobre os bens tidos como de caráter nacional, enquanto ao órgão estadual de preservação seria atribuída a função de atuar sobre a patrimonialização dos bens circunscritos à esfera local. Completando os “níveis administrativos” mencionados no relatório, deveria ser criado um órgão municipal de preservação, que seria controlado pela comunidade e independente do Poder Executivo. Ao órgão municipal, caberia a “manutenção dos

aspectos de escala e ambiência da cidade, através do controle da execução da legislação municipal pertinente.” (ACI-processo nº 662-T-64, v. I, fl. 123).

No que dizia respeito ao Projeto de Lei da deputada Lygia Lessa Bastos, a Comissão da Sphan sugeriu trocar o título de Monumento Nacional para Cidade Imperial, pois seria “mais adequado à realidade dinâmica do Município” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 130). Diferentes de cidades mineiras, como Ouro Preto e Mariana, que haviam recebido títulos de monumento nacionais, o caso da preservação do conjunto urbano-paisagístico de Petrópolis deveria se distanciar e se diferenciar dos parâmetros e preceitos utilizados para as cidades preservadas do chamado “ciclo do ouro”. Com essa mudança, temos que nos perguntar por que o título de Cidade Imperial poderia conferir a Petrópolis o dinamismo tão característico da cidade, segundo parecer dos agentes da Comissão da Sphan. Quais foram os objetivos de se relacionar Petrópolis à imagem do Império nesse momento? E, mais que isso, quais os objetivos quando se relaciona a imagem do Império a uma ideia implícita de dinamismo que se creditava à cidade serrana?

Além disso, a ideia da inclusão de “conjuntos fabris, que são exemplos da história do desenvolvimento industrial no país” (ACI-processo nº 662-T-1962, v. I, fl. 121), elemento que não havia sido destacado na justificativa do tombamento da Comissão da Sphan citada acima. Podemos pensar que essas indústrias conferiam, em alguma medida, a marca do “desenvolvimento”, do progresso a Petrópolis. Ou seja, foi na cidade do Imperador ligado às luzes do progresso iluminista onde se encontraria exemplares do desenvolvimento industrial do país. Tal narrativa reitera as visões para o passado da cidade de Petrópolis produzidas pelos intelectuais saudosos do Império no final dos anos 1930 e início da década de 1940, além de ir ao encontro da produção, desde o século XIX, da autoimagem do Imperador ilustrado.

Os trabalhos da socióloga Ana Maria Amorim fizeram parte da Comissão da Sphan. Buscando conhecer a memória da cidade de Petrópolis, realizaram-se entrevistas utilizando a história oral com imigrantes alemães e italianos (RELATÓRIO..., 1979).<sup>182</sup> Interessados na história de vida dos imigrantes, os roteiros das entrevistas buscaram

---

<sup>182</sup> Foram também realizadas entrevistas com Guilherme Eppinghaus, Alceu Amoroso Lima, Mary Ferrez, Gilberto Ferrez, Lourenço Lacombe. Para fazer o trabalho, foi contratado, além da Associação de Arquitetos e Engenheiros de Petrópolis e dos arquitetos Paulo Hungria e Marcos Mayerhofer, o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – Arquivo de História Oral – Celina Moreira Franco e Maria Amélia Miguez – ex-chefe do arquivo do Museu Imperial de Petrópolis (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 111). As entrevistas com os intelectuais trataram dos temas história e industrialização; problemas políticos, financeiros e desequilíbrio ecológico. *História Social de Petrópolis*: memórias está disponível na Biblioteca do Museu Imperial.

centralizar a importância das tradições culturais herdadas dos imigrantes em meados do século XIX. Intitulado *História Social de Petrópolis: memórias*, o trabalho da socióloga, apesar de apontar para mudanças no campo da preservação, mostra a limitação no confronto de narrativas de memórias para a cidade, uma vez que as memórias dos imigrantes alemães e, em menor medida, italianos – privilegiadas nas entrevistas – já eram autorizadas na narrativa hegemônica para a cidade de Petrópolis. Portanto, as novas técnicas ainda não seriam, nesse momento, capazes de alargar os grupos contemplados por essas novas abordagens.

Embasado nas entrevistas sobre memórias de vida realizadas pela socióloga, Alcides da Rocha Miranda afirma que

O resultado destes servirá não somente como orientação para o desenvolvimento de um trabalho nesse sentido, a ser executado pela comunidade petropolitana, como também nos tem guiado para a identificação de certos valores para nós desconhecidos.

Por exemplo, a existência de casa de colono alemão com elementos construídos tais como um tipo especial de estábulo, forno e uma espécie de ‘geladeira’ aproveitando recursos climáticos naturais, além de hábitos culinários (receitas) conservados em uso e que representam uma transposição de costumes populares germânicos, adaptados às condições locais. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 131)

Apesar da herança alemã já ter sido apontada na justificativa da Comissão da Sphan, salientei esse trecho porque considero interessante Alcides da Rocha Miranda, o qual assina em nome da Comissão, evidenciar que desconhecia “certos valores” destacados pela socióloga. Tais valores relacionavam-se com uma ideia de patrimônio que levava em consideração o edificado, mas ia além dele, pois fazia relação entre os elementos construídos e seus usos que tornavam possíveis a preservação de hábitos e costumes dos descendentes alemães no Brasil.

Neste plano de trabalhos da Comissão, percebe-se outro elemento destacado e levado em consideração ao longo de toda a discussão sobre quais seriam os bens tombados na cidade de Petrópolis: a participação da comunidade, por meio de associações, e de instituições públicas e privadas da cidade nessas discussões. Como exemplo dessa participação, podemos citar o seguinte trecho:

Foram listadas e contatadas instituições comunitárias e pessoas que transmitiram informações a um ou mais membros da Comissão. No caso da Universidade Católica petropolitana, ficou estabelecido para este reinício de período letivo um novo contato, a fim de que vejamos, em conjunto, os primeiros resultados dos levantamentos fotográficos, para análise dos elementos arquitetônicos e naturais, e consequente

determinação de critérios para a preservação local. Alunos do curso de Turismo e de História deverão trabalhar na continuação desses levantamentos e respectiva análise. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 126)

Alcides da Rocha Miranda acrescenta mais a frente que a participação da população de Petrópolis significava um “despertar de consciência da comunidade, ainda que um tanto tumultuado que, bem orientado, poderá produzir bons resultados.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 128).

A participação da comunidade petropolitana deu-se de diferentes formas, inclusive, interessante notar o envolvimento da UCP e seus alunos do curso de História e Turismo no levantamento de dados. Podemos pensar, nesse sentido, que havia diversas formas de integração e envolvimento das discussões em torno da extensão de tombamento, não sendo a participação de associações de moradores, tal qual a Appande, a única maneira de integrar-se aos debates, apesar desta ter sido uma importante e destacada forma de atuação.

Ao final do roteiro, o responsável pela Comissão da Sphan em Petrópolis assinala que

Embora a cidade, como um todo, apresente significado nacional pelo seu papel no período do Império, encontra-se já bastante desfigurada, tendo o conjunto prejudicado por uma série de edificações que a descaracterizam. A preservação ainda viável refere-se a unidades isoladas, a alguns conjuntos, ao entrosamento da volumetria edificada com a paisagem natural em vários pontos. (ACI-processo nº 662-T-64, v. I, fl. 129)

Levando-se em consideração a referida “descaracterização” apontada por Alcides da Rocha Miranda, teria sido justamente nesse relatório que o técnico da Sphan sugeriu que se substituísse a chancela de Monumento Nacional para Petrópolis e lhe fosse concedido o título de Cidade Imperial. Ao longo do processo, seria mencionada em tom de crítica como a proposta de Lygia Lessa Bastos buscava preservar área demasiadamente extensa da cidade. Refletindo sobre esse incômodo junto ao fato de repetidamente os agentes de dentro e fora da Sphan repetirem que não se podia impedir o crescimento de Petrópolis com o tombamento, podemos pensar que a mudança para Cidade Imperial teria relação com o caráter restritivo que o título de monumento nacional imprimia aos conjuntos preservados. Contudo, no Decreto nº 24.735, que trata dos monumentos nacionais, não existe nenhuma referência à abrangência das áreas preservadas, somente teriam que ser objetos históricos e artísticos com valor nacional.

Acreditamos em duas possibilidades interconectadas para Petrópolis não receber o título de monumento nacional. A primeira tem relação justamente com as características estético-estilísticas de suas construções, muito diferente do barroco colonial, Petrópolis contaria com edificações neoclássicas e ecléticas construídas ao longo do século XIX, tendo muitas delas sofrido modificações. A segunda consiste na ideia de que as narrativas para o título de Cidade Imperial estavam sendo construídas antes mesmo da existência dela. Conforme relatos de viajantes, desde o século XIX, Petrópolis era chamada de Cidade Imperial. Dar nome deve ser entendido como um ato de poder, isto porque “Terminologias demarcam um terreno, política e epistemologicamente.” (TROUILLOT, 2016). Segundo Michel-Rolph Trouillot, ao “Nomear o fato, portanto, já [se] impõe uma leitura, e muitas controvérsias históricas se resumem ao que diz quem tem o poder de dar nome ao quê.” (TROUILLOT, 2016, p. 184). Ter sido o título de Cidade Imperial aquele escolhido já delinea o horizonte de significados, mesmo que pudessem ter sido muitos outros, as narrativas reiteradamente difundidas e defendidas sobre Petrópolis ao longo das décadas delineavam parte significativa do que viria a ser o conjunto urbano preservado.

Dois meses depois do envio do roteiro da Comissão da Sphan a Aloisio Magalhães, em 18 de março de 1980, o processo de extensão de tombamento de Petrópolis seria analisado pelo Conselho Consultivo. O arquiteto Paulo Santos foi escolhido como relator do processo e em seu parecer, depois de fazer uma descrição cronológica do processo que se iniciava no começo da década de 1960 com o pedido de tombamento de Lourenço Lacombe, apresenta as principais características que valorariam Petrópolis como patrimônio nacional.

A arquitetura dos poucos monumentos tombados em Petrópolis é, obviamente, fundamental, porque confere à cidade a aura de grandeza, que é o seu valor maior, sua joia mais preciosa, ligada à figura sem paralelo de Pedro II; inerente a e decorrente de Pedro II; – Petrópolis é a cidade de Pedro II –; e também ligada à aristocracia imperial, que encontrou ali o seu habitat, transferido às grandes figuras da República. Mas, a partir disso, como moldura para isso, são as belezas paisagísticas – do centro urbano e dos arredores –, que mais contam em Petrópolis. E nessas, não há que buscar elementos do século XIX – é simplesmente a natureza valorizada pelo trabalho entrelaçado dos séculos XIX e XX, em que mais do que a antiguidade dos bens, contam a escala, o espírito, o encanto impalpável das paisagens construídas pelo homem, ou agrestes, rústicas, pouco ou nada trabalhadas por ele, como as do rio [Piabanha]. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 142)

Podemos observar, conforme o parecer de Paulo Santos, que as características que conferiam valor de patrimônio a Petrópolis estavam diretamente ligadas ao passado

imperial, com destaque para a figura de D. Pedro II, aos estadistas do Império e da República e à integração do conjunto edificado à natureza. Nesse sentido, além da integração à natureza, podemos notar que Petrópolis seria preservada pela relação considerada umbilical entre a cidade e o Imperador e o caráter de inserção nacional assumido por Petrópolis, contando com a presença de políticos tanto do período imperial quanto do republicano.

Após o voto de Paulo Santos, o Conselho Consultivo deliberou proceder ao tombamento das seguintes áreas:

Avenida Sete de Setembro, Avenida Tiradentes, Avenida Ipiranga, Igreja Catedral, Rua São Pedro de Alcântara, Rua Raul de Leone, Praça Visconde de Mauá, as duas casas contíguas ao prédio número 376 da Avenida Koeler e Avenida Piabanha lado par: desde a casa número 148, antiga casa do Visconde de Mauá com respectivo bosque, individualmente incluída no tombamento, até a casa número 480. Avenida Piabanha - lado ímpar: desde o número 53 até o número 381, estendendo-se a proteção além dos limites da Rua Kopke, de modo a defender significativamente a parte mais pitoresca de Petrópolis. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 137)

Por fim, Pedro Calmon solicita que fosse incluído, na extensão de tombamento, o Edifício Guerra, casa onde faleceu Rui Barbosa, tendo em sua fachada inscrito o ano de 1847, data de sua construção. A solicitação seria acolhida pelo Conselho e incluída nos imóveis selecionados para o tombamento.

Alguns aspectos da primeira extensão de tombamento devem ser destacados. O primeiro tem relação com o fato de o voto de Paulo Santos afirmar que o tombamento proposto representaria a “apreensão do valor artístico de Petrópolis”. Somado a isso, a extensão de tombamento concentrou-se na área central, e imediações, de Petrópolis, buscando proteger os imóveis que teriam pertencido aos grandes nomes da política imperial, uma vez que, nessa arquitetura, estaria depositado o “espírito” dos tempos do Império. Ou seja, assim como o Museu Imperial guardaria o “espírito de uma época”, a preservação do patrimônio cumpriria a mesma função. Nesse sentido, percebe-se que, nessa primeira extensão de tombamento aprovada pelo Conselho Consultivo, levou-se em consideração sobretudo os padrões estético-estilísticos das construções e a história ligada aos membros do Estado imperial contada pela materialidade preservada. Importante frisar que os bens relacionados à colonização alemã e às indústrias têxteis da cidade não seriam incluídos à área preservada nesse momento.

No mês seguinte à deliberação do Conselho Consultivo, Alcides da Rocha Miranda envia carta a Aloisio Magalhães reclamando que as decisões do Conselho haviam se antecipado em relação às conclusões da Comissão da Sphan, tendo levado em consideração apenas a proposição de tombamento encaminhada pelo Conselho Municipal de Cultura, isto é, proposta encabeçada por Lourenço Lacombe. O arquiteto cita a expressiva mobilização da comunidade petropolitana, que se manifesta a partir de associações, tendo levado a Comissão a sentir-se estimulada a apresentar nova proposta de bens a serem anexados àqueles aprovados pelos conselheiros (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 161-3). Em reunião extraordinária do Conselho, em 02 de abril de 1980, seria ampliada a extensão de tombamento de Petrópolis, acrescido da Praça da Liberdade (Rui Barbosa), Rua Monsenhor Bacelar (até o Asilo dos Desvalidos), Rua do Encanto, Rua Barão do Amazonas e complementação da Avenida Piabanha (Presidente Kennedy). Nesse sentido, nota-se preocupação dos agentes da Sphan em satisfazer demandas da comunidade petropolitana, assim como fazerem cumprir os trabalhos feitos pela Comissão da Sphan na cidade de Petrópolis.

Fernanda Colagrossi, presidente da Appande, desfrutava de destacada capacidade de inserção e articulação política. Além de todo seu empenho e capacidade de mobilização em favor da preservação de Petrópolis, que pode ser notado ao longo do processo de tombamento, Fernanda Colagrossi foi casada com o político José Colagrossi Filho, o que possivelmente auxiliaria em sua inserção política.<sup>183</sup> Concomitante às discussões no Conselho Consultivo sobre o processo de extensão de tombamento, em 11 de fevereiro de 1980, Fernanda Colagrossi enviaria carta para o Presidente da República, João Batista Figueiredo, assinalando os perigos de destruição que Petrópolis corria em nome do progresso. Fernanda Colagrossi apela ao Presidente dizendo:

[...] A um país que ainda tem em Petrópolis a cidade Imperial, aquela mesma cidade que a tantos mandatários acolheu, com seu aspecto secular e que está prestes a sucumbir um pouco mais, nos momentos em que continuam devastando seu patrimônio.

Consideramos inadmissível tal processo e apelamos ao nosso Presidente, subscrevendo-nos cientes de que nosso protesto vem expressar um grito comunitário nacional por pretendermos preservar

---

<sup>183</sup> Fernanda Cecília Ribeiro da Luz Colagrossi dirigiu o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) (1986-1988; 1988-1991; 1993-1996). Disponível em: <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/painelbdbc.html>. Acesso em 11 ago. 2020. Cabe notar que seu marido, José Colagrossi, integrava o partido de oposição à ditadura militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o AI-5, seu mandato foi cassado, em 1968, tendo voltado à vida política no período de redemocratização, no início dos anos 1980. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131973/biografia>. Acesso em: 17 abr. 2021.

não apenas a história de uma cidade, mas a feição histórica de nosso próprio povo. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 131)

Ao final da correspondência, Fernanda Colagrossi solicita que o Presidente da República intervenha para o “tombamento urgente” de todos os imóveis construídos antes dos anos 1940 (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 140). Anexado à carta constava um abaixo-assinado contendo 5.365 assinaturas – incluindo a do prefeito de Petrópolis, do presidente da Câmara de Vereadores e de oito vereadores –, tal iniciativa teria sido desenvolvida conjuntamente com universitários e operários do Sindicato das Indústrias Têxteis de Petrópolis.

Logo em seguida ao pedido da presidente da Appande, Aloisio Magalhães receberia correspondência do ministro-chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, em que comenta os pontos suscitados pela carta enviada ao Presidente da República por Fernanda Colagrossi. Golbery do Couto e Silva diz ser

[...] animador ver e sentir que a comunidade petropolitana, organizando-se através de seus líderes, está consciente e preocupada com assunto tão relevante, qual seja, a preservação do meio ambiente em que vive. A cidade de Petrópolis, como disseram, tem, não só para comunidade local, como para toda nação, um significado muito especial: seus aspectos de cidade imperial nos trazem presente e viva nossa própria história, o nosso passado. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 116)

O ministro continua destacando o papel do órgão na preservação de Petrópolis desde o início de seu funcionamento e citando o trabalho da Comissão da Sphan (ACI-processo nº 662-T-62, v. I). Nota-se que a dimensão nacional de Petrópolis seria destacada em diferentes momentos e por diferentes agentes. A ideia de que a cidade seria capaz de contar a história viva do passado nacional, relaciona-se com os esforços feitos pelos saudosos do Império ao longo das décadas, uma vez que o empenho em elaborar narrativa sobre o passado de Petrópolis ligado à história nacional foi iniciativa dos intelectuais que estiveram à frente da Comissão do Centenário de Petrópolis.

#### **4.2.2 Ditadura militar, Sphan e investimentos na memória imperial**

Os investimentos do regime militar (1964-1985) na área da cultura foram expressivos, produzindo significativas modificações no órgão federal de preservação. Maria Cecília Londres Fonseca assinala que, durante a década de 1970, na ditadura

militar, as mudanças na Sphan em relação aos parâmetros anteriores fizeram-se em nome da modernização, uma vez que “[...] era importante apresentar a prática de preservação como compatível (e não conflitante) com o processo de desenvolvimento.” (FONSECA, 1996, p. 154). Sergio Miceli destaca que as três últimas iniciativas relevantes durante a década de 1970, na área da cultura, seriam a implantação tanto do Programa Cidades Históricas,<sup>184</sup> quanto do Centro Nacional de Referência Cultural e a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória, que “alteraram significativamente o perfil da vertente ‘patrimonial’, refletindo ao mesmo tempo a emergência de novas lideranças e orientações doutrinárias.” (MICELI, 1984, p. 59). Implícito a esse “ideário de conduta” do regime militar estava a ideia de relacionar “o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do Governo Geisel” (MICELI, 1984, p. 57).

Tanto Renato Soeiro quanto Aloisio Magalhães desfrutariam de “boas relações com os setores do governo durante o regime militar” (CHUVA, 2017, p. 85), tendo o último apoio de Golbery do Couto e Silva que teria “acolhido com simpatia o [seu] projeto inovador” (MICELI, 1984, p. 67).<sup>185</sup> A correspondência de Golbery do Couto e Silva, citada acima, para Aloisio Magalhães leva a crer que o suporte do ministro poderia ser cobrado por meio de exigências de posicionamentos da Sphan com relação a bens que necessitavam de parecer, colocando em dúvida a autonomia do órgão federal de preservação frente ao poder executivo federal.

Rubem Ludwig, militar reformado, recém-empossado ministro da Educação, gozava de considerável inserção nos centros decisórios do governo militar. Dentre as objetivações de sua gestão, estaria buscar as “raízes brasileiras”, conforme seria afirmado em programa cultural do MEC.<sup>186</sup> No dia 25 de março, Ludwig se corresponderia com

---

<sup>184</sup> No dia 21 de maio de 1973 seria criado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste. Seu desenvolvimento foi interministerial contando com a integração da Sphan, do Ministério do Interior, através da Sudene, e do Ministério da Indústria e Comércio, através da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), contando com recursos da Seplan. Em 1977, o projeto seria ampliado para estados da região Sudeste, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a partir desse momento denominado Programa Cidades Históricas. No ano de 1979, o Programa Cidades Históricas seria integrado à estrutura da Sphan. O objetivo desse programa era incentivar o turismo nas cidades históricas como forma de promover o desenvolvimento econômico nesses lugares (THOMPSON, 2010).

<sup>185</sup> Segundo Sergio Miceli, teria Golbery do Couto e Silva “afiançado” o nome de Aloisio Magalhães para substituir Renato Soeiro. Além disso, o ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, teria garantido “recursos e proteção institucional” para criação do CNRC, dando suporte às reformas na esfera da preservação encabeçadas por Aloisio Magalhães, que dirigia o CNRC. (MICELI, 1984)

<sup>186</sup> Informações extraídas do verbete bibliográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:

João Batista Figueiredo, então presidente da república, para tratar do assunto da preservação de Petrópolis. Na carta, o ministro da Educação demonstrou estar a par quanto às ações desenvolvidas ao longo do tempo pela Sphan, assim como dos desafios que envolviam a preservação de Petrópolis. Rubem Ludwig afirma que os núcleos urbanos vinham sendo preservados como documentos da história do Brasil, tendo destaque aqueles representativos do período colonial. Contudo, segundo ele, “Não menos expressivo, para a cultura brasileira, é o documentário do período imperial, do qual avulta, por sua excepcional importância, a cidade de Petrópolis.” Levando em consideração o legado industrial presente na cidade, o ministro assinala a necessidade em se compatibilizar a “imagem histórica com a dinâmica urbana”. Desse modo, Rubem Ludwig enviava ao presidente a minuta de decreto que visava preservar o acervo arquitetônico e natural “indissociavelmente ligado à memória nacional” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 11-2).

Interessa atentar para as relações entre regime militar e empenho na reatualização da memória do Império. As comemorações pelo Sesquicentenário da independência do Brasil, realizadas em 1972, podem ser um bom indício da reatualização do período imperial e de seus usos pelo regime militar. As festividades pelo 150º aniversário da independência teriam envolvido a entrega, pelo governo português, dos despojos de D. Pedro I, inaugurando o Monumento do Ipiranga com a finalidade de depositar os restos mortais de Pedro I. A produção de longa-metragem intitulada “Independência ou Morte”, dirigida por Carlos Coimbra e produzida por Oswaldo Massaini, reuniu o maior elenco e foi o filme mais caro produzido no país (ALMEIDA, 2005). Além disso, seriam reeditadas obras relacionadas ao momento da independência, conforme Adjovanes Almeida (2005), ao longo do ano de 1972, vários livros “clássicos” sobre História do Brasil ganhariam reedição, cujo conteúdo destacava acontecimentos políticos protagonizados por “grandes” figuras públicas. Adjovanes Almeida (2005) destaca o papel que o IHGB teria na publicação dessas obras e na promoção do curso sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil. Vale notar que teria sido na ditadura do Estado Novo que os restos mortais de D. Pedro II e de Teresa Cristina viriam para o Brasil

---

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rubem-carlos-ludwig>. Acesso em: 18 abr. 2021.

e receberiam abrigo no Mausoléu na Catedral de Petrópolis, inaugurado com essa finalidade.<sup>187</sup>

Aloisio Magalhães participou do trabalho de elaboração do símbolo do sesquicentenário. A confecção do *designer* gráfico representaria a continuidade entre passado e presente, conectando a emancipação brasileira com o desejo de desenvolvimento independente do regime militar (LAVINAS, 2014). “Por meio de recurso gráfico de quatro bandeiras tremulando, Aloísio consegue transmitir a ideia de continuidade temporal e ligação histórica.” (LAVINAS, 2014, p. 61). As quatro bandeiras trêmulas conectavam as datas 1972 a 1822, dando a ideia de continuidade entre os dois períodos.<sup>188</sup>

**Figura 15** – Símbolo do 150º aniversário da Independência do Brasil



Fonte: LAVINAS, 2014, p. 61.

Nota-se que, a despeito das tentativas de mudanças nas abordagens teórico-metodológicas adotadas pelos agentes do órgão federal de preservação, o tombamento de Petrópolis, no início da década de 1980, comprometia-se com o entendimento da história em uma perspectiva linear, entendendo o presente como resultado do passado. Isto porque reiterava na materialidade tombada narrativa que vinculava a história da cidade à imagem saudosa e positiva do período imperial. As inúmeras mudanças no espaço ao longo do tempo foram frequentemente desconsideradas como parte da narrativa para a cidade, uma

---

<sup>187</sup> Esse assunto foi tratado no capítulo 2, onde analisei a montagem da rede dos saudosos do Império em Petrópolis no momento da instalação da Comissão do Centenário de Petrópolis.

<sup>188</sup> Em 1966, Aloisio Magalhães foi responsável pelo desenvolvimento da logomarca da Light e pelo novo projeto do papel moeda do Cruzeiro Novo. Conforme Laís Lavinias, “O Cruzeiro Novo contribuiu para reforçar o discurso de Brasil Potência ao enriquecer o debate de crescimento nacional independente. O mesmo pode ser pensado para a reformulação da identidade visual da Light, pois a compra do maior conjunto de empresas de energia elétrica do estado do Rio de Janeiro (e São Paulo) vai ser acrescentada ao intenso debate sobre a independência energética existente na época nas esferas pública e privada do país.” (LAVINAS, 2014, p. 43-4)

vez que com o tombamento se perseguia a origem de Petrópolis, e não o processo de formação da cidade com suas transformações no espaço físico, sinônimo de lutas pelos diferentes interesses políticos e econômicos vividos na cidade.

Como resposta à correspondência enviada ao presidente por Fernanda Colagrossi, mas certamente não apenas por conta disso, em 27 de março de 1981, o Decreto nº 85.849 atribui à cidade de Petrópolis o título de Cidade Imperial. Conforme o Decreto, aprovado por João Batista Figueiredo, os bens a serem tombados na Cidade Imperial seriam “especialmente identificados” pelo órgão de preservação. Além disso, em seu Art. 5º, assinala que deve ser adotado “plano urbanístico que concilie o desenvolvimento da cidade de Petrópolis com a preservação de seu acervo arquitetônico e natural.” (DECRETO nº 85.849, ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 6). Portanto, atentando-se para a justificativa e as palavras utilizadas no Decreto, as sugestões do ministro Rubem Ludwig teriam sido acatadas pelo presidente da República.

Conforme matéria do jornal *O Globo*, do mesmo dia da publicação do Decreto, a medida teria sido defendida pelo ministro da Educação, o qual teria convencido o presidente da República a assinar o Decreto que chancelou a Petrópolis o título de Cidade Imperial (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 7). Ainda segundo a matéria, o assessor de Planejamento da Prefeitura, Adilson Beck de Andrade, afirmou que “o velho desejo dos petropolitanos de ter Petrópolis como cidade imperial foi reconhecido”. Dando continuidade, Adilson Beck, assinala que

Temos agora, oficialmente, a primeira cidade imperial do continente americano. Com esta medida teremos os benefícios óbvios em termos de repercussão. O decreto do presidente da República chegou no momento em que estamos desenvolvendo o planejamento de ocupação e uso do solo, um trabalho integrado do Governo municipal com entidades comunitárias como a Apande, Sindicato da Construção Civil, Associação Petropolitana dos Engenheiros e Arquitetos, Instituto Histórico de Petrópolis e os órgãos governamentais Sphan, Fundrem, Flumitur, Conselho de Cultura, Secretaria de Obras e Assessoria de Planejamento. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 7)

Em primeiro lugar, destacamos a continuidade nos discursos sobre Petrópolis em destacar que a cidade era a única ligada ao Império no continente americano, tal valoração vinha sendo atribuída à cidade pelo menos desde os anos 1930. Apesar do assessor de Planejamento da Prefeitura ter se referido ao desejo dos moradores de Petrópolis de que a cidade ganhasse o título de Cidade Imperial, o diretor-técnico da Appande, Francisco Antonio Doria, enfatiza, em matéria do jornal *O Globo* de 29 de março de 1981, que no

Decreto estaria a “oportunidade de se pensar na preservação das vilas operárias, como parte da história arquitetônica da cidade. Acrescentou que “há necessidade de se deixar de pensar apenas nas casas em que moram os barões” (*O Globo*, ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 8). Ou seja, podemos notar disputas em torno de quais memórias os tombamentos na cidade de Petrópolis iriam preservar. Como veremos, o papel da Sphan foi, principalmente, tombar o legado material ligado ao Império – personificado na figura de D. Pedro II – e seus estadistas.

Dada a diversidade e quantidade de agentes e agências envolvidos nas discussões acerca da extensão de tombamento de Petrópolis, e as acaloradas discussões que surgem a partir disso, podemos nos questionar quanto à fala do assessor de Planejamento da Prefeitura quando afirma que havia um desejo da comunidade petropolitana de ter sua cidade considerada como pertencente essencialmente ao período imperial.

**4.2.3** Preservação, desenvolvimento e participação: “Petrópolis, acima de tudo, será aquilo que a sua comunidade decidir”

Aloisio Magalhães, no dia 31 de março de 1981, faria pronunciamento no auditório do Museu Imperial prestando esclarecimentos sobre o Decreto nº 85.849. Conforme Aloisio Magalhães, o Decreto presidencial teria colocado a cidade sob proteção, mas “a comunidade é quem vai decidir o que deve ser feito para a sua preservação, já que o decreto é apenas o instrumento que garantirá a Petrópolis o seu caráter de Cidade Imperial.” (*Jornal do Brasil*, ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 15). No mesmo dia, o *Jornal O Globo* publica reportagem sobre o assunto, descrevendo que durante o debate Aloisio Magalhães teria buscado tranquilizar os representantes das associações civis e órgãos públicos, assinalando que

Petrópolis é um caso dramático de necessidade de preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural. Mas também temos claro que Petrópolis é uma cidade viva, que não pode estiar-se, nem se transformar num museu vivo. Não podemos deixar que o desenvolvimento, que também é necessário à cidade, atropela a sua história. Petrópolis é um centro industrial, residencial vivo, que terá, necessariamente, que crescer. Mas não queremos que o desenvolvimento destrua a sua história, sob pena de virarmos um país rico, mas sem caráter. Se Petrópolis não sobreviver com seu caráter, esse preço nós pagaremos. Mas uma coisa queremos deixar bem claro: Petrópolis, acima de tudo, será aquilo que a sua comunidade decidir. (*O Globo*, ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 15)

Na mesma reportagem, Joel Ghivelder, coordenador de Desenvolvimento Urbano da Fundrem, assinala a relação entre preservação e desenvolvimento presente nas palavras de Aloisio Magalhães, dizendo: “É preciso ficar claro que é um processo diferente, porque as características da cidade também são diferentes: Petrópolis não é Ouro Preto, nem Paraty, Petrópolis não é um museu vivo. É uma cidade viva. [...]” (ACI-processo nº 662-T-62 v. I-A, fl. 15). Segundo Lia Motta (2000), o reconhecimento do valor histórico/documental junto à vitalidade das cidades teria como consequência discursos institucionais que enfatizavam a necessidade de harmonizar crescimento e preservação nas políticas da Sphan.

A dificuldade de alinhar discurso e prática foi notada no caso das discussões e decisões acerca do processo de extensão de tombamento da cidade de Petrópolis. Conforme Lia Motta (2010),

[...] Conceitos presentes nos discursos do período, não foram plenamente empregados nas práticas de seleção do patrimônio a ser protegido. As práticas discursivas construíram novas representações de patrimônio, sugerindo novas imagens nos discursos, enquanto as práticas seletivas não corresponderam a essas representações. A seleção dos novos bens e sítios urbanos a serem tombados se limitou, predominantemente, aos aspectos estético-estilísticos e de excepcionalidade. (MOTTA, 2010, p. 85)

Apesar do diretor e dos agentes da Sphan frequentemente se referirem às demandas da comunidade, a primeira proposta de extensão de tombamento aprovada pelo Conselho Consultivo distanciava-se dos desejos dela, pois concentrava o tombamento na área central e não fazia menção ao patrimônio ligado ao legado da imigração e às indústrias têxteis. Mas, de fato, viviam-se novos tempos. As insatisfações com esse tombamento seriam expostas e os agentes da Sphan teriam que fazer concessões, mesmo que dentro de certos limites.

As discussões sobre os tombamentos e as áreas de entorno não cessariam após a primeira extensão de tombamento realizada pela Sphan. Em 19 de junho de 1980, a Prefeitura de Petrópolis enviaria para a Sphan correspondência expondo que o Conselho Municipal de Cultura, após estudos e reunião realizada no mês de maio, teria decidido sugerir a preservação do patrimônio industrial de Petrópolis, sendo ele:

Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara, Fábrica Cometa (Alta da Serra), Fábrica de Tecidos Santa Helena, Companhia Petropolitana de Tecidos e Fábrica de Tecidos Dona Isabel. Sugerimos ainda, a possibilidade de preservação de toda a Rua do Imperador (antiga 15 de

novembro), o prédio do Colégio Santa Isabel, o prédio Werneck (Rua Marechal Deodoro), a Praça Dr. Sá Earp, as Ruas Souza Franco e Buarque de Macedo, o Palácio Itaboraí, o ambiente dos poços do Imperador e dos Ferreira em Correias e o Castelo do Barão Smith Vasconcellos, em Itaipava. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 145)

Em 17 de julho de 1980, Fernanda Colagrossi envia correspondência para Lygia Martins Costa. A representante da Appande mostrava-se preocupada com o perigo que sofriam os bens ainda não preservados pela Sphan, denunciando as relações entre poder público municipal e interesses privados que ameaçavam as áreas preservadas. Além disso, afirma que

O município foi sempre paternalizado e demorará a romper seus cordões umbilicais fortes, arraigados em suas tradições – É uma cidade onde uma família imperial vive e onde se estabeleceu uma enfiuteuse. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 155)

Por fim, Fernanda Colagrossi afirma que a “última esperança de preservação do 1º e 2º distritos são vocês. É a SPHAN” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 155). Dias depois, Lygia Martins Costa escreve ao diretor da Sphan sobre o tombamento de Petrópolis. Avalia que seria importante a Comissão da Sphan, ainda existente, analisasse as propostas do Conselho Municipal de Cultura e da Appande, isto porque

Sentimos que o Conselho e essa Associação representam partes significativas da comunidade petropolitana, talvez as únicas capazes de se manifestarem em defesa do caráter inconfundível da cidade, com preocupações que o resto da população intua, mas não chegue a expressar. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 157)

Em tom de mau agouro, Lygia Martins Costa conclui dizendo que a “A SPHAN não pode se permitir a ser culpada da omissão de não ter estudado essas propostas.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 157).

No começo dos anos 1981, a Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Petrópolis foi ocupada pelo economista Adilson Beck de Andrade que contribuiria para os trabalhos do chamado *Projeto Petrópolis - Planejamento e Preservação* que visava equacionar desenvolvimento e preservação do patrimônio na cidade serrana.<sup>189</sup> Na gestão

---

<sup>189</sup> No mês de janeiro de 1981, foi assinado Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), a Fundrem e a Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Petrópolis tendo como finalidade a elaboração de novo plano de zoneamento urbano e código de obras. A Fundrem contaria com o suporte técnico da Sphan, do Inepac, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema). Antes da assinatura deste Convênio, a Comissão de Coordenação dos Trabalhos de Detalhamento da Proposta de Regulamento de Uso do Solo e Elaboração de Código de Obras para o município de Petrópolis, integrada pela Sphan, Inepac, Fundrem,

de Adilson Beck, torna-se realidade a Comissão Consultiva de Planejamento Urbano, que havia sido criada pelo Decreto nº 12 de 02 de maio de 1977. Tal Comissão seria integrada por representantes da sociedade civil, eram eles: IHP, UCP, Sindicato da Construção Civil, Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura (Apea), Conselho Municipal de Cultura, Museu Imperial, Clube dos Diretores Lojistas e Appande.

Em 25 de junho de 1981, Dora Alcântara envia correspondência para Aloisio Magalhães dizendo que a partir dos trabalhos realizados pela Comissão de Coordenação dos Trabalhos Técnicos e pela Comissão Consultiva de Planejamento Urbano precisaria ser ampliada a área tombada, tendo como base a seleção de novas propostas de pedidos para determinados bens. Dora Alcântara assinala que os estudos realizados confirmam o valor da cidade e do município de Petrópolis, contudo, dado o seu caráter dinâmico, não deveria se efetivar “procedimento comum de tombamento do conjunto”. A arquiteta continua assinalando que

Para compatibilizar esses valores de ‘cidade monumento’ e de núcleo urbano cheio de vitalidade, a Comissão apontou como caminho, em vez do tombamento global, a preservação dos elementos mais característicos da cidade.

Nesse sentido, para a manutenção do caráter peculiar de Petrópolis, foram ressaltados:

- o bom relacionamento das edificações com a paisagem natural, premissa básica do plano Koeler;
- as características arquitetônicas de certos conjuntos ou unidades, reveladoras da história local;
- a atuação da comunidade petropolitana no conhecimento e defesa de seu patrimônio.

A preservação, considerada como um processo, necessitaria para sua evolução, da atuação de órgãos de planejamento urbano, a fim de atender ao primeiro aspecto da proposta. (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 20-1)

Dora Alcântara ressalta ainda que a preservação deveria ser vista como revitalização, “[...] incentivando novos usos, e de salvaguarda de importante documentário da história brasileira e local, expresso através do espaço urbano e seu agenciamento.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I, fl. 21). Nesse sentido, Petrópolis seria considerada de projeção nacional, uma vez que ligada ao Império e suas figuras políticas, assim como teria seus valores locais preservados, levando em consideração a conexão

---

Flumitur, CNDU e Prefeitura Municipal de Petrópolis, já vinha realizando reuniões desde outubro de 1980 que iriam se estender até março de 1981.

entre ocupação urbana e a paisagem; o legado da imigração, sobretudo alemã; e, as fábricas e as vilas operárias.

Meses depois, em 08 de agosto de 1981, o novo pedido de extensão de tombamento seria julgado pelo Conselho Consultivo da Sphan. Participariam da reunião, além dos conselheiros e do diretor do órgão, os técnicos da Sphan e da Fundrem que integraram os trabalhos executados em Petrópolis.<sup>190</sup> Alcides da Rocha Miranda explica que para elaboração dos trabalhos teriam sido utilizados os preceitos do plano Koeler, considerado “bastante inovador”. Dora Alcântara assinala que os trabalhos da Comissão da Sphan buscaram dar parecer ao Projeto de Lei de Lygia Lessa Bastos, que pretendia tornar Petrópolis monumento nacional, porém, não seria viável tombamento total do município, pelo contrário, buscava-se preservar seus “elementos mais característicos”. Finaliza enfatizando que foram respeitadas as características básicas do Plano Koeler, principalmente a integração entre paisagem natural e construções. O relator do processo, Gilberto Ferrez, aprova a extensão de tombamento proposta pela municipalidade, composta de cinco conjuntos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos; quatro unidades fabris; e, dez elementos isolados e de aspectos morfológicos. O voto do relator foi seguido de forma unânime pelos demais integrantes do Conselho.

Vale destacar que Gilberto Ferrez, em seu parecer, congratula os esforços dos envolvidos nos trabalhos de preservação de Petrópolis, afirmando que representavam o “[...] labor de pessoas de alto nível moral e cultural. Graças a eles, conseguiu-se salvar a Cidade Imperial de Petrópolis e impedir que se transformasse numa nova Caxias.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. I-A, fl. 128). Dessa forma, Gilberto Ferrez sintetiza algo que seria caro ao longo das discussões sobre a extensão de tombamento: impor limites ao crescimento de Petrópolis. Mesmo que o desenvolvimento fosse admitido pelo órgão federal de preservação e por outros agentes envolvidos na preservação, tal crescimento deveria acontecer dentro de limites, os quais, num primeiro momento, visaram preservar justamente a área central da cidade, onde se localizam as marcas mais visíveis da memória do Império em Petrópolis.

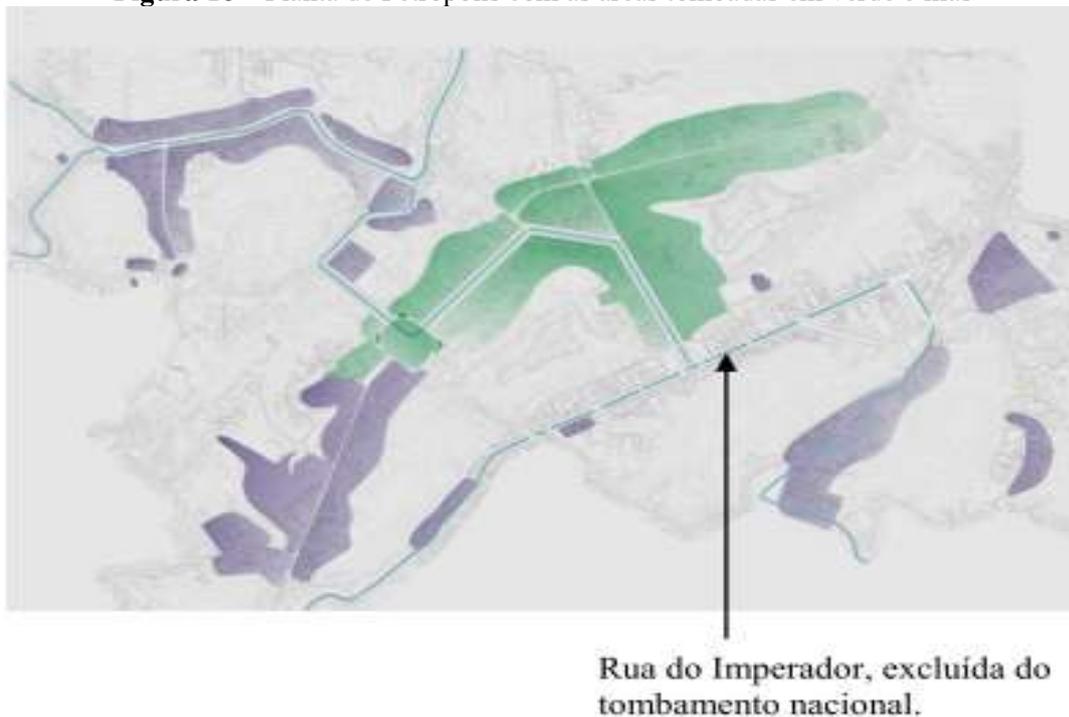
Nas reuniões da Comissão Consultiva de Planejamento Urbano, o tema da preservação da Rua do Imperador foi debatido, momento em que os membros da Appande colocaram-se favoráveis ao seu tombamento integral. Ao final do processo de definição

---

<sup>190</sup> Em geral, as reuniões do Conselho Consultivo eram compostas pelo diretor da Sphan e pelos conselheiros.

e delimitação dos bens a serem preservados, deliberou-se que o tombamento da Rua do Imperador seria apenas parcial. Nela, foram tombados o canal e as balaustradas de suas margens (MOTTA, 2010). Conforme Lia Motta, tal decisão faz entrever o emprego de parâmetros estético-estilísticos para seleção dos tombamentos em Petrópolis. A Rua do Imperador, localizada no centro histórico, não seria preservada porque havia sofrido inúmeras transformações por conta da especulação imobiliária que ganha força a partir da década de 1950 (MOTTA, 2010).

**Figura 16** – Planta de Petrópolis com as áreas tombadas em verde e lilás



Fonte: MOTTA, 2000, p. 89.

O resultado do *Projeto Petrópolis - Planejamento e Preservação* seria o tombamento baseado sobretudo no Plano Koeler, levando em consideração a importância em se preservar a integração entre paisagem natural e construções. Assim, seriam preservados os canais, calhas dos rios e morros. Igualmente, o conjunto fabril da Cascatinha integraria o tombamento. Do ponto de vista do tombamento feito pelo órgão federal de preservação, privilegiaram-se os imóveis concentrados na área central da cidade, portanto, região nobre, onde concentram-se as construções ligadas ao período imperial. Cabe acrescentar que também foram preservados exemplares da arquitetura considerada típica de Petrópolis, ligada aos colonos alemães.

### 4.3 Os significados possíveis da materialidade preservada: memórias permitidas e articuladas

Ao analisar o percurso da extensão de tombamento de Petrópolis, notamos que existia um amplo debate de quais memórias representariam melhor o passado da cidade. Seria uma cidade ligada à colonização alemã? Seria uma cidade relacionada aos trabalhadores da indústria têxtil? Seria um exemplo ímpar no Brasil da integração entre natureza e edificações urbanas? Seria uma cidade que guardava a memória do Império e de seu Imperador?

O desdobramento do caso de preservação com a extensão do tombamento e, logo em seguida, do pedido de impugnação à preservação da casa situada à rua Roberto da Silveira, nº 75, na cidade de Petrópolis, mostra-se como exemplo elucidativo das ideias expostas ao longo deste capítulo. No ano de 1983, as discussões giravam em torno do pedido de impugnação ao tombamento efetivado em 1981 oferecido pelo proprietário do imóvel, Emílio Nina Ribeiro, que questionava o valor histórico e/ou artístico da casa em questão. Augusto Carlos da Silva Telles, diretor da Divisão de Tombamento e Conservação (DTC)<sup>191</sup> naquele momento, pede a Dora Alcântara que realizasse com urgência “[...] análise do interesse arquitetônico e urbanístico da manutenção do tombamento [...]” (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 38).

A arquiteta faz concisa defesa, apontando os principais aspectos para a manutenção do tombamento. Segundo ela, Petrópolis estaria “vinculada, como nenhuma outra, ao período imperial brasileiro e a tantos fatos memoráveis da história política do país [...]”. Continua afirmando que o tombamento teria buscado a integração da paisagem natural com as construções, garantido pelo “excelente” plano urbanístico de Koeler. E, por fim, expõe as razões específicas para a patrimonialização do imóvel em questão:

Embora nem todas as unidades, em si, possuam um valor excepcional, no conjunto, cada uma, destacada por determinada característica, torna-se indispensável para assegurar a preservação do todo.

O imóvel em questão, por exemplo, inscreve-se entre os ‘chalets’ petropolitanos, como exemplar dos mais curiosos, pela forma bastante alterada da empena, com um acabamento ‘rendado’ de madeira recortada, que sobressai na parte mais elevada da fachada. (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 41)

---

<sup>191</sup> A partir de 1979, a DET e a Divisão de Conservação e Restauração (DCR) fundiram e formaram a Divisão de Tombamento e Conservação (DTC).

Logo em seguida, a questão seria julgada pelo Conselho Consultivo da Sphan. Afonso Arinos de Melo Franco, relator do processo, faz breve síntese do familiar ambiente urbano de Petrópolis, frequentado por ele e sua família desde a infância. Em seu parecer, o historiador foi alinhavando a materialidade das construções localizadas na área central da cidade com as trajetórias de vida de destacadas figuras do cenário político-econômico do Império e acontecimentos históricos de dimensão nacional, como o fim do Primeiro Reinado e a Guerra do Paraguai. Já chegando ao pronunciamento do seu voto, Afonso Arinos conclui sua exposição dizendo: “[...] Não entrarei pela Avenida Koeler, nesse passeio de lembrança nostálgica, porque seria alongar demais o voto.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 52). Por fim,

O voto é pela rescisão da decisão do tombamento. Não é por ter sido amigo dos dois irmãos Nina Ribeiro, ambos falecidos, que assim me manifesto. É porque estou convencido de que o prédio em questão nada representa de interesse histórico, e se encontra emparedado entre edifícios de apartamento, dois dos numerosos edifícios que hoje descaracterizam completamente a antiga rua Primeiro de Março. [...] (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 53)

**Figura 17** – Casa situada à rua Roberto da Silveira, nº 75, localizado entre dois prédios



Fonte: processo de tombamento (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 14-5).

**Figura 18** – Fachada do imóvel à rua Roberto da Silveira



Fonte: processo de tombamento (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 14-5).

Após o parecer de Afonso Arinos, houve algumas manifestações defendendo a preservação do imóvel, principalmente pelo fato de que permitir o cancelamento do tombamento poderia incentivar indesejados pedidos nesse sentido de outros proprietários.

Depois desse trajeto, o processo de impugnação volta às mãos de Dora Alcântara que faz extenso pronunciamento complementar sobre as questões envolvendo as justificativas para preservação do imóvel. Primeiramente, Dora Alcântara cita as “[...] qualidades urbanísticas de Petrópolis, oriundas do plano Koeler [...]”. Continua afirmando haver sido concluído, pelas discussões envolvendo a extensão de tombamento, que a cidade foi preservada por seu excepcional valor histórico, paisagístico e artístico, tendo sido tombados conjuntos representativos da história e da comunidade petropolitana. Segundo ela,

O panorama arquitetônico, que Petrópolis oferece, reflete de maneira expressiva todos esses fenômenos; pouco resta, é verdade, das primitivas habitações de colonos; o mesmo não ocorre com exemplares de arquitetura industrial, tanto as fábricas quanto os conjuntos residenciais para operários.

A presença de D. Pedro II e seus ministros é lembrada pelo Palácio Imperial e pelas construções de maior volume, para as quais foram adotadas técnicas mais apuradas, fatores responsáveis por alguns

conjuntos de excepcional valor arquitetônico (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 61-2).

Dora Alcântara prossegue seu parecer ressaltando os estilos arquitetônicos presentes nas construções preservadas na cidade. O neoclássico “puro e elegante do Palácio Imperial”, o ecletismo que criava um “clima norte europeu”, o *art nouveau* das vilas. Prossegue afirmando que, embora alguns conjuntos evidenciem “elementos de uma arquitetura média”, proporcionavam sensação agradável pelo fato de ser “[...] resultante de transformações discretas de modelos básicos, há séculos encampados por nossa cultura, assimilados portanto a nossa sensibilidade.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 63). Segundo ela, tais construções não possuíam características arquitetônicas de “maiores méritos”, porém, teriam sido assimiladoras tais qual a “[...] assimilação do contingente imigrante em nossa sociedade.” (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 64). Utilizando imagens, Dora Alcântara segue sua exposição de motivos aproximando os elementos arquitetônicos de Petrópolis com aqueles de construções mineiras e baianas dos séculos XVI, XVII e XVIII, além de construções desses séculos localizadas em Portugal e outras do norte europeu.

Após o pronunciamento da arquiteta, Afonso Arinos alteraria seu voto, depois de, segundo ele, ter mais bem compreendido o processo em questão. A casa, por não ter sido tombada individualmente, não carecia de valor histórico e artístico excepcional para ser incluída nos Livros do Tombo. Complementa afirmando que

Foi tombado, sim, como parte integrante do singular conjunto da ‘Cidade Imperial’, cuja identidade histórica, paisagística e arquitetônica só será possível preservar convenientemente através da segurança da incolumidade dos elementos que a compõem. (ACI-processo nº 662-T-62, v. III, fl. 155)

Interessante perceber que, mesmo tendo mudado de ideia, Afonso Arinos continuaria a reproduzir consagradas formas de dar significados ao patrimônio a partir de seus atributos estético-estilísticos e seu papel de servir a uma pretensa causa maior, no caso preservar a “identidade histórica, paisagística e arquitetônica” presente na singularidade da “Cidade Imperial”.

Consideramos tal caso de impugnação representativo, pois ele consegue, a um só tempo, demonstrar como as justificativas para o tombamento ainda continuavam, em grande medida, atreladas aos valores arquitetônicos dos bens, assim como à escrita da história vinculada aos “grandes feitos” protagonizados por “personalidades ilustres”.

Nesse sentido, entendemos que não eram apenas concepções de arte que deveriam ser renovadas na Sphan, como também, e antes, concepções de história. Muito já se discutiu na historiografia sobre as ações do órgão de preservação brasileiro quanto ao papel desempenhado pelos atributos artísticos dos bens preservados, contudo, pouco se disse sobre os conceitos de história utilizados para justificar os tombamentos. Seja qual for o bem patrimonializado, narrativas históricas são utilizadas para lhe dar significados.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs deu contribuições importantes para a compreensão do processo de formação da memória coletiva relacionando-a com fenômeno essencialmente social e, além disso, atentando para a necessidade da materialidade exterior em sua formação (HALBWACHS, 2006). Tal materialidade não se transforma parte da memória coletiva sem que haja narrativas sobre seus significados.

Os processos de patrimonialização guardam íntimas relações com a formação de memórias coletivas, uma vez que a materialidade, e os significados atribuídos a ela, são capazes de gerar um sentimento de fazer parte de algo sem necessariamente ter vivido no tempo que a materialidade evoca. O conceito de “comunidades imaginadas”, desenvolvido por Benedict Anderson (2008), soma elementos a essa reflexão. Os processos de formação nacional implicam em criar sentimentos de pertencimento capazes de levar os cidadãos a se sentirem parte de uma totalidade desconhecida. Os jornais, os romances, os mapas, os museus serão fundamentais para gerar o sentimento de estar incluído em uma comunidade *imaginada, limitada e soberana*. Cabe notar que todas as formas de tornar a nação imaginável implicam em materialidades que são significadas a partir de narrativas, geralmente baseadas na história.

Ao analisar os bens tombados pela Sphan em Petrópolis, percebe-se que seriam justamente as edificações ligadas à família real e à elite política imperial que foram primeiramente consideradas patrimônio nacional, e, em menor medida, as construções relacionadas à migração alemã e às indústrias da cidade. Nesse sentido, o patrimônio edificado que conta a história de Petrópolis reitera visões elitistas da historiografia brasileira,<sup>192</sup> mesmo que boa parte desse patrimônio tenha sido tombado no final dos anos

---

<sup>192</sup> Essa historiografia foi produzida, primeiramente, no IHGB, mas foi reproduzida em muitos outros espaços de escrita da história, até mesmo dentro da academia. Homens como Helio Vianna, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe foram professores universitários. Longe de dizer que o pensamento deles era essencial e continuamente conservador, porque eles também tiveram que passar pelas mudanças de seu tempo, mas esses nomes são bons exemplos de como a escrita da história produzida pelo IHGB – ela mesma sofreria mudanças ao longo do século XX, porém, continuou a ser a escrita da história política de “grandes homens” durante boa parte do último século –, conseguiria se fazer presente na academia. Para saber mais, ver Angela de Castro Gomes (1996; 2009); Marieta Ferreira (2013).

1970 e na década de 1980, momento em que o Brasil, a Espanha e a historiografia brasileira passavam por modificações e revisões que visavam possibilidades mais democráticas de Brasil.

Acreditamos que existe conexão entre a memória do Império celebrada em Petrópolis com as memórias consideradas “locais”, conforme terminologia utilizada no processo de tombamento. Diversas vezes seria ressaltada a importância da integração entre paisagem natural e construção, o que seria vinculado ao legado do plano urbanístico do major alemão Júlio Koeler. O vínculo entre Koeler e a colonização alemã da cidade de Petrópolis foi reiteradamente reproduzido na historiografia sobre a cidade. Assim como o processo de industrialização na cidade, que teve início no século XIX, seria relacionado aos colonos e ao período imperial brasileiro. Nesse sentido, podemos pensar em camadas de memórias na cidade de Petrópolis. A camada mais visível, reiterada pelo tombamento, é aquela relacionada ao Império, a D. Pedro II, aos grandes estadistas, ao progresso difundido pelos ideais Iluministas etc. Depois, viriam aquelas menos na superfície, mesmo que visíveis, como a memória da imigração alemã e, em menor medida, italiana. Quanto mais distante da camada principal de memória, mais próximo ao silenciamento, portanto, as fábricas e vilas operárias encontram-se mais imersas e mais suscetíveis ao esquecimento. Na materialização da memória imperial para a cidade de Petrópolis, não houve lugar para os escravizados e seus descendentes. Estes ficaram invisíveis na materialidade preservada. Ou seja, a narrativa contada a partir do tombamento de Petrópolis articula-se com a escrita da história sobre a cidade. A memória do Império, do Imperador e de sua família ligada a uma imagem ilustrada, portanto, preocupada com o progresso, o desenvolvimento e o conhecimento, mostra-se reiterada a partir do tombamento.

Pensando no órgão federal de preservação, a historiografia sobre a preservação no Brasil assinala o final dos anos 1970 e início da década de 1980 como momento de consideráveis tentativas de transformação nas políticas de preservação no Brasil, tendo destaque a figura de Aloisio Magalhães. Contudo, quando analisado o processo de extensão de tombamento de Petrópolis, notamos que muitas das vezes se deu enfoque aos elementos arquitetônicos, tal qual a prática consolidada no órgão de preservação ao longo de suas primeiras décadas de funcionamento. Ao mesmo tempo, quando se dá espaço e voz a alguns grupos da população petropolitana na participação da definição do que seria considerado patrimônio, podemos interpretar como iniciativa democrática, e marca dos novos rumos almejados pelo órgão de preservação. Sendo que podemos nos questionar

como podem ser consideradas efetivamente democráticas essas ações ao circunscrever o conjunto tombado principalmente à área central de Petrópolis e, além disso, ao reivindicar e apoiar significados excludentes para o título de Cidade Imperial de modo a deixar de fora outras memórias possíveis para Petrópolis.

Muito interessante notar que, se no caso de extensão de tombamento de Petrópolis Ítalo Campofiorito – então diretor do Inepac – teve pouca participação, na gestão do órgão estadual de preservação, buscou investir numa atuação distinta daquela da Sphan. Segundo Márcia Chuva, “[...] Nessa vertente inovadora, o foco na herança negra e em zonas populares da cidade [do Rio de Janeiro] vai configurar uma importante ação do órgão, marcando sua trajetória e sua memória institucional.” (CHUVA, 2020, p. 8). Seguindo nova noção de “valor histórico”, o Inepac realizou o tombamento da Pedra do Sal, em 1984, e a inauguração do Monumento a Zumbi dos Palmares, em 1986 (CHUVA, 2020). No processo de tombamento de Petrópolis, há uma única menção ao patrimônio de origem claramente negra que foi feita na 3ª reunião da Comissão de Coordenação de Trabalhos Técnicos. Os agentes da Fundrem comentam os casos da proteção dos mananciais do Quilombo da Esquerda e Quilombo da Direita (ACI-processo nº 662-T-62, Anexo I). A área não estava sendo pensada como de interesse para memória negra, apenas ligada ao objetivo de preservação natural. Segundo Paola Gonçalves Dias (2016), o Quilombo da Vargem Grande – subdividido em Quilombo da Direita e Quilombo da Esquerda – foi reconhecido “formalmente” pela historiografia sobre Petrópolis.<sup>193</sup>

Ao receber o título de Cidade Imperial a partir de um Decreto podemos pensar que a memória do Império estava sendo eleita para Petrópolis, tendo sido o órgão federal de preservação o principal responsável na seleção e na atribuição de significados da titulação de Cidade Imperial para Petrópolis. Tal memória para a cidade – que lembra do Império sem relacionar com a escravidão no Brasil – vinha lutando para continuar ocupando lugar hegemônico, uma vez que produzida pelo Estado e difundida por instituição ligada a ele. Contudo, as lutas pelas representações do passado nem sempre respeitam hierarquias e se fazem de dissensos. Sendo que mesmo a participação da comunidade petropolitana no processo de seleção e significação dos bens foi interpretada e articulada pela Sphan dentro de consensos sobre a narrativa para a cidade de Petrópolis. Por isso, o que devemos nos perguntar, para entender a complexidade do processo de disputas pelo lugar de memórias hegemônicas – que influenciam na forma como se

---

<sup>193</sup> Esse tema foi tratado no capítulo 1 da tese.

concebe a história no imaginário das pessoas –, é quais representações de passado tiveram que ser preteridas em detrimento de uma memória positiva do período imperial para a cidade de Petrópolis?

Conforme o historiador Michel-Rolph Trouillot, o processo de construção de narrativas históricas implica em operações de poder e, inevitavelmente, em silenciamentos. Segundo ele,

[...] as presenças e ausências encarnadas em fontes (artefatos e corpos que convertem um evento em fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são neutras e tampouco naturais. São criadas. Como tais, não são meras presenças ou ausências, mas sim menções ou silêncios de vários tipos e níveis. Ao dizer silêncio, refiro-me a um processo ativo e transitório: ‘silencia-se’ um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. [...] (TROUILLOT, 2016, p. 85)

Nesse sentido, os processos de silenciamento também implicam em esforços. Conforme Trouillot, tal qual o silenciador de uma arma de fogo, o silenciamento de acontecimentos e agentes não faz com que desapareçam seus efeitos ou deixem de ter suas funções sociais. Os significados para a cidade de Petrópolis contados pela materialidade preservada pela Sphan reiteram silenciamentos observados na historiografia sobre a cidade.

Em 1958, a cidade de Vassouras, localizada na região Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, seria o primeiro conjunto urbano-paisagístico pertencente ao século XIX preservado pela Sphan (MIRANDA, 2012; WINTER, 2007). Vassouras seria tombada por guardar o caráter de conjunto do século XIX e por estar diretamente relacionada à memória dos “barões do café” (ACI-processo nº 566-T-57). Isabel Rocha e Paulo Parrilha<sup>194</sup> apontam que a predominância da escravidão no Vale do Paraíba fez com que a escolha da representação imperial na região da antiga capital federal fosse centrada em Petrópolis, cuja imagem simbolizava a “face romântica” do Império. Enquanto Vassouras, região com marcas explícitas da escravidão, deveria ser a “face velada”.

Tal “face romântica” de Petrópolis teria sido produzida e reproduzida pela historiografia, tendo os saudosos do Império como seus principais autores e divulgadores. Além disso, entendemos que a adesão e a ressonância dessa romantização para a cidade petropolitana tem relação com a capacidade de difusão dessas imagens para o grande

---

<sup>194</sup> Ambos ocuparam, em momentos diferentes, direção do Escritório Técnico de Vassouras. Para saber mais, ver Ana Carolina Neves Miranda (2012).

público a partir do turismo na cidade que evoca, a partir da materialidade preservada, o cenário romantizado com barões e palacetes do Brasil Império. Importante notar que o Museu Imperial contou, mais de uma vez, com o maior número de visitantes anuais em comparação com outros museus brasileiros ligados ao Ibram. Se a materialidade tombada na região central de Petrópolis celebra principalmente a memória positiva do Império e mostra-se como cenário, é no Museu Imperial que a encenação dessa memória acontece. A construção da memória positiva do Império para a cidade de Petrópolis mostra-se como fruto de longo caminho em que agentes e agências vão se repetindo e se multiplicando ao longo do tempo, nunca negligenciando seus papéis na escrita da história para a cidade, sendo patrimônio e museu integradores dessas diferentes linguagens para se escrever a história. O Museu Imperial e os agentes ligados a ele desempenharam papel crucial na construção e constante reatualização da memória saudosa do Império para a cidade de Petrópolis mesmo em momentos de transformações, como veremos a seguir.

#### 4.4 As exposições no Museu Imperial no contexto da extensão de tombamento de Petrópolis

Ao longo do percurso de extensão de tombamento da cidade de Petrópolis, o Museu Imperial foi dirigido por Lourenço Luiz Lacombe. Tal intelectual compôs o corpo de funcionários do museu desde a sua criação. Após a morte de Alcindo Sodré, Lourenço Lacombe assinala sua disputa com Francisco Marques dos Santos para assumir a direção do Museu Imperial. No entanto, conforme Lacombe, o presidente Café Filho julgou ser Lacombe ainda muito novo para tal empreitada (LACOMBE; COTRIM, 1987). Desse modo, Lourenço Lacombe assumiria a direção do museu somente em 1967 e deixaria de dirigir a instituição em 1990, quatro anos antes de seu falecimento. Lourenço Lacombe lecionou história em colégios de Petrópolis e na UCP. Membro do IHP e da APL. Luiz Lourenço Lacombe integrava e dava significados à rede dos saudosos do Império da cidade de Petrópolis e ocuparia destacada posição nos debates e nos desdobramentos do processo de extensão de tombamento de Petrópolis enquanto presidia o Conselho Municipal de Cultura e dirigia o Museu Imperial. A longevidade da rede dos saudosos do Império assenta-se, além das instituições fundadas para celebrar a memória do Império, na capacidade de articulação e inserção dos intelectuais que a compunham em diferentes lugares políticos e sociais na cidade.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, o campo da museologia vinha sendo questionado e modificado. No ano de 1972, foi organizada a Mesa Redonda de Santiago do Chile – convocada pela Unesco através do Icom – realizada por profissionais de museus e da Museologia, protagonizada por países da América Latina. Essa reunião foi marcada pelo questionamento da importância social da preservação do patrimônio cultural e suas relações com o desenvolvimento (TEIXEIRA, 2022). Nesse sentido, preservação e desenvolvimento “sustentável” esteve em debate na Mesa de Santiago do Chile. Como vimos, esse tema seria caro no processo de extensão de tombamento de Petrópolis, apontando para a articulação entre as discussões nos campos de patrimônio e museu.<sup>195</sup> Os debates na Mesa de Santiago preocuparam-se com os problemas sociais e econômicos da América Latina, tendo buscado formular propostas que relacionavam o museu ao desenvolvimento (SOUZA, 2020). Conforme Luciana Christina Cruz e Souza, a Mesa de Santiago buscou pensar o museu não somente em termos culturais, mas socioeconômicos que acabavam por se relacionar com questões históricas, tais como “[...] as disputas por terra, as lutas pela redução das desigualdades e pelo reconhecimento étnico, o analfabetismo nas zonas rurais, a intensa migração para as zonas urbanas e a concentração de terras. [...]” (SOUZA, 2020, p. 11). O potencial transformador identificado na organização da Mesa de Santiago do Chile relacionava-se com o contexto histórico vivenciado. Segundo Glauber Lima, o evento não ocorreu independente da pauta dos movimentos sociais, muito menos alheio ao debate desenvolvimentista articulados desde a década de 1950 por agências como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas (Cepal). Por isso, as ações idealizadas para o museu a partir desses debates assumiram parte das demandas reformadoras que vinham sendo debatidas há décadas (LIMA, 2014).

A dimensão social e a centralidade dos seres humanos e da comunidade, ao invés dos objetos, nos debates sobre museus, que estiveram na pauta das discussões da Mesa de Santiago do Chile, desdobraram-se no Movimento Internacional por uma Nova Museologia na década de 1980 (SOUZA, 2020). Questionavam-se, nesse momento, os aspectos elitistas e reducionistas dos museus e as relações dessas instituições com o poder. Desse modo, além de novas tipologias de museus que surgiram nesse momento,<sup>196</sup>

---

<sup>195</sup> Cabe notar que a representante do Brasil na Mesa de Santiago do Chile foi Lygia Martins Costa, a qual integrava o quadro dos funcionários da Sphan à época (SOUZA, 2020).

<sup>196</sup> As novas tipologias de museus – tais como, museu de vizinhança, museu a céu aberto e ecomuseu – relacionavam-se com a necessidade de congregar demandas sociais do período com outras propostas de gestão, análise e interpretação da memória concebida pelas instituições museais (TEIXEIRA, 2022).

convocava-se os museus tidos como tradicionais para se empenharem no processo de democratização de suas ações com a participação dos cidadãos nos rumos das práticas museais (TEIXEIRA, 2022). Nesse sentido, os museus com narrativas já estabelecidas estavam sendo convocados a refletir sobre como eram, conforme Luciana Teixeira (2022), “espaços da memória do poder” e como deveriam se transformar em lugares de questionamento do poder da memória.

De 1964 a 1980, anos marcados pela instalação de museus pelo Brasil, foi o período, segundo Célia Santos (2002), dos museus memoriais, empenhados no culto aos heróis. Nesse cenário, os debates da Mesa de Santiago e as ideias da Nova Museologia permaneceriam desconhecidas no Brasil (SANTOS, 2002).<sup>197</sup> Cabe notar, conforme nos lembra Célia Santos, que em 1972, quando se realizava a Mesa de Santiago, estava sendo comemorado o sesquicentenário da Independência do Brasil, momento em que se depositam os restos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga, após a circulação dos despojos pelas principais capitais do país, celebração que reitera os investimentos em uma dada memória nacional comemorada, com empenho e investimentos do Estado, durante a ditadura militar.

Em 13 de maio de 1971, os restos mortais da Princesa Isabel e do Conde d’Eu seriam recebidos na Catedral de Petrópolis, e depositados em mausoléu construído para abrigar os despojos de D. Pedro II e Teresa Cristina desde os anos 1939. Os restos mortais da Princesa Isabel e do Conde d’Eu – depositados anteriormente no mausoléu dos Orleans, em Dreux, na França – chegaram ao Brasil em 1953, portanto, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954).<sup>198</sup> No ano em que os despojos da Princesa Isabel e do Conde d’Eu chegam à cidade de Petrópolis comemorava-se o centenário da assinatura da Lei do Ventre Livre, que libertava os nascituros das mulheres escravizadas no Brasil. Assim como o dia da celebração remete à data da assinatura da Lei Áurea, que põe fim à escravidão no país. Cabe notar que, antes de ir para a Catedral de Petrópolis, os restos mortais sairiam da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro e passariam pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito.<sup>199</sup> Ligada

---

<sup>197</sup> Segundo Célia Santos, o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) teve acesso aos documentos da Mesa Redonda de Santiago do Chile somente dez anos depois da data do evento, isto é, na década de 1980. E, segundo ela, “[...] O encontro com o documento de Santiago é, de certa forma, sobretudo nos meios acadêmicos, a legitimação da nossa ação. [...]” (SANTOS, 2002, p. 107).

<sup>198</sup> Importante destacar que um Decreto de 12 de maio de 1938, afirma que seriam repatriados os restos mortais da Princesa Isabel e do Conde d’Eu. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=11397>. Acesso em 02 mar. 2023. As relações entre o primeiro governo Vargas e a reabilitação da memória do Império já foram tratadas no capítulo 2 desta tese.

<sup>199</sup> Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=11397>. Acesso em 02 mar. 2023.

diretamente à irmandade de mesmo nome do templo, a igreja relacionava-se, desde o período colonial, aos homens negros, escravizados e livres. Como já foi abordado ao longo da tese, houve significativos empenhos na reabilitação da memória do Império nos períodos ditatoriais que marcam a história do Brasil republicano. Além disso, a imagem da Princesa Isabel estava sendo, com a cerimônia do traslado para Petrópolis, relacionada diretamente à luta pelo fim da escravidão no Brasil, abordagem que não se mostrava como novidade na historiografia brasileira. Podemos nos perguntar o porquê de os restos mortais dos membros da família imperial não terem passado pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário existente em Petrópolis e, igualmente, ligada aos libertos e aos escravizados. Essa iniciativa não ocorreu certamente porque não se enquadrava às narrativas sobre o passado de Petrópolis, as quais buscaram silenciar, de várias maneiras, a presença do liberto e do escravizado na história de Petrópolis.

A relação entre a abolição da escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888, com a Princesa Isabel foi contemporânea aos acontecimentos da assinatura da Lei Áurea. Conforme Renata Moraes, poetas e historiadores, contemporâneos ao momento da abolição, procuraram, em sua maioria, estabelecer símbolos e heróis para a liberdade, retratando ex-escravizados como oprimidos e agraciados com os efeitos da abolição (MORAES, 2009). O acontecimento da abolição da escravatura foi amplamente comemorado nas ruas da Corte, tendo sido homenageados os integrantes da campanha abolicionista e a Princesa Isabel. Apesar dessa euforia contemporânea aos acontecimentos, as disputadas pelas interpretações para o 13 de maio marcariam as décadas seguintes (FERREIRA, 2008; MORAES, 2012). É contemporâneo ao momento da assinatura da Lei Áurea as inúmeras estratégias para criação da imagem da Princesa Isabel como redentora, muitas homenagens foram dispensadas a ela, algumas delas no Palácio Imperial em que era recebida com camélias, flores símbolo do abolicionismo (FERREIRA, 2008). São múltiplos os olhares sobre a participação da Princesa Isabel na abolição da escravidão no Brasil. Desde análises que relacionam suas ações contra o cativeiro motivadas por questões políticas e religiosas até interpretações que dimensionam sua atuação como fundamentais para o fim da escravatura. Não temos como objetivo compreender o papel da Princesa Isabel no processo de abolição da escravatura, mas partimos do pressuposto que foi construída longeva relação entre a abolição e a imagem da Princesa Isabel que ignorou e/ou obscureceu o papel dos escravizados e libertos no fim da escravidão. Tal narrativa que identifica a Princesa Isabel como figura-

chave para a abolição foi difundida em diferentes lugares e de diferentes formas, inclusive e especialmente pela rede dos saudosos do Império.<sup>200</sup>

Segundo Renata Moraes, *Abolição, um esboço histórico* – publicado por Osório Duque-Estrada em 1918 – e *A campanha abolicionista (1879-1888)* – lançado por Evaristo de Moraes em 1924 – foram as duas principais obras sobre a campanha abolicionista produzidas no começo do século XX e que serviriam como referência para os historiadores que se debruçavam sobre o tema da abolição, apesar desses trabalhos divergirem das conclusões destes dois autores (MORAES, 2012). No momento das comemorações da abolição, consoante Renata Moraes, os discursos dos membros do IHGB relacionavam o acontecimento à Princesa Isabel e ao gabinete de João Alfredo, identificando-os como heróis. Nas primeiras cinco décadas após a abolição, o Instituto Histórico não proporia nenhum trabalho histórico especificamente sobre a escravidão no Brasil, talvez por esse não ser naquele momento um problema historiográfico (MORAES, 2007). Entretanto, a despeito desse posicionamento do IHGB, seria interessante uma investigação sobre as obras produzidas por seus membros. Como exemplo, podemos citar a “famosa” biografia *Princesa Isabel, a Redentora* de Pedro Calmon publicada em 1941, onde a Princesa foi tratada como a heroína na abolição da escravatura (FERREIRA, 2008). Ricardo Salles assinala que a consolidação da República Oligárquica e a crise dos anos 1920 diluíram os questionamentos sobre a abolição da escravatura e temas de caráter mais abrangente, como a formação do Brasil, roubaram a cena na produção historiográfica (SALLES, 2017).

Na segunda metade do século XX, a historiografia sobre a abolição da escravidão divide-se em dois períodos. O primeiro circunscreve as décadas de 1960 e 1970, momento em que são feitas revisões das ideias defendidas em *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Nestes trabalhos,

[...] transparecem características sociológicas, preocupação em destacar a violência do regime e a ação (reação) do escravo contra o mesmo, assim como perceber as colocações destinadas aos negros ex-escravos após a sociedade senhorial escravista. [...] (MAXIMIANO, 2012, p. 244-5)

Nos anos 1980, colhendo os frutos dos programas de pós-graduação fundados nos anos 1970, a historiografia sobre a escravidão buscará identificar os escravizados como

---

<sup>200</sup> Trabalhos como os de Eduardo Silva (1999); Lucas Ventura da Silva (2021); Rafael Oliveira Cruz (2013; 2020); Rita de Cássia Ferreira (2008); Renata Moraes (2007; 2009; 2012) buscaram analisar, direta ou indiretamente, o papel e a construção dos significados para a atuação da Princesa Isabel no processo da abolição da escravatura.

sujeitos com capacidade de ação e com desejos, ou seja, os escravizados como agentes e não apenas como vítimas da escravatura (MAXIMIANO, 2012; ADOLFO, 2017). Cabe notar que o final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 foram marcados pelo início da redemocratização no Brasil, período de mudanças políticas e sociais que impactariam na produção historiográfica brasileira.<sup>201</sup>

Foi no contexto brevemente esboçado acima que a temática das leis abolicionistas passaria a ter evidente presença no Museu Imperial. O catálogo da exposição em homenagem à Princesa Isabel e ao Conde d'Eu por ocasião da transladação dos restos mortais de 1971 inicia-se com uma curta biografia de ambos para depois apresentar a exposição. Impresso em preto e branco, o catálogo conta com 40 páginas sem nenhuma imagem. Ou seja, fica a cargo do leitor imaginar cada peça mencionada a partir da descrição presente no catálogo. Na primeira sala, logo depois da apresentação da pintura à óleo da Princesa Isabel, faz-se menção à mesa da abolição. Produzida com mogno, mármore e bronze dourado, a peça possuía “estilo do Império”. No tampo de mármore havia a inscrição 13 de maio de 1888 solicitada pela Princesa, que sobre ela assinou “Lei Áurea” (CATÁLOGO..., 1971). Logo depois, são apresentadas algumas insígnias de Grão-Cruz – o grau mais alto dos títulos honoríficos – ligadas a D. Pedro I para, em seguida, aludir à vitrine intitulada “Princesa Isabel e o gabinete da abolição”, onde se exhibe fotografia da Princesa Isabel, em campo elíptico, contornado da esquerda para a direita pelas efígies dos integrantes do gabinete. São eles: senador João Alfredo, Presidente do Conselho; deputado Ferreira Viana, Ministro da Justiça; senador Vieira da Silva, Ministro da Marinha; deputado Rodrigo Silva, Ministro da Agricultura; senador Tomás Coelho, Ministro da Guerra; deputado Costa Pereira, Ministro do Império; e, senador Antônio Prado, Ministro de Estrangeiros. Logo em seguida, apresentam-se medalhas de ouro, prata e bronze que celebravam a Lei do Ventre Livre. Nas suas bordas, fazia-se menção, na frente e no verso, ao Visconde do Rio Branco (CATÁLOGO..., 1971). A exibição dessa fotografia faz entrever que, apesar do destaque dado da centralidade da Princesa Isabel na abolição, ela contou com os esforços de estadistas que ocupavam importantes postos no Império. A presença do primeiro monarca brasileiro

---

<sup>201</sup> Não iremos tratar do período de redemocratização, porém entendemos que a reivindicação por mudanças já estavam presentes na virada dos anos 1970 para os anos 1980. Conforme Francisco Gouveia de Sousa, “[...] O que a historiografia fez foi colocar em aberto o que se sabia sobre o passado. [...]” (SOUSA, 2017, p. 161-2). Portanto, marcos como a suspensão do AI-5 (1978); a anistia (1979); o momento de transição para a democracia marcado pelo governo de João Batista Figueiredo (1979-1985); a constituição em 1988 e as eleições em 1989 impactariam na forma de conceber a produção do conhecimento histórico (SOUSA, 2017).

nesta sala mostra-se muito provavelmente relacionada à intenção de traçar um percurso das leis abolicionistas que se iniciam ainda no reinado de D. Pedro I. Segundo essa narrativa, a família imperial teria ocupado lugar central nos esforços para a abolição da escravatura, sendo, em alguma medida, refém dos interesses dos políticos cafeicultores do Vale do Paraíba que resistiam ao fim da escravidão. Apesar da questão do cativo ter sido amplamente debatida ao longo do Império, a sociedade escravista fazia parte do projeto imperial (SALLES, 2013).

Apesar da exposição ter sido dedicada à assinatura da Lei do Ventre Livre, a maior parte das peças exibidas fazia alusão à Lei Áurea. Destacam-se, além de medalhas e fotografias, a presença da caneta pena com que a Princesa assinou a Lei Áurea em 1888, tendo partido da “gentileza” do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, a quem pertencia a caneta e havia sido recebida de seu pai (CATÁLOGO..., 1971). Dando continuidade à exibição de objetos relativos à Lei Áurea, a sala 2 continha fotografia da Rosa de Ouro, distinção que havia sido concedida pelo Papa Leão XIII à Princesa Isabel logo depois de ter assinado a Lei Áurea. Vale mencionar a exibição de fotografia da Princesa Isabel prestando juramento de manutenção no Império do Brasil da Religião Católica Apostólica Romana em 29 de julho de 1860. A dimensão da construção da religiosidade da Princesa Isabel com sua bondade e caridade mostrou-se como importante elemento de vinculação da Princesa com a causa abolicionista.

Tal exposição compôs-se, principalmente, de medalhas comemorativas, como da primeira regência da Princesa Isabel entre maio de 1871 e abril de 1872 na ausência de D. Pedro II e das exposições hortícolas e agrícolas realizadas em Petrópolis. Dentre essas medalhas, importa destacar aquelas intituladas no catálogo como “Redenção do Ceará” e “Cartas de Alforria”. A primeira referia-se ao pioneirismo do Ceará na abolição da escravatura em 25 de março de 1884 e a segunda comemorava o gesto da cantora russa Nadina Buligioff, em 10 de agosto de 1886, concedendo cartas de alforria no valor da quantia arrecadada na noite do espetáculo (CATÁLOGO..., 1971).<sup>202</sup> A exibição dessas medalhas trouxe, apesar de muito timidamente, a ideia da abolição da escravatura como um processo, uma vez que estes objetos fizeram referência às ações protagonizadas pelos

---

<sup>202</sup> Na noite da última apresentação da cantora russa, Aida – nome da personagem principal escravizada no Egito, filha do rei da Etiópia – foge do cativo. José do Patrocínio, que estava na plateia, interrompe a cena e sobe ao palco com seis mulheres escravizadas. Nesse momento, a cantora rompe as algemas e entrega cartas de liberdade verdadeiras às seis mulheres. Previamente combinado, esse foi um evento abolicionista. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>. Acesso em 04 mar. 2023.

integrantes do movimento abolicionista. No final do catálogo, poucos objetos fazem alusão ao Conde d'Eu, a maioria destacando seu papel na Guerra do Paraguai (1864-1870). Ou seja, grande parte deste catálogo dedicou-se a homenagear a Princesa Isabel, relacionando-a diretamente com a abolição da escravidão no Brasil.<sup>203</sup>

Concomitante à exposição em comemoração da Lei do Ventre Livre, estava sendo criado o Grupo Palmares. Fundado por Oliveira Ferreira da Silveira,<sup>204</sup> junto a outros militantes, no ano de 1971, em Porto Alegre, teve como um de seus objetivos propor o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como data a ser celebrada pela população negra ao invés do 13 de maio, que relacionava a abolição da escravatura à Princesa Isabel. Desse modo, segundo Amilcar Pereira, “o 13 de maio passou então a ser considerado pelo movimento negro como um dia nacional de denúncia da existência de racismo e discriminação em nossa sociedade” (PEREIRA, 2010, p. 99). Ao mesmo tempo, conforme Renata Moraes, os trabalhos historiográficos buscavam substituir a noção de “escravo-coisa” por exemplos de rebeldia negra. Esses estudos tomam a imagem de Zumbi dos Palmares como “[...] o símbolo maior da contestação ao mito de nação racialmente pacífica e harmônica supostamente projetado por Gilberto Freyre. [...]” (MORAES, 2012, p. 19). Desse modo, enquanto a exposição no Museu Imperial celebrava a Princesa Isabel como personagem principal para a abolição da escravatura, organizações do movimento negro e pesquisadores ligados às universidades vinham questionando e criticando a centralidade dessa figura, e propondo outras interpretações para a história da abolição.

Anos mais tarde, em 1978, foi inaugurada, no Museu Imperial, a Exposição Comemorativa do 90º Aniversário da Lei Áurea. O catálogo da exposição começa com a seguinte epígrafe: “Há muito a se fazer... mas isto antes de tudo!”, trecho de carta da Princesa Isabel a D. Pedro II, datada de 4 de junho de 1871, ano em que seria assinada a Lei do Ventre Livre. Portanto, antes mesmo de introduzir a exposição em questão, busca-

---

<sup>203</sup> No volume 32 do *Anuário do Museu Imperial*, referente ao ano de 1971, divulgou-se as palestras que compuseram o Curso Princesa Isabel – promovido pelo Museu Imperial com a colaboração do Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança – em homenagem ao centenário da Lei do Ventre Livre e o quinquentenário de seu falecimento. As palestras foram: “Antecedentes da Lei do Ventre Livre”, de Paulo Machado da Costa e Silva; “A Princesa Isabel e o Poder Moderador”, de João Camilo de Oliveira Torres; “A iconografia da Princesa Isabel”, de Gilda Marina de Almeida Lopes; “Isabel, a Católica”, de Pe. Francisco Leme Lopes; “A princesa Isabel e a sociedade do seu tempo”, de Odilon Nogueira de Matos; “O Conde d'Eu no Exército Brasileiro”, de coronel Everaldo Reis; e, “Exílio e morte da Princesa Isabel”, de Lourenço Luiz Lacombe.

<sup>204</sup> Nasceu em 1941 em Rosália do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. Oliveira da Silveira graduou-se em Letras pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi pesquisador, historiador, poeta e um dos defensores da transformação do 20 de novembro em Dia da Consciência Negra. Faleceu em janeiro de 2009. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=31262>. Acesso em: 17 mar. 2023.

se destacar o protagonismo da Princesa Isabel no processo da abolição da escravatura. O Museu Imperial ficou incumbido pela iniciativa da comemoração, organizando a exposição em suas dependências. Na apresentação do catálogo, identificou-se tanto o antigo Palácio Imperial quanto Petrópolis como local ideal para tal comemoração, uma vez que havia sido nesta cidade que a Princesa Isabel passaria os momentos mais emocionantes de sua vida. Destacam-se acontecimentos da esfera pessoal da vida da Princesa tendo como cenário Petrópolis – como sua infância, lua-de-mel e nascimento de seus dois filhos –, assim como o episódio que ocorreu no Palácio de Cristal em 1º de abril de 1888, quando a Princesa Isabel entregou cartas de alforria aos “últimos escravos da cidade” (CATÁLOGO..., 1978).<sup>205</sup> A apresentação do catálogo nos faz pensar, no primeiro momento, que tal exposição seria mais uma homenagem à Princesa Isabel, fazendo coro às narrativas que vinculavam a imagem da princesa como redentora. Apesar de isso ter sido feito na exposição, notamos alguns elementos novos sendo expostos para narrar a história da abolição da escravatura no Brasil.

O catálogo da Exposição Comemorativa do 90º Aniversário da Lei Áurea, impresso em preto e branco, conta com um pouco mais de vinte páginas e não possui imagens para ilustrar as peças aludidas. Na sala 1, encontravam-se homenagens ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, a D. Pedro I, à Princesa Isabel, ao Visconde do Rio Branco. Cabe notar que as vitrines III e V desta sala exibiam, respectivamente, braceletes e pulseiras de uso de escravas baianas no século XIX. Nas vitrines, ao lado de canetas e medalhas que celebravam o papel da Princesa Isabel e de Rio Branco na abolição, viam-se as medalhas “Redenção do Ceará” e “Confederação Abolicionista a Nadina Buligioff”, ambas pertencentes ao Museu Imperial, e já exibidas na exposição de 1971.

Conforme o catálogo, o primeiro objeto exposto na sala 2 foi um canhão usado em navios negreiros em bronze e ferro. Nesta sala, encontrava-se também o documento da Lei Áurea – Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 – cedido pelo Arquivo Nacional.

---

<sup>205</sup> Para a organização da exposição, o Museu Imperial contou com a colaboração da Fundação Nacional da Arte (Funarte) e o MHN, que contribuiu tanto com peças de seu acervo quanto na montagem da exposição. Além dessas instituições, outras auxiliaram na exposição, foram elas: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Companhia Internacional de Seguros, Fundação Casa de Ruy Barbosa, Fundação Raimundo Ottoni de Castro Maia, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Instituto Feminino da Bahia, Museu Carlos da Costa Pinto e Museu Nacional de Belas Artes. Por fim, a exposição contou também com colaboradores particulares, foram eles: Cardeal Arcebispo de S. Salvador (Bahia), Celso da Rocha Miranda, Dirceu Martins, Ervanário Joana d’Arc, Paulo Fontainha Geyer, Príncipe D. João Orleans e Bragança, Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança e Príncipe D. Henrique de Orleans e Bragança (CATÁLOGO..., 1978).

Logo em seguida, foram apresentadas as seguintes telas: “Castigo de escravos que se executa nas praças públicas”, “Negros ao tronco”, “Máscara que se usa nos escravos que têm hábito de comer terra” e “Feitor açoitando negro”, todos de autoria do pintor Jean Baptista Debret. Logo em seguida, seriam apresentados “instrumentos de suplício”, alguns contendo descrições explicando suas funcionalidades, outros não. A começar pelo tronco, peça do Museu Imperial que não continha explicação. Seguido do vira mundo – “Pesado grilhão que obrigava os escravos a ficarem acordados, presos pelos tornozelos e pulsos” –, gargalheiras – “Na haste era colocado um chocalho ou bandeirola, denunciando um escravo fujão” –, mordaza – “Usado pelos escravos empregados na mineração, impedia-os de engolir pepitas de ouro ou diamantes” –, bridão com espátula – “Para os escravos faladores ou mentirosos” –, chibata – “Para açoitar escravos” –, libambo e gargalheira – “Cadeia de ferro a qual se atava pelo pescoço um lote de escravos” –, Ferro para marcar os escravos – “Cabo de madeira” –, além de palmatórias, algemas, cinto de ferro, peia e “anjinho”, que não continham descrição. Tais peças pertenciam ao MHN, exceto o vira mundo e as gargalheiras que faziam parte do acervo desta instituição e do Museu Imperial (CATÁLOGO..., 1978). Notamos que a chocante descrição dos objetos de tortura expostos relacionava-se com a abordagem dada à escravidão no Museu Imperial, a qual entendia os escravizados como vítimas e sem capacidade de agir contra o regime escravagista.

Buscando investigar a representação de negros nas instituições públicas brasileiras, Myriam Sepúlveda dos Santos (2013) define três tipologias para entender a forma de representar essa população nestes espaços, quais sejam: silêncio, estereótipo e vitimização. Pensando nos museus, a autora fala que, a despeito das exposições nestas instituições serem importantes na construção da imaginação nacional, a sociedade civil pouco questiona os processos de montagem de exposição, o que corrobora para a ideia de entender museus como casas de memória onde são guardados objetos que preservam um passado distante no tempo. No que diz respeito à exposição de longa duração, notamos que houve o silenciamento da presença negra no Museu Imperial, assim como na escrita da história para a cidade de Petrópolis. Analisando o silêncio da representação do negro em instituições oficiais, Myriam Sepúlveda dos Santos cita o Museu Imperial e se faz uma das perguntas que nos inquieta e nos motiva a realizar esta pesquisa de doutorado: “como retratar o Segundo Reinado e sua crise sem apontar os alicerces do regime monárquico?” (SANTOS, 2013, p. 167). No final dos anos 1970, com as modificações vivenciadas na sociedade – sobretudo com a maior articulação do movimento negro – e

na historiografia, pressupomos que a ausência do negro na representação do passado imperial começou a ser incômoda no Museu Imperial. Ainda assim, podemos notar a representação do negro sobretudo como vítima do processo da escravidão. Isto porque a primeira sala da exposição que faz alusão aos escravizados coloca-os em lugar de submissão, martírio e dor. As telas de Jean Baptista Debret, tão comuns no imaginário sobre a escravidão no Brasil porque abundam em livros didáticos, foram utilizadas para a construção desse lugar de subjugado do escravizado, assim como os instrumentos de tortura apresentados na exposição.

As salas 3 e 4, apresentadas conjuntamente no catálogo de exposição, exibiam documentos que relacionam a trajetória da vida política da Princesa Isabel à abolição da escravatura. Os documentos iconográficos desta sala dedicavam-se à Princesa Isabel, ao Conde d'Eu e à família imperial. Buscavam colocar em perspectiva a vida pública e pessoal da Princesa, retratando tanto o seu juramento ao assumir pela primeira vez a regência em 1871, assim como seu casamento com o Conde d'Eu. Além disso, nestas salas exibiam-se indumentárias, mobiliário, porcelanas, pratarias que buscavam comunicar o “espírito de uma época”, tendo em vista que essas peças tornavam possível a imaginação de como se vestiam, moravam e se relacionavam a família imperial na esfera da vida privada.

A sala 5, assim como a 2, exibiu-se uma série de objetos relativos à escravidão e aos africanos escravizados e seus descendentes. A disposição das peças nesta sala começava expondo documentos relativos à resistência escrava. O ofício de 30 de outubro de 1780 do presidente da capitania de São Paulo enviado ao Juiz Presidente e outros membros da Câmara, no qual aprova as providências com relação ao ataque a um quilombo na Vila de Paranaguá abre a exposição desta sala. Logo em seguida, exibiram-se sentenças, carta, portaria, anúncio datados do século XIX relativos à resistência escrava, como morte de feitor, fugas, compra de liberdade. Dentre esses documentos, havia um registro de nascimento de uma escrava de nome Carolina cujo nascimento deu-se em Petrópolis em 5 de novembro de 1873, portanto, após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Conforme o catálogo, esse documento pertencia ao Museu Imperial. Podemos interpretar esse documento na exposição como uma vinculação de Petrópolis à escravidão? Mesmo que a historiografia sobre a cidade tenha buscado afastar o trabalho escravo da construção de Petrópolis, a existência de escravizados na cidade mostra-se em diferentes momentos da sua história, como vem sendo ressaltado ao longo desta pesquisa.

Depois da apresentação desses documentos, expõem-se, na sala 5, esculturas e iconografia que buscavam, de modo geral, contar as formas de ocupação dos escravizados na sociedade brasileira. As esculturas denominadas “Tipos Baianos de Rua”, de autoria de Erotides Américo de Araújo Lopes, representavam algumas funções desempenhadas pelos escravizados nas cidades, como vendedor de mamão, banana, peixes; africano carregador; aguadeiro; ganhador. Enquanto a iconografia fazia alusão ao emprego da mão de obra escrava na lavoura de cana de açúcar, na mineração de diamantes, nos mercados da cidade. Importante citar a exibição das telas: “Escravos doentes”, “Funeral de um negro”, “Vendedor ambulante e seu escravo”, de autoria de Henry Chamberlain; “Negro caçador”, “Escravos no chafariz do Largo do Paço”, “Arraial do Matozinhos”, “Desembarque”, “Festa de Sta. Rosália”, “Colheita de Café”, de autoria de Johann Moritz Rugendas; “Dança batucada em São Paulo”, de autoria de Van der Burch; “Engenho de Mandioca”, “A Redenção de Cam”, de autoria de Modesto Brocos y Gomes; “Domingo de festa na fazenda”, de autoria de Hans Nobauer. Assim, essas telas, além de representarem a ocupação dos escravizados, buscavam exibir a vida social da população escravizada, como nas telas que faziam alusão às festas. Complementando tais imagens da vida social, exibem-se indumentárias e acessórios utilizados pelas mulheres escravizadas, como o traje completo de baiana e a penca de balangandãs. Fundamental destacar que nesta sala também foram expostas peças relativas às práticas culturais dos escravizados, como instrumentos de música – atabaque e rabeca – e peças de ritual – traje de entidade Omolu, abebé, máscara ritual, orixá, pulseira. Tais peças pertenciam ao acervo do MHN, exceto o traje de entidade, que pertencia a Ervanário Joana d’Arc.<sup>206</sup>

Conforme destacado por Myriam Sepúlveda dos Santos, o negro também seria representado em instituições públicas por meio de estereótipos (SANTOS, 2013). Nesse tipo de representação seria destacada a coexistência das três raças – branco, negro e indígena – convivendo harmonicamente e cada qual desempenhando sua função para a composição da nação. Ou seja, cada qual seria partícipe da composição da nação com diferentes contribuições, sendo as de maior valor aquelas relacionadas à população branca, uma vez que seria a responsável pela possibilidade de branqueamento da população. As contribuições do negro deram-se por meio das manifestações culturais que contribuíram para a formação da identidade nacional. Nas palavras de Lélia Gonzalez,

---

<sup>206</sup> Cabe notar que o catálogo foi rasurado à caneta, tendo sido esse nome acrescentado após a impressão do catálogo (CATÁLOGO..., 1978).

“[...] na hora de mostrar o que eles chamam de ‘coisas nossas’ [relativas à população negra], é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora.” (GONZALEZ, 1984, p. 236). Tais formas de tratamento são fruto da objetificação dos corpos negros, conforme Lélia Gonzalez, e estigmatização de suas representações na sociedade.

Notamos a exibição da tela “A Redenção de Cam”, de autoria de Modesto Brocos, pertencente ao Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), na Exposição Comemorativa do 90º Aniversário da Lei Áurea. No ano de 1911, essa tela seria exibida no I Congresso Mundial das Raças, com a finalidade de ilustrar a tese do branqueamento (SANTOS, 2013). Nessa tela, há quatro personagens. No centro dela, está uma mulher, mulata clara, com uma criança branca no colo. No canto esquerdo do quadro, uma mulher negra idosa, eleva suas mãos aos céus agradecendo o nascimento do neto branco. No canto oposto da tela, encontra-se um homem branco, pai do bebê, olhando para a criança com satisfação. Esta tela retrata a teoria do branqueamento em curso, momento no qual se acreditava que, por meio de casamentos com brancos, dentro de algumas décadas os negros brasileiros desapareceriam do Brasil.

**Figura 19** – “A Redenção de Cam”, de Modesto Brocos (1895)



Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023.<sup>207</sup>

<sup>207</sup> A Redenção de Cam. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 25 maio 2023. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

A tela faz alusão a uma passagem bíblica do Gênesis em que Cam, ao olhar para o seu pai, Noé – que estava nu e bêbado –, foi castigado, tendo tornado a si e a seus descendentes escravos de seus irmãos Sem e Jafeth (SANTOS, 2013). Ao lado desta tela, encontramos “Festa de Sta. Rosália” de Rugendas e “Domingo de festa na fazenda” de Hans Nobauer, que buscam mostrar a relação do escravizado com os eventos festivos, a despeito da condição do cativo. Myriam Sepúlveda dos Santos (2013), quando analisa as representações dos negros em museus de modo estereotipado, menciona a relação dessa população com a música, o samba, o Carnaval, o futebol. Na exposição analisada, notamos que foram expostos objetos ligados à música e aos rituais religiosos dos escravizados. Além da representação do negro estar sendo associada à rua, não destacando o papel político de lideranças negras na abolição da escravatura. Nesse sentido, enquanto escravizados, os negros são racializados e os objetos ligados a eles são colocados em salas separadas daqueles representativos dos negros livres e libertos que lutaram pela abolição da escravatura na esfera política institucional, como André Rebouças. No entanto, cabe notar que, em certa medida, a exposição encontrava-se em consonância com os estudos históricos sobre a escravidão defendidos à época, uma vez que focalizam o papel da violência do regime escravista e as resistências dos escravizados.

A sala 6, última sala da exposição em comemoração ao 90º Aniversário da Assinatura da Lei Áurea, foi aberta com a exibição de notas de D. Pedro I sobre o problema da escravidão e sugestões para a abolição, em seguida, apresenta-se carta, datada de 18 de fevereiro de 1827, de Manuel Joaquim Caldeira a Francisco Gomes da Silva comunicando a alforria de escravo boleiro, a pedido do Imperador D. Pedro I. Outro documento exposto foi a carta de alforria concedida por D. Pedro II a filha recém-nascida da escrava Josefa Alves, da Fazenda Santa Cruz. Logo em seguida, notas de D. Pedro II determinando o fim dos castigos corporais a escravizados na referida fazenda no ano de 1863 e nota sobre negócios de Estado abordando o problema da escravidão, datada com o ano de 1864. Foram exibidos projetos, cartas, mensagem, ensaio que tratavam sobre emancipação de escravos após a década de 1860. Cabe citar a exibição da carta que o Conde d’Eu envia ao Barão de Mamoré, em 7 de abril de 1886, consultando o Conselho de Ministros sobre a conveniência da participação da Princesa Isabel em comitê de senhoras para promoção da libertação de escravos. A carta em resposta a esse documento foi exposta logo em seguida, na qual o referido barão, em 9 de abril e de 1886, responde dizendo ser inconveniente a participação da Princesa Isabel em tal comitê

(CATÁLOGO..., 1978). Tal documentação exibida ia ao encontro das narrativas que vinculavam a abolição da escravidão às ações de D. Pedro I, de D. Pedro II e da Princesa Isabel, além de ressaltar a benevolência dos membros da família imperial, concedendo títulos de liberdade aos escravizados. Os documentos iconográficos começaram expondo a tela “Primeira Emancipação Municipal”, quando a Princesa Isabel, em 29 de setembro de 1885 – dia do seu aniversário –, entrega 54 cartas de alforria. Nesta parte da exposição, foram exibidas páginas de periódicos que faziam críticas ao Barão de Cotegipe, como a caricatura intitulada “7 de março de 1888”, referente à queda do Ministro Cotegipe, publicada na *Revista Ilustrada*. Além disso, foram exibidas caricaturas e telas de nomes relacionados ao movimento abolicionista, tais como José do Patrocínio, André Rebouças, Ruy Barbosa e Angelo Agostini. Os periódicos apresentados aos visitantes no final da exposição estavam ligados diretamente à causa abolicionista, foram eles: *O abolicionista* – ligado à Sociedade Brasileira Contra a Escravatura, fundada em 1880 –; *A cidade do Rio* e *A Gazeta da Tarde* – ambos ligados a José do Patrocínio –; *Revista Ilustrada* – propriedade de Angelo Agostini –; *Revista Tipográfica* – cujo redator era Luís da França e Silva –, em que se expunha o editorial intitulado “A abolição da escravidão e a Imprensa”; e, *O Mequetrefe* – dirigido por Lins de Albuquerque –, exibindo poema de José do Patrocínio em homenagem à Princesa Isabel (CATÁLOGO..., 1978).

Na Exposição Comemorativa do 90º Aniversário da Lei Áurea, o acontecimento da abolição não seria apenas um ato relacionado ao Estado imperial, sobretudo à Princesa Isabel, como também ao movimento abolicionista, deixando claro que a abolição se deu como um processo ao longo do século XIX. O elemento realmente novo nesta exposição foram as salas dedicadas aos escravizados, contando com objetos que mostravam os maus tratos do cativo e a reação dos escravos, por meio de fugas e assassinatos, assim como práticas culturais como a música e a religião. Apesar disso, a maioria das salas exibiam peças que relacionavam a abolição da escravatura à família imperial – sobretudo à Princesa Isabel – e às ações de estadistas do Império. Na última página do catálogo, foi apresentada uma “Cronologia da Abolição”. Nela, relaciona-se a abolição diretamente com ações do governo imperial.<sup>208</sup> Portanto, apesar da inclusão de objetos relativos à

---

<sup>208</sup> Cronologia da abolição: “1810 – Tratado de Aliança e Comércio assinado entre a Grã-Bretanha e Portugal. Portugal obriga-se a abolir gradualmente o tráfico de escravos; 1815 – Portugal assina com a Inglaterra um convênio comprometendo-se a extinguir o tráfico em 5 anos; 1826 – Brasil firma com a Inglaterra um tratado para extinção do tráfico a partir de 3 anos da assinatura do mesmo; 1831 – Com Feijó no Ministério da Justiça é sancionada uma lei mandando libertar os escravos recém-chegados; 1845 – O Parlamento Inglês aprova o *Bill Aberdeen* que submetia os traficantes aos tribunais ingleses e autorizava a prisão dos navios negreiros; 1850 – Lei Eusébio de Queiroz determina a extinção do tráfico; 1854 – Lei

escravidão e ao movimento abolicionista, o 13 de maio ainda estava sendo vinculado principalmente às ações do Estado imperial, em especial ao papel da Princesa Isabel no feito da abolição da escravidão.

Nos anos 1970, momento em que se formavam organizações do movimento negro, observou-se uma mudança importante no que dizia respeito às teorias que defendiam a democracia racial. Nesse momento, pesquisadores afirmavam, com base em dados estatísticos, que o desenvolvimento econômico vivenciado pelo país não tinha beneficiado a população negra, que continuava a ocupar os piores lugares na pirâmide social (PEREIRA, 2010; 2012; SANTOS, 2013). Na esteira desses acontecimentos, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) foi criado em 1978. Em julho do mesmo ano, seria realizado na capital paulista ato público contra a morte de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a expulsão de quatro atletas negras de um clube paulista. Neste ato, foi divulgado o documento “Carta à População Negra”, a qual se encerra com a seguinte frase: “por uma autêntica democracia racial!” (PEREIRA, 2012). O MNUCDR tinha como objetivo unificar a luta contra o racismo, porém, seu objetivo foi malgrado e, em 1979, passou a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU).<sup>209</sup> A construção da ideia de democracia racial, relacionada principalmente a Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande & Senzala* (1933), transformou-se em mote para a construção da identidade nacional. A positivação da mestiçagem por meio da valorização do encontro das culturas europeia, africana e indígena esteve no cerne da ideia de uma experiência harmônica entre essas três raças, em que africanos e indígenas teriam dado contribuições culturais ao sujeito mestiço em formação. Sendo assim,

[...] Freyre defendeu a singularidade cultural do encontro entre a colonização ibérica e a cultura africana no Brasil. Destacou ainda que a relação entre os colonizadores portugueses e a população escrava foi marcada por relações pessoais. Valorizou a população mestiça a partir de associações a emoções e à sensibilidade (SANTOS, 2013, p. 161).

A despeito das diferentes vertentes do movimento negro, cabe notar que, no seu cerne, estava a consciência da necessidade de enfrentamento do mito da democracia racial para que se pudesse avançar nas pautas contra o racismo no Brasil.

---

Nabuco de Araújo reforça a anterior; 1871 – A Princesa Isabel assina a Lei do Ventre Livre; 1885 – Lei dos Sexagenários libertando os escravos de mais de sessenta anos; e, 1888 – Assinatura da Lei Áurea, abolindo a escravidão, pela Princesa Isabel.” (CATÁLOGO..., 1978, p. 25).

<sup>209</sup> Sobre a trajetória do movimento negro a partir dos anos 1970, ver Amílcar Pereira (2010).

No *Anuário do Museu Imperial*, no volume 37/41 – relativo aos anos de 1976 a 1980 – encontravam-se, pela primeira vez, artigos que traziam em seus títulos as palavras “escravidão” e “negro”, foram eles: “O negro na formação étnico-racial”, de Gilberto Freyre; “Documentos da escravidão”, de Raul Lima; “Os movimentos para libertação dos índios e dos escravos negros”, de Artur César Ferreira Reis; e, “A escravidão na Literatura Brasileira”, de Josué Montello. A publicação de tais artigos estava diretamente relacionada à comemoração dos 90 anos da Lei Áurea.

Gilberto Freyre, em palestra publicada no *Anuário*, inicia sua fala abordando sobre sua tese *Casa Grande & Senzala*, na qual

[...] sustentei – apoiado em muita leitura, à base menos de trabalhos ou de obras brasileiras que de depoimentos de observadores estrangeiros, dentre os mais idôneos que estiveram aqui, naquele período, nos meados do século passado – a audaciosa atitude de que, no Brasil, o regime de relação senhor-escravo, casa grande-senzala foi, senão o mais benigno, menos áspero, comparado a outras partes do mundo de então, em que havia o mesmo sistema de trabalho ou o equivalente dele. Não foi um arrojo retórico em terra estrangeira. A Universidade de Colúmbia, na minha época, era, mais do que hoje, muito rigorosa no tocante a estudos pós-graduados. [...] (FREYRE, 1976-1980, p. 70)

Freyre, além de defender o argumento de ter sido o sistema escravista brasileiro menos violento quando comparado a outras realidades, defende-se das acusações sofridas a respeito das ideias presentes em *Casa Grande & Senzala*.<sup>210</sup> Em sua fala, Freyre destaca o caráter singular do Brasil no que dizia respeito ao dominado – escravizado – influenciar o dominador, desempenhando um papel de “co-colonizador” junto ao colonizador. Seria exercendo esse papel que os negros se relacionariam com indígenas, formando “novos grupos brasileiros”. Enfatiza o quanto a cultura brasileira estava repleta de “africanismo” e “indigenismo”, destacando esse amalgamento por meio da culinária que se desenvolveu no Brasil, sobretudo com a contribuição dos africanos que teriam encontrado nos trópicos “[...] um campo magnífico para exercer sua criatividade e sua inventividade.” (FREYRE, 1976-1980, p. 73). Por fim, cabe notar a defesa de Freyre do conceito de cultura em detrimento ao de raça quando afirma que

---

<sup>210</sup> Dado o peso que *Casa Grande & Senzala* teve para a interpretação da história de formação da sociedade brasileira, são inúmeros os trabalhos que buscam analisar, compreender e criticar os argumentos de Gilberto Freyre. Para o período em análise neste capítulo, recomendamos *Da monarquia a República: momentos decisivos*, de Emília Viotti da Costa (1998), especificamente o capítulo “Mito da Democracia Racial”, em que a autora traça um apanhado de trabalhos, realizados até meados dos anos 1970, que dialogaram com a obra de Gilberto Freyre.

O brasileiro já não faz questão da sua origem racial ou da sua condição racial. Tanto que – isso é significativo – o Serviço Brasileiro de Estatística, quando faz aquelas perguntas tão enfadonhas, tão dos inqueritos para fins estatísticos, resolve não mais perguntar ao brasileiro qual a sua raça, pois, de fato, para o brasileiro, isso já não significa, senão nada, quase nada. O brasileiro, o que se sente, é um tipo social: um novo tipo nacional. (FREYRE, 1976-1980, p. 75)

Ou seja, justamente no momento em que as organizações do movimento negro articulavam-se buscando combater a discriminação racial – apropriando-se e positivando o conceito de raça para isso, conforme nos fala Amílcar Pereira (2010) – e denunciar o mito da democracia racial, Gilberto Freyre defenderia nas páginas do *Anuário do Museu Imperial* a tese da democracia racial e a negação do conceito de raça para designar a população brasileira. Segundo Amílcar Pereira, a ideia de “democracia racial” foi utilizada nas propagandas oficiais durante o regime militar brasileiro. A classificação “cor/raça” foi retirada, nesse momento, do Censo Demográfico do IBGE, tendo “o Brasil se apresentado em todos os fóruns internacionais como uma verdadeira ‘democracia racial’.” (PEREIRA, 2012, p. 112-3). Portanto, podemos perceber que, em meio às críticas e repulsa sobre as teses de Freyre nas organizações do movimento negro e na Universidade, a força e os significados apaziguadores que o mito da democracia racial trazia para o imaginário nacional estavam sendo reiterados no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 pelo regime militar. Interessa-nos destacar a presença de Gilberto Freyre no *Anuário do Museu Imperial* em edição comemorativa à Lei Áurea e salientar que, conforme Freyre, tratar do tema do negro na formação do Brasil foi um pedido feito por Lourenço Lacombe. Nesse sentido, a proposição do diretor do Museu Imperial possivelmente relacionava-se com o desejo de ver impresso nas páginas do *Anuário* a versão apaziguadora da escravidão e harmoniosa da colonização. A nostalgia imperial vai ao encontro do mito da democracia racial. Afinal, o sentimento nostálgico remete ao passado imperial de forma positiva ao mesmo tempo em que a ideia de que o Brasil representa uma democracia racial associa-se com existência de relações harmoniosas entre senhor e escravo no passado. Entendo que o mito da democracia racial não teria a longevidade que teve/tem na sociedade brasileira se não existisse a nostalgia imperial.

O artigo “O movimento para a libertação dos índios e dos negros”, de Artur César Ferreira Reis, parece, em um primeiro momento, que vai de encontro com as ideias defendidas por Gilberto Freyre. Ferreira Reis assinala a violência da escravidão e cita “movimentos isolados” de resistência ao cativo que aconteceram em toda a América. Segundo o autor, “Se houve, de parte de muitos senhores, o sentimento humano no

relacionamento com o escravo, esse, realmente, no entanto, não foi a grande regra.” (REIS, 1976-1980, p. 100). No seu texto, Ferreira Reis destacou as condições desumanas às quais eram submetidos os escravizados. Como historiador, entendia a abolição como processo, analisando-a historicamente. Tal processo teria se dado pela ação do movimento abolicionista e do governo imperial, com destaque para o papel de D. Pedro II. Ferreira Reis assinala que, a partir de 1888, teria sido celebrada a igualdade entre “[...] homem livre e homem escravo. Votara-se, sob aplausos, a medida. Não se recorrera à guerra civil.” (REIS, 1976-1980, p. 103). Por fim, afirma que D. Pedro II não teria, em momento nenhum, demonstrado simpatia pelo regime escravagista, tendo o aceito para garantir a segurança econômica do país. O monarca, nas palavras de Ferreira Reis, interferiu, sempre que possível, nas questões do cativo e teria celebrado a abolição “realizada sem sangue e por entre aclamações e flores” (REIS, 1976-1980, p. 103). Apesar de Artur César Ferreira Reis ter reconhecido a violência e a desumanidade da escravidão, o protagonismo da abolição seria relacionado ao movimento abolicionista e ao Estado imperial, tendo apresentado de forma positiva as ações de D. Pedro II com relação à questão da liberdade dos escravizados.<sup>211</sup>

No ano de 1987, Lourenço Lacombe, junto a Álvaro Cotrim, lança o livro *Museu Imperial*. Contando com muitas imagens coloridas, de forma didática o livro narra a fundação da cidade de Petrópolis, a construção do Palácio Imperial e homenageia os membros da família imperial. No prólogo, lemos que as imagens presentes nas páginas do livro restauravam acontecimentos “[...] fundamentais da nossa História, enfocando os espaços, os objetos, as datas que emolduram o romance de aventura [...]” (LACOMBE; COTRIM, 1987, p. 5). O lugar da encenação desse romance seria justamente o Museu Imperial, sediado em Petrópolis, que reunia, pelo seu conjunto arquitetônico, jardins e exposições, o “[...] estilo de vida de uma época, e a documentação farta e sistematizada dos acontecimentos que foram a realidade e o instrumento de nossos sonhos. [...]” (LACOMBE; COTRIM, 1987, p. 5). Podemos perceber que, no final da década de 1980, o objetivo da obra mostrava-se fazer coro à memória saudosa e positiva do Império, relacionando-a à cidade de Petrópolis.

---

<sup>211</sup> Para saber mais sobre o papel de D. Pedro II nas questões relativas à abolição da escravidão, ver: D. Pedro II e a emancipação dos escravos, de Mauro Henrique Miranda de Alcântara (2014). Uma interpretação atual da abolição da escravatura pode ser encontrada em Angela Alonso (2014), no artigo *O abolicionismo como movimento social*, em que analisa o movimento abolicionista de forma relacional, colocando-o em uma dinâmica na qual se envolveram instituições políticas, espaço público e clandestinidade.

Myriam Sepúlveda dos Santos, tendo como base o Catálogo de 1947, assinala que um visitante que retorne ao museu 40 anos depois ainda iria encontrar motivos para recordações, uma vez que a proposta de “reencenar o passado e recriar o clima do Império” (SANTOS, 2006) permaneciam, mesmo com a passagem do tempo. Tal ideia pode ser reiterada pelas palavras impressas no livro de Lourenço Lacombe e Álvaro Cotrim – publicado exatamente 40 anos após a impressão do Catálogo de 1947 –, uma vez que se afirma ser “cansativo e desnecessário” texto descritivo sobre as peças que compõem as salas do Museu Imperial, trabalho que já havia sido feito por Alcindo Sodrê no livro de mesmo título publicado em 1950. Apesar disso, Lourenço Lacombe e Álvaro Cotrim referem-se a algumas peças “singularmente capazes de despertar maior interesse”, como o manto imperial, o cofre de Sèvres e bronze, o chapéu de feltro negro pertencente a D. João VI e as coroas de D. Pedro I e D. Pedro II. Dessa forma, podemos notar que, enquanto dirigiu o Museu Imperial, Lourenço Lacombe guiou-se pelos passos de Alcindo Sodrê e fez poucas modificações nas salas do museu.

Portanto, como podemos perceber, o Museu Imperial não se colocou alheio às mudanças vivenciadas ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980. No entanto, as salas convencionais do museu continuaram a exibir objetos que narravam o passado imperial de forma positiva, sem menções ao regime escravista. Mesmo nas exposições comemorativas apresentadas, podemos perceber a centralidade de membros da família real – com destaque para a Princesa Isabel – e de políticos do Estado imperial na abolição da escravidão. Ao mesmo tempo em que as organizações do movimento negro reivindicavam Zumbi dos Palmares como ícone da luta contra o cativo, o Museu Imperial garantia o lugar da Princesa Isabel no protagonismo pela abolição da escravatura. Desse modo, podemos identificar uma luta de narrativas no que dizia respeito a como se contar a história do fim da escravidão. O Museu Imperial pode ser identificado como importante difusor de versões para esse período da história, cumprindo tal função quando silencia a presença da escravidão e quando concede à Princesa o protagonismo pelo seu fim. Assim, patrimônio e museu, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, não foram capazes de subverter a narrativa saudosa do Império para a cidade de Petrópolis. Apesar de algumas mudanças que foram assinaladas ao longo deste capítulo, notamos a reatualização da memória positiva do passado imperial, para isso, utilizando-se da materialidade da cidade e do museu. Cenário e encenação do sonho de cidade que representaria a possibilidade civilizada, desenvolvida, branca e europeia do Brasil. Sonho não cumprido, só restou encenar nos palcos da história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No apagar das luzes, deparo-me com reportagem do mês de abril de 2023 no *Diário de Petrópolis* com o título “Petrópolis é a terceira cidade com mais casos de racismo do Estado” e subtítulo “Condição é reflexo do passado escravagista do município”.<sup>212</sup> Segundo a reportagem, durante os anos de 2018 e 2019 os casos de discriminação racial foram de, respectivamente, 15 e 31 ocorrências. Assinala-se que “apesar de pequenos os números são alarmantes” se comparados a Niterói, município com número muito maior de habitantes, e, proporcionalmente, contou com menos ocorrências que Petrópolis. O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que divulgou os dados, demonstra, a partir do Painel de Discriminação, que as ocorrências de preconceito de raça ou cor em Petrópolis cresceram em 2021 e 2022. Refletindo sobre o subtítulo da matéria do jornal, notamos que se traça relação direta entre o passado escravagista de Petrópolis e a situação de discriminação racial enfrentada hoje na cidade. Ao concluir meu trabalho de doutorado, acrescentaria uma palavra ao subtítulo, tornando-o: Condição é reflexo do *silenciamento* do passado escravagista do município. Ao longo da tese, busquei analisar como historiografia, patrimônio e museu – por meio de agências e agentes, na maioria das vezes, ligados ao Estado – foram fundamentais na construção hegemônica de narrativa saudosa e positiva do passado imperial para a cidade de Petrópolis e na produção e reprodução de silenciamentos sobre a presença de libertos, escravizados e seus descendentes na história de Petrópolis.

A institucionalização da memória imperial para a cidade de Petrópolis por meio de um projeto de escrita da história se deu no contexto das comemorações do centenário da cidade. Ao longo da tese, demonstrei como esse seria o momento de formação da rede dos saudosos do Império em Petrópolis, tal rede buscaria a multiplicação das ideias que defendia por meio da criação de outras instituições, como o IHP, o Museu Histórico de Petrópolis e o Museu Imperial. A questão fundamental das efemérides do centenário da cidade foi as disputas em torno de qual memória seria celebrada nas festividades: aquela ligada ao Imperador e à família imperial ou a que se relacionava com a chegada dos colonos alemães a Petrópolis. As disputas pela produção da memória para a cidade giraram em torno de ideias de origem e de fundação tão caras aos processos de

---

<sup>212</sup> *Diário de Petrópolis*. Disponível em: <https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/petropolis-e-a-terceira-cidade-com-mais-casos-de-racismo-do-estado-236363>. Acesso em: 23 maio 2023.

construções nacionais. Eric Hobsbawm, refletindo sobre a invenção das tradições, afirma que [...] as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja estar enraizadas na mais remota antiguidade [...] (HOBSBAWM, 2002, p. 22). Dadas as especificidades das formações nacionais das antigas colônias americanas, não se poderia reivindicar um passado imemorial, uma vez que isso incluiria aqueles considerados “primitivos”, portanto, fora da história. Assim, o projeto de escrita da história para Petrópolis arquitetado pelos intelectuais que estiveram à frente da Comissão do Centenário buscava traçar relação direta entre a fundação da cidade com o ato do Imperador, qual seja, o Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843. Desse modo, a um só tempo, relacionava-se Petrópolis com ato civilizado, uma vez que decretado por aquele que melhor representava os valores europeus nos trópicos, assim como com a história nacional, justamente porque havia sido desejo do representante máximo do Estado imperial, e continuaria a ser destino de presidentes e agentes do Estado durante a República. Tal engenharia na construção da memória saudosa do Império não teria sido possível caso fosse admitida a fundação da cidade com a chegada dos imigrantes alemães em 29 de junho de 1845. Assim como devemos levar em consideração o contexto em que tal narrativa para Petrópolis estava sendo produzida: o Estado Novo. Nesse momento, houve grande empenho na construção da nação de diferentes maneiras, incluindo as formas analisadas aqui: historiografia, patrimônio e museu. Assim, ao longo da tese, busquei analisar a dupla dimensão da memória imperial para a cidade que envolve a memória local e a memória nacional. Identifico essa dupla dimensão na criação do Museu Imperial – entendido como produto e agente do processo de construção da memória do Império para a cidade – e dos tombamentos feitos pelo órgão federal de preservação em Petrópolis. A elite política e intelectual que esteve à frente da Comissão do Centenário projeta na esfera nacional suas visões de passado imperial quando protagonizam a fundação do Museu Imperial. Ao longo do percurso do doutorado, em vários momentos me perguntei: em que medida a construção de uma história para Petrópolis que negligencia, omite, silencia a participação dos libertos, escravizados e seus descendentes pode reverberar na representação do período imperial? Isto porque a cidade guarda íntimas relações com esse momento histórico e nela está sediado o Museu Imperial, responsável por contar, muito mais do que a história de Petrópolis, a história do período imperial brasileiro.

A historiografia sobre Petrópolis empenhou-se em eleger um legado material que contava justamente a história da cidade imperial e, ao mesmo tempo, da colônia alemã

fundada no século XIX. Janice Gonçalves se pergunta: “[...] são os elementos da cultura material suficientes para nos fazer lembrar? [...]” (GONÇALVES, 2018, p. 80). A historiadora responde negativamente a essa pergunta, uma vez que se mostram fundamentais narrativas contextualizadas para darmos significados às materialidades que estão diante de nós. No caso da escrita da história de Petrópolis, as materialidades contextualizadas e historicizadas beberam incansavelmente das narrativas construídas para a história de fundação da cidade institucionalizada com as comemorações do centenário de Petrópolis e a publicação dos *Trabalhos da Comissão*. Como vimos, houve disputas sobre a data de fundação de Petrópolis, apesar disso, a produção de consensos foi arquitetada a partir da escrita da história de Petrópolis ligada primeiramente à memória saudosa de D. Pedro II e da família imperial e aos “corajosos” alemães que, primeiro “por acaso” e depois “por vontade”, vieram povoar a região que mais tarde seria nomeada como Petrópolis, em homenagem ao Imperador Pedro II. Ao longo da tese, mostramos como – mesmo com o esforço na produção de consenso – tais narrativas sobre o passado da cidade continuaram a ser alvo de disputas ao longo das décadas seguintes às comemorações do centenário.

A materialidade preservada em Petrópolis pelo órgão federal de preservação mostra-se ligada à produção historiográfica sobre a cidade. Os processos de transformação pelos quais passava o órgão de preservação no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 imprimiram algumas poucas tentativas de tornar esse patrimônio ressonante, o que seria, segundo Stephen Greenblatt, “[...] o poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocar em quem vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu. [...]” (GREENBLATT, 1991, p. 250). No entanto, tal empenho de ressonância beberia nas fontes e na historiografia consagrada para a cidade, tendo como resultado a construção de narrativas para as materialidades que privilegiavam a relação inequívoca da história de Petrópolis com as figuras do Império e a participação dos alemães. Nesse sentido, as tentativas de contextualização histórica da materialidade tombada reiteraram, em grande medida, o que vinha sendo dito sobre Petrópolis ao longo do século XX, tornando tal exercício quase malogrado, uma vez que não foi capaz de criticar e transformar o que vinha sendo produzido há quase um século. Além disso, percebemos que os agentes do órgão de preservação encontravam-se ainda dependentes dos parâmetros estético-estilísticos que nortearam as práticas do órgão durante suas primeiras décadas de atuação.

Se foi a historiografia sobre Petrópolis que de muitas maneiras criou possibilidades de encantamento para e pela cidade, será o Museu Imperial o local onde se encenou/encena e se performatizou/performatiza a história nostálgica do Império que encontra privilegiado cenário na cidade de Petrópolis. Tal cenário tem íntima relação com os tombamentos feitos em Petrópolis pelo órgão de preservação desde o final dos anos 1930. Notamos que, apesar de estar dentre os objetivos de fundação do Museu Imperial contar a história de Petrópolis, aquele espaço acabou por ser destinado a narrar o ambiente e a vida de D. Pedro II e sua família durante suas estadias no palácio de verão. Em outras palavras, houve empenho em transmitir pelas peças – e a disposição delas dentro do antigo palácio – o espírito de uma época. Janice Gonçalves levanta o seguinte questionamento: “[...] Nossa visão não está sempre moldada por nossas referências culturais, nossas vivências, nossos conhecimentos? Não vemos sempre o que estamos predispostos a ver?” (GONÇALVES, 2018, p. 81). A autora responderá a essa pergunta dizendo que é possível ver além do que somos capazes, porém, necessitamos de alguma mediação. Penso que, para além da mediação, primeiramente, conta-se com a memória coletiva que contribui com a nossa capacidade de encantamento diante daquilo que pouco conhecemos. Uma história do Brasil povoada por imperador, imperatriz, príncipes, princesas, barões, baronesas etc. está no imaginário coletivo dos brasileiros e, de alguma forma, encontra no Museu Imperial lugar para se materializar e gerar o sentimento “arreatador de unicidade” (GREENBLATT, 1991), provocando, assim, o encantamento nos visitantes. Tal sentimento deriva do poder de narrar o passado de forma mágica, sem fissuras, sem conflitos.

Ao longo da tese, explicitarei como, em diferentes momentos, a construção da memória saudosa do Império para Petrópolis esteve intimamente relacionada à ideia de que o Brasil representa uma democracia racial. A fundação de Petrópolis, no século XIX, esteve intimamente ligada ao desejo de branqueamento da população brasileira. Desse modo, Petrópolis tornou-se bom exemplo do projeto de europeização da nação em curso durante o período imperial. Esse projeto colocava às margens da construção nacional os indígenas, os escravizados e seus descendentes. No século XX, na impossibilidade de tornar real a quimera do branqueamento, a ideia de que vivíamos uma democracia racial, na qual senhores e escravizados conviviam em harmonia, acabou por se tornar central nas interpretações sobre a formação do Brasil. O mito da democracia racial interpretava a formação da população brasileira como uma amálgama entre portugueses, indígenas e negros, formando assim o “mestiço”. Ao concluir a pesquisa, entendo que o mito da

democracia racial alcançou adesão e longevidade em grande medida por conta da nostalgia imperial, uma vez que esta entende o passado imperial de forma saudosa e positiva, negligenciando o papel estruturante da escravidão no Brasil Império. Assim, a ideia de uma sociedade escravista em que senhores e escravizados conviviam de forma pacífica, inclusive mantendo relações sexuais, encontra abrigo nas narrativas nostálgicas sobre o passado imperial.

No caso de Petrópolis, o silenciamento dos escravizados e seus descendentes pode ser notado na atual disposição espacial da cidade. Em fevereiro de 2022, Petrópolis viveu a “pior tragédia climática”<sup>213</sup> da sua história por conta de chuva intensa – em curto espaço de tempo choveu 260mm – que acometeu a cidade. Recordo-me de acompanhar chocada as notícias sobre essa catástrofe e relacionar com a documentação que vinha analisando sobre a cidade. Chuvas intensas não eram novidade na região, ocorriam há, pelo menos, 150 anos. Conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior, as fotografias divulgadas sobre a tragédia em Petrópolis evidenciavam que a maioria esmagadora das vítimas eram “pessoas de baixa renda e [...] negras e pardas”.<sup>214</sup> Albuquerque Júnior entende que, a despeito do excesso de chuvas, o acontecimento revela um drama humano vivido pelos moradores de Petrópolis, o qual se repete em outras cidades brasileiras, fruto da segregação espacial de pobres e negros no país. Segundo ele, embora o discurso oficial queira nos convencer de que vivemos uma democracia racial, na realidade vivemos em um país espacialmente segregado, produzido, dentre outros fatores, pelo “monopólio da terra e do solo urbano por parte das elites vistas como brancas”. Albuquerque Júnior chama a atenção para o fato de que em Petrópolis a dificuldade do acesso à terra se aprofunda por conta da cobrança do laudêmio – “taxa do príncipe” –, o que significou, historicamente, o encarecimento das áreas centrais, além de vários outros bairros da cidade – os quais estão circunscritos nas terras da antiga Fazenda do Córrego Seco –, tendo como consequência o aprofundamento da segregação espacial em Petrópolis.

A persistência no período republicano do laudêmio em Petrópolis mostra-se como indício de que foi justamente na República quando se encontrou formas de produção e reprodução da nostalgia do passado imperial brasileiro. Assim, cabe notar que nossa

---

<sup>213</sup> “Tragédia climática que deixou 235 mortos em Petrópolis completa 1 ano”. Portal *O Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2023/02/15/tragedia-climatica-que-deixou-235-mortos-em-petropolis-completa-1-ano.ghtml>. Acesso em: 23 maio 2023.

<sup>214</sup> “Tragédia em Petrópolis: racismo e segregação espacial de classe”. Portal *Diário do Nordeste*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opinioao/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/tragedia-em-petropolis-racismo-e-segregacao-espacial-de-classe-1.3195650>. Acesso em 23 maio 2023.

análise privilegiou os momentos-chave relacionados aos contextos ditatoriais – Estado Novo (1937-1945) e Ditadura Militar (1964-1985) –, quando a memória positiva e saudosa do Império foi fruto de grande discussão e promoção. Apesar disso, entendemos que a força e a adesão que tiveram ao longo do tempo as representações nostálgicas do passado imperial fazem crer que elas atravessaram, quase sem modificações, os períodos democráticos. Isto é, ao longo da tese traçamos relação entre os momentos de construção da memória saudosa do Império para Petrópolis com os períodos ditatoriais, no entanto, não consideramos ser suficiente tal relação na explicação da capilaridade dessas representações de passado ao longo do período republicano.

Se pode não impressionar que essas narrativas sobre o passado imperial de Petrópolis tenham sido defendidas e difundidas no final dos anos 1930 e começo dos anos 1940, choca o fato delas ainda terem aderência e peso nas narrativas de passado sobre a cidade serrana, e não somente nela. Minha pesquisa de doutorado foi feita ao longo do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Esse governo contou com ideólogos e apoiadores declaradamente monarquistas, inclusive herdeiros da família imperial ocuparam importantes postos políticos, como Luiz Philippe de Orleans e Bragança, que se elegeu deputado federal por São Paulo pelo Partido Social Liberal (PSL) – mesmo partido ao qual o então presidente da República era filiado à época. Conforme Vicente da Silveira Detoni, o movimento monarquista hoje, mesmo que quantitativamente não seja tão expressivo, ocupa posição “[...] importante e estratégica nas disputas discursivas sobre o passado nacional. [...]” (DETONI, 2021, p. 115). Desse modo, os militantes do movimento monarquista, mesmo que expressem relação saudosista com relação ao passado imperial, não podem ser entendidos como um “fóssil vivo”, isto porque suas crenças e bases de sustentação estão conectadas às questões do presente, em outras palavras, tal movimento tem projeto político (DETONI, 2021).

A organização do movimento monarquista hoje ocorre na esteira de diversas conquistas de políticas de igualdade e inclusão racial que marcaram as últimas duas décadas, mas que já apontavam no horizonte político brasileiro desde o momento da redemocratização. Conforme Keila Grinberg,

No Brasil, aliás, desde a Constituição de 1988, começaram a ser reconhecidos direitos reivindicados por décadas pelo movimento negro, abrindo caminho para demandas como o desenvolvimento de uma política nacional de ação afirmativa e a inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira como componente curricular obrigatório na Educação Básica do país. Conectados aos movimentos sociais,

trabalhos sobre a memória da escravidão e do tráfico ilegal de africanos escravizados vêm sendo fundamentais para a argumentação em torno do direito à reparação, principalmente a partir da possibilidade de titulação coletiva de terras das comunidades remanescentes de quilombos e do movimento em prol do reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro das manifestações culturais fundadas na herança escravista. (GRINBERG, 2019, p. 153)

Ao longo da tese, apontamos algumas iniciativas recentes – o reconhecimento legal do Quilombo da Tapera, em 2011; a organização, em 2013, de Ubuntu - Festa Afro-Brasileira de Petrópolis, a qual se encontra hoje nas festividades do calendário municipal da cidade; o Museu da Memória Negra de Petrópolis, inaugurado em 2021 – que demonstram mobilização em torno da inclusão de libertos, escravizados e seus descendentes na história de Petrópolis. Além dessas iniciativas, podemos citar as pesquisas de Paola Gonçalves Dias (2016) – *Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo Tapera* –, Alexandra dos Santos (2018) – *Os “de dentro” e os “de fora”: identidade e agenciamento dos quilombolas de Tapera* –, Renata Aquino da Silva (2018) – *Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades* – e Lucas Ventura da Silva (2020)<sup>215</sup> – *Abolição e liberdade na Petrópolis oitocentista: a ata de 1º de abril de 1888* –, tais pesquisas – as quais foram muito importantes para a construção da minha tese – marcam uma nova produção historiográfica sobre a cidade de Petrópolis, interessada em mapear os silenciamentos e lançar luz nas invisibilidades produzidas pelos saudosos do Império ao longo do século XX.

Apesar dessas transformações, notamos a importância que o IHP e o Museu Imperial ainda assumem nas narrativas sobre o passado da cidade. O papel ocupado hoje pelo IHP pode ser exemplificado pela associação, em 2022, de Lucas Ventura da Silva, o qual abre seu discurso de posse com a leitura de texto de ativista do Movimento Negro dos anos 1980.<sup>216</sup> Interpreto o convite feito ao historiador Lucas Ventura como uma forma do IHP manter-se na vanguarda da produção narrativa sobre a cidade, uma vez que busca incorporar o discurso dissonante acadêmico em seus quadros para, assim, angariar meios de continuar a ser legítimo na produção de interpretações sobre o passado de Petrópolis. Assim como entendo que a presença de Lucas Ventura no IHP mostra-se como estratégica

---

<sup>215</sup> A dissertação de mestrado de Lucas Ventura da Silva, defendida pela Uerj, trata dessa temática, mas, por ser recente a conclusão, ainda não estava disponível para consulta no momento de finalização desta tese.

<sup>216</sup> Discurso de posse do associado titular Lucas Ventura da Silva. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=8170>. Acesso em: 23 maio 2023.

na disputa contra os silenciamentos sobre o passado escravista na escrita da história da cidade, além de mostrar-se como posição importante para a construção da trajetória de reconhecimento do historiador.

Ao longo da tese, notamos como a criação do Museu Imperial esteve ligada aos interesses em se inserir Petrópolis na história nacional. Assim, mais do que contar a história da cidade, o museu foi fundado para narrar a história do Brasil Império. A cidade desenvolveu-se em torno da construção do antigo palácio de verão, o qual continuou, ao longo do tempo, ocupando lugar central nas narrativas sobre o passado da cidade. Desse modo, entendemos que a narrativa saudosa do período imperial conseguiu alcançar força e adesão ao longo do tempo em Petrópolis justamente porque houve materialização dessa versão da história tanto a partir da cidade em si – contando com os tombamentos que preservaram sobretudo a área central da cidade, ligada ao Plano Koeler – quanto pela fundação do Museu Imperial, isto é, cenário e encenação da narrativa saudosa do passado imperial. Como vimos, transformações pelas quais vinham passando a historiografia e a museologia no final da década de 1970 e início dos anos 1980 não trouxeram substanciais mudanças às exposições exibidas no Museu Imperial, as quais continuavam celebrando a memória da família imperial, em especial de D. Pedro II e da Princesa Isabel.

Antônio Pinto Ribeiro dissertando sobre a pergunta: pode um museu ser descolonizado? Assinala que “[...] pode, deve e é possível, desde que se ‘desepisteme’ o colonialismo ocidental apresentado nos museus e se reconstrua os mesmos através de uma epistemologia desobediente mas também ainda indecifrada.” (RIBEIRO, 2016, p. 107). Uma possível solução para essa “desepisteme” colonial dos museus seria chamar os grupos invisibilizados/diminuídos nas narrativas nacionais a participarem do processo de produção de si nos espaços de difusão de conhecimento, como são os museus. Conforme Márcia Chuva,

[...] Isso seria possível não somente porque os museus detêm a posse desses acervos, mas, principalmente, porque detêm algo mais valioso: legitimidade para oferecer novas narrativas, autoridade de fala e, com ela, poder de superar a invisibilidade e o preconceito com que tais coletividades são tratadas em outros contextos sociais e políticos em que estão inseridas e são obrigadas a conviver. (CHUVA, 2013, p. 203)

Ao visitar hoje o Museu Imperial, continuamos calçando as pantufas e nos transportando para o século XIX. Percorrendo as dependências do museu, ainda podemos desfrutar do “espírito de uma época”, da saudade dos tempos idos, da saudade do Império. A origem do luxo e da riqueza da sociedade imperial ainda é ignorada na exposição: a

manutenção e a expansão da escravidão. Ao sair do Museu Imperial, as demais atrações turísticas da cidade – como o Palácio de Cristal, a Catedral de Petrópolis, a Casa da Princesa Isabel, o Museu Casa do Colono, a Igreja Luterana – continuam a narrar, em grande medida, o passado da cidade como diretamente ligado à família imperial e aos imigrantes alemães. Conforme Stephen Greenblatt, é “[...] mais fácil passar do encantamento à ressonância que da ressonância ao encantamento. [...]” (GREENBLATT, 1991, p. 259). Nesse sentido, a passagem do encantamento à ressonância parece ainda estar por ser feita na escrita da história narrada pela materialidade preservada e exposta em Petrópolis, ainda que tenhamos apontado alguns trabalhos e iniciativas empreendidas ao longo da última década. Um passo possível para essa virada talvez seja pensar criticamente nas construções da escrita da história para Petrópolis, tendo como finalidade a possibilidade de colocar em perspectiva outras narrativas possíveis para as materialidades – tanto aquelas preservadas quanto as ainda não reconhecidas como patrimônio pelas agências públicas –, trazendo, assim, novas compreensões para o passado, tendo impactos nas interpretações no presente e nas expectativas para o futuro.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio. Organização administrativa do IPHAN a partir de 1952. In: SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende (org.). *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: Iphan, 2012. p. 329-344.
- ABREU, Regina. Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IBPC/Departamento de Promoções, 1991.
- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan.-jun. 2017.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALCÂNTARA, Priscila Musquim. Um prefeito integralista? Yêddo Fiúza e a AIB em Petrópolis (RJ) nos anos 1930. In: *XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, jul. 2011.
- ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. *D. Pedro II e a emancipação dos escravos*. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O sesquicentenário da independência brasileira (1972) e o regime militar. In: *XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005.
- ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos*, n. 85, p. 131-148, nov. 2009.
- ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos*, n. 100, nov. 2014.
- AMBROZIO, Júlio César Gabrich. *O Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis: Uma História Territorial*. Tese (Doutorado em Geografia - Área de Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa. Percepções, Construções e Transformações na Cidade de Petrópolis, RJ. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, p. 1-11, 2012.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Identidades, festas e espaços dos imigrantes em Petrópolis, RJ, e suas relações com a História do Turismo e da cidade. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 2, n. 6, p. 263-279, abr.-jun. 2014.

ARAÚJO, Ana Paula Silva de. Urbanismo imperial e planejamento dos barões: a formação de Petrópolis (RJ) nas origens do processo urbanístico brasileiro. In: MARAFON, Glaucio; RIBEIRO, Miguel (org.). *Revisitando o território fluminense VI*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2017. p. 291-303.

BHABHA, Homi. A outra questão: O Estereótipo, a Discriminação e o Discurso do Colonialismo. In: BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 105-128.

BALIEIRO, Thiago Granja; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Diálogo assimétrico na historiografia brasileira: A Nova História entre os anos 1985 e 1994. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 399-426, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, maio-ago. 2013.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENS móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938-2009. 5. ed. rev. e atual. [versão preliminar]. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ CODOC/ COPEDOC/ DAF, 2009.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. *Proj. História*, São Paulo, n. 17, p. 281-315, nov. 1998.

BOMENY, Helena. *Guardiões da Razão: Modernismo mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BOSCHI, Renato. Associativismo urbano e democratização: algumas reflexões teóricas. In: SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo (org.). *Estado e Sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. Rio de Janeiro: CNPq, Faperj, INCT/PPED, Ideia D, 2016. p. 237-247.

BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever: as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008. p. 117-126.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. São Paulo: Papyrus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 23, p. 153-165, abr. 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica e pensamento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CHAGAS, Mário. O pai de *Macunaíma* e o patrimônio espiritual. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 95-108.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel; Laurent Vidal. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da imigração para o Brasil. *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-23, jan./mar. 2014.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2.ed. Alges, Portugal: Difel Difusão Editorial S.A., 2002.

CHUVA, Márcia. *Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 146-165, 2012.

CHUVA, Márcia. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline; ZAMORANO, Rafael (Org). *90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013. p. 197-210.

CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 75-98, jan.-abr. 2016.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio*, n. 35, p. 79-103, 2017.

CHUVA, Márcia. Entre a herança e a presença: o patrimônio cultural de referência negra no Rio de Janeiro. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-30, 2020.

COSTA, Carina Martins. *Uma arca das tradições: educar e comemorar no Museu Mariano Procópio*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 365-384.

COSTA, Julia. *O “Culto da Saudade”*: História e passado na criação do Museu Histórico nacional (1922-1924). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CRUZ, Rafael de Oliveira. Nas “batalhas de flores” não faltavam espinhos: Silva Jardim e a Princesa Isabel no cenário político do final da monarquia brasileira (1886-1889). *Historien* - Revista de História, Petrolina, n. 8, p. 41-63, dez. 2012-maio 2013.

CRUZ, Rafael de Oliveira. *O Terceiro Reinado em questão: Isabel I, uma (im)possível imperatriz nas laudas da imprensa provincial (1886-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

CUNHA JUNIOR, Henrique; SILVA, Renata Aquino da. Cidades negras - Petrópolis imperial. *Revista Ambivalências*, v. 2, n. 4, p. 81-96, jul.-dez. 2014.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificação a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 257-288.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Proj. História*, São Paulo, n. 17, p. 269-280, nov. 1998.

DAMIANO, Raissa Rangel. *Possibilidades e limites da gestão compartilhada do Conjunto Urbano Paisagístico de Petrópolis*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – MP-PEP) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2020.

DETONI, Vicente da Silveira. O “Partido Saquarema” na partilha da autoridade sobre o passado: nova direita, movimento monarquista e o saber histórico no ocaso da Nova República brasileira. *História e Cultura*, v. 10, n. 1, p. 95-126, jul. 2021.

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. *Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo Tapera*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DIAS, Robson Santos. Um estado sem planejamento urbano e regional: A saga da Fundrem no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 131-154, jan./abr. 2017.

DRACH, Patricia; BARBOSA, Gisele; BARCELLOS, Fernanda; MARTINS, Thaissa; ARAÚJO, Júlia; FREITAS, Letícia. Evolução urbana do centro histórico de Petrópolis:

processo de arqueologia da paisagem 1860-2020. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 8, n. 2, p. 2-22, 2020.

DUARTE, BárbaraTársia. *De patrono à herói: narrativas do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial na Era Vargas*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ELIAS, Nobert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: ELIAS, Nobert. *Escritos & Ensaios: 1- Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 153-165.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Entre comemorações, rituais e passados construídos: a Monarquia sob o olhar da Primeira República. In: *Anais do Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia*, UESC, 11 jun. 2010.

FERREIRA, Maria De Simone. *Museus Imperiais: uma viagem às Imagens do Brasil na narrativa de Carl von Koseritz*. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERREIRA, Rita de Cássia Azevedo. A festa das crianças e dos adultos: celebração à princesa Isabel, libertadora dos escravos. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 40, p. 55-72, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 153-163, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p. 85-101.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2009.

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. *Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de D. Pedro II: um agente no campo científico (1871-1891)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: CELESTINO, Maria Regina; GONTIJO, Rebeca; SÁ, Cecília; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 141-160.

FRIDMAN, Fania. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. In: *IX Encontro Nacional da Anpur*, 2001, Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Nacional da Anpur. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional, p. 610-623, 2001.

- GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- GOMES, Angela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Proj. História – Mesa Redonda Cidadania e Projetos Culturais: historiadores e folcloristas no Brasil*, n. 16, p. 121-141, 1998.
- GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009.
- GOMES, Pâmela; SILVA, Lucia Helena Pereira da. Políticas de turismo no Rio de Janeiro pós-fusão: programas para interiorização do turismo no estado. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 251-271, jul./dez. 2017.
- GONÇALVES, Janice. Além da superfície: memórias da dor, materialidade e patrimônio cultural. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; SCHIAVON, Carmem Burgert; GASTAUD, Carla Rodrigues (Orgs.). *Patrimônio no plural: práticas e perspectivas investigativas*. Porto Alegre: Selbach & autores associados, 2018. p. 77-94.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-Iphan, 1996.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- GONTIJO, Rebeca. Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira. *Projeto História*, n. 41, p. 491-526, dez. 2010.
- GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*, São Paulo, p. 1-11, jul. 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *O leitor de Gramsci*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. *História da Historiografia*, v. 12, n. 31, p. 145-176, set.-dez. 2019.
- GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

GUIMARÃES, Lucia Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras: (1916-1921). *Revista de FFLCH-USP*, n. 141, p. 91-100, 1999.

GUIMARÃES, Lucia Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Lucia Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: CELESTINO, Maria Regina; GONTIJO, Rebeca; SÁ, Cecília; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas*: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 69-82.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul-dez. 2007.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: ed. Uerj, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HEIZER, Alda Lúcia. *Uma casa exemplar. Pedagogia, memória e identidade no Museu Imperial de Petrópolis*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1994.

HEIZER, Alda Lúcia. O imperador e as ciências. Sobre a construção de um mito. *História & Ensino*, Londrina, v. 12, p. 35-48, ago. 2006.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2. ed. Lima: IEP Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. CADERNO de diretrizes museológicas. 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

JULIÃO, Letícia. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161 jan.-jun. 2009.

JULIÃO, Letícia. Museus e preservação no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline; ZAMORANO, Rafael (Orgs.). *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 173-186.

LAVINAS, Laís. Um *animal político* na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LEAL, Claudia Baeta. *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

LE MOS, Maria Tereza Carneiro. A cidade e os símbolos: imagens de Petrópolis na literatura brasileira. *Vernaculum*, v. 15, p. 1-20, 2010.

LENZI, Maria Isabel. *Para aprendermos história sem nos fatigar: a tradição do antiquariado e a historiografia de Gilberto Ferrez*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LIMA, Glauber Guedes Ferreira de. Museus, Desenvolvimento e Emancipação: O paradoxo do Discurso Emancipatório e Desenvolvimentista na (Nova) Museologia. *Museologia e Patrimônio* – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio/MAST, v. 7, n. 2, p. 85-106, 2014.

LOWANDE, Walter. Historiografia e Patrimônio: singularidades narrativas e práticas. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto (org.). *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad/ FAPERJ, 2012. p. 79-92.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MAGALHÃES, Aline. *Colecionando reliquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHÃES, Aline. O que se deve saber para escrever história nos museus. In: *Cadernos Tramas da Memória*. Memória da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – n. 1 (mai. 2011) – Fortaleza: Inesp, 2011. p. 9-27.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENCO, Nicolau (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

MAXIMIANO, Adriano Braz. A historiografia brasileira da abolição da escravatura: novas perspectivas ou negações teóricas (1960/1970-1980/1990). In: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de. (Orgs.). *Cadernos de resumos & Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanços e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. p. 243-253.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: Chuva, Márcia (Org). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.p. 27-40.

MENDONÇA, Sônia. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 94-125, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra. De teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, p. 9-42, jan.-dez. 1994.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O museu e o problema do conhecimento. In: *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casa*, 2002. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Seminário Internacional “Museus e Cidades”. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça (Orgs.). *Livro do Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 255-282.

MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 1970). In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 53-83.

MIRANDA, Ana Carolina Neves. *História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras (RJ), 1958-2009*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – MP-PEP) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Monumentos nacionais como instrumentos de proteção do patrimônio cultural. Portal Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-20/ambiente-juridico-monumentos-nacionais-instrumentos-protacao-patrimonio>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MONTALVÃO, Claudia Soares de Azevedo. *Do paço ao museu: o Museu Imperial e a instituição da memória na monarquia brasileira (1940-1967)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MOTTA, Lia. *Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2010.

MOTTA, Lia. *Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MOTTA, Lia. Sítios urbanos na redemocratização: novas demandas e caminhos para ampliação das práticas de preservação. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-33, 2020.

MORAES, Renata Figueiredo. *Os maios de 1888: História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque Estrada*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MORAES, Renata Figueiredo. A abolição da escravidão: história, memória e usos do passado na construção de símbolos e heróis no maio de 1888. In: CELESTINO, Maria Regina; GONTIJO, Rebeca; SÁ, Cecília; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 83-102.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: O 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro, 2012.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. 5. ed. Teresina: EdUESPI, 2021.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 121-147, set.-dez. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. O tempo presente e os sentidos dos museus de história. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 103-123, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. História, Apesar da memória: um desafio para as políticas culturais. In: *Cadernos Tramas da Memória*. Memória da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – n. 1 (mai. 2011) – Fortaleza: Inesp, 2011. p. 59-80.

ROCHA, Isabel; PARRILHA, Paulo. Vassouras e o Vale do Paraíba: Relato de uma experiência 1984-2008. In: *Caderno de Estudos do PEP: Contribuições dos palestrantes da Oficina PEP 2007 – Goiânia e Oficina PEP 2008 – Vassouras*. Rio de Janeiro, COPEDOC IPHAN, 2008.

RIBEIRO, António Pinto. Podemos descolonizar os museus? In: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (Org). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Coimbra: Edição Afrontamentos, 2016. p. 95-111.

ROCHA, Grazielle. *Memória, historiografia e identidade local: Petrópolis (1900-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1991.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 97-105. 1996.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SALLES, Ricardo. A abolição revisitada: entre continuidades e rupturas. *Revista História*, São Paulo, n. 176, p. 1-11, 2017.

SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SANTOS, Alexandra dos. *Os “de dentro” e os “de fora”*: identidade e agenciamento dos quilombolas de Tapera – Petrópolis/RJ. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Boaventura Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos*, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma identidade nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 28, 1996.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a nova museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 18, p. 93-139, 2002.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 77-95, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Iphan/DEMU, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. À procura da alma encantadora da cidade. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Iphan/DEMU, 2007. p. 349-361.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 115-135.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Entre troncos e atabaques: a representação do negro. In: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2013. p. 159-180.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar.-maio, 2002.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA NETO, Jamile da. *O Conselho Consultivo do SPHAN (1938-1966): trajetórias e práticas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA NETO, Jamile da. *Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho Consultivo do Spphan e do IHGB construindo o patrimônio e narrando a história (1938-1966)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Lucas Ventura da; LAGE, Natalia da Paz. O patrimônio museológico enquanto fonte de pesquisa: as disputas de memória entre o Império e a República na cidade de Petrópolis. In: *História e Parcerias*, 2019, Rio de Janeiro. Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2019.

SILVA, Lucas Ventura da. Abolição e liberdade na Petrópolis oitocentista: a ata de 1º de abril de 1888. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 239-254, 2020.

SILVA, Renata Aquino da. *Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SOUSA, Francisco Gouvea de. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 159-181, dez. 2017.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-21, 2020.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “O mundo negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “Por uma autêntica democracia racial!”: movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 111-128, 2012.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, MEC-SPHAN pró-memória, 1980.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2005.

RABELLO, Sônia. O ato de tombamento e seus requisitos. In: *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009. p. 53-74.

RICOUER, Paul. O esquecimento. In: RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 423-462.

TEIXEIRA, Sidélia. Nova museologia: aspectos históricos e características. *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), v. 35, n. 56, p. 87-97, jun. 2022.

THOMPSON, Analucia (org). *Entrevista com Augusto da Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1982. p. 71-108.

WINTER, Rafael. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

WINTER, Valério. Petrópolis: a natureza planejada um estudo sobre nobres, imigrantes e mata atlântica. *Geomae*, Campo Mourão, v. 10, n. 1, p. 13- 38, 2019.

## FONTES

### Arquivo Central do Iphan

- Processo de tombamento nº 166-T-38 (Palácio Imperial de Petrópolis)
- Processo de tombamento nº 194-T-39 (Palácio da Princesa Isabel)
- Processo de tombamento nº 196-T-39 (Casa do Padre Correia ou Fazenda da Posse)
- Processo de tombamento nº 372-T-47 (Coleção de armas Ferreira da Cunha)
- Processo de tombamento nº 424-T-50 (Fazenda Samambaia)
- Processo de tombamento nº 445-T-51 (Fazenda Santo Antônio)
- Processo de tombamento nº 460-T-52 (Casa de Santos Dumont)
- Processo de tombamento nº 566-T-57 (Conjunto urbano-paisagístico de Vassouras)
- Processo de tombamento nº 612-T-60 (Praça da Confluência ou de Koblenz)
- Processo de tombamento nº 662-T-62 (Conjunto urbano-paisagístico de Petrópolis)

### Arquivo Inepac

- Processo de tombamento nº E-03/31486/83 (Caminhos das Minas)

### Série Inventário e Série Obras

Consulta aos documentos relativos ao Palácio/Museu Imperial entre 1940 e 1970.

### *Revista do Patrimônio*

LACOMBE, Lourenço Luís. A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis. *Revista do Patrimônio*, n. 8, p. 175-188, 1944.

### *Revista do IHGB*

TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão. As solenidades do 112º aniversário da fundação de Petrópolis pelo decreto imperial de 16 de março - Discurso de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. *Revista do IHGB*, v. 228, p. 256-258, jul.-set. 1955.

GANNES, Claudio. Alcindo Sodré, jornalista petropolitano. *Revista do IHGB*, v. 235, p. 394-404, abr.-jun. 1957.

PIMENTEL, Ascanio Mesquita. As solenidades do 112º aniversário da fundação de Petrópolis pelo decreto imperial de 16 de março - Discurso de Mesquita Pimentel, *Revista do IHGB*, v. 228, p. 251-255, jul.-set. 1955.

RAFFARD, Henri. Jubileu de Petrópolis. *Revista do IHGB*, t. 58, p. 5-213, 1895.

VIANNA, Helio. Guilherme Auler (1914-1965). *Revista do IHGB*, v. 270, p. 204-208, 1966.

## Biblioteca Museu Imperial

ABREU, Antônio Izaías da Costa. Antônio Machado. In: NETTO, Jeronymo Ferreira Alves (Org.). *Patronos do IHP: informes biográficos*. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana, 1999. p. 20-22.

BUARQUE, Antônio de Paula. *História e historiógrafos da cidade de Petrópolis*. Rio de Janeiro: O livro vermelho dos telégrafos, 1940.

BUARQUE, Antônio de Paula. *Petrópolis e o seu centenário: documentos que confirmam a sua fundação em 1845*. Rio de Janeiro: sem editora, 1943.

CARVALHO, Hélio Werneck de. Henrique José Rabaço. In: NETTO, Jeronymo Ferreira Alves (Org.). *Patronos do IHP: informes biográficos*. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana, 1999. p. 83-85.

CASADEI, Thalita de Oliveira. *Aspectos históricos de Petrópolis*. Petrópolis: sem editora, 1983.

CATÁLOGO Museu Imperial. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1967.

CATÁLOGO Museu Imperial. Catálogo da exposição em homenagem à Princesa Isabel e ao Conde d'Eu por ocasião da transladação para Petrópolis dos seus restos mortais. Petrópolis: MEC-DAC, 1971.

CATÁLOGO Museu Imperial. Aniversário da Lei Áurea. Petrópolis: MEC-DAC, 1978.

CIDADE de Petrópolis: reedição de quatro obras raras. Petrópolis: Museu Imperial, 1957.

CUSATIS, José de. Lourenço Luiz Lacombe. In: NETTO, Jeronymo Ferreira Alves (Org.). *Patronos do IHP: informes biográficos*. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana, 1999. p. 108-110.

MARTINS, Hamilton Chrisóstomo Frias. Paulo Buarque. In: NETTO, Jeronymo Ferreira Alves (Org.). *Patronos do IHP: informes biográficos*. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana, 1999. p. 83-85.

RABAÇO, que José. *História de Petrópolis*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.

RELATÓRIO da Comissão instituída pela Portaria nº 13 de 15 de junho de 1979. *História Social de Petrópolis: memórias*. 2ª parte. Sphan, 1979.

SODRÉ, Alcindo. *A Cidade Imperial: alma e paisagem de Petrópolis*. Petrópolis: Typographia Ypiranga, 1929.

SOUZA, Amélia Maria de. *Considerações sobre a historiografia petropolitana*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1975.

TRABALHOS da Comissão do Centenário. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis, 7 v. 1938-1943.

VASCONCELLOS, Francisco de. *Três ensaios sobre Petrópolis*. Petrópolis: edição própria, 1984.

VASCONCELLOS, Francisco de. Sobrevivência da escravidão. In: *IX Simpósio de História do Vale do Paraíba*, Petrópolis, p. 1-31, 1988.

WILBERT, Marianne. Palácio presidencial. *Revista On*, n. 14, p. 59-61, 2014.

#### *Anuário do Museu Imperial*

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Anexo I. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 269-272, 1955.

FREYRE, Gilberto. O negro na formação étnico-social. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 69-80, 1978-1980.

LACOMBE, Américo Jacobina. O Historiador. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1960-1970.

NOTICIÁRIO. O relatório da diretoria do Museu. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 322-326, 1940.

NOTICIÁRIO. Relatório ao Ministro. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 261-277, 1946.

NOTICIÁRIO. Relatório ao Ministro. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 181-202, 1957.

NOTICIÁRIO. Relatório ao Ministro. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 173 - 207, 1960-1970.

NOTICIÁRIO. Relatório ao Ministro. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 118-129, 1971.

REIS, Artur César Ferreira. Os movimentos para libertação dos índios e dos escravos negros. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 95-106, 1978-1980.

SANTOS, Francisco Marques. Anexo II. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 273-276, 1955.

SILVA, Paulo Machado da Costa e. O fundador e o presidente do Instituto Histórico de Petrópolis. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1960-1970.

SOBRÉ, Alcindo. Dom Pedro II em Petrópolis. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 7-46, 1940.

SOBRÉ, Alcindo. Prefácio. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 3, 1941.

SOBRÉ, Alcindo. O grito do Ipiranga na concepção dos artistas. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 201-2016, 1946.

#### Portal IHP

ATA de fundação, em livro próprio do Instituto. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=546>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ATA de instalação. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=549>. Acesso em: 09 jan. 2023.

FRÁGUAS, Alessandra. Vicentinos, sempre: memórias do Colégio São Vicente de Paulo. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=7067>. Acesso em: 18 maio 2023.

FRÓES, Carlos Oliveira. Detalhes interessantes sobre o plano Koeler. Portal do IHP. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=2739>. Acesso em: 28 dez. 2020.

NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. Curso de História de Petrópolis. Portal do IHP. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=4360>. Acesso em: 26 abr. 2021.

NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. “Histórico (1938-1997)”. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=554>. Acesso em: 08 jan. 2023.

NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. Revitalização da Praça da Inconfidência evoca a lembrança da primitiva Capela de Nossa Senhora do Rosário. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=1690>. Acesso em 13 abr. 2023.

SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=1803>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira. Escravismo e abolição em Petrópolis. Portal do IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=5399>. Acesso em: 7 jan. 2023.

SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira. Um projeto historiográfico petropolitano. Portal IHP. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=4823>. Acesso em: 01 maio 2023.

CATÁLOGO Museu Imperial. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

SODRÉ, Alcindo. *O elemento servil: a abolição*. Imprensa Nacional: Imprensa Nacional, 1942.

CATÁLOGO Manuscritos relativos à escravidão. Petrópolis: Fundação Nacional Pró-Memória/Museu Imperial, 1990.

#### Portais *on-line* variados

MUSEU Memória Negra de Petrópolis. [https://museudamemorianegradepetropolis.com/cartografia\\_de\\_presencas/](https://museudamemorianegradepetropolis.com/cartografia_de_presencas/). Acesso em: 28 abr. 2023.

TAULOIS, Antônio Eugênio. História de Petrópolis. Portal do Instituto Municipal de Cultura e Esportes de Petrópolis. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/petropolis/historia>. Acesso em: 27 dez. 2020.

SILVA, Lucas Ventura da. *A História calada: africanos e o silenciamento da memória negra em Petrópolis*. Portal da Prefeitura Municipal de Petrópolis. Disponível em: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/festaubuntu/a-historia-calada-africanos-e-o-silenciamento-da-memoria-negra-em-petropolis/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

#### Outras obras consultadas

LACOMBE, Américo Jacobina. *O mordomo do imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.

LACOMBE, Lourenço Luiz; COTRIM, Álvaro. *Museu Imperial*, Petrópolis: Colorama, 1987.

SODRÉ, Alcindo. *Museu Imperial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.